

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - MPPT

A CONSTRUÇÃO E OS EFEITOS DA MARCA TERRITORIAL
DO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO (SC)

Mauro De Bonis Almeida Simões

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Martins.

Florianópolis, Agosto de 2010.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MAURO DE BONIS ALMEIDA SIMÕES

**A CONSTRUÇÃO E OS EFEITOS DA MARCA TERRITORIAL DO
MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO (SC)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientador:



Doutor Pedro Martins
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



Doutor Luiz Eduardo Cid Guimarães
Universidade Federal de Campina Grande

Membro:



Doutor Armando de Melo Lisboa
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro:



Doutora Isa de Oliveira Rocha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 20 de agosto de 2010.

*Aos meus pais, Renè e Maria Beatriz,
com afeto e gratidão.*

*Aos meus filhos, Isabella e Miguel,
com amor e esperança.*

A vida só é possível reinventada.

Cecília Meireles

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida. **A Construção e os Efeitos da Marca Territorial do Município de São Bonifácio (SC)**. Dissertação de mestrado - MPPT / FAED / UDESC. Florianópolis, 2010.

RESUMO

Este trabalho investigou e analisou o processo de construção e os efeitos da Marca Territorial de São Bonifácio, os quais integram um processo embrionário de Desenvolvimento Territorial Sustentável transcorrido entre 2005 e 2008. Animado com uma abordagem experimental que articulou as Teorias da Complexidade e da Formação Socioespacial, este trabalho reviu as principais Macro-Tipologias do Desenvolvimento, do Design e das Marcas, objetivando caracterizar o que é mais adequado no momento para o empoderamento comunitário de um micro-território de agricultores familiares com forte identidade cultural herdada de imigrantes “alemães” da Westfália. Trata-se de uma experiência que envolveu elementos inéditos no campo do Design, tal como esta Marca Territorial e uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Nesse sentido, estes elementos foram utilizados como instrumentos estratégicos de mobilização social para envolver a comunidade neste processo de desenvolvimento pautado pela Economia Solidária e dar mais e melhor visibilidade a São Bonifácio. Tudo isso indicou um caminho alternativo para os micro-territórios rurais reagirem aos efeitos negativos da economia capitalista de mercado valendo-se da solidariedade e cooperação para construir um tipo especial de capital social e assumir um novo rumo em termos de planejamento e gestão para o seu desenvolvimento.

Palavras-chaves: Marca Territorial; Cesta de Bens e Serviços Territoriais; Desenvolvimento Territorial Sustentável; Empoderamento Comunitário.

SIMOES, Mauro De Bonis Almeida. **The Development and the Effects of the Territorial Branding of Sao Bonifacio - SC / Brazil.** Masters dissertation - MPPT / FAED / UDESC. Florianopolis, 2010.

ABSTRACT

This work investigated and analyzed the Sao Bonifacio's territorial branding's developing process and effects, which are part of an embryonic process of Sustainable Territorial Development that took place in between the years 2005 and 2008. The research reviewed the main macro-typologies of development, design and branding. The study was motivated by an experimental approach which articulated the theories of Complexity and also of Sociospatial Formation. The objective was to distinguish what is currently more appropriate to achieve the community empowerment of a micro territory formed by small family farms with a strong cultural identity inherited from "German" immigrants from Westphalia. This experience has thus involved elements which can be considered new to the study field of Design, such as this territorial branding and a kit of territorial products and services. This way, these elements were used as strategic instruments of social mobilization to involve the community in this process of development guided by the Solidarity Economy and also to provide more and better visibility to the town of Sao Bonifacio. All of this indicated an alternative way for the rural micro-territories to react against the negative effects of the market capitalist economy by making use of the solidarity and cooperation to build a special kind of social capital and to take on a new course of planning and management of their own development.

Keywords: territorial branding; kit of territorial products and services; sustainable territorial development; community empowerment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
PARTE I - MACRO-TIPOLOGIAS DO DESENVOLVIMENTO, DO DESIGN E DAS MARCAS	16
Capítulo I - Macro-Tipologias do Desenvolvimento	19
Capítulo II - Macro-Tipologias do Design	74
Capítulo III - Macro-Tipologias das Marcas	121
PARTE II - FORMAÇÃO, CICLOS DE DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO DA MARCA E DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS DE SÃO BONIFÁCIO	160
Capítulo IV - Caracterização geográfica, identidade cultural e ciclos de desenvolvimento de São Bonifácio	161
Capítulo V - A Construção da Marca Territorial de São Bonifácio	176
PARTE III - OS EFEITOS DA MARCA TERRITORIAL DE SÃO BONIFÁCIO	192
Capítulo VI - Análise dos Efeitos da Marca Territorial de São Bonifácio	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
BIBLIOGRAFIA CITADA	205

INTRODUÇÃO

O presente estudo investigou o processo de construção e analisou os efeitos que uma Marca provocou em um micro-território da Encosta da Serra Geral do Estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil. Trata-se de um espaço e paisagem que praticamente correspondem ao município de São Bonifácio, que se localiza a aproximadamente 83 km da capital catarinense (EPAGRI, 2005). Com uma pronunciada identidade cultural herdada de imigrantes “alemães” da Região da Westfália, este micro-território é predominantemente rural, tem economia caracterizada pela Agricultura Familiar e recentemente protagonizou um novo ciclo de desenvolvimento.

Poucas são as experiências de Desenvolvimento Territorial Sustentável em curso no Estado de Santa Catarina, tornando o caso deste micro-território singular em termos de objeto de estudo. Tal experiência iniciou com um processo de capacitação em Pesquisas Participativas, intitulado “Curso de Capacitação em Pesquisa, Extensão e Aprendizagem - PEAP” (De Boef & Pinheiro, 2005), o qual integrava um conjunto de ações do Projeto PRAPEM / Microbacias 2 do Governo de Santa Catarina. Executado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI¹, esse processo de capacitação compreendeu a formulação de dez “Projetos PEAP’s” e o monitoramento das respectivas atividades, bem como foram concebidos com a participação das comunidades neles envolvidas, objetivando fortalecer a Agricultura Familiar com a gestão de algumas microbacias hidrográficas delimitadas nos dez Projetos. Tecnicamente, tais microbacias correspondiam à unidade primordial de planejamento para o desenvolvimento dessas localidades, os quais pretendiam equacionar as questões técnicas e econômicas e os acordos comunitários necessários para o empreendimento dos Projetos orientados pelas dimensões da Sustentabilidade.

O Projeto PEAP do micro-território de São Bonifácio se chamava “Qualidade de vida na Microbacia de Rio do Poncho: as experiências inovadoras do grupo do pasto” (De Boef & Pinheiro, 2005:44). Ele começou em 2005, encerrou suas atividades em 2008 e produziu resultados e desdobramentos interessantes, entre os quais contribuições de Design mereceram a atenção do presente trabalho, que observou e inferiu a respeito do processo de construção e os efeitos causados por uma marca coletiva com abrangência territorial utilizada como um dos

¹ Disponível em <www.epagri.rct-sc.br>, acessado em <julho de 2008>.

instrumentos de promoção de um processo embrionário de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Contudo, como o campo do Design é amplo e oferece diversas acepções conceituais e possibilidades projetuais, foi necessário distinguir os valores e a ordem superior que caracterizaram o tipo de Design operado nesta experiência. Tais valores e ordens superiores foram tratados neste trabalho como “Macro-Tipologias do Desenvolvimento”, as quais subordinam as “Macro-Tipologias do Design” em seus projetos. No caso do micro-território observado, foi adotada uma Macro-Tipologia contemporânea mais avançada que a do “Design para a Sustentabilidade” (Manzini & Vezzoli, 2002) ou até mesmo que a do “Design Local” (Moraes, 2006). Ordenada pela Macro-Tipologia do Desenvolvimento Territorial Sustentável, tais valores, tipologias e ordem superior possibilitou a construção de um tipo de marca pouco estudada no Brasil, mencionada neste trabalho como “Marca Territorial” (OETR, 2007:60).

A conjugação da Macro-Tipologia de uma Marca elaborada a partir de uma Macro-Tipologia pontual do Design, necessariamente revela a Macro-Tipologia do Desenvolvimento que instrui cada caso, configurando, em última análise, uma opção política. No que tange à experiência de São Bonifácio, a opção foi distinta a do trinômio hegemônico do “Desenvolvimento Econômico / Design Industrial / Identidade Corporativa”, diferindo-se da lógica filosófica, política, econômica, sociológica e espacial que operacionaliza o capitalismo. Tal opção se justifica na medida inversa à insustentável realidade urbano-industrial das grandes e médias cidades do mundo que o capitalismo estabeleceu ao longo do tempo, que resultou em um projeto civilizatório equivocado que torna extremamente difícil a vida da maioria das pessoas nessas cidades (Maricato, 2001; Rolnik, 2003; Ribeiro & Santos Junior, 2007), assim como quase destruiu o modo e o ritmo de vida de pequenas localidades rurais, as quais insistem em existir no Brasil apesar de tudo (Sabourin, 2009).

Como estratégia de resistência em relação a essa dura realidade, a Macro-Tipologia do Desenvolvimento Territorial Sustentável foi uma alternativa que contemplou os interesses dos extratos mais populares da comunidade de São Bonifácio, operada com a mediação das culturas urbana e rural que primou por um necessário sentido de complementaridade desses espaços que há muito não se via nos projetos de desenvolvimento, salvo os casos relacionados ao Ecodesenvolvimento (Sach's, 1986) e no Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (Santiago, 2002:120). Conseqüentemente, a Macro-Tipologia do Design e a Macro-Tipologia da Marca relatadas neste trabalho também foram conduzidas com esse sentido reparador dos excessos infringidos pelo capitalismo.

Embora a Agricultura Familiar seja símbolo do modelo econômico de Santa Catarina (Santos *et al.*, 2004), poucas experiências de Desenvolvimento Territorial Sustentável estão sendo testadas no Estado. Mais raras ainda são as que envolvem a área de conhecimento do Design como instrumento de “concertação” nos seus processos (Andion, 2007:57). É preciso entender, todavia, que operar o Design de tal modo implica em um novo desafio, o qual exige estudos interdisciplinares, experiências projetuais inovadoras, tempo, energia e reflexão. Isso quase sempre resulta no distanciamento de pesquisadores que trabalham para os modismos superficiais e efêmeros do capitalismo, os quais, em geral, rejeitam a possibilidade de se construir alternativas que vençam o capitalismo ou outros sistemas autoritários. Mais que isso, tal desafio requer que se abra caminho por dentro desses esquemas totalitários de regimento da vida em sociedade, os quais tentam expurgar tais possibilidades de muitos modos.

Comecei a me interessar por essas vias alternativas há muito tempo, iniciando este trajeto ainda no processo de formação universitária, no Rio de Janeiro. Em seguida, dediquei dez anos na elaboração de projetos através da Fundação de inovação tecnológica do Governo Federal que implantou o Design na Região Norte do país², assim como na condução de consultorias particulares e alguma docência através do Curso de Design da Universidade Federal do Amazonas. Outros quatro anos foram necessários ao planejamento, articulação institucional e coordenação executiva do Programa de Promoção de Design para o Estado da Bahia através d CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, assim como a um breve período de docência no Curso de Design da Universidade do Estado da Bahia. Por fim, os últimos onze anos estão sendo consagrados à pesquisa, extensão e docência relacionada com o Curso de Design da Universidade do Estado de Santa Catarina, possibilitando o exercício de um tipo de Design pautado pelo Pensamento Complexo e abordagens inter e transdisciplinares.

Entre outros frutos, tal percurso alternativo gerou uma situação paradoxal. De um lado, ele encerra uma justa cobrança institucional ao concluir esta tardia pós-graduação “*strictu sensu*”, a qual foi empreendida para não ser mais uma das tantas que impressionam jovens universitários em salas de aula sem que efetivamente contribuam para melhorar a qualidade de vida das pessoas que existem em condições desumanas no Brasil. Por outro lado, oportunizou o refinamento do pensamento e o amadurecendo de ideias incubadas por muito tempo, que resultando na organização de processos participativos e comunitários de trabalho relacionados com as Sociabilidades, Territorialidades, Sustentabilidade, Desenvolvimento e

² Disponível em <<https://portal.fucapi.br/modules.php?name=Sections&op=viewarticle&artid=1>>, acessado em <junho de 2009>.

Empoderamento Comunitário. Isso vêm indicando modos diferentes de pensar e operar o Design, os quais foram transformados em procedimentos simples de trabalho que possuem algo daquele gênero especial de sofisticação que só o labor coletivo realizado com simplicidade e solidariedade consegue exprimir.

A recente experiência de desenvolvimento de São Bonifácio bonificou os esforços empenhados nesse percurso, sobretudo por ter sido conduzida participativamente com uma avançada orientação científica, tecnológica e social que produziu resultados inspiradores e boas amizades. Contudo, tal processo demandou trabalho científico para inferir sobre o seu valor. Para tanto, a observação do processo de construção da “Marca Territorial de São Bonifácio” e a análise dos seus efeitos indicaram o grau de empoderamento comunitário que o último ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio realizou. Nessa direção, o presente trabalho partiu de três questões norteadoras: a) A Marca Territorial de São Bonifácio fortaleceu a identidade cultural da sua comunidade? b) O processo de construção dessa Marca contribuiu no empoderamento comunitário de São Bonifácio? c) O embrionário processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável de São Bonifácio corresponde a uma estratégia harmoniosa entre o tradicional e o moderno? Tais questões objetivavam compreender a importância do Design em relação às Marcas Territoriais, assim como o quanto essas Marcas podem contribuir nos processos de “concertação” de Desenvolvimento Territorial Sustentável, em geral, e no de São Bonifácio, em particular.

Tais respostas são oportunas para o momento presente pois, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), a Agricultura Familiar reúne 84,4% dos empreendimentos rurais do Brasil, equivalendo a 4.367.902 pequenas propriedades. Este universo contabiliza 74,4% da mão-de-obra do campo - ou 1.300.000 trabalhadores - , os quais utilizam apenas 24,3% das áreas agricultáveis do país. Ainda assim, a Agricultura Familiar produz 87% da mandioca cultivada no Brasil, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 50% das aves, 58% dos suínos, 30% dos bovinos, entre outras produções que movimentam 54 bilhões de reais, perfazendo 62% da produção nacional em relação ao período analisado no Censo de 2006.

Embora seja tão estratégica para o Brasil, tanto pela ocupação e renda que proporciona aos trabalhadores rurais quanto pelos alimentos diversificados que oferece à população, a Agricultura Familiar ainda não dispõem de toda atenção que lhe é devida. Sua situação na última década é bastante superior a de antes, mas ainda recebe incentivos bem menores que os

da Agricultura Empresarial, tal como se observa em um documento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA:

Contando com um orçamento de R\$ 107,5 bilhões - 37% a mais que o orçamento destinado ao setor na safra passada -, a safra atual destina R\$ 92,5 bilhões à agricultura empresarial e R\$ 15 bilhões à familiar. Dessa forma, o governo federal mais que quadruplicou a disponibilidade de crédito rural nos últimos seis anos, passando de R\$ 24,7 bilhões em 2002/2003 para R\$ 107,5 bilhões nesta safra. Somente para a agricultura empresarial, o volume de recursos cresceu 42,3% em comparação com o ciclo passado (MAPA, 2009:06).

Assim, entender os significados das contribuições oferecidas por este amplo setor da sociedade brasileira contemporânea exigiu a revisão de conceitos relativos ao Desenvolvimento e ao Design, e a verificação do atual estado-da-arte desses corpos teóricos em suas respectivas práticas. No que tange o campo de conhecimentos do Design, pouco foi encontrado nas fontes bibliográficas em termos de modos alternativos de trabalho. De um modo geral, o que havia em abundância era material relativo ao exercício do Design Industrial, quase sempre acionado como braço operacional do capitalismo. Entretanto, o trinômio Design Industrial / Desenvolvimento Econômico / Capitalismo não é novo e já produziu mais malefícios que benefícios. Passíveis de serem confirmados, tais malefícios se expressam na atualidade por intermédio da poluição provocada nas intensas e desnecessárias atividades industriais, pelo excesso de consumo da população e a conseqüente devastação ecológica de todos os lugares, agravando cada vez mais a ampla crise política, econômica, social e ambiental causada pela economia capitalista de mercado.

Como se sabe, a crítica deste paradigma deu origem ao Socialismo logo que eclodiu a Revolução Industrial. Desde então, alternativas para o Desenvolvimento e o Design vem sendo testadas, as quais infelizmente representam pouco na atualidade, já que muitos Cursos de Design no Brasil continuam pregando uma suposta supremacia do Design Industrial / Desenvolvimento Econômico / Capitalismo que a pesquisa científica não confirma. No entanto, esse esquema piora a situação ao multiplicar uma mentalidade empobrecida da História da Industrialização e do Design, incipientes para instruir sobre o percurso da humanidade ao longo da História e situar o estágio civilizatório em que o mundo se encontra no momento.

De acordo com essa perigosa perspectiva da realidade e do mundo, a “Staatliche Bauhaus Weimar” continua sendo a primeira escola superior de Design do Ocidente (Droste,

1994:22). Inaugurada na Alemanha de 1919, ela assumiu a tarefa de conciliar o potencial das máquinas na fabricação seriada de produtos, humanizando-os com elementos artísticos. Para tanto oferecia, entre outras inovações pedagógicas, um “mestre da forma” (ou um artista) e um “mestre da técnica” (ou um artesão) na condução de aulas/oficinas, originando, assim, o Design Industrial (Burdek, 2006:33). No Entanto, ainda por esse viés, o marco mais importante do Design Industrial foi estabelecido pela “Hochschule Fur Gestaltung” de Ulm, também da Alemanha (Burdek, 2006:41). Conhecida no Brasil como a “Escola de Ulm”, ela funcionou nas décadas de 1950 e 1960, quando a Alemanha novamente esteve sob o espólio político, econômico e social dos países vencedores da Segunda Guerra Mundial. Ao longo da breve história dessa Escola, foram retiradas de seu currículo as disciplinas mais humanizantes - tal como a de Teatro, por exemplo - , cedendo espaço às disciplinas técnicas que tornaram os projetos de Design Industrial mais pragmáticos e interessantes às indústrias (p. 33). Após influenciar diversos países com sua pedagogia, inclusive o Brasil, a Escola de Ulm encerrou as atividades ao ter se tornado um balcão de negócios de professores, estudantes e industriais que ocasionou a perda de distância crítica necessária à produção de conhecimento de qualidade, e por não ter enfrentado os debates sobre Ecologia que a sociedade então demandava (p. 42).

Quase em paralelo, a marcante obra ecológica “A Primavera Silenciosa” (Carson, 1962) foi publicada, ocorreram as famosas Conferências de Estocolmo em 1972 e, mais adiante, divulgaram o impactante “Relatório Brundtland / Nosso futuro comum” (CMMD, 1988), entre outras ocorrências que deram margem à emergência de conceitos como Ecodesenvolvimento (Sachs, 1986), Desenvolvimento Sustentável (CMMAD, 1988), Desenvolvimento Humano (Favareto, 2007:3), Desenvolvimento Local (Martins, 2002:55) e Desenvolvimento Territorial Sustentável (Vieira, 2006:249), entre outros. Neste sentido, a principal diferença entre o conceito de Desenvolvimento Econômico, ou mesmo o de Desenvolvimento Econômico e Social, em relação aos demais, é que estes últimos contemplaram várias dimensões da equação do desenvolvimento, tais como política, ecológica ou espacial, além das recorrentes dimensões econômica e social, não sendo, portanto, tão obtusos quanto os dois primeiros.

Por isto, é preciso assumir que o Design Industrial é um instrumento do Desenvolvimento Econômico e do Desenvolvimento Econômico e Social, divergindo de outros tipos de Design formulados para harmonizar as variáveis sociais, econômicas e ambientais das tipologias mais avançadas do Desenvolvimento. Ou seja: conforme os conhecimentos científicos e tecnológicos avançaram ao longo do tempo, tornando as

sociedades contemporâneas cada vez mais complexas, na mesma medida novas tipologias de Desenvolvimento e de Design foram demandadas, propostas e testadas. Um exemplo sobre como tais demandas se manifestaram, encontra-se em Ab`Saber (2003), quando ele se refere aos ecossistemas. A saber:

O fato de cada um dos domínios de natureza intertropicais do Brasil e subtropicais possuir um tipo de vegetação predominante tem conduzido muitos pesquisadores ou ecologistas desatentos a fazer lamentáveis confusões conceituais. Muitas vezes se confundia o espaço total de um domínio da natureza do território brasileiro com a expressão ecossistema (sistema ecológico). Sem levar em conta que no interior de um sistema paisagístico e ecológico existe sempre um mosaico de ecossistemas conviventes espacialmente. Apesar da marcante fitofisionomia que caracteriza cada domínio da natureza em nosso país, é certo que todos comportam associações e assembléias de ecossistemas, independentemente da escala, do arranjo e do volume da participação de cada um deles (p. 138).

Por sua vez, Diegues (1999) incrementa tal demanda, incluindo uma outra variável nesta nova equação, ou seja, as unidades de conservação da natureza, tal como segue:

Assistimos, portanto, a construção, ainda em andamento, de uma nova teoria e prática da conservação em razão dos problemas enfrentados pelos conservacionistas sociais nos países tropicais. Ao contrário do que prega a biologia da conservação, importada e apoiada, no Brasil, por algumas das megaorganizações conservacionistas internacionais, a etnoconservação, como nova teoria e prática conservacionista, não é domínio exclusivo de determinados cientistas nem do Estado, mas de um movimento que reúne cientistas de diversos campos, tanto das ciências naturais quanto das sociais, e por isso interdisciplinar, das comunidades e várias organizações não-governamentais a fim de implantar uma conservação real das paisagens, de proteger a diversidade biológica e também sociocultural (p. 20).

Assim, essas demandas que envolvem preservação da natureza e a qualidade de vida das sociedades acabaram se convertendo numa nova mentalidade, as quais só podem ser equacionadas através de conceitos de desenvolvimento mais cuidadosos com as paisagens e a possibilidade de novas construções sociais dos espaços. Isto implicou, necessariamente, na reavaliação do conceito de Design Industrial, que quase sempre assimilou a natureza apenas como uma espécie de almoxarifado de matérias-primas inesgotáveis e as pessoas reduzidas apenas a consumidores. Para enfrentar tal desafio, em 2002 o ICSID - International Council of

Societies of Industrial Design³ divulgou um novo conceito de Design, construído pacientemente para destituir o superado conceito de Design Industrial.

De fato o conceito de Design para a Sustentabilidade é mais adequado para resolver os requisitos projetuais relativos ao Desenvolvimento Sustentável, ainda que ele provoque uma desconfortável sensação de amplitude demasiada aos pesquisadores e profissionais mais conservadores. Assim, por pressão das novas legislações ambientais dos países e por conta da mentalidade socioambiental que se difundiu no mundo nas últimas décadas, as sociedades contemporâneas requisitaram novos tipos de Desenvolvimento, sobretudo nas localidades menores como resposta democrática à lógica perversa e hegemônica da globalização econômica capitalista.

Para tais casos, foi necessário articular teorias relacionadas com os conceitos de Desenvolvimento, Território⁴ e Sustentabilidade, tal como ocorreu na perspectiva do Desenvolvimento Local e vem sendo aperfeiçoado no âmbito do Desenvolvimento Territorial Sustentável. De acordo com Vieira (2006),

[...] o dismantelamento progressivo do setor público e a redução mais ou menos drástica dos investimentos sociais nos países do Sul passaram a coexistir com o registro de experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica no nível local, implicando processos de recriação de *identidades territoriais*. O esforço de pesquisa comparativa concentrada na elucidação desse fenômeno tem revelado que, em inúmeros contextos regionais, algumas populações passaram a assumir com autonomia crescente a busca de soluções originais no que diz respeito às opções de dinamização socioeconômica, à organização do trabalho produtivo e à gestão local dos recursos naturais. Contrapondo-se a um esforço de ajustamento passivo às coações geradas pela globalização de inspiração neoliberal, instalou-se assim uma nova lógica de organização territorial do desenvolvimento, convergindo em parte com os termos de referência da versão originária do enfoque de ecodesenvolvimento (p. 254).

Ainda que seja uma novidade no Brasil, o Desenvolvimento Territorial Sustentável está sendo promovido em larga escala, tal como se observa na seguinte instrução do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2005):

³ Disponível em <www.icsid.org/about/about/articles32.htm>, acessado em <outubro de 2009>.

⁴ Consta em Flores (2007) que, em “[...] un sentido antropológico, territorio es un ‘ambiente de vida, de acción y de pensamiento de una comunidad, asociado a procesos de construcción de identidad’. En una aproximación mas cercana a la sociología del desarrollo, Abramovay señala que ‘un territorio representa una trama de relaciones con raíces históricas, configuraciones políticas y identidades que ejercen un papel todavía poco conocido en el propio desarrollo económico’ (p. 36).

As políticas públicas implementadas nas últimas décadas pelo Governo Federal trataram sempre o País como um todo homogêneo. A realização de investimentos e serviços mostrou que políticas nacionais muito centralizadas na gestão e pulverizadas na implementação apresentam dificuldades para atingir os objetivos esperados do desenvolvimento de forma sustentável, por serem pouco sensíveis às particularidades locais e ao enfoque sistêmico, acabando por sujeitar a matriz social e produtiva exclusivamente aos interesses nacionais. / Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios e de implantação das políticas públicas como as que comprometeram o sucesso na busca por um desenvolvimento mais sustentável. Quando muito, encontram-se iniciativas de investimentos pulverizados via convênios, que expressam apenas interesses isolados, mas não revelam uma real integração em função de objetivos comuns (p. 09).

Desse modo, prossegue a instrução,

O Ministério do Desenvolvimento Agrário viu como necessário redefinir o enfoque do planejamento para o âmbito territorial, permitindo uma visão mais integradora de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas. Ou seja, buscar a integração das organizações internas dos territórios rurais, entre elas e com o resto da economia regional e nacional, sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas. / Essa nova visão de planejamento do desenvolvimento rural voltada para o território, deriva da necessidade de articulação das políticas públicas, da formação de parcerias, de forma a viabilizar o alcance de objetivos maiores das políticas públicas para o meio rural, potencializando resultados e reduzindo desperdícios vinculados à superposição e à dispersão de esforços (MDA, 2005:09).

Outras iniciativas de promoção de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Governo Federal também estão em curso na última década, e uma das mais expressiva pode ser acessada no MDA sob a denominação de “Territórios da Cidadania”⁵. Trata-se de uma série de projetos de desenvolvimento que compõe um programa para beneficiar localidades brasileiras que apresentam baixíssimos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH. Entretanto, ainda que este critério seja importante, dois territórios de Santa Catarina puderam ser contemplados - o do “Meio Oeste Contestado” e o do “Planalto Norte” - , ensejando empreendimentos independentes, tal como ocorreu no micro-território de São Bonifácio. A bem da verdade, isso constituiu uma oportunidade para a qual Moraes (2006:22) propôs o conceito de “Design Local”, reconhecendo a emergência de um novo tipo de produto, o qual conta com uma mobilidade de proteção legal diferenciada. Para Santilli (2005),

⁵ Disponível em <www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>, acessado em <julho de 2010>.

As indicações geográficas ainda são pouco conhecidas no Brasil. Instrumento jurídico econômico previsto na Lei 9.279/96, as indicações geográficas se prestam, essencialmente, a agregar valor a produtos e serviços associados a determinados territórios, concebidos em sua dimensão natural e cultural (p. 189).

Tais motivações e possibilidades, indicam a necessidade de abandonar as antigas fórmulas de insucesso, como a do Design Industrial / Desenvolvimento Econômico / Capitalismo, requerendo a proposição e a experiência de novos caminhos para o Design. Uma boa pista para esse tipo de inovação demandou a revisão do percurso histórico do Design como ponto de partida e fonte de inspiração. Nessa direção, várias classes foram revistas, tal como a Macro-Tipologia que envolve a Arte, o Artesanato e o Design Pré-Industrial e a Macro-Tipologia intermediária do Desenho Industrial, onde também se situam o Design para a Periferia e o Ecodesign. Desse modo, a análise do processo histórico de consolidação do Design aponta que ele precisa ser reformado para se adequar à Idade Contemporânea, caso resolva aprender com os equívocos que cometeu no seu percurso e aceite enfrentar o desafio de propor uma Macro-Tipologia adequada às demandas do presente, onde o Design para a Sustentabilidade (Manzini & Vezzoli, 2002) e o Design Local (Moraes, 2006) são apenas duas correntes conceituais que assumiram esta nova disposição científica e orientação política.

Por essa via, o lugar do Design Industrial será destacado na História, merecendo, inclusive, o respeito de todos ao invés de continuar sendo criticado por estar inadequado ao presente. Desse modo, o amplo espaço que o Design Industrial ocupa poderá ser utilizado por novas tipologias que tentam se firmar ao longo deste sofrido processo histórico, sobretudo no âmbito das universidades públicas que insistem em difundir o modelo da Escola de Ulm. Afinal, desde 1963, quando o Design Industrial iniciou suas atividades de formação universitária no Brasil, apropriando-se da pedagogia dessa Escola (Niemeyer, 1998:25), muito pouco foi alterado qualitativamente no sistema de ensino de Design do país.

Contudo, é admirável que um cientista de um outro campo do conhecimento anteviesse há tempos que o Design (Santos, 2003:50), ou Desenho Industrial⁶ (2002:217), haveria de avançar para uma episteme interdisciplinar, o que acabou ocorrendo no âmbito dos grupos de pesquisa da universidade pública, estimulando a proposição de concepções mais avançadas de Design, entre as quais se destacam experiências inter e transdisciplinares e suas soluções contemporâneas e complexas. Assim, entre as possibilidades relativas ao Desenvolvimento

⁶ De acordo com Niemeyer (1988) “Desenho Industrial” é um termo equivalente a “Design Industrial”, e foi muito empregado no Brasil até o início da década de 1990.

Territorial qualificado pela Sustentabilidade, um tipo novo de Design que tenta proporcionar maior qualidade de vida aos micro-territórios rurais que não querem mais ser apenas agrícolas. Essa tentativa envolve, por sua vez, a superação de metas restritas apenas aos resultados mercantis que interessam ao Capitalismo / Desenvolvimento Econômico / Design Industrial. Para superar essa visão reducionista da realidade, Flores (2007) aponta dois aspectos estratégicos para o equacionamento do Desenvolvimento Territorial Sustentável, os quais são fundamentais aos projetos de Design que articulam produtos e os respectivos territórios. O primeiro deles instrui que,

Al buscar la comprensión de formas de operacionalización de los conceptos y nociones sobre la diferenciación territorial, Pecqueur afirma que los territorios poseen dos tipos de recursos, sean ellos socio-culturales o ambientales: los genéricos y los específicos. Cuando los recursos genéricos son transformados en activos para la producción de renta, ellos no producen diferenciación entre los territorios, es decir, no producen una caracterización identitaria como especificidad local. La diferenciación ocurre cuando se utilizan los recursos específicos como activos en las estrategias locales de desarrollo (p. 40).

Com o segundo elemento, esse autor afirma o seguinte:

[...] para una mejor comprensión de esos sistemas que establecen relaciones entre productos y territorios es necesario hacer referencia a algunos términos utilizados en distintos países para la definición de especificidades. En Francia, por ejemplo, se utiliza el término “productos del terroir”, que se refiere, como afirma Salette (1998), a “un agrosistema caracterizado, dotado de una capacidad de generar productos particulares a los cuales él confiere una originalidad y una característica propia”. En Italia se emplea la terminología de “productos típicos” y en Inglaterra de “productos regionales” (p. 41).

Diante disso tudo, é preciso entender como são e operam as Macro-Tipologias do Design que estão implícitas nos produtos disponíveis no mercado, através de avaliação dos riscos que cada uma representa à natureza e à sociedade no presente, com critérios técnicos e éticos. Até porque as Macro-Tipologias superadas causam na atualidade mais impactos negativos que positivos sobre os ecossistemas e as respectivas comunidades. Com frequência, essas desajustadas tipologias destroem dinâmicas socioeconômicas, identidades culturais e contextos históricos particulares, os quais, no entanto, dignificam a diversidade dos modos de vida do planeta. Assim, preservar a natureza, equilibrar as condições de vida das sociedades e suas culturas se constitui numa obrigação de todos e na responsabilidade de cada um na Idade

Contemporânea, correspondendo, inclusive, a uma importante questão de manutenção da nossa preciosa sociobiodiversidade (MDS / MDA / MMA, 2008).

A experiência de São Bonifácio corrobora com essa perspectiva ao reconhecer a identidade cultural do imigrante “alemão”, a existência de uma parcela do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no seu micro-território e os interesses de seus habitantes, onde as dinâmicas da economia capitalista de mercado e as determinações governamentais - municipal, estadual e federal - interferem no espaço comunitário, imputando a todos um delicado desafio em termos de desenvolvimento. Nesse sentido, a construção e os efeitos da Marca Territorial de São Bonifácio constituem uma experiência avançada em termos de Design e de Desenvolvimento, empreendida por agricultores familiares, agentes públicos de desenvolvimento, acadêmicos e estudantes universitários e outros, entre 2005 e 2006. Ainda assim, tal experiência corresponde a um fenômeno pouco estudado no Brasil até o momento, que, entre outros efeitos, serviu para mobilizar a comunidade em torno do exercício de sintetizar a própria identidade cultural através de uma Marca Territorial e uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais de São Bonifácio em particular, e um processo embrionário de Desenvolvimento Territorial Sustentável como um todo.

As particularidades deste trabalho requisitaram métodos e instrumentos qualitativos de investigação e análise científica. Segundo Haguette (2003) e Goldenberg (1999), tais abordagens são adequadas quando é necessário maior aproximação do objeto de estudo, diferindo de outras modalidades de pesquisa que não estão interessadas nos aspectos que caracterizam a subjetividade humana. Além disso, este trabalho se apoiou em bases epistemológicas distintas, as quais não costumam fundamentar estudos científicos simultaneamente.

A primeira delas é a Teoria da Complexidade, de Edgar Morin (1999), a qual também é conhecida por Pensamento Complexo. De acordo com este cientista, a “[...] inteligência não é somente o que medem os testes de inteligência, mas também o que lhe escapa. [...] O sutil e complexo na inteligência não podem ser avaliados com certeza por meios que quebram a complexidade e não atingem o coração da sutileza” (p. 199). Nessa direção, o trabalho científico inteligente e complexo resulta do “[...] diálogo entre o conhecimento reflexivo (dimensão filosófica), o conhecimento empírico (dimensão empírica) e o conhecimento do valor do conhecimento (dimensão epistemológica)” (p. 257). Entre outras possíveis interpretações, este entendimento desloca a noção estabelecida sobre o que é objeto e o que é sujeito em relação à produção científica, já que “[...] o mundo está no interior de nossa mente,

que está no interior do mundo. Assim, sujeito e objeto são constitutivos um do outro” (idem). Tal ponderação foi oportuna para o presente trabalho, pois uma “[...] razão que ignora os seres, a subjetividade, a afetividade, a vida, é irracional” (Morin, 2005:157).

Por outro lado, a utilização da Teoria da Formação Socioespacial, de Milton Santos (1977), possibilitou conhecer detalhes significativos do local estudado, incluindo aspectos da paisagem, espaço, história e suas respectivas dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Afinal, “[...] as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção [...], reforçando dessa maneira a especificidade de cada lugar” (p. 87). Ou seja,

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre os homens, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A *praxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais (p. 92).

Dialogar com estas Teorias e aplicá-las de modo articulado e experimental acabou se convertendo em um poderoso instrumento de análise e intervenção, sem perder de vista as ocorrências dos níveis internacional e nacional que perturbam de algum modo a realidade nos níveis regional e local (Santos, 1994:129). Além disso, a estratégia de evocar dados históricos para contextualizar os acontecimentos do presente permitiu recolocar o presente em linha com o passado, resultando em possibilidades e proposições responsáveis e consequentes, assim como o exercício do Pensamento Complexo auxiliou na reflexão das questões socioambientais da realidade local, tanto quanto foi instrumento processual nos momentos relativos à participação comunitária dos atores sociais de São Bonifácio envolvidos de muitas maneiras na elaboração deste trabalho ao longo do tempo.

De um plano mais operacional, é preciso destacar a importância da Observação Participante como elemento de elaboração do presente estudo. Para Gil (1999:113), pela lente da Observação Participante a realidade é dinâmica e o pesquisador e seus instrumentos se inserem no contexto da pesquisa, desempenhando um papel destacado. Tal opção metodológica deriva da Pesquisa Participante (Gil, 1999:46) e permitiu verificar como se davam as dinâmicas sociais do local observado através da tensão permanente que há entre a aspiração de um saber não parcelado, não dividido, não reducionista e o reconhecimento do inacabado e incompleto de todo conhecimento (Morin, 1999:45). Desse modo, foram realizadas diversas visitas de campo, as quais tiveram uma periodicidade média de uma a cada

quinze dias. Cada uma dessas visitas implicou a permanência no local estudado por dois dias, nos quais houve participação em reuniões de trabalho, eventos, realização de palestras, visitas às propriedades de agricultores familiares, conversas informais com indivíduos da comunidade e consultas técnicas junto às autoridades locais e estaduais.

Com tais instrumentos, o presente trabalho foi delimitado ao município de São Bonifácio, que tem 461 km² de área (IBGE, 2006)⁷ e está circunscrito no bioma Mata Atlântica. Localizado na Encosta da Serra Geral de Santa Catarina, o município tem altitude variando em torno de 410 metros acima do nível do mar, e clima temperado com média anual entre 15 e 25°C. Todavia, uma característica marcante se refere ao fato de aproximadamente 25% da sua área integrar uma unidade de conservação de Santa Catarina: o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. De acordo com a FATMA - Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA, esta é

[...] a maior unidade de conservação no Estado. Ocupa aproximadamente 1% do território de Santa Catarina, com uma extensão de 87.405 hectares. Foi criado através do Decreto n°. 1.260/75 e abrange áreas de nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes.⁸

Mais que isso,

(...) o Parque tem vegetação variada, reunindo cinco das seis composições botânicas do Estado. Começa no litoral, com a paisagem da Restinga, sobe a serra, alcançando o planalto em meio à vegetação dos Pinhais, passando, nessa transição, pela Floresta Pluvial da Encosta Atlântica, vegetação da Matinha Nebular e os Campos de Altitude da chapada da serra. Dentre a vegetação formam-se rios e córregos que serão responsáveis pelo fornecimento da água potável utilizada pelos moradores de toda Grande Florianópolis⁹.

Com tais características metodológicas e delimitação de estudos, o presente trabalho foi organizado em três partes. A Parte I é composta dos Capítulos I, II e III, os quais apresentam uma revisão teórica dos temas de interesse deste estudo, tais como: as correntes mais expressivas do Desenvolvimento, as tipologias mais significativas do Design e os tipos existentes das Marcas.

⁷ Disponível em <www.ibge.gov.br/cidadesat/>, acessado em <agosto de 2007>.

⁸ Disponível em <www.fatma.sc.gov.br/educacao_ambiental/tabuleiro.htm>, acessado em <agosto de 2008>.

⁹ Idem.

Na Parte II couberam os Capítulos IV e V. O primeiro destes, Caracterização geográfica, identidade cultural e ciclos de desenvolvimento de São Bonifácio, se propõem a distinguir o local, a história e a cultura das pessoas que habitam o micro-território em questão neste trabalho. O seguinte, A construção da Marca Territorial de São Bonifácio, relata as circunstâncias e os detalhes do processo comunitário que culminou numa Marca e numa Cesta de Bens e Serviços Territoriais, as quais se somam a outras atividades que correspondem a um processo embrionário de Desenvolvimento Territorial Sustentável do município estudado.

A Parte III é composta do Capítulo VI, que analisou Os efeitos da Marca Territorial de São Bonifácio, respondendo as questões norteadoras que deram partida para este trabalho de pesquisa.

Por fim, seguem as Considerações Finais e a Bibliografia Citada ao longo deste trabalho.

Registro, então, a minha gratidão à comunidade de São Bonifácio, que me recebeu com carinho e me acolheu como amigo em todo o tempo de elaboração deste trabalho. Também agradeço imensamente ao grupo que compõe o Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina, tanto pela qualidade dos conhecimentos adquiridos quanto pela oportunidade de conviver com os seus professores, técnicos e estudantes.

PARTE I

MACRO-TIPOLOGIAS DO DESENVOLVIMENTO, MACRO-TIPOLOGIAS DO DESIGN E MACRO-TIPOLOGIAS DAS MARCAS

Estudos científicos indicam que a existência do Design Industrial tal como é conhecido atualmente é relativamente curta cronologicamente¹⁰, além de mostrar que existem correntes alternativas aos prioritários interesses formais, técnicos e econômicos desse tipo de design contemporâneo (Bonsiepe, 1983:5; Niemeyer, 1998:60; Cardoso, 2005:11; Burdek, 2006:71; Branzi *apud* Moraes, 2006:13; Souza, 2008:72; Fernández & Bonsiepe, 2008:18). Bibliografias da História e da Teoria do Design também consideram que houve um desordenado processo de formação do Design (Niemeyer, 1998:23; Denis, 2000:14; Burdek, 2006:19), no qual foram feitas diversas tentativas, inclusive aquelas mais humanizadas, sem que houvesse o devido empenho de governos e organizações privadas para implementá-las ao longo do tempo. No caso brasileiro a situação não foi diferente, mesmo com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 ou a publicação da “Carta da Terra” em 1999 (Gadotti, 2000:203), que se constituem em duas importantes referências relativas à emergência da Sustentabilidade no país (p. 13) que serviram de base para correntes de pensamento e práticas mais avançadas.

Evidentemente, o Design Industrial contemporâneo é globalizado, hegemônico (Moraes, 2006:200) e privilegia a excessiva atividade dos sistemas de produção industrial de bens de consumo (Hawken *et al.*, 1999:2; Capra, 2002:114; Kazazian, 2005:19) e o consumismo descontrolado e inconseqüente desses produtos (UNESCO / PNUMA, 2002:8), constituindo alguns pilares estruturais da economia capitalista de mercado nas últimas décadas (Santos, 2003:19; Gadotti, 2000:67). Para tanto, muitos profissionais foram e são formados e capacitados para satisfazer as demandas desse mercado, desconsiderando outras possibilidades que equacionam com equilíbrio e responsabilidade as necessidades das comunidades e localidades do planeta, sobretudo no que tange as presentes e futuras gerações (Acha, 1988; CMMAD, 1988:44).

Esta constatação é desconfortável em especial para pesquisadores, professores, profissionais e munícipes que dedicam tempo e energia na elaboração de estudos científicos, trabalhos técnicos e atividades comunitárias para empoderar as coletividades mais fragilizadas

¹⁰ Há consenso que o marco histórico mais importante do surgimento do Design Industrial foi a Escola Bauhaus, na Alemanha de 1919 (Droste, 1994:22). No caso brasileiro, a fundação da Escola Superior de Desenho Industrial - ESDI é aceita como nosso elemento fundador, no Rio de Janeiro de 1963 (Niemeyer, 1998:87).

social e economicamente (Friedmann, 1996:33). Entre essas, merece especial destaque o meio rural e os agricultores familiares, que tanto sofrem com a marcha histórica do processo de industrialização sobre seus territórios (Santos, 2003:86).

Uma observação desatenta poderia deixar passar despercebida a orientação política que sistematiza a lógica da Globalização Econômica, que foi implantada como medida de sobrevivência para o Capitalismo mais uma vez combatido em função das incontáveis crises que provocou (Santos, 2003:23). Para tanto, também é necessário verificar o modo como ela é reproduzida em todos os cantos e continentes. Por outro lado, análises cuidadosas revelam que a “[...] modernidade é um modelo de civilização, que surge na Europa e adquire [...] importância a partir do século XIX” (Seara, 1997:10), substituindo o tempo histórico da Idade Média¹¹ pelo da Idade Moderna¹² e, mais adiante, esse último pela presente Idade Contemporânea¹³. Com esse percurso a humanidade deflagrou uma condição de vida conturbada na atualidade (Prugh *et al.*, 2005:123), consolidada com base na ciência e tecnologia positivista que instrumentalizam a produção do conhecimento do capitalismo (Kuhn, 1991:162; Morin, 2007:54).

A manutenção dessa lógica política, econômica e social neoliberal globalizada (Gadotti, 2000:44) redundou em um volume astronômico de problemas complexos que agora coexistem no cotidiano de todas as pessoas. Isso resultou num impasse civilizatório em escala planetária sem precedentes (Dias, 2002:20), que se expressa através de desemprego sistemático para grandes contingentes humanos (Sachs, 2003:24) - ainda que a produção industrial e o consumo desses produtos e serviços sigam cada vez maiores e crescentes e os governos arrecadem mais e mais impostos com essas expansões - ; desmonte de culturas e comunidades seculares que não se ajustaram ao modo de vida moderno ou contemporâneo (Santilli, 2005:124); escasseamento de recursos naturais importantes à sobrevivência humana,

¹¹ Para Vicentino (2006) a Idade Média corresponde ao “[...] período compreendido entre os séculos V e XV, que tem início com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e que se estendeu até a tomada de Constantinopla, em 1453” (pp.111). Desse tempo registra-se o teocentrismo cristão, as migrações bárbaras, a expansão árabe, as Cruzadas, o Renascimento Comercial, o Renascimento Urbano, as corporações de ofícios, a formação das monarquias nacionais, entre outros fatos.

¹² A Idade Moderna se situa entre 1453 e 1789, decorrendo entre a Idade Média e a Idade Contemporânea. Considera-se que nela houve a “[...] consolidação dos ideais de progresso e desenvolvimento, que reforçou o pensamento racionalista e individualista; e valores burgueses que iriam demolir o universo católico-feudal” (Vicentino, 2006:176). São desse tempo a Expansão Marítima e a Revolução Comercial, o Renascimento Cultural e Científico, o surgimento do Capitalismo, o Iluminismo, o Colonialismo, as Capitânicas Hereditárias, as Reformas e Contra-reformas Cristãs, as Monarquias Absolutistas, a Independência dos Estados Unidos, entre outros eventos históricos.

¹³ A Idade Contemporânea cobre desde a Revolução Francesa até a atualidade. Entre seus marcos estão o Período Napoleônico, a Restauração Monárquica e as Revoluções Liberais, a Revolução Industrial, a Expansão do Capitalismo, as Revoluções Socialistas, a disseminação das nacionalidades e das doutrinas sociais, o Imperialismo, a 1ª Guerra Mundial, o Nazismo, a 2ª Guerra Mundial, a Guerra Fria, a Globalização Econômica, a desagregação da União Soviética, a afirmação da Democracia, entre outras referências (Vicentino, 2006).

como alimentos (Dorneles *et al.*, 2004:31); e a poluição ambiental decorrente dos padrões de produção industrial e de consumo da economia capitalista de mercado (Brown, 2003:22).

Esta Parte trata, então, da revisão teórica e temática de conceitos relativos às Macro-Tipologias do Desenvolvimento, às Macro-Tipologias do Design e às Macro-Tipologias das Marcas, articulando-os para demonstrar as relações de causa e efeito que explicam as graves questões sociais, econômicas e ambientais do passado e do presente, assim como indica as melhores alternativas disponíveis para o presente e o futuro próximo.

CAPÍTULO I

MACRO-TIPOLOGIAS DO DESENVOLVIMENTO

Introdução

É passível de exame que entre os projetos existentes de design - e a respectiva transformação deles em produtos industriais - muitos atribuem relevância apenas aos aspectos formais, tecnológicos e econômicos nos seus projetos, que outros priorizem os elementos sociais ou os ecológicos, assim como também são encontrados aqueles que simultaneamente tentam equacionar as dimensões sociais, econômicas e ambientais de cada projeto. Entre todos esses prevalecem os produtos e produções do primeiro grupo, os quais pertencem ao universo da economia capitalista de mercado, tal como confirma a imensa oferta deles na maioria dos estabelecimentos comerciais da atualidade em todos os lugares.

Distinguir cada um desses tipos de projeto de design e os produtos disponíveis no mercado implica conhecer abordagens conceituais dos projetos de produto, as respectivas indústrias produtoras e os valores neles inseridos. Contudo, essa não é uma tarefa simples para um consumidor que desconhece o Design em extensão e profundidade, tal como ocorre com frequência com os consumidores. Mais que isso, essas características e valores não são explicitados na maioria dos produtos, dificultando esse reconhecimento. Assim, para esclarecer as nuances desta questão, segue a revisão da teoria relativa aos conceitos e tipologias do Desenvolvimento, do Design e das Marcas.

No Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss (2001) o verbete “desenvolvimento” possui várias acepções, entre as quais algumas são mais relevantes para o presente trabalho de pesquisa, tais como: ação ou efeito de desenvolver-se; desenvolvimento; aumento da capacidade ou das possibilidades de agir; crescimento; progresso; adiantamento; crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade; desenvolvimento econômico planejado com base na utilização de recursos e na implantação de atividades industriais, de forma a não esgotar ou degradar os recursos naturais; e ecodesenvolvimento (Houaiss & Villar, 2001:989).

Nota-se que este verbete se refere à natureza - ou a paisagem - , aos indivíduos - ou à sociedade - e ao trabalho de ordenamento de uma comunidade, região ou país através da ação política, econômica e social, delineando uma noção de desenvolvimento tão abrangente que induz deduzir que desde os primórdios os humanos se ocuparam com o desenvolvimento cuidadoso dos seus assentamentos. No entanto, o conhecimento sistematizado do “[...]”

desenvolvimento tal como é ensinado nas universidades, surge como uma disciplina e independente, a partir dos anos 40” (Sachs, 2003:27). Embora esses dados pareçam antagônicos, a princípio eles conferem a complexidade que a questão do desenvolvimento envolve.

Morin & Kern (2005) ajudam a elucidar essa questão, declarando que

Durante dezenas de milhares de anos, as sociedades “arcaicas” de caçadores-coletores se espalharam pelas terras. Tornaram-se estranhas umas às outras, pela distância, a linguagem, os ritos, as crenças, os costumes. Diferenciaram-se, umas abertas e liberais, outras fechadas e coercitivas, umas com autoridade difusa ou coletiva, outras com autoridade concentrada. Mas, por diversas que tenham sido, constituíram um tipo fundamental e primário de sociedade de *Homo sapiens* (p. 15).

Para esses autores, “[...] por cinco mil anos, a História se desdobra, se espalha pelos diversos continentes. Ainda são Histórias diversas [...]. Todavia, as grandes civilizações, em sua expansão guerreira ou navegadora, começam a descobrir a Terra” (Morin & Kern, 2005:18). Esses autores reiteram, então, que

Durante a Idade Média ocidental, [...] embora suas Histórias não se comuniquem, embora suas civilizações permaneçam herméticas umas as outras, frutas, legumes, animais domésticos são transportados e aclimatados do Oriente ao Ocidente, da Ásia à Europa, assim como a seda, pedras preciosas, especiarias. A cereja parte do Mar Cáspio para o Japão e a Europa. O damasco vai da China até a Pérsia, da Pérsia ao Ocidente. A galinha se espalha da Índia para toda Eurásia. A atrelagem de tiro, depois do uso da pólvora, da bússola, do papel, da imprensa chegam da China à Europa e fornecem os conhecimentos e instrumentos necessários para o seu progresso, em particular para o descobrimento da América. As civilizações árabes introduzem o zero indiano no Ocidente. Antes dos tempos modernos, os navegadores chineses, fenícios, gregos, árabes, vikings descobrem largos espaços do que eles não sabem ainda ser um planeta, e cartografam ingenuamente o fragmento que conhecem como sendo a totalidade do mundo. / [...] Assim, uma fermentação múltipla, em diversos pontos do globo, prepara, anuncia, produz os instrumentos e as idéias do que será a era planetária (p. 18/19).

Mais adiante, esses autores entendem que desse período decorreu um fenômeno de grande repercussão e importância: “Eis portanto os começos do que chamamos Tempos Modernos. [...] começa com a descoberta de que a terra não é senão um planeta e com a entrada em comunicação das diversas partes desse planeta” (Morin & Kern, 2005:21). Com essa percepção nova da paisagem e da sociedade vários estatutos do cotidiano foram

alterados, e um dos mais expressivos se reporta à noção de individualidade desse tempo. De acordo com Ariés (2009:22), na Idade Média a idéia predominante “[...] de Estado era frágil, e a vida de cada um dependia de sociabilidades coletivas ou de lideranças que desempenham um papel protetor”. Todavia, na transição da Idade Moderna à Idade Contemporânea, a Revolução Francesa modificou “[...] a definição das esferas pública e privada” (Perrot, 2009:14). Sobre isso, continua Perrot (2009), havia na época uma

[...] desconfiança de que os “interesses privados”, ou particulares, oferecem uma sombra propícia aos complôs e às traições. A vida pública postula a transparência; ela pretende transformar os ânimos e os costumes, criar um novo homem em sua aparência, linguagem e sentimentos, dentro de um tempo e espaço remodelados, através de uma pedagogia [...] que procede do exterior para o interior (Perrot, 2009:14).

Como se nota, não foi por menos que a Idade Moderna é considerada importante para o processo civilizatório, apresentando inúmeras e significativas transformações nas sociedades das Idades registradas na História. Impulsionadas por avanços técnicos e científicos, que incluem a invenção da imprensa com os tipos móveis de Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg em 1431, e a posterior difusão dos livros e da leitura, a captura de Constantinopla pelos turcos em 1543 e as grandes e posteriores navegações, a descoberta da América em 1492 e o decorrente colonialismo, entre muitos outros fatos. Isso tudo transformou radicalmente a mentalidade das pessoas, promovendo mais novidades a cada avanço do conhecimento e da técnica, as quais, reunidas, ficaram conhecidas como Renascimento¹⁴ ou Renascença. Conhecimentos importantes pertencem a esse tempo, tal como as teorias do heliocentrismo de Nicolau Copérnico, Galileu Galilei e Johannes Kepler, entre os anos finais de 1500 e os iniciais de 1600¹⁵, desencadeando, mais à frente, uma revolução do conhecimento pautada no racionalismo de René Descartes e no empirismo de Francis Bacon¹⁶. Assim, mais e mais fatos sociais foram produzidos com essa nova apropriação racional e empírica da realidade, renovando os indivíduos e as dinâmicas da sociedade, retirando da “[...] Igreja o monopólio da explicação das coisas do mundo” (Vicentino, 2006:199).

Entre as ocorrências políticas e os consequentes fatos sociais mais marcantes desse tempo destacam-se as Reformas religiosas, o Absolutismo, o mundo colonial, a

¹⁴ Disponível em <<http://astro.if.ufrgs.br/cop/index.htm>>, acessado em <julho de 2009>.

¹⁵ Disponível em <<http://astro.if.ufrgs.br/bib/index.htm>>, acessado em <julho de 2009>.

¹⁶ Disponível em <www.cfh.ufsc.br/~simposio/Megahist-filos/Descartes>, acessado em <julho de 2009>.

Independência dos Estados Unidos da América, bem como o iluminismo¹⁷, o positivismo¹⁸, o percurso do Mercantilismo até se constituir no capitalismo e no socialismo. Esses fatos acabaram vencendo seus limites geográficos originais, extrapolando em novas decorrências políticas, econômicas e sociais em diversas localidades do globo terrestre.

A Idade Contemporânea, por sua vez, sucede a Idade Moderna com a Revolução Francesa. Segundo Vicentino (2006), o início desse processo revolucionário se deu com o “[...] agravamento das condições socioeconômicas, que culminava em revoltas cada vez mais violentas nas cidades e no campo, na capital e nas províncias” (p. 269), pois “[...] a partir de 1786, com a concorrência dos produtos industriais ingleses (têxteis e metalúrgicos), surgiu uma onda de falências, acompanhada de desemprego e queda de salários, arruinando o comércio nacional” (idem).

Desse modo, a Monarquia foi substituída pela República, e as camadas populares conseguiram a duras penas maior importância na sociedade, resultando numa inédita organização política, econômica e social e um conseqüente mercado consumidor de massa. Para atender a crescente demanda de massa dessas comunidades por objetos, um novo modo de produzir artefatos foi posto em prática, revogando a milenar cultura produtiva artesanal em favor da estrepente produção industrial de bens (Morales, 1995:32), caracterizando, enfim, um outro processo histórico com largas e profundas conseqüências: a Revolução Industrial. Ao seu modo, essa Revolução seguiu freneticamente até eclodirem a Primeira e depois a Segunda Guerra Mundial (Cotrim, 2000:351; Vicentino, 2006:402), ambas na primeira metade do século XX, seguidas da Guerra Fria (Vicentino, 2006:415) e, mais recentemente, da globalização econômica (Santos, 2000:19).

¹⁷ Na Enciclopédia Simpozio (<www.cfh.ufsc.br/~simpozio/novo/2216y840.htm>, acessada em <dezembro de 2009>), verifica-se que, por “[...] volta de 1700, [...] várias transformações em andamento fazem constatar que a filosofia passava a uma nova fase, e que veio a ser denominada *filosofia do século das luzes*. Do ponto de vista da história geral, [...] deu-se um marco importante na política inglesa, que assumira uma nova forma, com a assim chamada *gloriosa revolução*, promovida por Guilherme de Orange; enquanto isto, na França, um processo ideológico de progressão constante, levaria em 1789 à derrubada de uma estrutura política de privilégios, com o movimento que se fez conhecido por *Revolução francesa* (1789). / [...] Os fatos especificamente filosóficos do século das luzes são representados na Inglaterra como desenvolvimento do empirismo, cada vez mais coerente consigo mesmo, com a recíproca da definição das posições opostas, entre elas a dos moralistas da Escola Escocesa; na França, pela instalação do empirismo; na Alemanha, pelo sucesso do racionalismo, o qual finalmente encerrará o primeiro período da filosofia moderna, pela superação de si mesmo, com a passagem à filosofia transcendental, por efeito das ponderações de Kant, cuja *Preleção de 1870*, usa ser apontado como data limite entre o período cartesiano que cessa, e o novo que tem início, as vezes denominado kantiano”.

¹⁸ Conforme a Enciclopédia Simpozio (<www.cfh.ufsc.br/~simpozio/novo/2216y840.htm>, acessada em <dezembro de 2009>), o “[...] positivismo é um rótulo novo, para uma nova fase de desenvolvimento do empirismo. Nasceu [...] em 1830 na Escola do socialista utópico Saint-Simon (1760-1825), e ganhou fortuna com Augusto Comte, o pensador protótipo do movimento, sobretudo na França. / O progresso das ciências experimentais prestigiou o positivismo. Lavoisier (1743-1793) desenvolvera a química; Bichat (1771-1802) fizera progredir a biologia; descobrem-se argumentos para o evolucionismo das espécies vivas, com o resultado de uma nova mundivisão, que espantava aos teólogos tradicionais”.

É com esse cenário que a Idade Contemporânea se apresenta, ainda que haja muitas tentativas paralelas tão ou mais importantes ocorrendo em culturas e sociedades orientadas pelas próprias historicidades, mesmo amargando direta ou indiretamente os efeitos da globalização econômica sobre seus espaços. Assim, essa é a base densa e corrosiva dos fatos políticos, econômicos e sociais sobre a qual foram e são processadas as iniciativas de desenvolvimento dos assentamentos humanos, as quais alteraram as paisagens e os espaços com incontáveis disputas de poder e os respectivos interesses ao longo da História, tal como segue resumido e sistematizado.

Macro-Tipologias do Desenvolvimento

A questão do desenvolvimento, como adverte Favareto (2007), não é um empreendimento fácil, pois envolve o delicado desafio de “[...] decantar o que há de científico e o que há de normativo, de ideológico, de meramente discursivo por detrás dela” (p. 37), sendo “[...] preciso reconhecer de partida que poucas ideias têm sido objeto de tamanhas controvérsias” (idem). Para esse autor, muitos estudiosos atribuem ao tema valor científico e legitimidade política, assim como há os que entendem o desenvolvimento como instrumento de manipulação ideológica (idem). Todavia, esse autor reconhece que “[...] visões distintas coexistem e disputam os significados da ideia de desenvolvimento” (p. 37). Para ele,

A primeira é mais usual, e pode ser encontrada em qualquer bom manual de economia: nela desenvolvimento é tomado como sinônimo de crescimento. A segunda, mais sofisticada, toma o desenvolvimento como mito [...] não necessariamente em sua acepção enganosa, e sim em algo mais próximo do que se poderia chamar de poder mobilizador e organizador do mito. [...] Isso sem falar nas inúmeras adjetivações que surgiram à luz da crítica aos rumos do desenvolvimento no capitalismo contemporâneo e que deram origem a teorias inovadoras, como a do “desenvolvimento com liberdade”, ou a utopia de grande valor ético e social, como a retórica do “desenvolvimento sustentável” (Favareto, 2007:37/38).

Desse modo, prossegue o autor, “[...] as continuidades e rupturas, os portadores e as bases teóricas e sociais dos discursos sobre o desenvolvimento” (p. 37) ensejam um esforço de compreensão, já que o “[...] desenvolvimento da humanidade é bem anterior às tentativas de sua definição” (p. 38), reunindo visões de mundo, virtudes e desafios distintos em cada uma das suas acepções e estágios.

Nesse sentido, Favareto (2007) entende que foi

[...] exatamente no nascimento das interpretações racionais do mundo, entre os gregos, que uma certa ideia de evolução e de desenvolvimento foi sendo formada. [...] Em grego, natureza - *physis* - deriva etimologicamente do verbo *phuo*, que significa crescer, se desenvolver. Natureza é, portanto, [...] “a geração de coisas que se desenvolvem”, é “a essência das coisas que têm, elas mesmas, um princípio de movimento”. / [...] no latim, tanto desenvolvimento quanto evolução derivam etimologicamente do verbo “volvere” [e] os verbos auxiliares “evolvere” e “revolvere” são mais explícitos, denotando respectivamente um movimento progressivo e um movimento regressivo. Assim, o termo evolução e seu par - desenvolvimento - surgem [...] presos à ideia de algo direcional, de algo relativo a uma atividade em certa medida com um sentido pré-destinado (p. 40/41).

Para esse autor, começou “[...] com os filósofos da Antiguidade [...] uma tradição que, no que diz respeito à ideia de desenvolvimento e evolução, perdurou até os fins do século XX” (p. 42). Assim, considera esse autor (2007),

[...] somente a partir dos meados do século XVII [...] ocorrem os grandes eventos que vão solapar de vez os quadros de referência do mundo medieval e impulsionar de maneira irreversível o deslizamento das explicações sobre a evolução do real: o desejo e a possibilidade da mudança social, que tem por marco definitivo a Revolução Francesa; a crescente importância dos mecanismos de mercado repousando sobre o jogo de uma relativa livre concorrência, alavancada pela queda progressiva das monarquias européias até a formação dos grandes impérios modernos; o progresso científico, com todo o rol de descobertas, inovações técnicas e especialização de saberes característicos do período inaugurado pelo Iluminismo. / [...] A principal ruptura introduzida à época está em que a explicação da evolução do real passa a ser acessível por meio da análise e observação de fenômenos empíricos e não por sentidos extramundanos, tal qual na filosofia agostiniana (p. 42/43).

Contudo, o maior mérito de Favareto (2007) corresponde à síntese das ideias do desenvolvimento, as quais, organizadas em três grandes grupos, compõe um quadro de referências com o percurso e o estágio de aperfeiçoamento de cada uma dessas ideias ao longo do tempo. Desse modo, esses grupos foram categorizados nas seguintes Macro-Tipologias: a) Desenvolvimento enquanto “progresso” e “evolução”; b) Desenvolvimento enquanto “crescimento” e “progresso”; e c) Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Territorial Sustentável, tal como segue.

a) Desenvolvimento enquanto “progresso” e “evolução”

O primeiro grupo organizado com base nas referências de Favareto (2007:40) se refere à gênese da ideia de desenvolvimento, onde estão imbricadas as noções de “progresso” e de “evolução”. Para esse autor, trata-se de um longo período de tempo protagonizado sobretudo pelos gregos e pelos romanos da História Clássica (Vicentino, 2006:62). Sobre isso, Favareto (2007) destaca o seguinte:

[...] na passagem da Idade Antiga à Idade Média, na virada do século IV para o século V, Santo Agostinho tentou conciliar uma filosofia da história com a herança da tradição intelectual anterior à teologia cristã, o que significava reequacionar três problemas derivados da teoria aristotélica e mantidos nos filósofos que o seguiram. Primeiro, o problema da intervenção divina, pois, enquanto em Aristóteles importava a força silenciosa que está no princípio da natureza e de seu desenvolvimento, no cristianismo é através dos acidentes da história que a força de Deus se mostra presente. Segundo, o problema da espontaneidade dos fenômenos naturais, pois para o cristianismo há algo supranatural que se junta à natureza e lhe justifica e dá sentido. Terceiro, o problema da mudança e do retorno, já que para o cristianismo é preciso que haja um começo, um meio e um fim, onde o celestial representa o ápice e o objetivo (p. 41).

Assim, prossegue o autor,

A solução agostiniana consistiu em preservar os elementos constitutivos dos ciclos, aplicando-lhes à totalidade da história universal como manifestação dos desígnios de Deus. Saem os ciclos sucessivos de ascensão, apogeu e declínio, de Aristóteles, e entra em cena a ideia de um único ciclo. Tomava forma aqui a concepção, ainda tão cara aos dias atuais, da história como movimento linear. Mas esta não seria a única implicação da filosofia de Santo Agostinho para história e a ideia do desenvolvimento. Outros três aspectos derivam dessas adequações: a história passa a ser vista como algo que envolve o conjunto do gênero humano; os eventos históricos não têm importância senão no que diz respeito ao todo mais amplo [...], neste caso, o plano de Deus (p. 42).

Como se pode avaliar, o cotidiano desse período operou com essa macro-orientação filosófica e política, e, com ela, foram construídas ruas, avenidas, casas, prédios, praças e templos nos espaços daquelas comunidades sobre suas paisagens, onde a população, os grupos de poder e as respectivas milícias modelaram os assentamentos e sociedades. Em outras localidades também ocorreu esse tipo de transformação, e isso significa que as pessoas e suas atividades estavam subordinadas a alguma lógica de poder, a qual acaba exprimindo

um conseqüente e correspondente ordenamento sócio-espacial ao longo do tempo, realizado com o trabalho do conjunto dos indivíduos da sociedade. Vale lembrar, os termos “paisagem” e “natureza” são equivalentes, assim como “sociedade” e “espaço” também o são.

Assim, para Golub (2010), por exemplo,

[...] a vida econômica e social foi, durante milênios, dominada pelo ritmo lento [...] dos vilarejos e primeiras cidades mantendo uma “relação simbiótica com o ambiente natural”. A sociedade tinha certamente um impacto na natureza local, mas este não era poderoso o suficiente para desafiar o equilíbrio do ecossistema. Da revolução agrícola do Neolítico, que abriu caminho para a sedentarização e as concentrações populacionais, até o século XIX, a proporção da população urbana mundial permaneceu limitada. De acordo com estimativas do historiador Paul Bairoch [...], ela oscilava entre 9% e 14% conforme a região e a época. / É certo que se formaram grandes aglomerações durante esse longo período pré-industrial como Babilônia, Roma, Constantinopla, Bagdá, Xian, Pequim, Hangzhou, Nanquim e assim por diante. Algumas dessas cidades foram corações de impérios e abrigavam dezenas ou mesmo centenas de milhares de pessoas. Por volta de 1300 d.C., Pequim tinha entre 500 mil e 600 mil habitantes. Já a Europa conheceu o que Bairoch chama de “empurrão urbano” na Idade Média, com a formação de uma rede de cidades mercantis e cidades-Estado com mais de 20 mil habitantes. Mas isso não alterou fundamentalmente o equilíbrio entre a cidade e o campo, nem revolucionou as relações sociais (p. 6/7).

Até esse momento histórico, a dinâmica de tempo necessária à produção social do espaço era vagarosa. Mas isso foi alterado com a ocorrência de novos fatos políticos, econômicos e sociais, os quais seguem expostos para caracterizar uma outra Macro-Tipologia do Desenvolvimento.

b) Desenvolvimento enquanto “crescimento” e “progresso”

Na há sociedade, só indivíduos.

Margareth Thatcher

Nesse novo grupo de referências ao desenvolvimento, Favareto (2007) examinou a ideia marcada pelas noções de evolução e crescimento “[...] assimiladas a ideia de progresso” (p. 44), por decorrência do Iluminismo, da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Do Iluminismo, Hobsbawm (2009) recorda que “[...] todas as ideologias humanistas, racionalistas e progressistas estavam implícitas nele, [...] embora a ordem social que surgiria de suas atividades tenha sido uma ordem capitalista e ‘burguesa’” (p. 49). Em relação à Revolução Industrial, Denis (2000) interpreta que a indústria,

[...] na acepção moderna da palavra, é mesmo uma invenção do setor estatal. / [...] o sistema mercantilista ora implantado, em que cada nação procurava defender seus interesses comerciais pelo domínio de mercados estrangeiros, acabou levando os estados a investirem diretamente na produção de bens de consumo, em escala inédita até então. Quase todos os países europeus fundaram nos séculos 17 e 18 manufaturas reais, ou da coroa, para fabricação de determinados tipos de produtos, principalmente artigos considerados de luxo, como louças, têxteis e móveis. Porém as primeiras manufaturas a serem assim monopolizadas foram as de fabricação de armas e de construção naval, indústrias estratégicas para garantir a própria sobrevivência do estado-nação (p. 22).

Desse modo, prossegue Denis (2000),

Pela primeira vez na história, já não era mais paradoxal sugerir que quanto maior a produção, maior seria o consumo. / É por isso que a definição avançada de Eric Hobsbawm descreve a industrialização como um sistema que passa a gerar demanda em vez de apenas suprir aquela existente. Sabe-se, porém, que essa demanda crescente data de antes da Revolução Industrial propriamente dita. Houve um grande crescimento no acúmulo de riqueza líquida ao longo dos cem anos anteriores e portanto um acréscimo correspondente no consumo (p. 21).

Por conseguinte, o iluminismo e a Revolução Industrial se internacionalizaram, desembocando posteriormente na Revolução Francesa. Hobsbawm (2009) corrobora com essa tese, afirmando o seguinte:

O fim do século XVIII, como vimos, foi uma época de crise para os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de agitações políticas, às vezes chegando a ponto da revolta, e de movimentos coloniais em busca de autonomia, às vezes atingindo o ponto da secessão: não só no Estados Unidos (1776-1783) mas também na Irlanda (1782-1784), na Bélgica e em Liège (1787-1790), na Holanda (1783-1787), em Genebra e até mesmo [...] na Inglaterra (1779). A quantidade de agitações é tão grande que alguns historiadores mais recentes falaram de uma “era da revolução democrática”, em que a Revolução Francesa foi apenas um exemplo, embora o mais dramático e de maior alcance e repercussão (p. 99).

Por seu lado, Favareto (2007) crê que esse mundo europeu modificado foi uma “[...] espécie de ante-sala do rapto da ideia de desenvolvimento pela economia, com a redução da evolução ao progresso e deste ao crescimento” (p. 44). Mais que isso, esse autor declara que só com o fim do século XX encerra-se plenamente a ideia de desenvolvimento relacionada com a noção de “evolução” (p. 45).

No período de tempo que corresponde ao segundo grupo de Favareto (2007), observa-se que, tanto na sociologia quanto na economia, havia uma percepção de equilíbrio associada à pretensão de previsibilidade, efetivada com a interdependência dos campos político, econômico e científico. Porém, segundo esse autor, esse período se limitou às “[...] metáforas de mecânica social, negando as metáforas biológicas” (p. 47).

Assim, se por um lado a Revolução Industrial inseriu na vida das comunidades a produção industrial seriada, estimulando o surgimento de uma série de novos ofícios e profissões - como a Economia, a Engenharia, a Psicologia e a Biologia, apenas para ficar em alguns exemplos - , por sua vez a Revolução Francesa incrementou o senso de individualidade da época com a emergente noção republicana de coletividade, dando novo sentido às organizações políticas, econômicas e sociais. Dessa mudança houve efeitos significativos, e um deles foi a criação dos centros urbanos. De acordo com Hobsbawm (2009),

O mundo em 1789 era essencialmente rural e é impossível entendê-lo sem assimilar este fato fundamental. Em países como a Rússia, a Escandinávia ou os Bálcans, onde a cidade jamais se desenvolvera de forma acentuada, cerca de 90% a 97% da população era rural. Mesmo em áreas com uma forte tradição urbana, ainda que decadente, a porcentagem rural ou agrícola era extraordinariamente alta, segundo dados disponíveis: 85% na Lombardia, 72%-80% na Venécia, mais de 90% na Calábria e na Lucânia. De fato, exceto em algumas áreas comerciais e industriais bastante desenvolvidas, seria muito difícil encontrar um grande Estado europeu no qual ao menos quatro em cada cinco habitantes não fossem camponeses. Até mesmo na própria Inglaterra, a população urbana só veio a ultrapassar a população rural pela primeira vez em 1851 (p. 33).

Mais que incrementar a demografia da época, os centros urbanos mais tarde darão origem às metrópoles, tornando muito mais complexas as relações humanas, suas atividades e seus espaços. Neira Alva (1997) se reporta à essa questão da seguinte maneira:

Historicamente, as cidades são concentrações de poder que controlam fluxos econômicos, sociais, culturais e políticos, constituindo centros de acumulação de riqueza e conhecimento. A partir da Revolução Industrial, as atividades de manufatura se concentram em algumas cidades cuja população cresceu explosivamente. / [...] As atuais regiões metropolitanas aglomeram população, instalações produtivas e infra-estrutura econômica, ocupando antigas áreas rurais e incorporando assentamentos preexistentes (p. 1).

Essa tese é partilhada por vários estudiosos do tema, assim como pesquisas mais recentes continuam confirmando-a (Maricato, 2001; Souza, 2002; Rolnik, 2003; Ribeiro &

Santos Junior, 2007). Entretanto, entre as pioneiras obras que denunciaram os fenômenos políticos e econômicos e os fatos sociais decorrentes da Revolução Industrial, da Revolução Francesa e do capitalismo, merecem especial atenção o “Manifesto do Partido Comunista” de Karl Marx e Friedrich Engels (1987), redigido há mais de 150 anos, e a “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” de Max Weber (2004), publicada no início do século XX, entre outras que também possuem grandes méritos.

Na obra de Marx e Engels (1987) há a seguinte e aguda análise:

Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassallos, mestres, oficiais e servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais. / A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de luta por outras novas. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos apostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. Dos servos da Idade Média nasceram os plebeus livres das primeiras cidades; desta população municipal, saíram os primeiros elementos da burguesia (p. 8).

Mais que isso, esses autores entendem que,

A descoberta da América, a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e, em geral, das mercadorias, imprimiram um impulso, desconhecido até então, ao comércio, à indústria, à navegação e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição. A antiga organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer às necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina. / Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais: a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia industrial cedeu lugar aos milionários da indústria - chefes de verdadeiros exércitos industriais - aos burgueses modernos (p. 9).

Desse modo, esses autores consideram que

A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando ao segundo plano as classes legadas pela Idade Média. / Vemos pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e de troca. Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna; aqui, República urbana independente, ali, terceiro estado, tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. / O governo do estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (p. 10/11).

Na obra de Weber (2004), por sua vez, há um trecho sobre o perfil psico-social do empreendedor capitalista e da lógica do capitalismo do final do século XIX. A saber:

Surgiu uma ética econômica especificamente burguesa. Com a consciência de estar na plenitude da graça de Deus e visivelmente por Ele abençoado, o empreendedor burguês, desde que permanentemente dentro dos limites da correção formal, que sua conduta moral estivesse intacta e que não fosse questionável o uso que fazia da riqueza, poderia perseguir seus interesses pecuniários o quanto quisesse, e com isso sentir que estava cumprindo seu dever. Ademais, o poder do ascetismo punha-lhe à disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos e extraordinariamente ativos, que se agarravam ao seu trabalho como a um propósito de vida desejado por Deus. / Finalmente, dava-lhe a confortável certeza de que a distribuição desigual da riqueza do mundo era uma disposição especial da Divina Providência que, com essas diferenças e com a graça particular, visava suas finalidades secretas, desconhecidas pelo homem. Calvino mesmo já emitira a opinião, muitas vezes citadas, de que somente quando o povo, isto é, a massa de trabalhadores e artesãos fosse pobre, conservar-se-ia obediente a Deus. Na Holanda havia secularizado que a massa humana só trabalharia quando a necessidade a forçasse para tal. Essa formulação de uma ideia básica da economia capitalista entraria, mais tarde, nas teorias correntes da produtividade por meio de salários baixos (p. 132).

Apesar das distorções políticas, econômicas e sociais introduzidas com a Revolução Industrial, e a conseqüente formação de sindicatos de operários insatisfeitos com o trabalho nessas indústrias - os quais ingressavam no socialismo científico ou no socialismo utópico (Engels, 1984) - , o capitalismo avançou muito com a racionalidade da produção industrial “fordista”. Outhwaite & Bottomore (1996) lembram que esse tipo de produção pertence ao

“[...] paradigma industrial que [...] desenvolveu os princípios do ‘gerenciamento científico’ inicialmente proposto por Taylor” (p. 322), o qual sistematizou os meios mais econômicos para executar cada tarefa produtiva, resultando na especialização de cada função do trabalho com a sua padronização e automatização da produção com uma mecanização cada vez mais intensa, oferecendo, em contra-partida, salários mais elevados que os das demais empresas da época (p. 323).

Esse incremento fortaleceu as indústrias existentes, potencializando o surgimento de grandes empresas e a ampliação dos seus negócios, fortalecidas pelo respaldo governamental dos estados liberais (p. 423). Essa lógica política e econômica e esse método produtivo se alastrou e as indústrias se multiplicaram exponencialmente para muitos países, redundando, inclusive, no estabelecimento dos distritos industriais propostos pelo economista Alfred Marshall (Benko, 2001), os quais eram criados por governos. Atrapalhadas iniciativas de governos e a respectiva promoção das novas operações industriais, acarretaram diversos problemas. Sobre isso, Landes (1994) afirma o seguinte:

À parte os cartéis, ou seja, as associações de empresas independentes, havia também vários “trustes” - instituições monopolistas, ou de pretensões monopolistas, que agrupavam uma parcela considerável de empresas produtoras de determinado ramo em vários graus de amalgamação. Em alguns casos, essas coalizões eram simplesmente o que os alemães chamam de *Interessengemeinschaft*: cada participante preservava sua autonomia, e a direção central era fornecida por um colegiado às vezes difícil de manejar, cuja influência dependia de boa-vontade das empresas-membro. A primeira *English Sewing-Cotton Company* (1897) e a *Calico Printers Association* (1899) foram desse tipo. Outras eram verdadeiras fusões, como a *União Salina* de 1888, que afirmava controlar 91% da produção de sal do Reino Unido, ou a *Companhia Unida de Álcalis*, formada em 1891 num derradeiro esforço de produtores que usavam o método de Leblanc para se sustentarem contra a concorrência do processo de Solvay. / Os trustes eram a resposta da Inglaterra à integração e à concentração da indústria alemã. De modo geral, uma resposta precária: surgiram indústrias erradas ou, quando certas, pelas razões erradas; muitas vezes eram fundadas por agentes promocionais, e não por produtores, e a supervalorização inicial do capital onerava o desempenho posterior; a própria multiplicidade de seus membros complicava sua tarefa e, também nesse caso, a falta de proteção tarifária expunha os membros prósperos às incursões dos intrusos - o sucesso era quase tão perigoso quanto o fracasso (p. 254/255).

Assim, tal como pondera Hobsbawn (1995:91), “[...] as operações de uma economia capitalista jamais são suaves, e flutuações variadas [...] fazem parte integral dessa forma de reger os assuntos do mundo”. Nessa direção, o surpreendente e ascendente processo de industrialização de bens de consumo, com sua expressiva capacidade de inovação técnica

(Landes, 1994:216) resultou em diversas atividades econômicas, entre as quais a produção de material bélico, que tanto interessavam às indústrias e aos governos, figura com indisfarçável e desconcertante clareza na obra de Hobsbawn (2005):

[...] mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, a França fazia planos para uma produção de munição de 10-12 mil granadas por dia; e, no fim, sua indústria teve de produzir 200 mil granadas por dia. Mesmo a Rússia czarista descobriu que produzia 150 mil granadas por dia, ou uma taxa de 4,5 milhões por mês. Não admira que os processos das fábricas de engenharia mecânica fossem revolucionados, [pois] a produção também exigia organização e administração - mesmo sendo o seu objetivo a destruição racionalizada de vidas humanas da maneira mais eficiente. / [...] Na verdade, exércitos e guerras se tornaram “indústrias” ou complexos de atividades econômicas muito maiores que qualquer coisa no comércio privado, motivo pelo qual no século XIX tantas vezes proporcionaram a especialização e a capacidade de administração para os vastos empreendimentos privados que se desenvolveram na área industrial, como por exemplo, os projetos de ferrovias ou instalações portuárias. Além disso, quase todos os governos estavam no ramo de fabricação de armamentos e material bélico, embora em fins do século XIX surgisse uma espécie de simbiose entre governo e produtores de armamentos privados especializados, sobretudo nos setores de alta tecnologia como a artilharia e marinha, que antecipam o que hoje conhecemos como “complexo industrial-militar”. Apesar disso, a crença básica entre a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial era de que a economia iria, até onde fosse possível, continuar a operar em tempo de guerra como em tempo de paz [...], embora, é claro, algumas indústrias fossem sentir claramente seu impacto - por exemplo, a indústria de roupas, da qual se exigiria que produzisse trajes militares muito além de qualquer capacidade em tempo de paz (p. 52/53).

Vicentino (2006) parece concordar com essa tese ao denunciar a motivação para ocorrência da Primeira Guerra Mundial. A saber:

Quando a França foi derrotada em 1870, na batalha de Sedan, perdendo para Alemanha as ricas províncias da Alsácia-Lorena, houve o despertar de um forte espírito nacionalista [...] que abriu a possibilidade de uma nova guerra européia. Ao mesmo tempo, a rivalidade inglesa com relação à Alemanha corporificou e teve suas raízes no crescimento industrial alemão, que colocava em risco a tradicional supremacia capitalista da Inglaterra, e nas pressões alemãs de redivisão colonial. / Grande parte dos orçamentos europeus destinava-se à corrida armamentista, o que transformou o Velho Continente num verdadeiro campo militar (p. 376).

Contudo, Hobsbawn (2005) considera que essa Guerra não foi mundial, crendo que ela “[...] devastou apenas partes do Velho Mundo” (p. 91). Esse autor reconhece, todavia, que dela decorreu “[...] um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em

todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado” (idem). Seja como for, essa Guerra matou milhões de vidas num só tempo, inaugurando o genocídio (p. 57), assim como teve um custo financeiro elevadíssimo que resvalou na economia mundial, forçando governos e indústrias a conviverem com um conseqüente desemprego em massa que sobrecarregou ainda mais as péssimas condições de vida das populações ressentidas com os episódios desse conflito internacional.

Sabe-se, por outro lado, que os Estados Unidos da América não se envolveu nessa Guerra, embora sua produção industrial não tenha obtido bom desempenho à época, alcançando pouco mais de 80% de crescimento econômico nos 25 anos após 1913 (Hobsbawn; 2005:92). Como se pode aferir, esse foi um período ampliado de crise com sua parte mais crítica situada entre 1929 e 1933, configurando o dramático colapso do capitalismo conhecido como Grande Depressão da Bolsa de Nova Iorque (Cotrim, 2000:389). De fato esse não foi um evento localizado, pois as relações comerciais de diversos países há muito operavam internacionalmente, extrapolando esse colapso para muitas outras nações.

Com essa perspectiva, Hobsbawn (2005) oferece um panorama da amplitude desse colapso:

A produção industrial americana caiu cerca de um terço entre 1929 e 1931, e a alemã mais ou menos o mesmo [...]. Dessa forma, nos EUA, a Westinghouse, grande empresa de eletricidade, perdeu dois terços de suas vendas entre 1929 e 1933, enquanto sua renda líquida caiu 75% em dois anos. Houve uma crise na produção básica, tanto de alimentos como de matérias-primas, porque os preços, não mais mantidos pela formação de estoques como antes, entraram em queda livre. O preço do chá e do trigo caiu dois terços, o da seda bruta três quartos. Isso deixou prostrados - para citar apenas os nomes relacionados pela Liga das Nações em 1931 - Argentina, Austrália, países balcânicos, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Egito, Equador, Finlândia, Hungria, Índia, Malásia britânica, México, Índias holandesas (atual Indonésia), Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, cujo comércio internacional dependia em peso de uns poucos produtos primários. Em suma, tornou a Depressão global no sentido literal (p. 96).

A resposta estadunidense para o capitalismo superar a Grande Depressão de 1929 foi deflagrada entre 1933 e 1939, e ficou conhecida como “New Deal” (Vicentino, 2006:395). Essa medida se consistiu num plano elaborado por um grupo de economistas famosos apelidados de “Brain Trust”, os quais estavam fundamentados nas teorias de Jonh Maynard Keynes. De acordo com Keynes:

“[...] as raízes da Depressão encontravam-se em uma demanda privada inadequada. Para criar demanda, as pessoas deviam obter meios para gastar. Uma conclusão daí decorrente é que os salários de desemprego não deveriam ser considerados simplesmente como débito de orçamento, mas um meio por intermédio do qual a demanda poderia aumentar e estimular a oferta. Além do mais, uma demanda reduzida significava que não haveria investimento suficiente para produzir a quantidade de mercadorias necessárias para assegurar o pleno emprego. Os governos deveriam, portanto, encorajar mais investimentos, abaixando as taxas de juros (uma política de ‘dinheiro barato’), bem como criar um extenso programa de obras públicas, que proporcionaria emprego e geraria uma demanda maior de produtos industriais” (Vicentino, 2006:395/396).

Por seu lado, desde 1920 estavam prontos os estudos do economista russo Nikolai D. Kondratiev (Hobsbawn, 2005), com os quais ele “[...] discerniu um padrão de desenvolvimento econômico a partir de fins do século XVIII, através de uma série de ‘ondas longas’ de cinquenta a sessenta anos” (p. 91), possibilitando a verificação das recorrentes crises do capitalismo ao longo do tempo. Evidentemente, as multidões descontentes com o capitalismo não se anularam diante dessas tantas crises políticas e econômicas e as respectivas convulsões sociais, empenhando-se na construção de alguma alternativa com as revoluções em curso desde as primeiras fases da Revolução Industrial, sobretudo os operários insatisfeitos com as longas e perigosas jornadas de trabalho nas indústrias e seus rebaixados salários, assim como os camponeses afetados pela expansão do desenvolvimento industrial (Landes, 1994:167) e o surgimento de centros urbanos em seus espaços (p. 172).

Uma das tensões sociais mais expressivas desse tempo foi a Revolução Bolchevique na Rússia (Vicentino, 2006), onde Vladimir Ilitch Lênin e Leon Trótski ganharam a confiança da população em 1917 com a plataforma “paz, terra e pão” e as “Teses de Abril”. Com essas teses eles propuseram a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial, a divisão das grandes propriedades entre os camponeses e a regularização do abastecimento interno (p. 387). Para Vicentino (2006), essa Revolução encampa o seguinte:

De início, o novo governo nacionalizou as indústrias e os bancos estrangeiros, redistribuiu as terras no campo e firmou um armistício com a Alemanha em Brest-Litovski. Para sair da Primeira Guerra Mundial, a Rússia teve de perder alguns territórios da Letônia, Lituânia, Estônia, Finlândia, Ucrânia e Polônia. / As mudanças que removiam as estruturas de poder tradicionais, entretanto, ativaram a oposição dos russos brancos (mencheviques e czaristas) que, apoiados pelas potências aliadas que não aceitavam a saída da Rússia da Guerra, mergulharam o país numa sangrenta guerra civil, que só terminaria em 1921, com a vitória dos bolcheviques (russos vermelhos) (p. 388).

Tal como se pode deduzir, não deve ter sido fácil para uma população imersa numa guerra civil construir uma alternativa para o próprio país. Contudo, esse processo avançou apesar da resistência das forças conservadoras internas (ou dos czaristas) e das forças conservadoras externas do país (ou dos capitalistas), e o saldo disso resultou em dois governos revolucionários, os quais modelaram a Rússia socialista e popular.

O primeiro desses governos revolucionários foi coordenado por Lênin, iniciado durante a guerra civil. Nele adotou-se a política econômica do “comunismo de guerra”, centralizando a produção industrial e agrícola do país com uma orientação distinta da economia capitalista de mercado (Vicentino, 2006:388). No entanto, em 1921 esse governo teve de moderar fortes tensões no campo provocadas por desabastecimento e confisco da produção agrícola (p. 389). A solução desse problema foi à implementação da “Nova Política Econômica” - NEP, um plano estatal com princípios socialistas e alguns elementos do capitalismo (idem). Essa política estimulou “[...] a pequena manufatura privada, o pequeno comércio e a livre venda de produtos pelos camponeses no mercado, motivando dessa forma a produção e o abastecimento” (idem). Essa política perdurou até 1928, recuperando parcialmente a economia russa e reativando setores estratégicos, o que ampliou o crescimento das atividades industriais, agrícolas e comerciais (idem).

Antes disso, a constituição de 1918 promulgou a República Soviética Socialista Russa, a qual foi alterada em 1923 por causa da instituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS a partir de um “[...] acordo de união de diferentes regiões do antigo Império Russo, transformadas em repúblicas federativas e socialistas” (idem). Em 1924, quatro anos após a morte de Lênin, a URSS experimentou o seu segundo governo revolucionário, com Josef Stálin no comando. No início desse governo “[...] a economia soviética viveu a socialização total, com a abolição da NEP e a instauração dos planos quinquenais [...] pela Gosplan, órgão encarregado da planificação econômica, objetivando transformar a União Soviética numa nação socialista moderna e industrializada” (p. 389).

Contudo, Cotrim (2000) relata que, depois de

[...] dezembro de 1929, Stálin tornou-se ditador da URSS. Sustentou-se no poder até sua morte, em 1953, controlando e perseguindo violentamente todas as oposições. Muitos revolucionários, companheiros de Lênin, foram presos, torturados e mortos pela repressão. Assim, grandes cidadãos foram executados como traidores da pátria. Eram as chamadas depurações stalinistas (p. 366).

Mesmo considerando esses excessos de Stálin, não é preciso ir muito longe para entender que a emergência da URSS em 1924 e o colapso do capitalismo com a Grande Depressão de 1929 “[...] deixou a Europa Central pronta para o fascismo” (Hobsbawn, 2005:95), afinal os “[...] artifícios [do capitalismo] para fazer as populações se acostumarem a longos períodos de patológica inflação de preços [...] só foram inventados após a Segunda Guerra Mundial” (p. 94). Para Hobsbawn (2005:108), foi esse o momento em que os valores do mundo liberal ruíram, produzindo uma forte guinada à esquerda de vários estados do mundo. Em contrapartida, “[...] o fortalecimento da direita radical foi reforçado” (p. 108).

Hobsbawn (2005) considera, então, que “[...] não era fácil discernir, depois de 1933, o que os vários tipos de fascismo tinham em comum, além de um senso de hegemonia alemã” (p. 120). Para esse autor,

A grande diferença entre a direita fascista e não fascista era que o fascismo existia mobilizando massas de baixo para cima. Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do “Estado orgânico” tentavam contornar. [...] Os fascistas eram os revolucionários da contra-revolução, [...] mesmo em sua deliberada adaptação dos símbolos e nomes dos revolucionários sociais tão óbvia no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores de Hitler, com sua bandeira vermelha (modificada) e sua imediata instituição do Primeiro de Maio dos comunistas como feriado nacional em 1933 (p. 121).

Cabe destacar, ainda, um outro ente importante da sociedade dessa época, o qual se posicionou entre os conservadores. De acordo com Hobsbawn (2005), essa entidade tinha “[...] origens e inspirações mais antigas que o fascismo, e às vezes muito diferente dele” (p. 118). Esse autor se refere à “[...] Igreja Católica Romana, profunda e inflexivelmente reacionária como era em sua versão oficial consagrada pelo primeiro Concílio Vaticano de 1870” (idem), a qual, para esse autor, foi ambígua em relação ao racismo de Hitler (idem). Hobsbawn (2005) infere, portanto, que essa situação criou “[...] substanciais problemas morais para os católicos com preocupações sociais” (p. 118), embora entenda que essa entidade diferia dos demais “reacionários anacrônicos” pela sua aversão ao iluminismo e à Revolução Francesa e por tudo que deles derivavam, como a democracia, o liberalismo ou o “comunismo ateu” (p. 118).

Em meio às revoluções e contra-revoluções desse período, e de todo tipo de alvoroço no mundo do trabalho com os conseqüentes embates entre as classes sociais (Hobsbawn, 2005:127), as desorientadas forças políticas reacionárias acabaram produzindo um tipo concentrado de fascismo na Alemanha e na Itália (Cotrim, 2000:392), disseminando-o no

mundo como “nazi-fascismo” (p. 395). Dele redundou o estabelecimento de regimes totalitários, sobretudo pelo “[...] temor das classes dominantes (industriais, altos oficiais do exército e outros)” (p. 392) frente aos governos populares insurgentes em diversos países.

Curiosamente, várias nações se uniram para conter o avanço do nazi-fascismo (Hobsbawn, 2005:147) e a “[...] democracia só se salvou, porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre o capitalismo liberal e o comunismo” (p. 17). Assim, a situação que era tensa se agravou, decorrendo em um dos episódios mais vergonhosos da humanidade ao longo do seu processo civilizatório: a Segunda Guerra Mundial.

Cotrim (2000:399) identifica a gênese dessa Guerra nas duras e humilhantes medidas impostas pelos países vencedores da Primeira Guerra Mundial à Alemanha, através do Tratado de Versalhes, as quais, somadas à grave crise socioeconômica que os alemães atravessaram entre as duas guerras mundiais, deu a Adolf Hitler a oportunidade de insuflar o povo com um forte sentimento de revolta e orgulho nacional, cooptando a população e sedimentando o estado nazista. Cotrim (2000) descreve esse processo da seguinte maneira:

Com governos fortes e autoritários, Alemanha, Itália e Japão conseguiram alto grau de disciplina social, dirigindo seus esforços para recuperação econômica e o desenvolvimento militar. / Esses países queriam modificar a ordem internacional estabelecida pelos vencedores da Primeira Guerra. Por isso, adotaram durante a década de 30 uma política externa agressiva. O objetivo foi à expansão territorial, militar e econômica (p. 398).

Hitler defendia o direito de aumentar o “espaço vital” para o povo alemão (Cotrim, 2000:398), desrespeitando, com isso, o Tratado de Versalhes. Assim, em 1936 a Alemanha ampliou seu território ocupando a Renânia, uma região de fronteira entre a Alemanha e a França (p. 399), anexou a Áustria em 1939 (idem) e, mais adiante, incorporou a Tchecoslováquia (p. 400). A Itália, por sua vez, invadiu a Etiópia em 1936 pelos mesmos motivos da forçada expansão alemã, proclamando rei da Etiópia um italiano. Também com o objetivo de expandir seus domínios territoriais, o Japão invadiu o reino da Manchúria em 1931, provocando uma guerra com a China em 1935 (p. 388).

Em 1936, Hitler estabeleceu “[...] um pacto [...] com Mussolini. Aliados, [...] intervieram na guerra civil espanhola para ajudar as tropas fascistas do general Francisco Franco [...] contra as forças populares da República espanhola” (Cotrim, 2000:399). Em 1939 a Alemanha firma um pacto de não-agressão com a URSS de Stálin, e pouco depois esses países invadem a Polônia (p. 400). Todavia, revela Vicentino (2006:405), com a “[...] intenção de obter minérios, cereais e petróleo, fundamentais aos seus planos bélicos, em junho

de 1941, Hitler, traíndo o pacto de não-agressão (...), e sem declaração de guerra, marchou sobre a União Soviética”. Evidentemente, esses e outros acontecimentos da mesma natureza assustaram as demais nações, motivando a Segunda Guerra Mundial.

Só em 1941 a União Soviética e os Estados Unidos da América entraram nesse conflito. Para Cotrim (2000:403), após o ingresso desses dois países, a Alemanha, a Itália e o Japão formam o bloco das “potências do eixo”, e a Inglaterra, os Estados Unidos da América, a União Soviética e a França o das “potências aliadas”. Segundo esse autor, as operações militares dessa Guerra estavam divididas em duas parcelas: na primeira foram reunidos os principais choques armados da Europa, do norte da África e do Extremo Oriente; e na segunda, estão os embates travados em cinquenta e oito países (idem). Desse modo, tal como aponta Vicentino (2006),

A Segunda Guerra Mundial deixou um saldo devastador: um custo material superior a um bilhão e trezentos milhões de dólares, mais de trinta milhões de feridos, mais de cinquenta milhões de mortos e outras perdas incalculáveis. A União Soviética perdeu mais de vinte milhões de habitantes, a Polônia seis milhões, a Alemanha cinco milhões e meio (p. 408).

Cotrim (2000) acrescenta ao inventário da destruição dessa Guerra vinte milhões de órfãos e cento e noventa milhões de refugiados (p. 405). Mesmo assim, a imagem mais forte do registro dessa Guerra foi o lançamento estadunidense de duas bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroxima e Nagasáqui, em agosto de 1945. Sobre isso há o seguinte depoimento de Watson: “Depois do calor veio o deslocamento de ar, [...] com a força de um furacão soprando a oitocentos quilômetros por hora. Num círculo gigantesco de mais de três quilômetros, tudo foi reduzido a escombros” (Vicentino, 2006:408). Cento e sessenta mil pessoas morreram instantaneamente, e milhares de outras vítimas sofreram sérias complicações ao serem expostas às radiações dessas bombas (Cotrim, 2000:405), resultando na rendição do Japão e no fim dessa Guerra. Cotrim (2000) revela que, à época, o presidente dos Estados Unidos da América justificou o uso das bombas para antecipar a rendição japonesa, embora muitos analistas discordem dessa versão considerando o uso dessas bombas um crime de guerra com o objetivo velado de intimidar a URSS, dando origem a uma nova ordem internacional (p. 405).

Após o fim da Guerra a Alemanha foi dividida em quatro zonas, através dos “Acordos de Paz” que se seguiram (Vicentino, 2006:408). Uma delas ficou com a Inglaterra, outra com a França, a terceira com os estadunidenses e a última com a URSS. Também foi criada a

Organização das Nações Unidas - ONU, em bases diferentes daquelas da Liga das Nações¹⁹, objetivando promover a paz e a segurança internacional através de projetos de cooperação internacional e da mediação dos problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural e humanitária (Cotrim, 2000:408). Assim, em 1946 o jogo das grandes forças políticas do mundo foi bastante modificado, polarizado em um grande bloco liderado pela URSS e noutro coordenado pelos Estados Unidos da América. As decorrentes disputas por hegemonia entre esses blocos encerram a aliança formada na Segunda Guerra Mundial, dando início à Guerra Fria que transcorre desse momento até 1980 (p. 409).

Vicentino (2006) observou que o bloco capitalista começou a implantar o Plano Marshall em 1948, para reconstruir os “[...] países capitalistas ocidentais cujas economias foram abaladas pelo esforço de guerra” (Cotrim, 2006:408), e foi a Organização Européia de Cooperação Econômica que administrou esse Plano (p. 417). Cotrim (idem) afirma que nessa época foram inauguradas muitas entidades, tais como: a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, que era uma aliança político-militar criada para proteger os países ocidentais (formado pelos Estados Unidos da América, Canadá, Reino Unido, França, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Portugal, Itália, Grécia, Turquia e Alemanha Ocidental); a BENELUX, composta pela Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo; a ANZUS, criada pela Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos para conter a ameaça comunista; a OTASE, que agrupava a Nova Zelândia, Austrália, Filipinas e Tailândia; a CENTO, da Turquia, Iraque, Irã e Paquistão; a CECA - Comunidade Européia do Carvão e Aço; e, finalmente, a Comunidade Econômica Européia, já em 1957 (p. 416).

Por sua vez, o bloco socialista revidou a criação da OTAN com o Pacto de Varsóvia de 1955 (p. 417). Em paralelo, a China fez a sua revolução e se tornou uma República Popular (idem), bem como a Guerra da Coreia entre 1950 a 1953, quando a URSS e a China apoiaram os coreanos revolucionários, e os Estados Unidos da América insuflaram os contra-revolucionários (p. 421). Essa Guerra também resultou em grandes perdas humanas e amplos prejuízos materiais, sobre as quais Vicentino (2006) estimou o seguinte: trezentas mil baixas de soldados coreanos; dezenas de milhares de baixas dos estadunidenses; dezessete mil das forças da ONU; algo em torno de um milhão e meio de baixas norte-coreanas e chinesas; e cerca de um milhão de civis tanto da Coreia do Norte quanto da Coreia do Sul (p. 420).

A esse fato, somam-se outros com motivos equivalentes, tais como “[...] a Guerra do Vietnã, a descolonização africana, a Revolução Cubana, a invasão da Hungria pelos soviéticos

¹⁹ De acordo com Cotrim (2000:356), a Liga das Nações foi uma entidade criada após a Primeira Guerra Mundial pretensamente para mediar conflitos internacionais e preservar a paz mundial.

e o rompimento entre a União Soviética e China” (Vicentino, 2006:422), além das diversas ditaduras militares na América Latina, tornando cada vez mais agudas as crises da Guerra Fria. Entretanto, com os fracassos estadunidenses na Revolução Cubana e na Guerra do Vietnã entre os anos de 1950 e 1970, a hegemonia do bloco capitalista foi abalada. Assim, “[...] temendo novos exemplos de rebeldia na América Latina [...], diante do descontentamento sociopolítico causado pelo subdesenvolvimento e as graves dificuldades econômicas da região” (Vicentino, 2006:425), o governo estadunidense “[...] estabeleceu um programa de ajuda econômica aos vizinhos do continente, a Aliança para o Progresso, [...] de modo a garantir a supremacia dos Estados Unidos no continente” (p. 425).

A riqueza de ocorrências históricas registradas desde a Segunda Guerra Mundial é extraordinária, e produziu transformações profundas nos espaços e paisagens do mundo. Algumas dessas são: a Proclamação da República Islâmica do Irã, de 1979, a Revolução Sandinista da Nicarágua, também de 1979, a intervenção dos Estados Unidos da América sobre o sindicato dos trabalhadores “Solidariedade” da Polônia, de 1983 e o desmonte do socialismo autoritário com a dissolução da União Soviética por volta de 1991, apenas para ficar em poucos e expressivos exemplos. Mesmo assim, diversos estudiosos crêem que houve nesse período uma “Era de Ouro”, com a qual a economia industrial se ampliou explosivamente, tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas (Hobsbawn, 2005:256).

Paradoxalmente, raciocina Hobsbawn (2005), “[...] o problema do mundo desenvolvido era que produzia tanto alimento que não sabia o que fazer com o excedente” (p. 256), chegando a tencionar ainda mais as divergências das nações ricas com as pobres, deixando cada vez mais evidente os contrastes entre elas a partir de 1960. Para esse autor, “[...] a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo, [...] cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomático que os descrevessem” (p. 254), tais como “países do primeiro mundo”, “países do terceiro mundo”, “países desenvolvidos” ou “países subdesenvolvidos”. Nessa época também eram usados os termos “países centrais” e “países periféricos”, onde o “centro” fazia alusão aos países que lideravam o capitalismo e nos locais do mundo onde estavam instalados os seus postos de comando.

Um imenso e intenso movimento competitivo e produtivista dissipou-se pelo mundo, e mesmo muitas das nações socialistas e as classes médias latino-americanas adotaram esse modelo com o passar do tempo. Hobsbawn (2005:259) descreve essa circunstância com base em alguns números, tais como: a Itália possuía setecentos e cinquenta mil carros particulares em 1938, e quinze milhões em 1975; antes da guerra, cento e cinquenta mil estadunidenses

viajavam em turismo à América Central ou Caribe, e entre 1950 e 1970 esse número subiu para sete milhões; a Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até 1950, passou a receber quarenta e quatro milhões de turistas até o final de 1980. E por aí vai.

Dentre os produtos que existiam nessa época, alguns foram considerados “revolucionários” por Hobsbawn (2005), por serem industrializados “[...] com materiais sintéticos conhecidos como ‘plásticos’, [...] desenvolvidos no período entreguerras” (p. 260), assim como o náilon, o poliestireno ou o políteno (idem). Esse autor interpreta que a alta tecnologia demandada pela Segunda Guerra Mundial inaugurou uma nova cultura de objetos, como radares, sonares, sistemas de comunicação de longo alcance, motores a jato, entre outros, pautados em ideias e técnicas inovadoras, as quais prepararam o “[...] terreno para a eletrônica e a tecnologia da informação do pós-guerra” (p. 260), onde a “[...] crença era que ‘novo’ equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionado” (idem).

Desse modo, avalia Hobsbawn (2005), uma “[...] revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo” (p. 261), tornando “[...] antigos luxos itens de consumo diário” (p. 263). Nessa direção, a partir da década de 1970, uma “economia transnacional” começa a se firmar (p. 272). Mais que internacional, como havia sido até então, essa nova economia se caracterizou como “[...] um sistema de atividades para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores” (idem).

Além disso, novos fenômenos sociais foram percebidos após 1960, alterando as relações pessoais e o jogo de forças políticas nos países mais industrializados. O primeiro se refere à revolução cultural resultante das transformações econômicas e sociais dessa época. Com essa revolução as famílias que antes possuíam muitos membros foram reduzidas (Hobsbawn, 2005:314), e os divórcios que ocorriam com uma taxa de um entre cada cinquenta e oito casamentos na Inglaterra e País de Gales de 1938, em 1980 eles pularam para um pouco mais de dois entre cada cinquenta e oito casamentos (p. 15). Hobsbawn (2005:37) também observou a ocorrência de maior liberdade sexual, incluindo o homossexualismo, bem como a explosão de nascimentos ilegítimos e do aumento do número de famílias com só um dos pais (p. 324). Essas mudanças de comportamento da sociedade urbano-industrial foram amplamente divulgadas pela indústria cinematográfica estadunidense como um novo modelo de vida, promovendo com isso novos valores e gostos e uma “nova juventude”, interessada, por exemplo, nas músicas dos “Beatles” e de outras bandas de “rock”. Com isso, muitos jovens insurgiram-se com o uso de drogas e entorpecentes, formando a estética “beatnik” e

“hippie” (p. 324). Hobsbawn (2005) se reporta a esse tempo através do caso estadunidense, tal como segue:

O recém-ampliado campo de comportamento publicamente aceitável, incluindo o sexual, na certa aumentou a experimentação e a frequência de comportamento até então considerado inaceitável ou desviante, e sem dúvida aumentou sua visibilidade. / Contudo, o grande significado dessas mudanças foi que, implícita ou explicitamente, rejeitavam a ordenação histórica há muito estabelecida das relações humanas em sociedade, que as convenções e proibições sociais expressavam, sancionavam e simbolizavam. / Mais significativo ainda é que essa rejeição não se dava em nome de outro padrão de ordenação da sociedade, embora o novo libertarismo recebesse uma justificação daqueles que sentiam que ele precisava de tais rótulos, mas em nome da ilimitada autonomia do desejo humano. Paradoxalmente, os que se rebelavam contra as convenções e restrições partilhavam as crenças sobre as quais se erguia a sociedade de consumo de massa, ou pelo menos as motivações psicológicas que os que vendiam bens de consumo e serviços achavam eficazes para promover sua venda. / Assumia-se tacitamente agora que o mundo consistia em bilhões de seres humanos definidos pela busca de desejo individual, incluindo desejos até então proibidos ou malvistas, mas agora permitidos - não porque se houvessem tornado moralmente aceitáveis, mas porque tantos egos os tinham. Assim, até a década de 1990 a liberalização quase chegou à legalização das drogas. Elas continuam sendo proibidas com variados graus de severidade e um alto grau de ineficiência (p. 327).

O segundo fenômeno social verificado nesse período se deu com um extraordinário crescimento da educação universitária a partir de 1950 (Hobsbawn, 2005), com “[...] pelo menos sete países com mais de 100 mil professores” (p. 291), ficando óbvio “[...] para planejadores e governos que a economia moderna exigia muito mais administradores, professores e especialistas técnicos que o passado” (idem). Havia, evidentemente, um grande contingente de estudantes assistidos por esses professores, entre os quais estavam os críticos e cétricos do capitalismo das décadas de 1960, 1970 e 1980, tal como confirma o “Maio de 1968” de Paris (idem). Hobsbawn (2005:275) considera que “[...] tudo isso produziu uma mudança paradoxal na estrutura política da economia mundial” e, apesar da resistência estudantil ter se espalhado no mundo, esse autor entende ser natural que

[...] a indústria se transferisse de locais de mão-de-obra cara para outros onde ela era barata assim que isso se tornasse possível e economicamente viável. / Contudo, havia um motivo particularmente convincente para o *boom* da Era de Ouro provocar o abandono dos países da velha industrialização. Era a incomum combinação “keynesiana” de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida. / Essa

combinação era, como vimos, uma construção política. Apoiou-se num consenso político efetivo entre a direita e a esquerda na maioria dos países “ocidentais”, com a extrema direita fascista-ultranacionalista eliminada do cenário político pela Segunda Guerra Mundial e a extrema esquerda comunista pela Guerra Fria (p. 276).

Com essa manobra, a economia capitalista de mercado escapou do controle nacional dos países onde até então operava. Como aferiu Hobsbawn (2005), a receita das transações internacionais aumentou “[...] cerca de 14 milhões de dólares em 1964 para aproximadamente 160 bilhões em 1973 e quase 500 bilhões cinco anos depois” (p. 273). Além disso, uma outra parcela significativa de lucros foi obtida com os negócios do petróleo (idem), que a essa altura se transformou numa *commodity* fundamental para abastecer a gigantesca frota mundial de automóveis. Com isso, o carro e a indústria automotiva se tornaram alguns dos símbolos do capitalismo, bem como o petróleo foi usado como moeda internacional para grandes negócios. Nesse período houve, então, mais uma crise do capitalismo, com o petróleo como pivô, quando os países árabes produtores dessa “commodity” majoraram seus preços.

Contudo, mais adiante, a efetivação da transnacionalidade dos grandes negócios capitalistas acionou meios inovadores, e a tecnologia “fordista” foi substituída pela tecnologia gerencial do “toyotismo” - ou “pós-fordista” - , deixando para trás o rigor fordista ao assumir a “especialização flexível toyotista”. De acordo com Antunes & Alves (2004),

Apesar do operário da fábrica toyotista contar com maior “participação” nos projetos que nascem das discussões dos círculos de controle de qualidade, com maior “envolvimento” dos trabalhadores, a subjetividade que então se manifesta encontra-se estranhada com relação ao que se produz e para quem se produz. / Se o fordismo expropriou e transferiu o *savoir-faire* do operário para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, o toyotismo tende a re-transferí-lo para a força de trabalho, mas o faz visando apropriar-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do *chão* da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas ideias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua exequibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital. / Mas o processo não se restringe a essa dimensão, uma vez que parte do *saber intelectual do trabalho* é transferida para as máquinas informatizadas, que se tornam mais *inteligentes*. Como a máquina não pode *suprimir* o trabalho humano, ela necessita de uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. / Surge, portanto, o envolvimento *interativo* que aumenta ainda mais o *estranhamento do trabalho*, ampliando as formas modernas de fetichismo, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada (p. 346/347).

Santos (2000) tem razão quando se refere a esse estágio do capitalismo como “globalização econômica”, apontando que um de seus fundamentos foi a “[...] informação e seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário [...] ao serviço do império do dinheiro, fundado [...] na monetarização da vida social e da vida pessoal” (p. 18). Para esse autor, com essa estratégia manteve-se “[...] um mercado avassalador [...] [onde] as diferenças locais são aprofundadas” (p. 19). Por isso, infere Santos, a globalização econômica é “uma fábrica de perversidades” (idem) para a maior parte das pessoas no planeta, pois, com ela, o

[...] desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza humana aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades, como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos e a corrupção (Santos, 2000:19/20).

O pensamento de Santos (2000) é pessimista em relação à lógica hegemônica do capitalismo global. Mesmo assim, esse autor indica uma alternativa generosa, propondo o seguinte:

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apóia para construir a globalização perversa de que falamos [...]. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. / [...] no plano empírico, podemos, em primeiro lugar, reconhecer um certo número de fatos novos indicativos de uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, graças aos progressos da informação, a “mistura” de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu. Um outro dado da nossa era, indicativo da possibilidade de mudanças, é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. / [...] No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa [...]. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica (Santos, 2000:20/21).

Apesar da lucidez de Santos (2000) em relação aos males do capitalismo global, existem estudiosos que acreditam haver um “capitalismo avançado” em curso na atualidade (Moraes, 2006:152). Porém, é difícil crer que um sistema tão problemático e perigoso consiga aperfeiçoar-se a ponto de dirimir sequer alguns problemas que produziu, como o esfacelamento do campesinato em um mundo com mais de seis bilhões de habitantes, onde aproximadamente um bilhão vive em condição de miséria e não tem uma dieta diária de alimentos adequada; ou a crise ambiental que vem reduzindo a qualidade de vida de ricos e tornando impraticável a vida dos pobres em todos os continentes, comprometendo, evidentemente, a biodiversidade com uma industrialização exagerada que reduz as variedades vegetais e animais que servem de alimentos para muitas populações, caracterizando um problema internacional de segurança alimentar e nutricional (Maluf, 1996).

Em relação à crise do campesinato, Hobsbawm (2005) oferece dados perturbadores. A saber:

O campesinato espanhol foi reduzido à metade em vinte anos após 1950, o português nos vinte anos após 1960 (ILO, 1990, tabela 2A; FAO, 1998). / São números espetaculares. No Japão, por exemplo, foram reduzidos de 52,4% da população em 1947 a 9% em 1985, isto é, entre a época em que um jovem soldado voltou das batalhas da Segunda Guerra Mundial e aquela em que se aposentou na sua posterior carreira civil. / [...] Na América Latina, a porcentagem de camponeses se reduziu à metade em vinte anos na Colômbia (1951-73), no México (1960-80) e - quase - no Brasil (1960-80). Caiu em dois terços, ou quase isso, na República Dominicana (1960-81), Venezuela (1960-81) e Jamaica (1953-81). Em todos esses países - com exceção da Venezuela - , no fim da Segunda Guerra Mundial os camponeses formavam metade, ou a maioria absoluta, da população ocupada. [...] A situação era semelhante nos países do islã ocidental. [...] Na década de 1980, mesmo os mais antigos bastiões da agricultura camponesa no leste e sudeste [europeu] não tinham mais de um terço, mais ou menos, de sua força de trabalho no campo (Romênia, Polônia, Iugoslávia, Grécia), e alguns muito menos, notadamente a Bulgária (16,5% em 1985) (p. 285/286).

Em relação à crise ambiental, Beck (1997) considera simplesmente que os “[...] efeitos colaterais despercebidos da produção industrial na perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca [...], mas sim uma crise institucional profunda da própria sociedade” (p. 19). Com isso, esse autor assume que atualmente sobrevive-se numa “sociedade de risco” (idem), onde “[...] o aumento de bem-estar social e o aumento dos riscos condicionam mutuamente um ao outro” (p. 29), anulando, em última análise, os benefícios que os produtos e serviços proporcionam aos consumidores e usuários e,

sobretudo, ao conjunto da sociedade, imputando aos consumidores riscos ecológicos que muitas vezes não são visíveis mas estão embutidos nos produtos da economia capitalista de mercado.

Por tudo isso, é justo que Favareto (2007) classifique as referências do seu segundo grupo pela “prevalência do crescimento como sinônimo de desenvolvimento” (p. 50). Segundo esse autor, “Mankiw simplesmente retirou de seu manual a expressão desenvolvimento [...] para ir direto ao núcleo da ideia: em resumo, desenvolvimento é crescimento” (idem). Favareto (2007) menciona que, também em “Jones, crescimento é considerado não só o principal meio, mas a principal indicação de desenvolvimento” (idem), crendo que onde há dinamismo econômico também haverá melhores indicadores sociais e qualidade de vida. Essas assertivas foram tratadas por Favareto (2007) como reducionistas, pois, segundo ele, a distribuição da riqueza entre aqueles que a produziu é fundamental e não ocorre nesse caso adequadamente. Portanto, esse ator acredita que esse tipo de “desenvolvimento” não contempla a prudência social e ambiental. Esse tipo de desenvolvimento também ocorreu nos países socialistas autoritários, onde os resultados econômicos das respectivas produções industriais ficavam concentrados em poder do Estado. Desse modo, observa-se que algum desenvolvimento sócio-econômico ocorreu nos países socialistas, mas nos países capitalistas somente nas suas fases de crise, ou keynesianas. Contudo, em ambos os casos, a tendência mais forte recai sobre e pequena liberdade política que é concedida às populações para decidirem e protagonizarem os rumos políticos, econômicos e sociais de cada uma dessas nações.

Por essa razão, Favareto (2007) caracterizou essa Macro-Tipologia do Desenvolvimento com um forte viés político-militar e uma “economia de guerra”, com poucos momentos de paz. Desse modo, a ideia de um desenvolvimento impregnada da lógica do “crescimento” e do “progresso”, com uma desmedida concentração de poder político e das riquezas econômicas utilizadas para ameaçar e submeter os povos que escolheram outros caminhos. Não é por outro motivo, enfim, que Sachs (1986), Gadotti (2000), Vieira & Weber (2000), Vieira (2005), Morin & Kern (2005), Morin (2007) e o próprio Favareto (2007), entre tantos outros estudiosos do tema do desenvolvimento, apontam as ideias de desenvolvimento como questões paradigmáticas, indicando a existência de possibilidades mais avançadas e humanizadas para esse fim, as quais coexistem no tempo, na natureza e no espaço, tal como Favareto (2000) sistematizou no seu último grupo de referências de ideias de desenvolvimento, exposto a seguir.

c) Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Territorial Sustentável

A diminuição da miséria mental dos desenvolvidos permitiria rapidamente, em nossa era científica, resolver o problema da miséria material dos subdesenvolvidos. Mas é justamente desse subdesenvolvimento mental que não conseguimos sair, é dele que não temos consciência.

Edgar Morin

Em relação a essa Macro-Tipologia do Desenvolvimento, encontra-se em Favareto (2007) referência aos agitados anos das décadas de 1960 e 1970. Nesses anos, “[...] movimentos de crítica social se materializaram em eventos, organizações de grupos militantes, em todo um caldo cultural [...] onde o mito do progresso estava em causa” (p. 52). Vale lembrar que Favareto (2007) trata a questão do desenvolvimento com várias acepções, entre as quais, as desse grupo resultam do descontentamento com as experiências de desenvolvimento testadas e expostas anteriormente. Por isso, Favareto (2007) inclui nesse grupo algumas alternativas que partilham premissas em comum, com o seguinte argumento:

[...] o fim da ideia de progresso (Nisbet, 1985) é o crepúsculo desta associação entre a melhoria da condição humana mediante um movimento natural de expansão de suas possibilidades materiais, e por decorrência, físicas e culturais. Já a ideia de desenvolvimento parece estar tendo outro destino: ela passa a sofrer uma tentativa de disputa social pelas suas significações possíveis, em vez de simplesmente morrer ou perder por completo seu apelo científico, político e utópico (p. 51).

Para esse autor,

Uma das expressões organizadas dessa insatisfação crescente com os rumos do debate sobre desenvolvimento pode ser encontrada no movimento ambientalista internacional que toma corpo nesse período, na virada dos anos 60 para os 70, e vem se tornando cada vez mais robusto desde então. Outra pode ser encontrada em teorias científicas destoantes do chamado *mainstream*. Em ambas a nova retórica de que as duas vertentes são portadoras se constituem a partir da crítica social, a partir de uma certa crise do poder explicativo da ideia tradicional de desenvolvimento. Uma crise que vai desembocar em diferentes desaguadouros: numa explosão de adjetivações (desenvolvimento incluyente, desenvolvimento social, desenvolvimento local, para ficar em apenas uns poucos exemplos), [...] numa tentativa de reconceituação científica dos processos de desenvolvimento (p. 51).

Assim, para cobrir as correntes mais expressivas apontadas por Favareto (2007) dessa última Macro-Tipologia, três subgrupos foram criados e descritos, ainda que existam pequenas variações praticamente equivalentes, tais como “Desenvolvimento Durável” ou “Desenvolvimento Viável” que são semelhantes ao “Desenvolvimento Sustentável”. Seguem, então, os seguintes tipos: c.1) Ecodesenvolvimento / Desenvolvimento Sustentável; c.2) Desenvolvimento Humano; e c.3) Desenvolvimento Local / Desenvolvimento Territorial.

c.1) Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável

O desafio dos nossos tempos é o de servir da presente crise como uma oportunidade para iniciar-se um processo de transição do mau desenvolvimento para o desenvolvimento, e dessa forma, tentar formar um amplo consenso social em torno de uma nova construção social (projeto social).

Ignacy Sachs

Proposto por Ignacy Sachs, através da obra “Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir” (Sachs, 1986), a contribuição desse conceito possui fundamentos suficientes para superar as amplas deficiências do Desenvolvimento Econômico / Crescimento Econômico apontados anteriormente. O conceito de Ecodesenvolvimento foi elaborado com base numa tese de doutorado em Economia, onde Sachs comparou o que havia de positivo e de negativo nos processos de desenvolvimento da França, Índia e Brasil, enfrentando, finalmente, a temática ecológica como uma questão central da equação do desenvolvimento.

Sachs (1986) elaborou essa tese partindo da seguinte ponderação:

Com efeito, num mundo traumatizado pela crise dos anos trinta, pelo surgimento do campo socialista e pela emergência do Terceiro Mundo, o crescimento ocupou lugar de honra tanto entre capitalistas como entre os revolucionários, entre aos que se davam ao lucro e os que se davam à justiça, estabelecendo-se os pontos de clivagem apenas em torno das modalidades e dos usos do crescimento e, muito curiosamente, à esquerda e a direita dividem-se, cada qual de seu lado, em adversários e defensores do crescimento. / A tomada de consciência dos problemas ambientais aparece simultaneamente como uma das causas e como um sintoma deste novo estado de espírito. É verdade que a degradação do ambiente atinge, em ambos os lados, proporções desagradáveis, ou mesmo perigosas [...] na medida em que a degradação introduz um elemento de irreversibilidade (p. 09).

O autor prossegue, afirmando que,

Para uns, a qualidade de vida é obtida às custas das produções materiais; para outros, ela é, ao contrário, proporcional à abundância dos produtos. / Importa observar que, para além desses esforços, ainda desajeitados, se instaura uma prática política interessante sob vários aspectos: o longo termo se torna operacional, a explicitação dos futuros possíveis e a escolha dos futuros desejados adquirem direito de cidadania; a abordagem do planejamento, ao mesmo tempo global e normativo, começa a substituir a extrapolação; o procedimento sistemático suplanta os cortes setoriais legitimados pelo cartesianismo. A aposta em um desenvolvimento econômico e social contínuo, harmonizado com a gestão racional do ambiente, passa pela redefinição de todos os objetivos e de todas as modalidades de ação. O ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento; deve, pois, ser internalizado em todos os níveis de decisão. De fato, os problemas de recursos, energia, ambiente, população e desenvolvimento só poderão ser corretamente percebidos quando examinado em suas relações mútuas, o que implica um quadro conceitual unificado de planejamento (p. 10).

Para Sachs (1986), essa nova ideia de desenvolvimento foi elaborada com um paradigma distinto ao do Positivismo ou ao da Dialética Marxista, pois, segundo os “[...] especialistas da abordagem sistêmica, o ambiente se constitui de tudo aquilo que não faz parte do sistema intencional estudado, mas afeta seu comportamento” (p. 12).

Sachs (1986:12) entende que tal abordagem requer “[...] que se identifiquem bem os efeitos ecológicos e sociais das ações empreendidas para a realização dos objetivos explícitos do sistema intencional constituído pelas políticas de desenvolvimento”. Assentado na Teoria dos Sistemas Vivos e na Teoria da Complexidade (Gadotti, 2000:37), o Ecodesenvolvimento opera o desenvolvimento de um modo inovador. Como afirma Gadotti (2000), ele

[...] surgiu como resposta aos paradigmas clássicos (positivismo e marxismo), unificadores e homogeneizadores do mundo. Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, complexidade, planetaridade, sustentabilidade são categorias fundantes desse novo paradigma e remetem para outra lógica, para outra racionalidade, questionando tanto o projeto epistemológico quanto o sentido da vida colocado pelos paradigmas clássicos. A teoria ou o pensamento da complexidade não anula inteiramente os paradigmas clássicos. A dialética, por exemplo, não foi aniquilada pela complexidade. Ao contrário, fortaleceu-se à medida que ela se libertou das amarras do atomismo e dos marxismos esquemáticos. A complexidade [...] fortaleceu a necessidade de incorporar a questão do poder no saber. A ética ganhou mais força ao lado da filosofia da natureza (p. 41).

Mais que isso, Gadotti (2000) evoca um outro estudioso para reforçar seu ponto de vista. Assim, para Morin, foi

“[...] a partir do século XVI, sobretudo no século XX, criou-se um fosso entre a ‘cultura das humanidades’ e a ‘cultura científica’, sustentado por três pilares de certeza: o pilar da ordem, da regularidade, do determinismo; o pilar da separatividade; e o valor da prova produzida pela indução e pela dedução. Esses pilares de certeza encontram-se hoje abalados por novas descobertas, por exemplo, da física: uma partícula pode comportar-se de modo contraditório, incertamente, ora como onda, ora como matéria, colocando em cheque o princípio da certeza” (Gadotti, 2000:39).

Com essa diretriz, Gadotti assume que as ciências se tornaram “sistêmicas” nas últimas décadas, tais como a Geofísica, Botânica, Zoologia, Microbiologia e Ecologia, para citar apenas alguns exemplos, as quais dão suporte epistemológico e científico à Teoria da Complexidade e à sua aplicação através do Ecodesenvolvimento, o qual, por sua vez, depende do diálogo entre os diversos saberes nele implicados, sejam formais ou informais. Segundo Morin,

“[...] o princípio dialógico é necessário para afrontar realidades profundas que, justamente, unem verdades aparentemente contraditórias. Pascal reiterava que o contrário de uma verdade não é um erro, mas sim uma verdade contrária. De forma sofisticada, Niels Bohr considerava que o contrário de uma verdade profunda não é um erro, mas outra verdade profunda” (Gadotti, 2000:40).

Baseado nisso, Gadotti (2000) procede a seguinte reflexão:

Por isso, sustenta Morin, a reforma do pensamento, a educação do olhar que enxerga a realidade como um todo e não separadamente, precede o exercício da transdisciplinaridade. “A missão primordial do ensino implica muito mais aprender a religar que aprender a separar, o que foi feito até o presente. É preciso, ao mesmo tempo, aprender a problematizar” [Morin, 1999:50]. Pode-se considerar que os pensadores dialéticos já faziam isso desde o século XIX. “Tudo está ligado a tudo”, dizia Engels em sua *Dialética da natureza*. Isso é verdade. Ele também mostrou que a contradição era inerente a tudo: coisas, fenômenos, pensamento. O que é diferente hoje é que autores como Morin levam às últimas conseqüências esse princípio, na forma de fazer “ciência”, na filosofia, nas artes, na educação e na cultura. São dialéticos, sem transformar a dialética em normas e leis (p. 40).

Cabe considerar, portanto, que a Dialética Marxista inspirou a formulação da Teoria da Complexidade e a Teoria dos Sistemas Vivos, e, de acordo com Gadotti (2000), esse novo viés do planejamento para o desenvolvimento avançou, constituindo-se na abordagem “complexa” e “sistêmica” do Ecodesenvolvimento. Um aspecto que indica a inovação dessa nova Macro-Tipologia do Desenvolvimento reside no fato do Ecodesenvolvimento ter sido

definido “[...] particularmente às regiões rurais do Terceiro Mundo” (p. 15), assim como para as cidades (idem). Essa preocupação de relacionar a cidade e o campo, de articular os elementos econômicos, sociais e ecológicos, bem como a relação global e local no âmbito do planejamento e da gestão para o desenvolvimento correspondem a diretrizes dialéticas e dialógicas - ou complexas - ainda que não tenha entrado na pauta das demais correntes de pensamento e das respectivas abordagens do desenvolvimento. Por essa razão, vale conhecer as principais diretrizes do Ecodesenvolvimento (Sachs, 1986).

A primeira delas aponta que, em cada “ecorregião”, é preciso valorizar os recursos específicos para satisfazer “de maneira realista e autônoma” as demandas da população em termos de alimentação, habitação, saúde e educação (p. 15). A segunda reconhece que o ser humano é o “recurso mais precioso” do Ecodesenvolvimento, o qual deve se ocupar da provisão de empregos com qualidade nas relações humanas, inclusive o devido respeito pela diversidade cultural (p. 16). Isto implica a implementação de um ecossistema social, que deve estabelecer “sinergia entre a contribuição da ecologia e a da antropologia social” no âmbito do planejamento (idem). A terceira instrui sobre “a identificação, a exploração e a gestão dos recursos naturais dentro de uma perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (p. 16), onde o uso de recursos renováveis deve ser priorizado e o de recursos não-renováveis não pode ser desperdiçado ou exaurido. A quarta premissa do Ecodesenvolvimento considera que os “impactos negativos das atividades humanas sobre o ambiente podem ser reduzidos mediante recurso a procedimentos e formas de organização da produção” (p. 16), bem como recomenda “a utilização das quebras para fins produtivos” (idem). A quinta premissa se reporta à questão de fornecimento de energia aos setores produtivos, indicando que “nas regiões tropicais e subtropicais, em particular” (p. 16) é possível e desejável “apostar na capacidade natural para a fotossíntese sob todas as formas” (idem) como primeira fonte, possibilitando reduzir o consumo oriundo de fontes comerciais. A sexta premissa se refere a “um estilo tecnológico particular” (p. 17), onde “o aperfeiçoamento de ecotécnicas é chamado a ocupar um lugar importante no ecodesenvolvimento” (idem) para “compatibilizar adequadamente objetivos diversos - econômicos, sociais, ecológicos” (idem), através de um modelo tecnológico que envolve novas modalidades de organização social e de educação. A sétima premissa do Ecodesenvolvimento trata de uma questão política, demandando “a constituição de uma autoridade horizontal capaz de superar os particularismos setoriais” (p. 17) para beneficiar todas as facetas do desenvolvimento com a complementaridade das diferentes ações que figuram em projetos dessa natureza. O modo de se promover tal medida implica na

“participação efetiva das populações locais na definição e harmonização das necessidades concretas, na identificação das potencialidades produtivas do ecossistema e na organização do esforço coletivo, com vistas ao aproveitamento dessas potencialidades (idem). Por fim, a última premissa do Ecodesenvolvimento se refere a “educação preparatória das estruturas de planejamento e gestão” (p. 18), as quais devem “sensibilizar as pessoas quanto à dimensão do ambiente e aos aspectos ecológicos do desenvolvimento” (idem).

Com base nessas premissas vários projetos foram executados no mundo, sobretudo para desenvolver pequenas localidades rurais. Entretanto, Lima (1997) revela que esse conceito teve de enfrentar os debates realizados e a decisão assumida por cento e treze países nas Conferências de Estocolmo, em 1972. Para esse autor,

Na esteira da Conferência de Estocolmo registram-se a criação do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e de diversos outros programas com preocupação ecológica. A Conferência de Estocolmo reflete essa preocupação, sobretudo do mundo desenvolvido com a vulnerabilidade dos ecossistemas naturais. Sua ênfase estava nos aspectos técnicos da contaminação provocada pela industrialização acelerada, pela explosão demográfica e pela expansão do crescimento urbano. Pode-se afirmar que o tom predominante foi a polêmica entre países ricos e países pobres. Em verdade, a agenda da Conferência ressaltava temas e objetivos de interesse dos países industrializados, e o Brasil foi um dos países a liderar uma resistência de terceiro-mundistas, sob o argumento de que precisamos de desenvolvimento e não de controle ambiental [...]. Apesar dos conflitos, a Conferência teve repercussões mundiais, desencadeando outras conferências internacionais, a criação de diversas agências internacionais voltadas para o assunto, de órgãos ou ministérios ambientais em muitos países, de milhares de organizações não-governamentais e a organização de partidos verdes em numerosos países. / Já em 1973 o conceito de ecodesenvolvimento é usado pela primeira vez para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento (Lima, 1997:12).

Embora a ONU goze da desconfiança das correntes de pensamento mais à esquerda - por ter sido instituída e ser mantida pelos países vencedores da Segunda Guerra Mundial - , as nações membro da entidade não conseguiram escapar do enfrentamento dos desafios relativos à crescente degradação ambiental resultante das imensas produções da agricultura, das indústrias e a conseqüente massificação da pobreza no mundo. Assim, Favareto (2007) recorda que, quinze anos após ser proposta, “[...] a noção de ecodesenvolvimento viria a ser praticamente substituída pela ideia mais genérica, e em parte por isso mesmo mais aceita, do desenvolvimento sustentável, [...] consagrada pela Comissão Brundtland” (p. 52). Segundo esse autor, com essa decisão “[...] escolhia-se uma conceituação que, em primeiro lugar, não sinalizava a necessidade de se instituir um outro padrão, um outro estilo; em segundo lugar,

essa opção era totalmente compatível com a tentativa de resposta ao alerta levantado pela crítica ambiental” (Favareto, 2007:53).

Enfim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável prevaleceu, deixando uma ampla frente de pesquisadores e ativistas políticos de várias nacionalidades contrariados. De qualquer modo, é preciso reconhecer, a ONU realizou numerosas conferências mundiais articulando os temas do “meio ambiente” e do “desenvolvimento” (SMA / SP, 1997:7), entre as quais se destacam a da Convenção das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972 - que ficou conhecida como a Convenção de Estocolmo onde foi redigida a Declaração de Princípios sobre Proteção do Meio Ambiente; a da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992 - mais conhecida por ECO’92; a da Agenda 21, também de 1992, e suas diretrizes para o desenvolvimento sustentável em longo prazo; a da Mudança do Clima, de 1992; a da Cúpula Mundial sobre Alimentação, de 1996; a do Protocolo de Kyoto, de 1997 - mais conhecida por “Eco + 5”; a da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, de 2002 - mais conhecida por “Rio + 10”; e a dos Objetivos do Milênio, de 2004; apenas para ficar com alguns exemplos.

Embora existam muitas outras convenções, todas com temas igualmente importantes, quase sempre elas tiveram baixa efetividade na contenção da ganância e dos estragos econômico, sociais e ambientais decorrentes do capitalismo, sobretudo na sua fase global. Ainda assim, as Conferências de Estocolmo de 1972 e a ECO’92 foram muito importantes para a compreensão do binômio “meio ambiente” e “desenvolvimento”, assim como a proposição da Agenda 21 como método e plano de ação em escala planetária, a ser implementado por governos, agências de desenvolvimento e grupos independentes, onde a sua execução levava em consideração “[...] as diferentes situações e condições dos países e regiões e [...] os princípios contidos na Declaração do Rio Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” (Estado de São Paulo, 1997:22). Tinha, portanto, uma pauta de longo prazo, com temas, projetos, objetivos, metas, planos e mais de duas mil e quinhentas ações a serem executadas.

Muitas dessas conferências promovidas pela ONU, seus debates, decisões e encaminhamentos foram absorvidos nas cartas magnas de diversos países, sob a forma de leis de proteção ambiental. Esse é o caso do Brasil: no Capítulo VI da Constituição Federal de 1988, referente ao Meio Ambiente, consta o seguinte no Artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder

público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. / § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: / I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; / II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; / III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; / IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; / V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; / VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; / VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. / § 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. / § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. / § 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. / § 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. / § 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Infelizmente, em muitos países essas legislações não estão sendo aplicadas como deveriam, tal como se observa no caso dos Estados Unidos da América, China e Brasil em relação às recentes tentativas de contenção do “aquecimento global” ou do “desmatamento” de florestas, apenas para citar alguns exemplos de uma longa lista. Ainda assim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável continua válido, pois resultou do difícil exercício de diálogo entre as nações, onde o planeta foi percebido como um conjunto de sistemas complexos - tal como o sistema da natureza e o sistema das sociedades - e suas partes, ou países, interdependentes em relação aos demais.

Por outro lado, muitos setores de governos, institutos de pesquisa, sindicatos de trabalhadores, organizações não-governamentais e movimentos sociais fazem uso desse conceito, aplicando a noção da “sustentabilidade” em projetos, aferindo bons resultados. Em

contra-partida, um número crescente de empresas privadas vem se apropriando da ideia de Desenvolvimento Sustentável nas últimas décadas, onde, em grande parte, ele é apenas um mal disfarçado argumento de vendas, desvirtuado dos seus postulados originais, distanciando-se cada vez mais da ideia de Ecodesenvolvimento.

c.2) Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Amartya Sen

Para Favareto (2007), o Desenvolvimento Humano “[...] é um segundo desdobramento [...] sob os impactos de toda crítica social aos rumos do desenvolvimento” (p. 53), diferindo das ideias de Ecodesenvolvimento e de Desenvolvimento Sustentável por apostar “[...] na formulação de novas medidas e novas orientações capazes de fazer frente à desigualdade e à pobreza” (idem). Assim, esse autor entende que o

[...] principal resultado deste esforço em ampliar o foco do debate sobre desenvolvimento, para além do crescimento econômico, foi a adoção, pelas Nações Unidas, da noção de desenvolvimento humano, que ganhou expressão mundial através do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Embora seja comum associar o IDH ao nome do indiano Amartya Sen, seu principal formulador foi o paquistanês Mahbud Ul Haq (p. 53).

Todavia, Favareto (2007) interpreta que Amartya Sen - um cientista ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1988, que deu grande contribuição na construção dessa ideia - é cético em relação ao IDH, duvidando que esse “índice sintético” consiga responder pelo desenvolvimento de uma determinada sociedade, em razão da “[...] intrincada relação entre suas diferentes dimensões e pelo peso distinto que cada uma delas guarda em diferentes culturas” (idem). De fato, o IDH é mais um índice que um instrumento de intervenção para o desenvolvimento. Assim, esse índice reflete, com limitação, a condição em que se encontra uma determinada nação ou localidade em termos de desenvolvimento, mas não oferece ferramenta de ação alguma para promover o avanço dos itens avaliados e mal pontuados no IDH posto em questão.

Mesmo assim, vale conhecer os elementos que integram o cálculo do IDH, segundo Scarpin & Slomski (2007):

A primeira dimensão estudada pelo IDH é chamada de uma vida longa e saudável. Tal dimensão é obtida pelo cálculo de um único índice de esperança de vida. Segundo Fukuda-Parr e co-autores, esse índice mede "a realização relativa de um país na esperança de vida à nascença". / A segunda dimensão estudada pelo IDH é chamada de conhecimento, e é avaliada pelo índice da educação, composto de dois índices: o índice da alfabetização de adultos e o da escolarização bruta combinada. O índice da alfabetização de adultos mede o percentual de adultos alfabetizados. Por sua vez, o índice da escolarização bruta engloba tanto a educação no primário como no secundário e superior. / De posse dos dois índices, é feita então uma ponderação para o cálculo do índice da educação. É atribuída uma ponderação de 2/3 à alfabetização de adultos e de 1/3 à escolarização combinada. / As dimensões renda e educação devem ser correlacionadas entre si. Mankiw, Romer e Weil verificaram uma significância estatística entre nível de educação e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em uma amostra *cross-sectional* de 98, 75 e 22 países, enfatizando o relacionamento positivo entre os indicadores. / [...] Por fim, há a terceira dimensão, a do nível de vida digno. Nessa dimensão, o índice do PIB é calculado utilizando o PIB *per capita* ajustado (dólares PPC) (p. 6).

Esses autores entendem ainda, que

[...] no IDH, “o rendimento entra como um substituto para todas as dimensões do desenvolvimento humano não refletidas numa vida longa e saudável e no conhecimento”. O rendimento é ajustado porque, para alcançar um nível elevado de desenvolvimento humano, não é necessário um rendimento ilimitado. Por isso, utiliza-se o logaritmo do rendimento. / As dimensões do nível de vida digno e da educação também podem ser interdependentes. Biswas e Caliendo afirmam que “uma alta expectativa de vida fornece um incentivo adicional para se obter educação”. Esses autores também mencionam que “a educação pode render frutos para o aumento da expectativa de vida”. Uma análise estatística feita por eles mostra um índice de correlação da ordem de 0,82. / Uma vez calculados os índices das três dimensões, para efetuar o cálculo do IDH basta fazer a média aritmética dos índices (p. 7).

Seja como for, o IDH tem sido utilizado para classificar o nível de qualidade de vida de cidades, municípios, regiões ou países, oferecendo dados que posteriormente podem ser comparados para aferir as conquistas de algum empreendimento de desenvolvimento em curso. No caso brasileiro, por exemplo, aplica-se o IDH para ranquear o estágio de desenvolvimento de cada município do país²⁰.

²⁰ Disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1, acessado em <janeiro de 2010>.

Todavia, a despeito dessa utilidade do IDH, Favareto (2007) pondera que,

Assim como no caso do movimento que envolveu a formulação da expressão “desenvolvimento sustentável”, também na vertente do “desenvolvimento humano” o aspecto de crítica aos rumos do progresso teve mais alcance do que as iniciativas voltadas para formulação de agendas positivas abrangentes. Mais que isso, muito pouco há de diálogo entre as duas vertentes, tanto em termos institucionais - o que se expressa nas estratégias diferenciadas de organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - , quanto em termos científicos - nada há nos documentos da Comissão Brundtland sobre as questões sociais, assim como nada há em Amartya Sen sobre a questão ambiental (p. 54).

De fato a aplicação das Macro-Tipologias do Desenvolvimento tem frustrado a expectativa das populações e comunidades ao privilegiarem as prioridades de governos, de grandes empresas privadas ou de organismos internacionais patrocinadores de projetos de desenvolvimento, promovendo-se, assim, um tipo de desenvolvimento sem a participação popular na sua proposição e gestão. Além disso, não entra no cálculo do IDH a questão da sustentabilidade, tornando discutível a noção de qualidade de vida implícita nessa Macro-Tipologia de Desenvolvimento.

Por fim, são exatamente as estratégias de resistência das populações e comunidades em relação a esses projetos de desenvolvimento elaborados e gestados em gabinetes, e das tentativas de superar os problemas de ingerência política das entidades patrocinadoras dos processos de desenvolvimento, que seguem tratadas no próximo e último subgrupo as emergentes Macro-Tipologias de Desenvolvimento.

c.3) Do Desenvolvimento Local ao Desenvolvimento Territorial Sustentável

O desenvolvimento local não é um projeto técnico: não se concebe um organismo de desenvolvimento como se concebe uma metalurgia. É preciso escutar, experimentar, entender que forças estão presentes e como elas influenciam o processo do desenvolvimento. Um projeto deve ser concebido na esfera local e ter flexibilidade suficiente para sofrer sucessivas modificações.

Sebastiano Brusco

Entre as correntes que se propuseram a superar as Macro-Tipologias do Desenvolvimento autoritárias ou mal orientadas, a deste subgrupo é a mais interessante para os interesses das comunidades e extratos sociais mais populares. Por essa razão, ao tratar

dessas últimas ideias sobre o desenvolvimento Favareto (2007) considerou, a priori, o seguinte:

[...] desenvolvimento precisa ser compreendido não só como estágios ou etapas alcançadas ou alcançáveis pelas sociedades humanas, mas como o processo mesmo pelo qual essa evolução se faz; além disso, essa evolução é algo que remete a uma trajetória de longa duração. Como disse Elias, o abandono dos problemas relativos às dinâmicas de longo prazo em benefício de problemas específicos e tidos como mais atuais foi resultado de constrangimentos bem específicos e típicos do século XX [...]. Segundo, deve ter ficado claro também que nesta evolução contam diferentes dimensões: a dimensão do crescimento econômico, a dimensão das questões sociais, a dimensão ambiental, para ficar apenas nas três mais evidentes (p. 56).

A Macro-Tipologia do Desenvolvimento Local surgiu nos anos de 1970 e 1980, estimulada por um fenômeno social que envolveu a inédita experiência de descentralização produtiva de uma região italiana deprimida econômica e socialmente (Raud, 1999:32). Trata-se do caso da “Terceira Itália”, onde pequenas empresas e outros atores sociais se organizaram e alcançaram resultados significativos. Sobre isso, Raud (1999) relata o seguinte:

Numerosos estudos foram realizados na Itália devido à importância assumida pelas pequenas empresas na economia nacional (de emprego, de produção ou de exportação), e devido à forma assumida por sua expansão. Com efeito, as PMEs, isto é, as empresas com menos de 500 empregados, tiveram seu peso no emprego industrial aumentado de 67,4% em 1951 para 72% em 1961. Além disso, o censo de 1971 mostrou que esse crescimento das pequenas empresas estava localizado quase que exclusivamente nas regiões do Nordeste e do Centro (NEC), e que ele estava na origem do processo de industrialização de uma área de tradição agrícola que fornecia até então uma mão-de-obra barata para as grandes empresas do Noroeste. Assim, em algumas regiões, os salários atingiram os níveis do Piemonte, a região mais industrializada da Itália. Ao mesmo tempo, as taxas de desemprego diminuíram. Por outro lado, se a renda *per capita* da região de Modena, por exemplo, não ultrapassava o décimo sétimo lugar no *ranking* nacional em 1970, passou para segunda posição em 1979. Finalmente, as estatísticas comerciais mostraram que essas novas empresas tinham uma tendência crescente em vender a produção no mercado mundial. No setor têxtil, de vestuário, de calçado e de mobiliário, as PMEs da região NEC representavam 16,5% das exportações italianas em 1982 e 18,6% em 1988, embora tivessem somente 7,5 empregados em média em 1981 (p. 25).

Esses dados chamaram a atenção dos pesquisadores e agentes de desenvolvimento em um período que a “[...] sociedade era estruturada pelo fordismo” (Raud, 1999:25). Ainda assim, essas pequenas empresas mostraram sua força e potencial, embora não tenham

recebido estímulos adicionais de governo para tanto. Todavia, com resultados sócio-econômicos mais positivos que o de muitas indústrias de grande porte, as quais estavam protegidas em distritos industriais “marshalianos”, subvencionados pelo governo, esse fenômeno não foi importante apenas para demonstrar a possibilidade de haver ineficiência nos grandes complexos industriais; ele também manifestou o poder da coesão social que age nos subterrâneos das organizações produtivas, as quais podem operar a partir de “Redes Sócio-técnicas” (Nascimento, 2004) e seu “Capital Social” (Putnam, 1995).

Nascimento (2004:12) revela que essas redes foram estudadas e organizadas na “Teoria Ator-Rede”, formulada por Callon, Latour e Law, as quais têm “o mérito de ressaltar o papel do mediador/tradutor em redes sócio-técnicas”. Para Callon (1999:37), esses “[...] tradutores, perseguindo seus objetivos, consagram muita energia para integrar, adaptar e criar compatibilidades”. Nascimento (2004) complementa, asseverando que

Os deslocamentos, os esforços, os investimentos e as adaptações que isto implica, constroem as equivalências, traçam a rede, desenham as relações e as interações. Naturalmente cada ponto é singular, irredutível a todos os outros, mas a passagem de um ponto a outro, a ação de um ponto sobre o outro, chamada transmissão, tornam-se possíveis: os diferentes atores podem comunicar e se compreender. / Na realidade, de acordo com Callon e Law, “um centro de tradução tem três papéis a desempenhar: produção de dados representativos; elaboração de modelos que vinculam estes dados; mobilização da rede local para produzir os intermediários (formação, artigos científicos, receitas), que vão tornar-se recursos aceitáveis por todos os aliados que o apoiaram.” [...] Quando as relações se concretizam por aprendizagens progressivas, por interações, negociações e adaptações, gradualmente são construídas as redes sócio-técnicas, onde, em cada posição, estão disponíveis conhecimentos e “saber fazer” (p. 12).

Nascimento (2004) vai mais longe, aprofundando a compreensão sobre a natureza e o funcionamento dessas redes, inferindo o seguinte:

Embora a cooperação e a competição sejam dois processos dialéticos em uma rede, a abordagem rede coloca a tônica, sobretudo, na cooperação, na complementaridade e na coordenação. Esta estrutura, coordenada por relações, proporciona uma estabilidade às redes. Mas uma rede estável não quer dizer uma rede estática. “A continuidade das interações entre as firmas oferece, de um lado, a oportunidade para a inovação, a força maior na rede e, de outro lado, a existência de um ambiente previsível e conhecido no qual pode ser realizada”. Uma hipótese básica de redes das relações é que uma parte depende dos recursos controlados por outra, e todos ganham pelo compartilhamento de recursos. Como Macneil sugeriu, o “cordão misturado” de reputação, amizade, interdependência e altruísmo tornam-se parte integrante da relação. /

Granovetter, na sua noção de “embedded”, sublinha a influência do ambiente social nas decisões e ações econômicas. [...] Nesta abordagem, a rede é interpretada “como um conjunto regular de contatos ou conexões sociais similares entre indivíduos ou grupos”. [...] De acordo com esses autores, “o comportamento de um agente não é determinado diretamente por um objetivo final bem definido (como o lucro), mas passa pela definição de uma estratégia”. Neste sentido, “uma dimensão central do processo de construção de uma relação entre agentes poderá ser precisamente a construção de objetivos comuns, ou pelo menos fortemente interdependentes” (p. 11/12).

Assim, as relações humanas estabelecidas e mantidas por confiança mútua correspondem à base que organiza e fortalece as redes sócio-técnicas, tal como ocorreu no caso da “industrialização difusa da Terceira Itália” (Raud, 1999; Dagnino, 2004), explicando os desdobramentos mais importantes desse caso. O conjunto dessas relações de confiança ficou conhecido como “Capital Social” (Bourdieu, 1980; Putnam, 1995; Abramovay, 2000 e 2002), e ainda que o termo seja infeliz por evocar um certo sentido monetário para designar um fenômeno social de outra natureza, esse conceito possui grande validade. Dentre os autores que estudaram o assunto, foi Putnam (1995) que ofereceu os argumentos socioeconômicos mais instigantes sobre esta questão. Para esse autor,

Muitas das formas existentes de capital social [...] são o que Albert Hirschman denominou “recursos morais”, isto é, recursos cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir, e que se esgotam se não forem utilizados. / [...] Uma característica específica do capital social [...] é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional [...]. Isso significa que o capital social, à diferença de outras formas de capital, geralmente tem de ser gerado como subproduto de outras atividades sociais (p. 180).

Putnam (1995:180) também observou que a “[...] confiança promove a cooperação”, e que “[...] quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação” (idem). Simmel (2006) também trabalhou com a questão das relações humanas e suas motivações, inserindo-as num corpo teórico que ele denominou “sociabilidades”. Segundo esse autor,

[...] sociedade, em geral, significa a interação entre indivíduos. Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em

um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade - mais exatamente, uma “sociedade”. / Defino assim, simultaneamente, como conteúdo e matéria de sociação, tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos - tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediar os efeitos sobre os outros, ou receber esses efeitos dos outros (Simmel, 2006:59).

Esta contribuição de Simmel (2006) torna ainda mais clara a inferência de Putnam (1995) sobre o caso da Terceira Itália, sobretudo quando este último expõe o seu ponto de vista para o sucesso daquela experiência, tal como segue:

Durante pelo menos 10 séculos, o Norte e o Sul adotaram métodos divergentes para lidar com os dilemas da ação coletiva que afligem todas as sociedades. No Norte, as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica corporificaram-se em confrarias, guildas, sociedades de mútua assistência, cooperativas, sindicatos e até clubes de futebol e grêmios literários. Esses vínculos cívicos horizontais propiciaram níveis de desempenho econômico e institucional muito mais elevado que no Sul, onde as relações políticas e sociais estruturaram-se verticalmente. Embora estejamos acostumados a conceber Estado e mercado como mecanismos alternativos para a solução de problemas sociais, a história mostra que tanto os Estados quanto os mercados funcionam melhor quando são cívicos. / [...] Por mais de um milênio, em Bolonha e Bari, em Florença e Palermo, as pessoas seguiram lógicas distintas na vida comunal. / Assim, quando veio a reforma regional de 1970, as novas instituições foram implantadas em contextos sociais muito diversos. [...] as regiões cívicas se caracterizavam por uma densa rede de associações locais, pela ativa participação nos negócios comunitários, por modelos de política igualitários, pela confiança e observância da lei. Nas regiões menos cívicas, a participação política e social organizava-se verticalmente, e não horizontalmente. A desconfiança mútua e a corrupção eram consideradas normais. A ilegalidade era previsível. Nessas comunidades as pessoas sentiam-se impotentes e exploradas (p. 189).

Nesse sentido, Putnam (1995) concluiu que

[...] o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. Quando o solo regional é fértil, as regiões sustentam-se das tradições regionais, mas quando o solo é ruim, as novas instituições definham. A existência de instituições eficazes e responsáveis depende [...] das virtudes e práticas republicanas. Tocqueville tinha razão: diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer. / Pelo lado da demanda, os cidadãos das comunidades cívicas querem um bom

governo e (em parte pelos seus próprios esforços) conseguem tê-lo. Eles exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar seus objetivos comuns. Já os cidadãos das regiões menos cívicas costumam assumir o papel de suplicantes cínicos e alienados (p. 190/191).

A decorrência quase que imediata da experiência da Terceira Itália foi uma significativa mudança qualitativa em relação às Macro-Tipologias do Desenvolvimento e suas respectivas práticas. Assim, concordando com os apontamentos de Favareto (2007:51), Martins (2002) sintetizou os aspectos fundamentais dessa mudança, enfatizando que associá-la somente ao

[...] progresso material decorre de uma visão positivista que só enxerga desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos. Também encontramos a crença do progresso linear e tecnicista, características, aliás, do próprio modernismo. A admissão humana do desenvolvimento está fundamentalmente na valorização das pessoas em sua plenitude, que supõe crescimento econômico não como fim, mas como meio de reduzir as privações e aflições humanas. O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergia), mas na sua postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiário do desenvolvimento. / [...] Nesse processo, a participação comunitária assume uma destacada condição do desenvolvimento local, seja na sua efetivação, seja de continuidade (p. 52).

Além disso, uma das características mais importantes deste tipo de desenvolvimento foi articular a dicotômica relação da escala local com a escala global, as quais se acirraram com a implantação forçada da globalização econômica em todos continentes, ainda que este tipo de desenvolvimento priorize transformar o local. Desse modo, cabe destacar Benko: “[...] local e global são, com efeito, duas ordens imbricadas, essencialmente contraditórias e insuperavelmente dialéticas” (Martins, 2002:55). Nessa direção,

É mais uma vez Santos que chama a atenção para o fato de que, na atualidade, deve-se considerar que as “ações” são cada vez mais estranhas ao lugar e às pessoas, criando duas escalas, uma de “realização” e outra de “comando”. O estudo do lugar requer assim sua observação a partir de distintos níveis de análise [para os quais] é oportuno retomar o problema da delimitação física ou cartográfica do lugar. Trata-se de uma interessante questão de método, que certamente se complica. [...] como afirma Castro, definir “tamanhos” é um problema elementar da abordagem geográfica, além de constituir uma inquietação para outras áreas que lidam com o espaço. [...] Grosso modo, as pessoas, consideradas em suas distintas possibilidades sociais e econômicas, relacionam-se com as condições de ocupação e sobrevivência do lugar, com ele se identificam, dele se apropriam, nele formam raízes. Insiste-se que esta é

a essência do lugar, chave da elaboração e da compreensão de sua identidade. Na perspectiva da vida à escala humana, [...] o dimensionamento do lugar só adquire sentido se considerado em função da abrangência e contiguidade espacial dos interesses, dos problemas vividos pela comunidade e dos recursos existentes (Martins, 2002:55).

Vários projetos dessa Macro-Tipologia foram elaborados e testados em vários lugares a partir de 1980, resultando, entre outras possibilidades, em um novo e importante fenômeno: um sistema sócio-econômico de produção característico das dinâmicas de Desenvolvimento Local, onde a comunidade assume a co-responsabilidade de conduzir os seus processos. Trata-se, portanto, de um ator social difuso, onde figuram lideranças comunitárias, municipais e empreendedores locais, agentes de desenvolvimento de governos, pesquisadores e outros. É esse ator social difuso que estabelece os objetivos, metas e diretrizes para o desenvolvimento do local em foco, ao que os participantes se ajustam, contribuem e se beneficiam ao longo do tempo do processo de desenvolvimento.

Nos Estados Unidos da América, por exemplo, esse tipo de coalizão produtiva ficou conhecido como “Clusters” e, segundo Gerolamo *et al.* (2008), isso corresponde ao seguinte:

Porter define *clusters* como uma concentração geográfica de empresas interconectadas: fornecedores e prestadores de serviços especializados, firmas em indústrias relacionadas, entre outras entidades de interesse pertencentes a um setor industrial específico onde há concorrência, mas também práticas de cooperação. Exemplos de tais entidades de interesse são: universidades, centros de pesquisa, agência de normatização, associação de indústrias, poder público, entre outras. / Entretanto, o que torna os *clusters* potencialmente benéficos para a competitividade [...] é o fato de existirem oportunidades para se obter eficiências coletivas, derivadas de economias externas e desenvolvimento de ações conjuntas. O conceito de economias externas, desenvolvido por Alfred Marshall em seu clássico livro "Princípios de Economia", publicado em 1890, envolve vantagens como fornecedores especializados de matéria-prima, equipamentos e serviços específicos; especialização de mão-de-obra qualificada; e disseminação de novos conhecimentos e tecnologia (p. 353).

Um dos casos de “clusters” mais festejados dos Estados Unidos da América é o do Vale do Silício, na Califórnia. Nele, muitas indústrias e empresas dinamizaram a produção de equipamentos e a oferta de serviços do setor da informática de alta tecnologia, redundando em expressivos ganhos econômicos (Benko, 2001:09). Todavia, os esforços deste país são orientados pelo capitalismo, visando alcançar “vantagens competitivas” sobre os demais agentes produtivos como estratégia de inserção na economia global, onde maximizar os lucros

empresariais, ampliar a oferta de empregos e aumentar a arrecadação de impostos constitui a motivação de todo o processo (Gerolamo *et al.*, 2008:53).

A experiência francesa é diferente. Nela são operados os “Sistemas Produtivos Locais” (Lastres *et al.*, 2006:13), orientados às “vantagens comparativas” (Fernandez, 2007). Segundo Fernandez (2007), esse tipo de vantagem possui a seguinte origem e característica:

A teoria padrão do comércio internacional, das vantagens comparativas [formulada por D. Ricardo há 188 anos], considerava apenas o comércio de produtos homogêneos (os produtos eram bem mais móveis através das fronteiras que os fatores de produção: terra, trabalho e capital); assim, sob condições neoclássicas de concorrência perfeita, os preços seriam determinados pelas vantagens comparativas dos custos de produção; mas Ricardo e os clássicos (e neoclássicos, em geral) focalizavam essencialmente o comércio de produtos finais ou *commodities*; as transações intra-setores e industriais não tinham, então, maior significação, porque o transporte de partes, peças, componentes, produtos semi-acabados etc. - obviamente, sem se falar no complexo caso dos bens intangíveis (direitos e obrigações) - teria de ser muito limitado pelas restrições logísticas e, mais importante, de informação e comunicações (p. 26).

Com perfis variando entre si, alguns exemplos de Sistemas Produtivos Locais podem ser citados, tais como os de “Vallée de l’Arve”, “Nanterre” ou “Grenoble” (Courlet, 2006:75), onde cada local possui uma vocação e uma produção diferente das demais.

Assim, estão bem estudadas as experiências de “clusters” e de “sistemas produtivos locais”, embora nem sempre elas tenham conseguido promover de fato um desenvolvimento equilibrado dos seus respectivos locais. No caso estadunidense, com sua prevalente orientação econômica e capitalista, os pressupostos originais do Desenvolvimento Local acabam sendo deturpados. Na França, onde há um número expressivo de experimentos, os resultados são mais interessantes e estimulantes. Já no Brasil, adotou-se, com bastante atraso, uma estratégia que combina o conceito estadunidense e o francês, denominada “Arranjo Produtivo Local” (Lemos *et al.*, 2006:251). Nessa direção, muitos profissionais testaram o conceito brasileiro em projetos governamentais desde 1990, muitas vezes em caráter experimental sob a forma de pesquisa e extensão universitária. A maioria desses projetos foi financiada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, mas as organizações não-governamentais e sindicatos de trabalhadores também fizeram as suas apostas (Benko, 2001:10), muitas vezes apoiados e patrocinados por entidades de cooperação internacional²¹.

²¹ Disponível em <www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=19000>, acessado em <março de 2010>.

Contudo, somente em 1999 o governo brasileiro instituiu parceiras públicas e privadas com a intenção de promover um programa nacional de Arranjos Produtivos Locais (Lemos *et al.*, 2006:251). Só então esses arranjos passaram a figurar nos Planos Pluri Anuais do Governo Federal de 2000-2003 e de 2004-2007, com um número crescente de instituições se interessando pelo tema, conforme se verifica em algumas iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário²², do Ministério do Meio Ambiente²³, do Ministério da Integração Nacional²⁴, do Ministério do Trabalho e Emprego²⁵, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE²⁶ e das Federações das Indústrias de diversos estados, entre outras entidades.

Por outro lado, entre as experiências mais avançadas figuram os casos dos projetos interessados em superar a dicotomia entre conservação ambiental e o desenvolvimento local, emergindo daí a proposta do “Desenvolvimento Local Integrado Sustentável - DLIS” por volta de 1990 (Sachs, 2003:41). Para Santiago (2002), essa Macro-Tipologia significa o seguinte:

[...] a noção de desenvolvimento local, integrado e sustentável [...] contesta o modelo de desenvolvimento por cima, concentrador e baseado nas grandes empresas. Trata-se de um novo enfoque de caráter difuso, matizado por fatores não apenas econômicos, mas, também, sociais, culturais e inerentes ao território. / [...] Para que tal processo ocorra, há de se por em prática um novo sistema de gestão de políticas públicas capaz de mudar o paradigma da relação entre o Estado e a sociedade (envolvendo articulação, descentralização, parceria, transparência, controle social, participação) e a integração das políticas públicas, entre elas, a política macroeconômica, políticas setoriais e políticas sociais, incluindo a articulação entre as diversas instâncias do Governo Federal, Estadual e Municipal. / [...] A ideia do DLIS foi antecipada pelo eminente municipalista Américo Barreira, ao propugnar que é preciso governar para atender à peculiaridade do município. Segundo este estudioso “um homem deve conhecer o que é o seu município, ou governa errado. Pois existem peculiaridades de várias naturezas: climáticas, culturais e geográficas”. [...] Destacando os argumentos de Barreira, Augusto de Franco enfatiza: “É na esfera local que os problemas são mais bem identificados e, portanto, torna-se mais fácil encontrar a solução mais adequada. O atendimento às necessidades da sociedade, o aproveitamento das potencialidades locais e das habilidades existentes são extremamente facilitados pela maior proximidade das comunidades. Adicionalmente, garante-se maior continuidade das ações em função do controle social exercido pela sociedade” (p. 120/121).

²² Disponível em <portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/institucional>, acessado em <março de 2010>.

²³ Disponível em www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=33, acessado em <março de 2010>.

²⁴ Disponível em www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/index.asp, acessado em <março de 2010>.

²⁵ Disponível em www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp, acessado em <março de 2010>.

²⁶ Disponível em www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial, acessado em <março de 2010>.

Todavia, gradativamente essa ideia foi transformada no conceito de “Desenvolvimento Local Sustentável” (Buarque, 2002), e um dos seus casos mais ilustrativos é o dos Parques Naturais da França. Sobre eles, Ribeiro Jorge (2003) relata o seguinte:

[...] os Parques Naturais Regionais (PNR) possuem uma longa trajetória na França, onde [...] há uma grande variedade de instrumentos legais para geri-los e conservá-los, com distintos objetivos e formas de execução. [...] As ideias que fundaram os PNR franceses datam de 1966, quando o então Delegado do Ordenamento do Território chamou a atenção para a urgência de se criarem instrumentos de promoção das políticas públicas, ecologicamente viáveis em meio rural e para a busca de maior eficácia dos atores. Com o decreto de criação dos PNR, em 1967, além do problema de denominação - uma vez que eles em nada se assemelhavam ao modelo de parques nacionais norte-americanos - questionava-se fortemente como seria possível conduzir uma política que, concomitantemente, era direcionada à agricultura, ao artesanato, à promoção de pequenas indústrias, ao turismo, à gestão dos recursos naturais, humanos e culturais, além da sensibilização em relação ao meio ambiente, sem reduzi-la a uma abordagem setorial com uma eventual pitada de preocupação ambiental. / [...] no transcorrer dos anos, os PNR converteram-se numa estrutura institucional que, nas regiões rurais frágeis e de patrimônio natural e cultural mais notáveis, coloca em funcionamento políticas de desenvolvimento sustentável apoiadas, principalmente, em seus recursos patrimoniais. / [...] Atualmente, os 40 PNR ocupam mais de 10% do território francês, mais de 2 mil comunas e aproximadamente 2,3 milhões de habitantes. / Por último, os Parques se organizam em torno de uma [...] entidade que associa os sindicatos mistos de todos os PNR, [...] responsável pelos programas de parceria, troca de experiência, desenvolvimento de conhecimentos, etc., denominada *Fédération des Parcs Naturels Régionaux de France*. [...] [Esta entidade] resulta de uma conjunção entre a vontade local, renovada e confirmada pelas autoridades regionais e pelo Ministro do Meio Ambiente após a consulta a uma comissão interministerial que confirma ou não a aceitação da Carta do Território constitutiva do PNR (Ribeiro Jorge, 2003:207).

Contudo, como a produção científica é dinâmica e nunca se esgota, operando no sentido de propor novos conceitos, ou de aperfeiçoar aqueles já propostos e testados, veio dessas atividades uma nova possibilidade, a qual encerra, até o momento, a discussão das Macro-Tipologias do Desenvolvimento. Trata-se do “Desenvolvimento Territorial”, tão em voga na última década. De acordo com os estudiosos do tema, o “Desenvolvimento Local” e o “Desenvolvimento Territorial” são equivalentes, ainda que este último tenha uma semântica mais pertinente e adequada às demandas do presente. Sobre isso, Carrière & Cazella (2006) distinguem o seguinte:

Nas palavras de Pecqueur, cujo trabalho pioneiro sobre o assunto data de 1987, o termo *territorial* é, no entanto, preferível porque não induz à ideia de pequena dimensão, ou de menor escala. [...] Essa nova representação não corresponde à ideia de localismo ou de autarquia. Por essa razão, tanto os profissionais quanto os teóricos preferem recorrer ao conceito de território (p. 23/24).

Vale lembrar, entretanto, que a Macro-Tipologia de Desenvolvimento Territorial é uma construção intelectual europeia que vem se estendendo para vários países, inclusive o Brasil. Portanto, para aplicá-lo é importante levar em conta o contexto do território em questão. Sobre isso, Carrière & Cazella (2006) advertem o seguinte:

[...] a noção de desenvolvimento territorial apresenta um sentido bem diferente nos países da Europa Ocidental e no Brasil. Isso é importante, na medida em que as formulações teóricas pioneiras sobre essa temática têm como referencial empírico aqueles países ou regiões que apresentam expressivos indicadores de desenvolvimento. Em contextos socioeconômicos como o brasileiro, não se podem ignorar as carências no suprimento das necessidades básicas (segurança alimentar, alojamento, abastecimento de água, saúde, educação) das populações pobres. Já num país como a França, a situação é muito diferente, pois esse desafio já se encontra, em grande parte, resolvido, embora exista uma parcela minoritária da população economicamente ativa desempregada e subsistindo com baixos rendimentos. / Mesmo no meio rural das zonas menos ricas desse país, a exemplo das áreas de montanhas, quase todos os agricultores dispõem de automóveis, os acessos até suas propriedades são asfaltados, e suas residências dispõem de água corrente e aquecimento central. Outra especificidade é que os agricultores representam menos de 5% da população economicamente ativa. Dessa forma, a questão do desenvolvimento territorial não se reduz à luta contra a pobreza no campo. Os desafios urbanos são, nesse sentido, muito significativos. Ali, a ênfase recai, portanto, na redução das disparidades de desenvolvimento social e econômico entre as regiões mais avançadas e as demais (p. 24).

De todo modo, o Desenvolvimento Territorial corresponde ao estado-da-arte em termos de Macro-Tipologias do Desenvolvimento. Ainda que novas acepções devam ser formuladas mais adiante, por ora é essa Macro-Tipologia que melhor sistematizou os complexos desafios do presente em termos de planejamento e gestão para o desenvolvimento, assumindo de frente as dialéticas e dialógicas questões relacionadas à interpenetração do universo global na realidade local, do urbano sobre o rural, do passado (e sua tradição técnica) e do presente (com suas novas tecnologias) sobre as possibilidades do futuro, da produção industrial e da produção artesanal, e ainda da riqueza e da pobreza dos territórios, tanto quanto

das novas questões que daí emergirem. Para reforçar o grau de complexidade desses desafios, vale verificar uma oportuna reflexão de Abramovay (2002):

O principal obstáculo à acumulação de capital social no meio rural brasileiro é a existência de um ambiente educacional incompatível com a noção de desenvolvimento. Os indicadores educacionais rurais no Brasil estão entre os piores da América Latina. [...] Não se trata, porém, apenas de educação formal. O meio rural brasileiro conserva a tradição escravista que dissociou, em nossa formação histórica, o conhecimento do trabalho, de maneira que quem trabalha não domina o conhecimento e quem tem o conhecimento não trabalha. Isso se confirma na tendência de ficar na atividade agrícola aqueles jovens com o pior desempenho escolar. Cria-se assim um círculo vicioso, em que permanecer no meio rural associa-se à incapacidade pessoal de trilhar o suposto caminho do sucesso, que consiste em migrar, e em que não se investe na valorização do conhecimento nas regiões interioranas, identificadas, então, como o reduto dos que “não conseguiram sair”, isto é, dos velhos e dos aposentados (p. 122/123).

Desse modo, fica demonstrado como o processo de industrialização do Brasil, posto em prática a partir de 1930 com as políticas do presidente Getúlio Vargas e dinamizado após 1950 com as políticas do presidente Juscelino Kubitschek, e a consolidação do paradigma urbano-industrial pautado apenas no crescimento econômico forçou deslocamentos de contingentes populacionais do meio rural às periferias dos centros urbanos. Essa movimentação tornou cada vez mais difícil a vida no campo, sem que a nova vida periurbana compensasse tais mudanças para a maioria dos agricultores familiares aí implicados (Sachs, 2003:56). Sem outra opção, a Macro-Tipologia do Desenvolvimento Territorial aceitou enfrentar as distorções do passado recente na tentativa de oferecer alguma perspectiva de futuro mais equilibrada, onde a exclusão das populações rurais deixa de ser a solução fácil de muitos gestores públicos desinteressados nessas parcelas de brasileiros, até porque o caminho da exclusão socioeconômica se esgotou ao sobrecarregar as periferias dos centros urbanos sem dar sentido à essas vidas com serviços públicos mínimos (como iniciativas pró-geração de renda, saúde e educação), resultando numa economia informal de tal proporção que envergonha até mesmo os governos mais reacionários e desonestos.

Por outro lado, Sachs (2003) endossa essa perspectiva apresentando alguns números dos últimos anos sobre a relevância social e econômica dos agricultores familiares no Brasil. A saber:

De 17,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, 13,78 milhões estão na agricultura familiar, embora esta deva ser diferenciada por área, valor bruto e financiamento. / Há estabelecimentos capitalizados, com futuro

assegurado; há minifúndios, com viabilidade questionável; e há uma categoria intermediária que dependerá de políticas públicas que as ampare. É preciso considerar ainda os sem-terra, estimados em 2,5 milhões de famílias, e as famílias de assalariados e desempregados no campo (p. 31).

Ainda que seus argumentos não gozem de consenso entre os estudiosos do tema, Veiga (2003) considera que o Brasil é menos urbano do que se imagina. Para ele,

[...] a grande maioria dos municípios brasileiros tem essas características. Basta dizer que em 70% deles as densidades demográficas são inferiores a 40 hab/km², enquanto o parâmetro da OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - para que uma localidade seja considerada urbana é de 150 hab/km². Por esse critério, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos (p. 65).

Tal como se pode inferir, a articulação de espaços urbanos com os espaços rurais continua problemática e desafiadora, demandando mais trabalho dos pesquisadores de diversos campos do conhecimento e dos gestores públicos para o equacionamento desse impasse social, econômico e ambiental. Nessa direção, as reflexões de Rosa & Ferreira (2006) fazem sentido no presente, merecendo a atenção devida:

Se admitirmos que o meio rural tornou-se diversificado, podemos afirmar que esse espaço comporta hoje distintas formas de existência e, nesse sentido, a diversidade do meio rural deve ser o objeto das discussões. É preciso considerar nesse caso, as disparidades locais e regionais do país. Tendo isto em vista, o campo é hoje o espaço da riqueza e da pobreza, da luta pela terra e dos grandes latifúndios, do *agrobusiness* e da pequena produção, de produção e de moradia, de trabalho e do lazer. Porém, alguns estudos não levam em consideração esse fato e tendem a aproximar - unicamente do ponto de vista econômico - a relação que se estabelece entre campo e cidade, no sentido de que as transformações estariam homogeneizando-os, não se falando mais em rural, mas em “novo rural”, em “rurbano”. / Se de um lado estão os pesquisadores que repensam essa problemática na tentativa de resgatar a importância do rural - enquanto uma forma particular de vida e organização social - do outro colocam-se aqueles que consideram o urbano como um processo muito mais complexo que estaria presente nos mais diversos espaços sociais, os quais tenderiam a se homogeneizar. / Assim, o padrão de vida urbano (produtor e reproduzidor de riqueza) estaria integrando os espaços e populações, articulando ideologias, transformando os lugares, costumes, homogeneizando-os, o que seria resultado do próprio movimento do sistema econômico (p. 190).

Desse modo, essas autoras levantam a seguinte questão:

[...] se comumente compreendíamos o campo no contexto do rural e a cidade no contexto do urbano, atualmente polarizar ou pensar que essas formas de organização estão muito distantes torna-se tão arriscado quanto afirmarmos que houve eliminação do rural pelo urbano. E ao refletir sobre essa problemática hoje, surge a questão: até que ponto se pode trabalhar e qualificar estas esferas - do rural e do urbano - uma vez que o avanço das cidades sobre o campo é um fato concreto, assim como a valorização do rural pelo urbano? (p. 191).

São questionamentos dessa ordem que justificam a proposição e a aplicação da Macro-Tipologia do Desenvolvimento Territorial. Antes disso, todavia, Carrière & Cazella (2006) enfatizam suas características principais, tais como seguem:

As análises acerca do espaço geográfico e as reflexões sobre o desenvolvimento ignoraram-se mutuamente até o início da crise econômica dos anos 1970. [...] Assim, o *espaço-lugar* do desenvolvimento, ou seja, o simples suporte das atividades econômicas, é substituído pela ideia do *espaço-território* carregado de vida, de cultura e de potencial de desenvolvimento. / O espaço-território diferencia-se do espaço-lugar pela sua “construção” a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem. A noção de território designa aqui o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais. O território não se opõe ao espaço-lugar funcional. Ele o complexifica, constituindo uma variável explicativa suplementar. / [...] Os estudos mais recentes sobre esse assunto indicam, por um lado, que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. Por outro, demonstram que um “território dado”, cuja delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários “territórios construídos”. / Em outras palavras, as dinâmicas territoriais apresentam três características básicas: a) elas são múltiplas e sobrepostas, além de impermanentes; b) na maioria das vezes seus limites não são nítidos; e c) elas buscam valorizar o potencial de recursos latentes, virtuais ou “escondidos”. Entende-se aqui por “recursos” os fatores a serem explorados, organizados ou revelados. Quando um processo de identificação e valorização de recursos latentes se concretiza, esses recursos se tornam “ativos” territoriais. Os recursos e ativos podem ser genéricos e específicos. Os primeiros são totalmente transferíveis e independentes da aptidão do lugar e das pessoas onde e por quem são produzidos. Já os segundos são de difícil transferência, pois resultam de um processo de negociação entre atores que dispõem de diferentes percepções dos problemas e diferentes competências funcionais (p. 33/34).

Diante disso, a articulação da paisagem e do espaço com a cultura se tornam relevantes para equação do desenvolvimento. Vale observar, então, algumas experiências francesas importantes, tal como o refinamento dos Sistemas Produtivos Locais em “Sistemas Agroalimentares Localizados” (Cerdan & Sautier, 2002:131; Requier-desjardins *et al.*,

2006:107; Velarde *et al.*, 2008) ou a proposta formulada por Pecqueur (2006:135) referente à “Cesta de Bens e Serviços Territoriais”.

Em relação aos Sistemas Agroalimentares Localizados, esse conceito representa uma justa e necessária distinção em favor dos alimentos elaborados a partir de uma carga cultural e geográfica significativa, constituindo-se, portanto, em algo bem diferente da industrialização de televisores digitais ou de macas hospitalares, por exemplo. Esses alimentos que possuem identidade cultural requerem o cultivo de espécies vegetais ou animais que a geologia do solo, a geografia do clima e a biologia dos microorganismos da terra de um dado lugar permitirem, tanto quanto a criatividade das pessoas for capaz de transformar matérias-primas em produtos com tipicidade. Em muitos desses casos, receitas seculares e um “saber fazer” local estão envolvidos, os quais acabam distinguindo-os de outros alimentos, sejam eles artesanais de culturas tradicionais ou homogeneizados pelo receituário industrial da globalização econômica (Acampora & Fonte, 2007:191). Desse modo, um sistema produtivo com tais características históricas, culturais, espaciais, técnicas e econômicas exige a salva-guarda desses valores, os quais possibilitam o seu reconhecimento pelos consumidores, até porque tem sido crescente o interesse por esses produtos pelas pessoas mais atentas em relação à essas qualidades especiais dos produtos.

Sobre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais, essa proposta partiu de pesquisadores da Universidade de Grenoble. De acordo com o seu autor,

[...] as observações empíricas têm permitido evidenciar a existência de uma renda dita de *qualidade territorial*, ou seja, que combina qualidade do produto e a sua ancoragem num local específico, dispondo de uma história e de know-how específicos. [...] A diferença não se deve à qualidade física e química do produto, e sim à construção de uma imagem particular e à valorização de outros serviços que foram incorporados ao produto. Além disso, outros produtos derivados [...] ou disponíveis no mesmo local e associados à mesma imagem podem se beneficiar desse efeito e serem vendidos a preços superiores aos dos concorrentes. É o caso dos derivados do óleo de oliva (sabão, patês...) e de vários produtos e serviços associados, a exemplo de vinhos produzidos na região e pousadas rurais. / A renda de qualidade territorial é uma renda organizacional: ela reflete a capacidade dos atores locais de, mediante certos dispositivos institucionais, captar a disposição dos consumidores de pagarem por aspectos relacionados ao ambiente do produto. O seu desenvolvimento resulta da adoção de uma estratégia territorial de longo prazo que envolve tanto os produtores, os agentes da transformação e as cooperativas, quanto as instituições de coordenação do desenvolvimento local (sindicatos e prefeituras). Esta renda ilustra de que maneira os sistemas produtivos mais elaborados implantados em determinados territórios viabilizam uma oferta construída de bens e serviços específicos (Pecqueur, 2006:136).

Como se pode deduzir, este conceito tem o mérito de diferir-se dos demais produtos elaborados com uma abordagem territorial, sobretudo nos casos daqueles enquadrados nas categorias das Denominações de Origem Controladas européias (Brabet & Pallet, 2005:19) ou das Indicações Geográficas brasileiras (Nascimento & Souza, 2004:181), a quais priorizam os grandes negócios, tal como foi apontado por Flores (2007) no caso dos vinhos gaúchos do Vale dos Vinhedos. Embora os pequenos empreendedores e outros atores sociais possam se inserir em grandes negócios territoriais, Rebouças *et al.* (2006) consideram que essa relação é desafiadora e envolve um delicado equacionamento das “conexões inter e trans-escalares” da “governança territorial” dos projetos de Desenvolvimento Territorial, sobretudo quando ela está a serviço do “empoderamento comunitário”. Segundo esses autores,

A consulta à literatura técnica disponível tem revelado que a gestão centralizada dos recursos de uso comum tende a privilegiar os interesses de grupos econômicos poderosos e a aumentar a vulnerabilidade dos sistemas sócio-ecológicos. Por outro lado, oferece evidências que tendem a comprovar que as instituições de propriedade comum contribuem para a resiliência ecossistêmica por meio da adoção de práticas adaptadas às características locais, baseadas numa grande diversidade de formas de conhecimento vernacular. / Ao que tudo indica, as instituições operando no nível local podem aprender a desenvolver uma capacidade de resposta mais rápida aos *feedbacks* ambientais do que aquelas oferecidas pelas agências governamentais inseridas em sistemas de planejamento marcadas pelo viés tecnocrático. Entretanto, a gestão no nível local deve permanecer articulada aos outros níveis de gestão. O desafio consiste, dessa forma, em facilitar as interações entre as instituições operando nas diferentes escalas, isto é, estimular a formação de conexões inter e trans escalares (Rebouças *et al.*, 2006:94).

Todavia, as conexões inter e trans-escalares das experiências européias ocorrem de modo diferente das experiências brasileiras, ainda que ambas possam privilegiar alguns atores sociais envolvidos na elaboração de produtos com Denominação de Origem Controlada ou Indicação Geográfica, especialmente quando são desvirtuadas dos seus propósitos de empoderamento comunitário. Tais disparidades são conhecidas como “efeito clube” (Flores, 2007:250), e ocorrem quando um ou outro ator social é preterido em relação aos demais nesses processos. Por isso, a Cesta de Bens e Serviços Territoriais é uma alternativa adequada aos territórios com número reduzido de habitantes - ou micro-territórios - , sobretudo naqueles com ênfase maior no protagonismo de agricultores familiares onde esteja ocorrendo algum processo de desenvolvimento harmônico e democrático.

Apesar de tudo, a Macro-Tipologia do Desenvolvimento Territorial inicialmente não vislumbrou o “princípio da precaução” (Cezar & Abrantes, 2003:262), tão caro aos postulados

da sustentabilidade por força do Direito Ambiental e sua admirável lógica difusa. Nesse sentido, o equacionamento das questões relativas ao empoderamento comunitário, a adequação das redes sócio-técnicas e das respectivas conexões inter e trans-escalares dos micro-territórios de agricultores familiares, pescadores artesanais ou de comunidades tradicionais, entre outras possibilidades da sociobiodiversidade brasileira (MDS / MDA / MMA, 2008:29), acabaram demandando uma ratificação científica estratégica, a qual deu origem ao avançadíssimo conceito do “Desenvolvimento Territorial Sustentável” (Vieira, 2006:249 e 2009:27). Para Andion (2007), esse conceito equivale a uma transição nas ciências sociais, as quais estão “[...] cada vez mais integradas e pilotadas por novos atores sociais, também fora do meio acadêmico” (p. 57), onde três campos de estudos são centrais. Para essa autora,

O primeiro, refere-se ao debate que reintegra as variáveis ambientais nos processos de desenvolvimento, religando as dimensões ecológica, econômica e social, a partir da noção de sustentabilidade. O segundo diz respeito à inscrição espacial, social, política e cultural do desenvolvimento, em torno da noção de território. O terceiro, ligado aos outros dois, busca compreender e descrever como os processos de desenvolvimento são colocados em prática na atualidade, a partir da institucionalização da ação coletiva e do retorno do ator na gestão das estratégias de desenvolvimento (p. 52).

Não há, portanto, nenhuma outra ideia tão cuidadosa até o momento quanto essa em relação aos dilemas e desafios do desenvolvimento. Com essa Macro-Tipologia, experiências estão sendo testadas, equilibrando-se entre as noções da Sustentabilidade e as de endogeneidade cultural. Entre essas experiências, o Brasil e a América Latina vêm se destacando, e apresentam casos onde a perspectiva da identidade cultural de cada território é tratada como o “motor do desenvolvimento” (Cerdan, 2009:295).

Enfim, ao encerrar a revisão e a discussão das Macro-Tipologias de Desenvolvimento, apoiada na obra de Favareto (2007) e na de outros de estudiosos do tema, constata-se que um painel de referências é importante para situar valores políticos, econômicos, sociais, culturais, espaciais e ambientais transversais à análise dos produtos existentes, os quais também partem de Macro-Tipologias do Design, as quais, por sua vez, resultam de determinadas macro-orientações filosóficas, epistemológicas e científicas e, por conseguinte, de macro-referências políticas e suas respectivas expressões econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, espaciais e ambientais.

CAPÍTULO II

MACRO-TIPOLOGIAS DO DESIGN

Introdução

Um inofensivo ponto de partida para explorar o tema do Design é a verificação da própria etimologia do termo. Desse modo, observa-se que esse verbete possui os seguintes significados no Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss (2001:995): concepção de um produto (máquina, utensílio, mobiliário, embalagem ou publicação). Este Dicionário também remete o significado de “Design” a outros dois verbetes: “Desígnio” e “Sign”. Em relação à “Desígnio”, o Dicionário apresenta o seguinte: ideia de realizar algo; intenção, propósito, vontade (p. 995). E em relação à “Sign” encontra-se o que segue: sinal, marca distintiva, assinatura, selo, sino e daí alguns empregos especiais, como “insígnia” na linguagem militar ou “imagem pintada ou esculpida” na linguagem artística (p. 2569).

Tal como foi verificado, e a bibliografia científica confirma, o termo “Design” é polissêmico e suas atividades profissionais custaram a se organizar, em meio a diversas orientações políticas, econômicas e sociais. Cardoso (2000:14) considera, por exemplo, que o “[...] estudo da história do design é um fenômeno relativamente novo”, com os primeiros trabalhos elaborados em torno de 1920. Para esse autor, trata-se de um campo novo de estudos e práticas profissionais, os quais ainda demandam aprimoramento de seus estatutos científicos - ou a formulação de epistemologias próprias - , que deverão proporcionar ao Design uma identidade profissional mais clara e melhor afirmação frente à sociedade. Essa busca de identidade, de afirmação profissional e de relevância social tem implicado em disputas políticas e conceituais entre diversos postulantes, os quais incluem ou excluem autores e discussões portadoras de valores políticos, econômicos, sociais, culturais, espaciais e ambientais bastante distintos, denotando sentidos importantes para reflexão e o amadurecimento do Design.

Partindo dessa perspectiva, Cardoso (2000) oferece uma abordagem científica interessante para o estudo do Design, na qual foram “[...] priorizadas as grandes tendências sociais e culturais que condicionaram o desenvolvimento do design, e não as bibliografias dos designers mais famosos. Trata-se, nesse sentido, de uma história social do design” (p. 15). A justificativa desse autor para tal abordagem é interessante, requerendo, por isso mesmo, sua exposição:

Diferentemente de outras atividades ditas projetuais [...], como a arquitetura e a engenharia, o design costuma projetar determinados tipos de artefatos móveis, se bem que as três atividades sejam limítrofes e se misturem às vezes na prática. A distinção entre outras atividades que geram artefatos móveis, como artesanato, artes plásticas e artes gráficas, tem sido outra preocupação constante para os forjadores de definições, e o anseio de alguns designers de se distanciarem do fazer artesanal ou artístico tem engendrado prescrições extremamente rígidas e preconceituosas. Design, arte e artesanato têm muito em comum [...]. Historicamente, porém, a passagem de um tipo de fabricação, em que o mesmo indivíduo concebe e executa o artefato, para um outro, em que existe uma separação nítida entre projetar e fabricar, constitui um dos marcos fundamentais para caracterização do design. [...] Boa parte dos debates em torno da definição do design acabam se voltando, portanto, para a tarefa de precisar o momento histórico em que teria ocorrido essa transição (p. 16/17).

Mais que isso, Cardoso (2000) complementa essa afirmação com o seguinte:

Diferentes tipos de artefatos e diferentes regiões geográficas passaram por esse processo em momentos muito díspares. Já eram utilizados na Antiguidade, por exemplo, técnicas básicas de produção em série como a moldagem de cerâmicas e a fundição de metais, as quais permitem a produção mais ou menos padronizada em larga escala. O momento exato de inserção de meios mecânicos no processo produtivo é discutível, mas certamente faz parte dessa equação [...] [a] imprensa com tipos móveis, inovação introduzida na Europa no século XV. Os impressos produzidos nessa época já cumprem todos os quesitos propostos pelo modelo citado: objetos fabricados em série por meios mecânicos com etapas distintas de projeto e execução, e ainda uma perfeita padronização do produto final. Os exemplos se multiplicam a partir da fabricação mecanizada de peças para relógios no final do século 17, e o século 18 testemunhou a introdução de um alto grau de divisão do trabalho [...] e de uma incipiente mecanização em diversas indústrias. Não por acaso o primeiro emprego da palavra *designer* registrado pelo *Oxford English Dictionary* data do século 17 (p. 17).

Papanek (1995), por sua vez, indica como a atividade do Design se processa através de uma sequência de anzóis que tanto afirma o caráter atemporal da cultura material de um determinado grupo social quanto exprime o modo como o design desses artefatos - ou desses produtos - foram modificados ao longo do tempo, revelando o seu processo de trabalho estético-funcional. A saber:

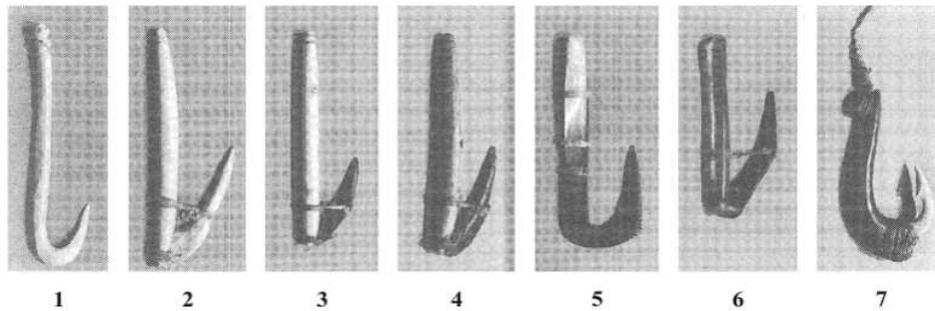


Imagem 01: Evolução técnica de anzóis da Guiné-Papuásia (Papanek, 1995:61).

Uma primeira vista sobre esses anzóis quase nada apreende, entretanto a análise de Papanek (1995) é instrutiva e expõe alguns elementos significativos, tais como:

O anzol simples feito de osso resultou razoavelmente bem durante séculos, mas mais tarde entendeu-se que uma barbela independente de haste [...] amarrada a esta [...], ligeiramente inclinada, podia fisgar o peixe mais eficazmente. Depois, alguém fez uma barbela de concha de tartaruga, cujas propriedades ligeiramente refletoras atrairiam os peixes; na seqüência, a haste foi endireitada, resultando que o anzol formou um ângulo pouco prático. O quarto anzol mostra que o designer aprendeu a lição: a haste é encurvada e a barbela de concha de tartaruga é maior. / O designer da fase seguinte resolveu que se um anzol com uma barbela pequena de concha de tartaruga conseguiria atrair os peixes, então aumentá-la seria melhor. Substituiu também o material da haste por concha de molusco altamente reflectora. Verifiquei que o peixe girava à volta desse objecto brilhante, mas nunca o abocanhava. O sexto anzol assinala a fase decadente do desenvolvimento do design. A haste foi feita de plástico proveniente da carlinga [ou carenagem] de um caça [ou jato militar] abatido sobre a ilha nos anos 40. Não tardou a descobrir-se que as hastes de plástico se dissolviam na água salgada, tornando-o inútil como anzol de pesca, pelo que o designer resolveu vendê-lo como amuleto, esquecendo que o suor humano também é salgado. O sétimo anzol mostra que, repensando o problema, é possível ultrapassar os defeitos e desenvolver um design melhor. [...] A haste foi habilidosamente curvada e ligeiramente torcida para que o anzol ficasse suspenso no ângulo mais conveniente. A barbela foi talhada em osso e presa à haste com fio de cânhamo num ângulo que consegue cravar-se mais fundo no peixe (p. 60/61).

Essa interpretação é oportuna para descrever como uma comunidade resolveu a sua necessidade de pescar tornando-a mais eficiente com a mediação de um artefato especializado. Ela também expõe o processo de trabalho de planejamento de um artefato - ou o design desse produto - e o seu refinamento através da ação dos planejadores de produtos - ou designers - envolvidos no caso, ao longo do tempo. Essa interpretação ilustra, ainda, a

relação de uma cultura com outra, ainda que indiretamente, e uma decorrente e infeliz escolha técnica, a qual, mais adiante, foi superada após ter se desvirtuado de seu contexto e propósito originais em razão de um momentâneo ofuscamento causado por uma novidade que não agregou valor importante algum ao produto final.

Além do propósito de Papanek (1995), esse relato também serve de metáfora para evidenciar uma série de relações que implicam o design e a ação dos designers, alterando a natureza e a sociedade de muitos modos. Essas relações acabam por distinguir as Macro-Tipologias do Design instauradas no decorrer dos séculos. Para tornar essas Macro-Tipologias mais claras, agrega-se aqui uma contribuição preciosa de Ribeiro (2000), na qual os objetos foram relacionados com a História das Revoluções Tecnológicas e a decorrente formação da humanidade sob tais processos. Para tanto, Ribeiro (2000) oferece um quadro de referências organizado através de oito grandes revoluções tecnológicas, tais como seguem adaptadas e resumidas.

A primeira delas foi a “Revolução Tecnológica Agrícola” (Ribeiro, 2000), a qual ocorreu no Egito em 8.000 a.C., na Índia em 6.000 a.C., na China em 5.000 a.C., na Europa em 4.500 a.C., na África em 3.000 a.C. e nas Américas em 2.500 a.C.. Dela decorrem as primeiras formas de agricultura e domesticação de animais, transfiguração da condição humana e incremento demográfico (comparável apenas ao da Revolução industrial), de vinte para seiscentos e cinquenta milhões de habitantes. O sistema associativo predominante era o de aldeias agrícolas indiferenciadas e hordas pastoris nômades, com sociedades sem estratificação social (com grupos inteiros se dedicando às tarefas de subsistência) e a divisão do trabalho conforme sexo e idade. Não havia acumulação privada de bens ou apropriação do produto do trabalho alheio, e os excedentes alimentares eram consumidos em ritos festivos e atos de fé. O sistema ideológico desses aldeamentos se caracterizava pela presença de crenças e cultos destinados a impor a dominação masculina (através de guerras), com a existência de especialistas no trato do sobrenatural (mas não em tempo integral). Cada indivíduo sabia o mesmo que os demais, salvo aqueles que tinham papéis especializados de chefes ou sacerdotes.

A segunda se chama “Revolução Tecnológica Urbana” (Ribeiro, 2000), e teve lugar no Egito e na Mesopotâmia em 4.000 a.C., na Índia em 2.800 a.C., na Palestina de 1.000 a.C., na Atenas de 600 a.C. e na Rússia de 1.000 a.C.. Nestas ocorrências já existiam técnicas rudimentares de irrigação e adubagem do solo, propiciando colheitas cada vez mais fartas e geração de excedentes que desligaram pessoas em número cada vez maior das atividades de subsistência. Organizados por estados rurais artesanais de modelo privatista, havia

propriedade privada (terra, escravos) e poder patronal (exploração econômica). Também havia estados rurais artesanais de modelo coletivista, com propriedade nominal da terra (para o rei), poder patriarcal (através de funções técnico-burocráticas) e vassalagem (ou alienação). Em termos de estratificação social, tinham camadas parasitárias, as quais se apropriavam dos excedentes produzidos, e escravismo, com povos dominadores (através de senhores de escravos e trabalhadores) e povos dominados (através dos instrumentos de produção), além de propriedade individual de bens (onde os agentes de produção eram os animais, os escravos e a terra). A institucionalização do poder político, ou do estado, se dava pelo exercício do seu domínio não apenas sobre seus escravos, mas também sobre a sociedade inteira, a fim de conservar e/ou ampliar privilégios. Ao longo desta Revolução as cidades detinham algo entre 10 e 20% dos habitantes, e eram os centros do poder com um estilo de vida voltado para o lucro, competição, poderio, riqueza (ou complexo de superioridade). Os campos somavam algo entre 80 e 90% dos habitantes, onde predominava uma vida de disciplina, tradição, rotina, laços de solidariedade e parentesco. A força de coesão social residia nas antigas tradições religiosas, que foram redefinidas para legitimar a ordem social estabelecida e fazer a manutenção dos pobres e sua pobreza em relação aos bens dos ricos, tornando normal viver sob tais contrastes.

A terceira foi a “Revolução Tecnológica do Regadio” (Ribeiro, 2000), e se deu na Mesopotâmia de 2.350 a.C., no Egito de 2.070 a.C., e entre os Astecas e os Incas em 1.250 a.C.. A Agricultura do Regadio envolvia uma engenharia hidráulica, e seus excedentes alimentares eram utilizados para aliciar as massas humanas através de obras faraônicas e guerras. Nos impérios teocráticos do Regadio ocorreu a apropriação das terras pelo Estado, bem como havia a presença de um sistema administrativo de controle da força de trabalho, resultando em estratificação social baseada na divindade / nobreza, sacerdotes / guerreiros, artesãos / servos, e escravos. Esses eram tempos do Estado-igreja, uma entidade política monolítica detentora do saber técnico, tal como a escrita, a matemática ou a astronomia. Este sistema apresentava tendências dissociativas, com custos econômicos onerados pelas camadas parasitárias, atos de fé e militarismo.

No Islamismo do século VII até o do século XV, e na Península Ibérica desse mesmo período, ocorreu a quarta grande “Revolução Tecnológica”, denominada por Ribeiro (2000) de “Pastoril”. Com um sistema tecnológico orientado pela metalurgia do ferro forjado, se produzia ferramentas, armas ou embarcações, e a agricultura era dependente do regime das chuvas. Este foi um tempo de impérios mercantis escravistas, economia mercantil por terra e mar, tanto de subsistência quanto para as trocas. Além disso havia manufaturas, como

serrarias e curtumes, por exemplo, e um ordenamento social radical. Na época, entre os habitantes de Roma e Atenas, 4/5 dessas respectivas sociedades eram formados por escravos, além de comerciantes e proprietários de terras e escravos. Desse modo, eram freqüentes a competição pelo enriquecimento, estimulada pela economia do dinheiro, decorrendo na secularização da usura e na escravização por dívida. Estes estados estavam a serviço do empresariado, que era cada vez mais rico em detrimento das massas cada vez mais miseráveis.

Ribeiro (2000) também menciona uma quinta grande revolução, referindo-se a ela como “Revolução Tecnológica da Metalurgia”. Ela ocorreu entre os Gregos nos séculos VI e V a.C., e entre os Romanos em I a.C. e IV d.C., com uma produção característica de “ferros da cavalaria de guerra”, como ferraduras e estribos. Mas também havia moinhos eólicos e hidráulicos para triturar grãos. Com essa Revolução, a vida passou a ser regida por impérios despóticos salvacionistas, através do Estado-igreja, os quais visavam o expansionismo através de conquista, dominação despótica, colonização escravista e doutrinação. Havia técnicas produtivas novas, mas a sociedade continuou estratificada entre guerreiros, camadas burocráticas com funcionários, escravos e servos.

A sexta grande Revolução de Ribeiro (2000) foi chamada de “Revolução Tecnológica Mercantil”, a qual tinha uma tecnologia produtiva baseada na navegação oceânica, fábricas, tipografias e tecnologia militar, com armas de fogo e artilharia naval. Desencadeou-se através de um complexo de eventos e a adoção de procedimentos técnicos e institucionais orientados para o comércio exterior. Nesse esforço foram implantadas manufaturas centralizadas, instaladas nos campos para fugir ao controle dos grêmios artesanais urbanos. Essa medida permitiu implantar manufaturas em cidade italianas, francesas, holandesas, inglesas e espanholas. Trata-se de impérios mercantis salvacionistas (durante o século XV, na Península Ibérica) e capitalismo mercantil (na Holanda, Inglaterra e França), e decorre de uma contraparte formada do empresariado e massas assalariadas, as quais conformam um colonialismo escravista mercantil. Nesse período surgem áreas de saque e exploração na África, Ásia e Américas, bem como povoamentos com camadas gerenciais subalternas e massas escravizadas e acúmulo de capital através de saque dos povos, e excedente arrancado de milhões de escravos, a partir de tráfico negreiro. Segundo Ribeiro (2000), essa Revolução transfigurou a Europa com um movimento de renovação inaugurado com o Renascimento, o qual foi intensificado com a Reforma da Igreja, a alfabetização das massas e a redescoberta do mundo greco-romano. Também houve a ação dos teólogos reformistas por intermédio de uma ideologia enobrecedora do enriquecimento e a despersonalização das relações de trabalho. Por

outro lado havia um mundo colonial enquanto propriedade das metrópoles, onde foram formadas culturas espúrias entre os colonizados.

Para maioria dos designers, uma das únicas revoluções estudadas na graduação universitária corresponde ao que Ribeiro (2000) entende por “Revolução Tecnológica Industrial”. Nela é descoberta a energia inanimada para mover dispositivos mecânicos, em três etapas: a primeira é a das máquinas a vapor, a seguinte é a dos motores elétricos e a última é a dos motores a explosão. Com a poderosa tecnologia industrial, agrícola e pastoril houve grande incremento demográfico e o empresariado transformou toda mão-de-obra em assalariados (inclusive a dos escravos), decorrendo disso um imperialismo industrial em oposição ao neocolonialismo. A Inglaterra, França e Holanda se tornam centros de dominação através da exportação de manufaturas, exportação de capitais e instalação de indústrias subsidiárias, as quais produziram uma crescente dependência dos povos, condenando-os ao atraso. Degradados pela deculturação, esses povos dependentes estavam impossibilitados de desenvolver tecnologias próprias. Por outro lado, emergiram formações socialistas das tensões geradas pelos progressos da industrialização, produzindo uma nova fase da evolução humana, ou um projeto intencional de reordenamento das sociedades segundo os interesses da maioria da população e da socialização dos meios de produção para escapar da opressão econômica dos países centrais, da desigualdade social, das oposições campo / cidade e do trabalho físico / trabalho intelectual. Neste período o capitalismo e socialismo rivalizaram na promoção de valores liberais e mística anti-pessimista, pelo primeiro, e na promoção de valores igualitários e mística libertária e utópica, pelo outro.

Finalmente, Ribeiro (2000) menciona uma última grande Revolução, a qual ele tratou por “Revolução Tecnológica Termonuclear” ou “Científico-Tecnológica”. Em curso no mundo, ela possuiu uma base termonuclear e eletrônica, complexos industriais automatizados, produção química de sintéticos e meios de telecomunicações de massa. Nesse processo ocorre a substituição do trabalho cerebral pelo processamento de dados por sistemas informatizados. Com ela tem ocorrido a generalização da prosperidade e uma redução cada vez maior da divisão da sociedade em classes econômicas, até sua extinção (dado o aumento fenomenal da produtividade do trabalho), contra a qual se erguem, com vigor desesperado, a luta pela sobrevivência de todos em oposição aos interesses privatistas, que assenta privilégios e fortalece a desigualdade social. Nesse sentido, o papel dos cientistas (antes considerados magos, e depois sábios) é o de assessoramento às altas hierarquias civis, militares e empresariais, as quais não estão dispostas a abdicar do poder. Assim, a ciência se translada do plano ideológico ao adaptativo, com aceleração exponencial da profissionalização da ciência e

da tecnologia e uma fantástica expansão da aplicação de recursos públicos e privados às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, os trabalhadores são promovidos de usuários de ferramentas e operadores de máquinas a supervisores de sistemas produtivos ultra-complexos. Novos e prodigiosos sistemas de comunicação de massa foram elaborados para conformar uma opinião pública submissa e disciplinada, a qual, doutrinada, é praticamente incapaz de realizar uma opção radical. Questões de produtividade, custos e mercados lidam com a aptidão de cada trabalhador, transformando suas ideias em mercadorias, onde o menor problema criado é o da corrupção.

Tal como se pode inferir, com o intuito de tornar mais claro o propósito do trabalho desta pesquisa, o panorama das Revoluções Científicas e Tecnológicas adaptado a partir de Ribeiro (2000) foi articulado com a História do Design, situando e revelando as características mais expressivas das Macro-Tipologias do Design, tais como: a) Arte, Artesanato e Design Pré-Industrial, b) Design Industrial, c) Design para a Periferia e Ecodesign; e d) Design para a Sustentabilidade e Design Local.

a) Arte, Artesanato e Design Pré-Industrial

Quando as artes se dividiram entre maiores e menores, desenvolveu-se o desprezo de um lado e o descuido do outro. O artista separou-se dos artesãos, deixando-os sem qualquer esperança de dignidade, ficando ele, por seu lado, desprovido de uma colaboração inteligente e industriosa. Sofreram ambos, o artista não menos que o artesão.

William Morris

O Design deve muito à Arte e ao Artesanato (Heskett, 1997; Denis, 2000; Morris, 2003), e Rugiu (1998) aponta essa relação com propriedade. A saber:

Falarei sempre de Artes para entender em geral aquelas associações de artesãos e mercadores que na Europa tornaram forte o desenvolvimento e mesmo o poder do século XII para chegar à máxima hegemonia do século XIX. Na realidade, o termo Arte [...] foi usado sobretudo na Toscana. Em outras zonas, as denominações foram diferentes e às vezes sujeitas a mudanças no tempo. Para citar algumas temos: Colégio de Roma, Consulados em parte da Lombardia, Universidade em Piemonte e outros lugares, Companhia na Emília, Grêmios na Sardenha, Confrarias ou Irmandades no Vêneto, Mestranças na Sicília, Ministérios em alguns centros norte-ocidentais, Paratici em zonas ex-longobanda, etc. Na Grã-Bretanha e nos países alemães, prevaleceram em geral, respectivamente, *guilds* e *Gilden*; na península ibérica, grêmios; na

França, *métiers* ou *devoirs*. A diferença dos nomes correspondiam, freqüentemente, mais ou menos às notáveis diversidades de ordem interna e de relações com o exterior e, assim, também de hierarquia social e cultural. Nós, para entendermos aquela realidade, usamos em geral o termo Corporação, termo esse, porém, relativamente recente, difundido na Itália na segunda metade do século passado e depois propagado pelo fascismo por ocasião do seu projeto de neo-corporativização da Itália “disciplinada, laboriosa e produtiva”. Antes do final do século XIX, o termo Corporações era raramente usado para entender aquilo a que aqui chamamos Arte. *Corporation* em inglês e em francês estaria mais para sociedade comercial ou industrial, e com esse sentido permaneceu ainda no uso americano. É verdade que no latim tardio *corporatus* quis dizer membro de um corpo moral, mas aquele *corpus* podia ser uma associação ou comunidade (*universitas*) qualquer, não necessariamente uma Arte (p. 23).

Rugiu (1998) prossegue e esclarece seu ponto de vista, declarando que

As Artes foram uma realidade específica na boa e má sorte. Não simples associações de produtores de bens, no sentido lato (*quo potest hoc ipsun bonu est*, segundo S. Tomás), existente desde os tempos antigos [...], mas ligas profissionais caracterizadas por direitos e deveres particulares, por privilégios e por vínculos reconhecidos e garantidos pelo poder público, ele mesmo, em medida mais ou menos sensível, condicionado pelas organizações das Artes presentes no território. O exemplo talvez mais típico de tais privilégios garantidos era o monopólio do qual toda Corporação dispunha para o exercício e o ensino da própria atividade em um determinado território. O monopólio do ensino compreendia também o poder discricionário para certas condições convencionadas de gerir a instrução geral, a socialização e também a qualificação e a inserção profissional dos aprendizes, uma vez vindos a ser “matriculados” e depois mestres naquela Corporação (p. 23/24).

Como se observa, o Artesanato corresponde a um sistema de ensino e de atividades profissionais (Heskett, 1997; Rugiu, 1998) responsável pela produção de objetos que, em sentido retroativo, foi praticado desde a Revolução Industrial até os primórdios da Idade Antiga, por volta do ano 3.000 a.C. (Vicentino, 2006:14). Não foi por outra razão que muitas civilizações, como a egípcia, babilônica, fenícia ou persa, entre outras, inscreveram inúmeros objetos em suas respectivas culturas materiais. Assim, um trecho da obra “A cidade na história”, de Munford (1965), é oportuno para dar uma noção da longevidade do Artesanato e das suas origens, tal como segue:

Aquilo a que chamamos revolução neolítica foi, muito possivelmente, antecedido por uma revolução sexual, mudança que deu domínio não ao macho caçador, ágil, de pés velozes, pronto para matar, impiedoso por necessidade vocacional, porém, à fêmea [...] presa aos filhos, reduzida nos seus

movimentos ao ritmo de uma criança, que plantou sementes e vigiou mudas [...]. / Nesse passo, as necessidades, as solicitações, a intimidade da mulher com os processos do crescimento e sua capacidade de ternura [...] resultou na domesticação cumulativa de plantas e animais, determinando o lugar central da mulher na nova economia. / As palavras “lar” e “mãe” estão [...] escritas em toda as fases da agricultura neolítica e não menos nos novos centros de aldeamento, afinal identificáveis nos fundamentos das casas e nas sepulturas. Era a mulher que manejava o bastão de cavar ou a enxada: era ela que cuidava dos jardins e foi ela quem conseguiu essas obras-primas de seleção e cruzamento que transformaram espécies selvagens e rudes em variedades domésticas prolíficas e ricamente nutritivas; foi a mulher que fabricou os primeiros recipientes, tecendo cestas e dando forma aos primeiros vasos de barro. Na forma, também a aldeia é criação sua: não importa que outras funções pudesse ter, era a aldeia o ninho coletivo para o cuidado e nutrição dos filhos (p. 22/23).

Embora não seja necessário recuar tanto para conhecer o Artesanato e a sua importância na História, é justo captar seu valor no seu amplo e devido contexto, pois isso o avaliza inclusive em relação ao processo de edificação do Design. Por essa perspectiva, as Idades Média e Moderna são especialmente relevantes, com todos os seus acontecimentos políticos, econômicos e sociais protagonizados sobretudo na Europa, que foi o berço da cultura ocidental. Assim, na Idade Média o enquadramento do Artesanato era o das “artes menores” (Morris, 2003:21) - também conhecidas por “artes mecânicas” (Rugiu, 1998:34) ou “artes decorativas” (Morris, 2003:24) - , diferindo da “grande arte da Arquitetura, [...] da Escultura e Pintura” (idem), ou das “artes liberais” (Rugiu, 1998:34).

Heskett (1997) também contribui nessa questão, apontando o caminho percorrido do “artesanato tradicional à arte industrial” (p. 10), tal como se verifica abaixo:

Sejam quais forem as circunstâncias particulares, o desenho industrial é um processo de criação, invenção e definição separado dos meios de produção. Portanto, vinculado especificamente ao desenvolvimento da industrialização e mecanização que começou com a Revolução Industrial na Inglaterra por volta de 1770, embora não possa ser descrito simplesmente como um produto determinante desse processo. A característica distintiva, que é a separação entre o design e o processo de fabricação, surgiu na verdade antes da Revolução Industrial, com a evolução do final da Idade Média para o início da organização industrial capitalista baseada em métodos artesanais de produção. / O crescimento do comércio no período medieval foi uma fase crucial dessa evolução para a especialização. Nas florescentes cidades da Europa ocidental, como Florença, Veneza, Nuremberg e Bruges, surgiram grandes oficinas para atender aos gostos sofisticados das cortes, igrejas e ricos comerciantes. [...] Eram feitos muitos objetos do mesmo tipo, embora o processo de produção fosse essencialmente a duplicação repetitiva de modelos existentes por métodos artesanais. Boa parte do trabalho produzido por esses artesãos urbanos

era de grande maestria e habilidade e as fronteiras entre artistas e artesãos eram fluidas, dependendo do grau de realização, com base num treinamento e técnica comuns, e não de diferenças de natureza e tipo de atividade. / A expansão constante do comércio e das oportunidades comerciais, entretanto, e o aumento de tamanho das unidades de produção criaram pressões competitivas, que por sua vez, levaram a uma demanda de inovação e de algum traço ou aspecto característico de artesanaria que diferenciasse um produto e atraísse o interesse dos consumidores (p. 10).

Assim, infere esse autor,

No início do século XVI, na Itália e Alemanha, os primeiros designers começaram a atender essa necessidade com livros de padrões. Esses livros eram coleções de gravuras produzidas em quantidades por novos métodos de impressão mecânica, ilustrando formas decorativas, padronagens e motivos, geralmente ligados a atividades têxteis, como a fabricação de faixas decorativas, ou à marcenaria. Continham designs que podiam ser aplicados repetidas vezes e numa série de contextos diferentes. Seu significado para história do desenho industrial é de que um designer, publicado dessa forma, ficava afastado de qualquer envolvimento na aplicação do uso dos padrões (p. 11).

Seja como for, não foi a especialização do trabalho do artesão que resultou na emergência do Design. O que realmente interessa nesse caso não é o seu aspecto técnico, mas sim, o político, causador de um imenso impacto social e econômico à época. Para Rugiu (1998),

No começo, e até o momento do máximo esplendor artesão, a soma dos privilégios superava o peso dos vínculos. Depois, à medida que o regime comunal se transforma em senhorio e depois em monarquia, os vínculos se tornam sempre mais preponderantes em relação aos privilégios, sintoma claro de que o modo de produção e as relações típicas das Corporações tornavam-se sempre mais desatualizadas, até o golpe final que sofreram no choque com a irresistível revolução industrial. / Naturalmente, como os artesãos associados existiam bem antes que se afirmassem as Corporações, assim continuam a existir, mesmo depois da supressão definitiva do ordenamento corporativo. Também hoje os artesãos existem individualmente ou como normais associações sindicais ou profissionais, mas aquilo que importa é que, há dois séculos aproximadamente, eles não constituem mais um corpo dotado de prerrogativas especiais; a primeira entre todas, aquela capaz de gerir pessoalmente a instrução e a associação de jovens aspirantes a exercer uma determinada atividade artesã, segundo um projeto e um plano metodológico didático típicos e exclusivos para cada uma delas. Também o fim da Corporação mais elevada culturalmente, aquela dos pedreiros-Liberaes, que aconteceu quase por autodissolução, ou por alienação das próprias “lojas” e relativa prerrogativa, em vantagem da nascente Maçonaria “simbólica” no

início do século XVIII, não quer dizer, obviamente, que desaparecerão da face da terra arquitetos, engenheiros, mestres de obras, pedreiros qualificados, mas apenas que eles, despojados dos antigos privilégios e vínculos, não serão mais formados nas escolas das oficinas ou das lojas, mas em itinerários distintos de instrução geral e específica aos vários níveis, que nada terão a ver com as correspondentes categorias artesanais, escolas profissionais inferiores (p. 24/25).

Nessa direção ainda, Heskett (1997) reitera que a causa dessa mudança está no século XVII, tal como segue indicado:

[...] quando o centro do comércio na Europa se deslocou da região do Mediterrâneo para o litoral atlântico, os focos de poder se tornaram nações-Estado, com governos monárquicos centralizados, cujo modelo foi o da França de Luís XIV. Durante o reinado do “Rei Sol”, a grandeza e esplendor da vida na corte garantiram um generoso patronato para artistas e artesãos habilidosos, o que culminou na criação de manufaturas financiadas e controladas pela Coroa. A mais famosa, fundada em 1667, ficava em Gobelins e, embora mais conhecida por suas tapeçarias, também tinha instalações para marceneiros e artesãos que trabalhavam com metais finos. Era um empreendimento de larga escala, com o número de artesãos chegando às centenas e uma escola para sessenta aprendizes. Charles Le Brun, principal artista de Luís XIV e diretor da manufatura, e uma equipe de artistas, decoradores e gravadores, forneciam desenhos para uma série de artigos, como coches, tapeçarias e móveis, muitas vezes decorados tão suntuosamente que hesitamos ao classificá-los como utilitários. / Outros monarcas de Estado grandes e pequenos tentaram imitar o modelo de governo absolutista e o grande estilo de vida da corte francesa. A concentração de poder central foi acompanhada pela difusão de princípios econômicos mercantilistas, o aproveitamento e controle de recursos, habilidades e produtos para fins e lucro do Estado, incorporados na pessoa do governante. Conseqüentemente, o patronato artístico e o investimento real andavam de mãos dadas, de forma mais notável nas grandes manufaturas fundadas na Europa no século XVIII (p. 11/12).

Mais adiante essas mudanças se alastraram pela Europa, conformando indivíduos, cidades e nações pelos requerimentos dessas organizações já nos moldes da Revolução Industrial, com suas máquinas e produção seriada. No Brasil pouco ocorreu nesse sentido, até porque nesse período o país era uma colônia. Só depois, quando se tornou um império, teve Liceus de Artes e Ofícios, que fazem parte desse ideário.

Como se pode inferir, essa Macro-Tipologia do Design atravessou algumas Revoluções Tecnológicas (Ribeiro, 2000), alcançando, por fim, a Mercantil com alguma interpenetração na Industrial. Esta Macro-Tipologia, dada a sua inscrição nessas Revoluções

Tecnológicas, aponta que ela esteve a serviço do “Desenvolvimento enquanto progresso e evolução”, conforme foi discutido anteriormente.

b) Design Industrial

Poucos designers foram críticos do que representava o automóvel como elemento de remoção de uma ordem social e urbana e sua substituição por outra que subordinou a vida ao petróleo, seus preços e suas guerras, e também transformou as cidades em território oposto ao conceito de cidadania.

Pedro Luiz Pereira da Silva

O processo da Revolução Industrial possui diversos significados e um deles foi o surgimento do Design Industrial, com seus méritos e malefícios. Para Denis (2000), essa Revolução europeia dos séculos XVIII e XIX se deu em função de uma série de transformações nos meios de fabricação, as quais foram “[...] tão profundas e tão decisivas que costuma ser conceituada como o acontecimento econômico mais importante desde o desenvolvimento da agricultura” (p. 21). Esse autor também considera que a Revolução Industrial só encontra equivalência na Revolução Francesa, tais foram os impactos produzidos por elas sobre as respectivas sociedades (p. 20).

Melhor examinada, a Revolução Industrial transcorreu através de algumas fases. A inicial se deu na Inglaterra de 1750 aproximadamente, tendo a indústria de tecidos de algodão como protagonista central (Denis, 2000:21). Essa indústria aferiu um aumento produtivo de 5.000% entre 1780 e 1850, “[...] com a introdução da produção comercial de alta escala” (Heskett, 1997:18). A tecnologia fabril que responde por esta produtividade se difundiu rapidamente para outros países da Europa, assim como outros setores da economia mais tarde também se interessaram por ela. De acordo com Denis (2000),

A partir do século 18 começaram a surgir na Europa também importantes indústrias da iniciativa privada. Estas tenderam a se organizar inicialmente em regiões em que havia uma forte tradição oficial de produção de algum tipo de matéria-prima. A cidade de Lyon, na França, por exemplo, tornou-se um centro internacional de fabricação de sedas. A Catalunha também desenvolveu uma importante indústria têxtil, chegando a contar mais de 3.000 pequenas fábricas na década de 1790. Igualmente na região de Staffordshire, na Inglaterra, a tradicional produção de cerâmicas acabou por gerar um dos casos mais interessantes de evolução industrial do século 18: a fábrica de Josiah Wedgwood. Quando Wedgwood iniciou suas atividades manufactureiras na década de 1750, as oficinas de cerâmica da região eram numerosas mas

pequenas, empregando em média cerca de vinte trabalhadores. Em menos de duas décadas, transformou sua fábrica em uma indústria de porte internacional, com representações em Londres e Dublin e exportando para toda a Europa e Américas (p. 24).

Para esse autor,

A transformação da Wedgwood pautou-se em fatores tanto tecnológicos quanto comerciais, incluindo-se aí uma atenção redobrada ao papel do design no processo produtivo. Wedgwood estava atento ao crescente mercado de classe média, desejoso de possuir louças de qualidade mas sem condições de adquirir as porcelanas chinesas que invadiam então os mercados europeus, e menos ainda os produtos mais caros de Meissen ou Sèvres. Para atender a esses consumidores, era preciso uma louça cujo aspecto se aproximasse da porcelana, mas de preço acessível. A primeira parte da solução encontrada foi tecnológica. Wedgwood conseguiu aperfeiçoar a partir da década de 1760 um tipo de cerâmica esmaltada - conhecida como *creamware* - adequada à moldagem em grande escala, tornando possível a produção de louça branca de boa qualidade a baixos custos. / Aos poucos, sua produção foi obtendo sucesso e, por volta de 1765, ele abriu uma loja em Londres, atendendo inclusive à aristocracia e à própria rainha. O acesso a essa faixa mais elevada de mercado motivou a abertura de nova fábrica em 1769, batizada de Etrúria [...]. / Apostando na moda neoclássica que então despontava entre as classes abastadas, Wedgwood passou a fabricar vasos inspirados na Antiguidade (aliás, o próprio nome Etrúria fazia referência à recentes escavações etruscas na Itália). Com essa linha, Wedgwood conseguiu atingir o objetivo de diferenciar a sua produção do resto do mercado: as peças de luxo, algumas únicas, traziam prestígio para a sua fábrica e elevam a cotação das peças utilitárias comuns (Denis, 2000:25).

Esse é um caso emblemático, e exemplifica o que a Revolução Industrial alterou nas organizações produtivas estatais e privadas da Europa. Denis (2000:26) também aponta os elementos principais da industrialização nesse período, onde a escala de produção foi bastante ampliada, assim como as fábricas aumentaram significativamente, demandando um número cada vez maior de operários e um volume crescente de capital para operar. Mais que isso, a produção seriada foi conquistada com avanços técnicos, como por exemplo o uso de moldes e novas máquinas operatrizes, regularizando cada produto de cada produção seriada (idem). Finalmente, uma nova divisão do trabalho especializou funções e otimizou a produtividade, incrementando, conseqüentemente, os resultados econômicos das atividades industriais (idem).

A partir dos anos de 1800 um processo gradativo de difusão desse tipo de organização industrial entrou em curso, e entre 1880 e 1890 um novo modo de administração do trabalho

coletivo alavancou ainda mais a produtividade industrial dessas organizações. Trata-se da tecnologia gerencial proposta por Frederick Winslow Taylor, para obter mais produção da jornada diária de trabalho do operário industrial através da cronometragem dos tempos e dos respectivos movimentos consumidos pelo trabalhador na execução de cada uma das suas tarefas. Essa tecnologia ficou conhecida como “Gerenciamento científico” dos métodos de trabalho industrial (Landes, 1994:330; Denis, 2000:36).

Dados e números disponíveis em Ribeiro (2000) exprimem as tecnologias e o volume de produção de cada fase da Revolução Industrial. A saber:

Aos conversores de energia baseados em dispositivos de queima de carvão para produção de vapor acrescentaram-se depois outros conversores cada vez mais eficazes. Esse foi o segundo passo da Revolução Industrial, que se deu na passagem do século XIX ao XX com o surgimento e a generalização do uso de motores elétricos, fundados na energia hidráulica. O terceiro passo corresponde ao desenvolvimento e difusão, depois da primeira Guerra Mundial, dos motores à explosão que utilizam combustível de petróleo. / No decorrer desse processo a produção industrial cresce aos saltos. Assim é que, de 1860 a 1950, a produção mundial de carvão salta de 132 para 1.454 milhões de toneladas; a de petróleo, de zero a 523 milhões de toneladas; a de gás natural, também de zero a 197 milhões de metros cúbicos; e a de energia elétrica, de 6 para 332 milhões de megawatts-hora. Essa progressão das disponibilidades de energia convertida em megawatts-hora representa um salto de 1.079 para 20.556 milhões de toneladas. A produção de aço passa de 30 para 180 milhões de toneladas, de 1870 a 1930 (p. 132).

Todavia, ainda na passagem dos anos de 1800 para os de 1900, a Alemanha e a Itália foram unificadas e outros países também empreenderam seus projetos de nação a partir da industrialização e do crescimento econômico. Os governos e as grandes indústrias de então promoveram a industrialização organizando grandes feiras internacionais ou construindo grandes monumentos demonstrativos dessa tecnologia industrial, tais como o “Palácio de Cristal” da Londres de 1851 (Burdek, 2006:19; Heskett, 1997:56; Denis, 2000:81) e a “Torre Eiffel” da Paris de 1889 (Denis, 2000:82), fascinando as respectivas sociedades. Evidentemente, esses eventos e monumentos acirraram a concorrência entre as grandes indústrias e entre os maiores comerciantes, tanto quanto estimulou a corrida dos países por hegemonia industrial, poder econômico e controle político.

Com a ebulição da industrialização nesse período, e a ganância dos grandes empreendedores industriais, comerciais e governamentais, uma figura bem conhecida do capitalismo se constituiu e fortaleceu: o “truste”. Hobson (1949), um economista precursor de

Josef Alois Schumpeter e de John Maynard Keynes, oferece casos ilustrativos desse fenômeno. A saber:

Quando o ramo do uísque funcionava sob a égide da organização mais “frouxa” de um *pool* industrial, cada uma de suas destilarias trabalhava abaixo de sua capacidade máxima, num ano com 40%, e em outro com 28% de sua produção anterior. Mas, quando as oitenta destilarias assumiram a forma mais compacta de um truste, já no ano seguinte todas foram fechadas, salvo doze das que tinham melhor situação e melhor equipamento: estas funcionaram a plena capacidade e sua produção agregada foi tão grande quanto à das oitenta destilarias que estavam funcionando antes. Quando, no início de 1894, o Sr. Carnegie combinou com seis outros produtores de aço para colocar sob seu controle 65% da produção, os que ficaram de fora receberam grandes somas para fechar os seus estabelecimentos. A mesma política foi adotada, entre outros, pelos trustes do óleo de algodão, do açúcar e da borracha. Todos os trustes maiores, na realidade, seguiram esse plano de fechar inteiramente as portas dos estabelecimentos mais fracos e operar exclusivamente com os mais fortes, realizando dessa forma uma poupança de capital e mão-de-obra (p. 225/226).

A expansão da Revolução Industrial e da industrialização repercutiu em vários lugares e de diversas formas, inclusive na especulação de capital sem o devido lastro de produtos industriais efetivamente produzidos e comercializados, na insatisfação de operários pelas longas, perigosas e mal remuneradas jornadas de trabalho nas indústrias (Landes, 1994:329), num significativo incremento do consumo e na intensa urbanização das cidades (p. 250). Essa última, por sinal, também impactou a vida no campo, tanto pelo êxodo dos camponeses interessados em trabalhar nas indústrias quanto pela crescente monocultura agrícola provocada pela crescente demanda de matérias-primas das novas indústrias de alimentos.

Logo, as cidades mais urbanizadas também começaram a sentir os efeitos do uso dos automóveis - e do “fordismo” (Souza, 2008:52) - , das ferrovias e dos grandes navios de carga e de passageiros, na forma de migração de pessoas e no remodelamento das cidades para assentar suas vias para esses novos sistemas de transportes (Denis, 2000:100; Souza, 2008:05). Em meio a tudo isso, o Design Industrial se valorizou, sendo cada vez mais acionado pelas grandes indústrias e grandes empresas comerciais, tanto quanto pelo estímulo extra das emergentes agências de publicidade que difundiram o novo estilo de vida urbano-industrial e os produtos seriados para um ávido mercado consumidor de massa (Denis, 2000:49). Aliás, é nesse momento que surge a Comunicação Visual, ou Design Gráfico, tal como seria chamado mais tarde, associando-se ao uso da sedutora fotografia, configurando-se

em um eficiente instrumento de veiculação de mensagens visuais de massa, potencializando, por fim, as vendas das novas e grandes lojas de departamento (p. 80).

Após a Primeira Guerra Mundial, o Design Industrial atravessou um destacado momento do seu processo de instituição e profissionalização, que foi a criação do movimento “Werkbund”, na Alemanha de 1907 (Souza, 2008:47; Denis, 2000:111), por iniciativa da Confederação Alemã do Trabalho. Sobre isso, Denis (2000) revela o seguinte:

[...] a *Werkbund* funcionava como um fórum reunindo empresários, políticos, artistas, arquitetos e designers em torno de encontros periódicos. Através dessas atividades, a confederação se propunha a estimular uma política setorial de aplicação do design na indústria, a pressionar as autoridades competentes para realizar uma melhoria dos padrões técnicos e estéticos da indústria alemã e a educar o consumidor para exigir o cumprimento desses padrões. O número de associados cresceu rapidamente e a organização se tornou bem conhecida [...], dando origem a uma versão austríaca em 1912, a uma *Werkbund* suíça em 1913 e à *Design and Industries Association* na Grã-Bretanha em 1915 (p. 112).

Decorre dessa iniciativa, a fundação de uma organização alemã considerada modelar na aplicação do Design Industrial: a fábrica de produtos elétricos “Allgemeine Elektrizitäts Gesellschaft”, mais conhecida pela sigla “AEG” (Denis, 2000:112; Souza, 2008:49). Assim, do “Werkbund”, do exemplo da AEG e da fusão de uma Academia de Artes com uma Escola de Artes e Ofícios, fundou-se a Escola Bauhaus em 1919 (Drostes, 1994), “[...] considerada o marco mais significativo para o ensino do design moderno” (Souza, 2008:57).

Essa Escola deu ao mundo os primeiros profissionais com formação acadêmica, a partir de um programa de ensino que incluía oficinas simultaneamente orientadas por “mestres de ofícios” - ou artesãos - e “mestres da forma” - ou artistas - , além de aulas de teatro, a docência de arquitetos radicais e de artistas da vanguarda Construtivista e Abstracionista da Europa (idem). Com essas inovações foram elaborados projetos de produtos industriais com uma linguagem técnica e artística bastante inovadora à época, pois seus três diretores, atentos às questões filosóficas, políticas, econômicas, artísticas, técnicas e educacionais de então, aplicaram suas reflexões em corajosas experiências pedagógicas entre 1919 e 1933. Com o fechamento da Escola por Hitler (Burdek, 2006:33), seus professores dispersaram para vários países, ajudando a criar outras escolas de Design Industrial, tal como a “Nova Bauhaus” de Chicago, nos Estados Unidos de 1937, que foi transformada no “Institute of Design” em 1944 e no “Illinois Institute of Technology” em 1949 (Denis, 2000:169).

Entretanto, é preciso ter em mente que estava acontecendo uma série de revoluções populares no mundo. Souza (2008) recorda, por exemplo, que a Escola Bauhaus resultou tanto da política e da economia alemã quanto da política e da economia internacional, em especial da “[...] Revolução Bolchevique, Internacional Socialista, Internacional Construtivista, De Stijl, Vchutemas” (Maldonado, 1991:33; Souza, 2008:61). Essa última, muito significativa para História do Design, era uma escola que operava radicalmente conceitos políticos e artísticos, produzindo agudos projetos inovadores (Denis, 2000:118) até que Stalin se tornasse ditador da URSS e encerrasse precocemente essa iniciativa tão revolucionária.

Quase que em paralelo, a industrialização, os trustes, a Depressão da Bolsa de Nova Iorque de 1929, a Primeira Guerra Mundial e o Tratado de Versalhes jogaram o mundo na Segunda Guerra Mundial, deflagrada em 1939. Todavia, dos anos de 1920 à 1940 demandou-se bastante o Design Industrial (Denis, 2000:124), em função das novas tecnologias produtivas e dos novos materiais aplicados em diversos ramos industriais, tal como o alumínio. Sobre esse período, Denis (2000) fornece dados interessantes:

Se é verdade que o primeiro impacto histórico da industrialização se fez sentir no século 19, é igualmente justo afirmar que os benefícios da sociedade industrial só se espalharam em nível mundial e popular após a Primeira Guerra Mundial [...], com notável expansão do parque industrial, que se reflete tanto nos dados econômicos quanto na produção cultural. A era do rádio [...] foi marcada pela ascensão de valores culturais que só puderam ser difundidos em função dos avanços tecnológicos bastante específicos. [...] A existência das rádios, vitrolas e discos gerou toda uma nova cultura, novas indústrias e abriu uma imensa área de atuação para o design. / Acompanhando capas de discos, o cinema não somente constitui um foco importante para a produção de peças de design gráfico, como cartazes, como também ajudou a divulgar hábitos e modas que, por sua vez, geraram novas oportunidades para a inserção do design. A partir da década de 1920, as estrelas de Hollywood passaram a ditar mundialmente os padrões de comportamento e também de consumo que dominava então na sociedade americana. Uma área de expressão gráfica que sentiu o impacto do cinema de maneira especialmente visceral foram as histórias em quadrinhos, que experimentaram na década de 1930 a sua maior transformação desde os primórdios do final do século 19 (p. 124/125).

Nesse tempo, os automóveis, trens e aviões foram percebidos como destacados sinais da alta modernidade (Denis, 2000:132), com uma crescente admiração pela velocidade que esses veículos imprimiam. Essa admiração foi captada e traduzida em elementos dos projetos de produto do Design Industrial, que, com isso, potencializou um modismo peculiar dos anos de 1930, expresso nas linhas dos rádios, geladeiras e outros produtos com uma infundada estética industrial elaborada com formas aerodinâmicas necessárias apenas aos aviões (idem).

De todo modo, essas novidades só foram possíveis com a moldagem de plásticos termorrígidos - como a baquelita ou a melanina (p. 134) -, e autorizadas, evidentemente, pelo desejo de consumo das pessoas. Reunidos e processados, esses fatos da economia estadunidense configuraram uma estratégia de mercado conhecida no âmbito do Design Industrial como “Styling”, com a qual se “[...] agregava valor estético ao produto [para] estimular o consumidor a comprar novos artigos para substituir outros similares ainda servíveis mas já fora de moda” (p. 36). Desse modo, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, a relação do governo com os grandes negócios e os negociantes era indisfarçável. Denis (2000:143) revela, então, algo imperdoável da História da Industrialização e do seu aparato, como as Engenharias, Marketing, Design Industrial, Publicidade e os setores comerciais das indústrias. A saber:

Se antes de 1945 já era difícil separar o que era bom para os Estados Unidos do que era bom para a GM [“General Motors”], então essa comunhão de interesses estratégicos só fez aumentar de grau com a Segunda Guerra Mundial, atingindo nas décadas subseqüentes a promiscuidade total. A identificação sempre crescente entre governos nacionais e grandes empresas acabaram por gerar um clima em que os limites da propaganda política e a propaganda comercial ficaram extremamente tênues [...]. / Os países vencedores de modo geral, e os Estados Unidos em particular, conseguiram tirar das duas guerras enormes proveitos econômicos, incluindo um aumento fantástico de produtividade para as indústrias envolvidas diretamente no fornecimento de materiais bélicos e o aniquilamento parcial ou total dos seus principais concorrentes estrangeiros. [...] Além do crescimento industrial, as guerras também propiciaram avanços espetaculares em termos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, o que iria gerar benefícios concretos para o período subseqüente de relativa paz. O final da Segunda Guerra também marca o começo do fim dos grandes impérios europeus e a reorganização política, econômica e industrial do mundo em novas bases multinacionais. O design teria um papel cada vez mais influente a exercer nesse admirável mundo novo, mas enfrentaria também novos dilemas éticos e ideológicos ainda mais complexos (p. 143).

Mais à frente, em algum momento da década de 1950, uma importante entidade do ensino do Design Industrial foi inaugurada na Alemanha: a UFG - “Hochschule Fur Gestaltung” (Escola Superior da Forma) ou simplesmente “Escola de Ulm” (Niemeyer, 1998:44; Burdek, 2006:41; Souza, 2008:91), tal como ficou mais conhecida no Brasil²⁷. Em relação a essa Escola, Burdek (2006) entende que, de “[...] todos os campos, o da metodologia

²⁷ Apesar da importância atribuída a esse fato, não há consenso entre os pesquisadores sobre o ano de fundação da Escola de Ulm: consta 1951 em Niemeyer (1998:44); 1953 em Denis (2000:169); 1955 em Burdek (2006:41), apenas para ficar em poucos exemplos.

do design, sem a HFG Ulm, não seria imaginável o pensamento sistemático sobre a problematização, os métodos de análise e síntese, a justificativa e a escolha de alternativas de projetos” (p. 51). Desde então, o modo de fazer projetos de Design Industrial ficou muito pragmático, resultando, inclusive, em produtos industriais com uma “estética científica” (Souza, 2008:95) ou um “design sem metáforas, frio, asséptico e objetivo”, tal como prefere Jenks (*apud* Souza, 2008:102).

Contudo, outras ponderações pesam sobre a entidade. Niemeyer (1998:44) menciona que a República Federativa da Alemanha, constituída em 1949, estava com a sua economia desestruturada; que o Plano Marshall, instituído para conter um possível avanço soviético na Europa, foi lançado para reconstruir a economia europeia sob a tutela estadunidense, a qual priorizou a produção agrícola para aliviar a fome na Europa e mais tarde a industrialização “[...] de matérias-primas, produtos semi-industrializados, maquinária, veículos e combustíveis” (*idem*); e, por último, e não menos importante, que “[...] cerca de 70% dos bens de consumo e de produção utilizados nesses programas foram adquiridos nos Estados Unidos” (*idem*). Bonfim complementa essa informação, esclarecendo o seguinte:

“A Escola de Ulm deve sua criação a Inge Aicher-Scholl, sobrevivente de uma família que foi assassinada pelos nazistas no final da guerra. A senhora Scholl conseguiu que o superintendente americano J. J. MacCloy desse a licença para a criação da Fundação Irmãos Scholl, cujo objetivo exclusivo seria, mais tarde, conseguir verbas para a escola. No entanto, a proposta inicial de Inge Scholl não era a formação em design, mas de ciências políticas que atendia ao programa americano para a reconstrução” (Niemeyer, 1998:44).

Entre os estudiosos do tema relativo à Escola de Ulm, muitos a defendem e outros são duros na sua avaliação, embora ambos reconheçam seu valor histórico. Souza (2008), por exemplo, elencou pontos que exigem reflexão cuidadosa e bem fundamentada, tal como segue:

[...] a República Federal da Alemanha não era uma parcela da nação alemã simplesmente subordinada aos interesses capitalistas. / [...] Subsistiam muitas construções ideológicas de esquerda, remanescentes dos tempos da República de Weimar, até revigoradas pela catástrofe que significou o nazismo. / Ao lado dessas tendências, [...] o Plano Marshall [...] foi uma reinterpretação das ideias de John Maynard Keynes, [...] das quais foram excluídas intenções democratizantes com um velado incentivo à preservação dos antigos privilégios de classe. De fato, na Alemanha não se desenvolveu uma reforma agrária, assim como a maior parte das indústrias e dos negócios voltaram às mãos dos antigos donos, inclusive os que patrocinaram o nazismo - em tempos

de Guerra Fria, mais confiável aos interesses americanos que eventuais desvios de rota sociais-democráticos. / Mas tais desvios de rota incluíram diversos projetos, entre eles a [...] *Hochschule für Gestaltung - Ulm*, um projeto cujo maior interesse inicial se constituiu num trabalho de redemocratização da Alemanha por meio da educação. Recebeu apoio e patrocínio do Plano Marshall e congregou diversas personalidades alemãs que se opuseram ao regime nazista. Em suas propostas iniciais, não foi definida como uma escola de design, mas, por influência de Otl Aicher, gráfico ligado à família Scholl, mantenedora da instituição, voltou seus interesses para esse setor. Foi chamado para cuidar da sua estruturação Max Bill - como se viu antes, um dos mais conseqüentes alunos formados pela Bauhaus. Bill propôs uma espécie de restauração da Bauhaus. Não demorou muito tempo para que se manifestassem conflitos ideológicos contra ele e professores mais jovens, que questionavam a possibilidade da manutenção de um ideário formulado ainda na década de 1920, com outras intenções e em circunstâncias políticas diferentes. / As questões da Alemanha diziam agora respeito a uma reforma socialista ou a uma adesão ao capitalismo (p. 90/91).

Por sua vez, mais cético, Denis (2000) levanta outras questões:

[...] Ulm projetou para o mundo uma face crescentemente tecnicista, apostando cada vez mais na racionalização e no racionalismo como fatores determinantes para as soluções de design. Abstração formal, ênfase em pesquisa ergonômica, em métodos analíticos quantitativos, modelos matemáticos de projeto e uma abertura por princípio para o avanço científico e tecnológico marcam o design ulmiano produzido na década de 1960, o que condizia perfeitamente com o entusiasmo tecnicista que se generalizava na sociedade como um todo durante esses anos de corrida espacial e miniaturização eletrônica (p. 170/171).

De qualquer modo, a Escola encerrou suas atividades em 1968. Sobre isso, Burdek (1994) apresenta uma face pouco explorada no campo do Design Industrial, embora não surpreenda, pois que a macro-orientação estadunidense predominou na Escola de Ulm desde a sua fundação. A saber:

Al margen de todos los motivos que se citan de buen grado, este centro fracasó también al no haber sido capaz desde mediados de los años sesenta, de producir proyectos con contenidos actual. La Escuela Superior no se mostró receptiva frente a la entonces incipiente crítica al funcionalismo y al debate iniciado poco más tarde en torno a cuestiones ecológicas. Sobretudo en sus institutos reinó una comercialización tal, a través de proyectos industriales, que en el caso de algunos profesores ya no era posible hablar de independencia y distancia crítica. Una vez creado el estilo de la Escuela de Ulm, la tentación era demasiado grande para no aprovecharse de los mecanismos de explotación (p. 42).

Paradoxalmente essa Escola serviu de modelo para muitas outras, difundindo a Macro-Tipologia moderno / contemporânea do Design Industrial no mundo. Entre essas figuram, a partir dos anos de 1960 e 1970, as seguintes (Burdek, 1994:54): Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro, no Brasil; “National Institute of Design” de Ahmedabad e “Industrial Design Center” de Bombaim, na Índia; “Oficina Nacional de Disegno Industrial” em Cuba; “Curso de Posgrado de Diseño de la Universidad Autónoma Metropolitana” no México; entre outras mais recentes. Além disso, pelo menos dois outros grandes efeitos são reputados à Escola de Ulm, mesmo bem após o seu encerramento.

O primeiro deles foi a aplicação de seus métodos projetuais na elaboração de produtos na indústria alemã, que se tornou referência de sucesso empresarial nos anos subsequentes. Trata-se da “[...] firma B. Braun em Kronberg, perto de Frankfurt. [...] A Braun serviu por décadas a fio como exemplo para as outras empresas - e não apenas na Alemanha” (Burdek, 2006:55). Entretanto, também é preciso considerar que após a Segunda Guerra Mundial gradativamente as grandes empresas estadunidenses adotaram a “Obsolescência Planejada” como estratégia competitiva. Trata-se de uma insanidade da economia capitalista de mercado (Mezáros, 1989), ainda que tenha se tornado uma prática corrente no meio industrial desde então, em todos os lugares. Encontra-se em Packard (1965) um depoimento de “[...] Brooks Stevens, destacado desenhista industrial” (p. 50), que exprime a amplitude dessa estratégia, tal como segue:

Toda nossa economia é baseada em obsolescência planejada [...]. Fazemos bons produtos, convencemos as pessoas a comprá-los e no ano seguinte introduzimos deliberadamente algo que torna aqueles produtos velhos, antiquados, obsoletos. Não é desperdício organizado. É uma sólida contribuição à economia americana (p. 50).

Packard (1965) prossegue, explicando duas das modalidades da Obsolescência Planejada, as quais expõe a lógica censurável do sistema de inovação tecnológica que iniciou com o capitalismo moderno e avançou pelo capitalismo contemporâneo e global:

Obsolescência de qualidade. Neste caso, quando planejado, um produto quebra-se ou gasta-se em determinado tempo, geralmente não muito longo. / *Obsolescência de desejabilidade.* Nesta situação, um produto que ainda está sólido, em termos de qualidade ou performance, torna-se “gasto” em nossa mente porque um aprimoramento de estilo ou outra modificação faz com que fique menos desejável (p. 51).

Evidentemente, a fabricação de produtos idênticos para substituir aqueles que quebraram precocemente - por determinação de projetos de Engenharia que especificam com precisão os materiais e os processos de fabricação desses produtos, calculando com exatidão o momento de fadiga dos materiais - implica maior industrialização de produtos “frágeis”. Do mesmo modo, também decorre em maior industrialização quando o projeto de Design Industrial “atualiza” o estilo de um produto com a prática do “styling” (Denis, 2000:132) ou da Obsolescência da Desejabilidade (PacKard, 1965:51), redundando na fabricação de mais produtos “novos” para substituir aqueles tornados prematuramente “antiquados”. Assim, a pior consequência da aplicação da Obsolescência Planejada foi transformar os seres humanos em consumidores doentamente ávidos por novos produtos ao longo do tempo, sob a promessa vazia de um “status” superficial conferido aos proprietários de produtos “do último tipo” em relação aos consumidores de produtos de uma ou mais gerações anteriores dos mesmos produtos.

Apesar de tudo, essa estratégia industrial é muito poderosa, e responde por um incremento espantoso do consumo mundial de produtos industrializados nas últimas décadas (Mezáros, 1989), a ponto de ser percebida como instrumento do “consumismo”, ou uma patologia social provocada pelo excesso de consumo pelas pessoas subordinadas ao paradigma urbano-industrial da economia capitalista de mercado (Blauth & Abuhab, 2006). Todavia, em última análise, essa estratégia maximiza os lucros industriais com elevadas taxas, mesmo produzindo um grande e crescente desperdício das atividades produtivas e dos produtos industrializados descartados rapidamente, impactando a integridade dos ecossistemas fornecedores de matérias-primas e, por extensão, a qualidade de vida das pessoas e das sociedades de um modo perigoso e arriscado.

Contudo, retomando a questão dos efeitos produzidos pela Escola de Ulm, o segundo caso é interessante e diz respeito à reação da Itália dos anos de 1970 e 1980 frente à supremacia do Design Industrial alemão e do Design Industrial estadunidense no mundo. Ou seja: anárquicos designers italianos ocuparam a cena mundial do Design Industrial com as formas e cores “surpreendentes” de produtos elaborados com um sofisticado senso estético associado à grande competência técnica. Quem responde por esses projetos e produtos são os movimentos conhecidos como “Alchymia” e “Menphis” (Denis, 2000:208; Burdek, 2006:63; Moraes, 2006:160), os quais criaram um contra-ponto na realidade com uma nova categoria

de Design Industrial, a qual foi valorizada pelos simpatizantes da emergente cultura pós-moderna²⁸ (Denis, 2000:208; Moraes, 2006:161; Souza, 2008:110).

Assim, do mesmo modo que a industrialização deu as máquinas que tirou os seres humanos do trabalho pesado ou repetitivo, também é compreensível que o Design Industrial seja entendido como um sistema de planejamento que torna os objetos (ou produtos) úteis, fáceis de serem usados, bonitos e adequados à produção seriada. Todavia, a rigidez da industrialização alemã e do Design Industrial ulmiano e a leviana industrialização estadunidense e seu inescrupuloso Design Industrial deixaram um flanco aberto por onde a latina cultura italiana penetrou e se instalou, oferecendo uma alternativa para um mundo exausto de guerras e autoritarismos, onde a possibilidade de uma industrialização mais aberta ao novo e à arte e um Design Industrial mais humanizado rendeu diversos frutos econômicos e culturais à Itália por décadas.

Moraes (2006) estudou esse caso, encontrando em Branzi algumas considerações importantes a esse respeito:

[...] o design italiano foi a primeiro a colocar com mais clareza, já na segunda metade dos anos setenta, a questão da renovação global da linguagem formal dos objetos. Através dos laboratórios autônomos e experimentais de Alchymia e Memphis (que operavam em uma mesma linha de pesquisa no design italiano), surge uma primeira amostra dos novos signos, excêntricos em relação à maestria clássica, o que foi então chamado de Nuovo Design (Moraes, 2006:160).

Esses são fatos que redundaram em efeitos importantes, os quais se desdobram em dois dos caminhos examinados mais à frente como expressões contemporâneas do Design. O primeiro deles é o caminho do Design Industrial hegemônico que atende aos interesses das grandes empresas e dos governos capitalistas, já no contexto da globalização econômica. Isso envolve a ação de mega-empresas que utilizam o Toyotismo como sistema flexível de produção, dispendo de quadros profissionais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, onde atuam engenheiros mecânicos, engenheiros químicos, engenheiros eletrônicos, engenheiros de sistemas, engenheiros de produção, engenheiros genéticos e outros, além dos profissionais que se encarregarão de introduzir a propalada e tão aguardada

²⁸ Para Moraes (2006:148), entre os “[...] diversos movimentos e correntes de pensamento que tiveram origem mais ou menos no mesmo período (Pós-industrial, Tardo Capitalismo, Capitalismo Avançado e por fim a Segunda Modernidade), o Movimento Pós-Moderno é reconhecido como sendo o mais visível e popular, justamente pelo fato de ser marcadamente composto de linguagens icônicas e semânticas de forte impacto e de grande poder de comunicação”.

nanotecnologia²⁹ nesses produtos e respectivos sistemas de produção. Essas organizações utilizam sofisticados equipamentos automatizados e altíssimas produções seriadas, incluindo aí a robótica, ainda que essas organizações industrializem seus produtos através de indústrias subcontratadas para isso em outros países. Com freqüência, essas organizações realizam os trabalhos de desenvolvimento científico e tecnológico, elaboram processos de inovação tecnológica, realizam prospecção de novos mercados, fazem o desenho de novos produtos e serviços, as campanhas publicitárias de lançamento desses produtos e serviços, bem como equacionam os sistemas de distribuição dos produtos e serviços para milhares e milhares de pontos de vendas de todas as partes e continentes, onde há uma intrincada malha de transportes intermodais cada vez mais complexa, a partir do que é possível efetuar vendas para milhões de consumidores, continuamente.

Entre outras possibilidades lucrativas para essas organizações de grande porte, e a conseqüente e cotidiana reafirmação do capitalismo global nas mentes de descontrolados consumidores, encontra-se a contra-partida governamental que estende sobre a sociedade uma rede de instituições de formação em Design Industrial. São centenas de escolas públicas e privadas de ensino superior que operam com a mesma orientação. Disso resulta um patamar de alienação humana sem igual (Mészáros, 2005), mesmo considerando que os veículos de comunicação de massa informam diariamente como os grandes problemas sociais e ambientais causados por essa Macro-Tipologia do Design e o Desenvolvimento Econômico avançam aceleradamente a cada instante.

Diante de um quadro tão grave, cabe inquirir a razão para tantos designers se tornarem reféns dessa lógica tão irresponsável quanto destrutiva. Para o caso brasileiro, Denis (2000) aponta a seguinte resposta:

No clima econômico neoliberal de privatizações, fusões em nome da competitividade, demissões em massa e terceirização de funções especializadas, poucos designers podem sonhar com um emprego estável em

²⁹ De acordo com o físico Marcelo Onaghi Orlandi, “Desde o século XIX até os dias de hoje não ocorreram grandes mudanças nos meios de produção, até que no final do século XX foram descobertas novas formas de carbono; os fulerenos e os nanotubos de carbono (as outras formas já conhecidas eram grafite e diamante). Os fulerenos são arranjos de átomos de carbono na forma de ‘bolas de futebol’ enquanto os nanotubos são tubos de carbono com um diâmetro extremamente pequeno, de alguns nanômetros; 1 nanômetro é aproximadamente uma parte do diâmetro de um fio de cabelo dividido em 100.000 partes iguais. / Nesses materiais tão pequenos, a física que conhecemos do dia-a-dia (chamada de mecânica Newtoniana ou clássica) é falha, e os materiais são regidos por uma outra teoria, chamada de mecânica quântica. / [...] De olho nesses resultados científicos, empresários empenham muito do seu tempo (e dinheiro) para tornar seus produtos mais eficientes e atraentes ao consumidor. Essa é a nova revolução industrial, a revolução da nanotecnologia” (Disponível em <http://143.107.180.237/cluster/index.php/news_site/revista/textos/artigos/revolucao_nanotecnologia>, acessado em <junho de 2010>).

uma grande empresa ou com a segurança de um contracheque ao final do mês e benefícios trabalhistas como férias e décimo-terceiro. O jovem designer já ingressa hoje no mercado de trabalho cercado por todos os lados de ameaças sobre o futuro sombrio que o aguarda. Em muitas faculdades, o fantasma do desemprego é utilizado como uma espécie de bicho-papão, para aterrorizar o aluno que não quer se conformar com as exigências dúbias de um currículo antiquado (p. 222).

Fora desse quadro produzido artificialmente e tão preocupante, persiste um outro caminho para o Design Contemporâneo, no qual estão reunidas as estratégias de resistência que se opõe à lógica e às dinâmicas do capitalismo nas últimas décadas. Nesse sentido, duas dessas correntes tiveram mais expressão nos anos de 1970 e 1980. A primeira é a do “Design para a Periferia”, e a seguinte é a do “Ecodesign”, as quais constituem o próximo grupo de Macro-Tipologia do Design Contemporâneo. Antes, porém, é preciso lembrar que a Macro-Tipologia do Design Industrial está subordinada à lógica da Macro-Tipologia do Desenvolvimento “enquanto crescimento e progresso”, os quais estão circunscritos na Revolução Tecnológica Industrial e na Revolução Tecnológica Termonuclear (ou Científico-tecnológica).

c) Design para a Periferia e Ecodesign

Produção pelas massas, não produção em massa.

Mohandas Karamchand Gandhi

O aparecimento de uma nova estética constituída por considerações ambientais e ecológicas será imprescindível em termos de forma, cor, textura e variedade e, ao mesmo tempo, incrivelmente excitante, dado que, ao contrário de todos os estilos novos dos últimos cento e vinte anos, não será uma reafirmação manipuladora do que pertence ao passado.

Victor Papanek

Diante das conseqüências do Positivismo / Desenvolvimento Econômico / Design Industrial, nada seria mais previsível que a manifestação de correntes de pensamento e práticas animadas por novos paradigmas. Afinal, para o deleite dos reacionários, Hobsbawn (1995:13) tinha razão: “A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX”. Contudo, para a infelicidade dos

conservadores mais ferrenhos basta recordar alguns elementos essenciais do processo de formação política, social e econômica das sociedades para não se perder na riqueza de dados e fatos da História, restando, inclusive, a possibilidade de reconduzir a trágica condição neoliberal do presente para alguma perspectiva de vida mais humana na realidade. Só assim é possível recuperar algumas experiências interessantes e destituídas do pesado ônus que o Design Industrial acumulou ao longo de algumas décadas, com os distúrbios culturais, sociais, econômicos e ecológicos que contribuiu para produzir.

Denis (2000) indica onde está o fio desta meada, tal como se observa abaixo:

No final da década de 1960 e início de 1970, as preocupações prementes com a contracultura, o meio ambiente e a autonomia dos países do chamado Terceiro Mundo - muitos recém saídos de séculos de colonialismo - contribuíam para a formação de uma nova consciência em nível mundial do papel do design e da tecnologia. Ideias até então pouco discutidas, como ecologia humana, estratégias tecnológicas alternativas e responsabilidade social do designer, ganharam ampla divulgação através de best-sellers como *Design for the Real World* (1971), de Victor Papanek, e *Small is Beautiful* (1973), de E. F. Schumacher (esse último traduzido como *O negócio é ser pequeno*) (p. 198).

Para esse autor,

O livro de Papanek marcou época no campo, lançando uma crítica feroz ao que o autor considerava a irrelevância crescente da visão tradicional do design face aos grandes desafios humanos e ambientais do mundo moderno. [...] Entre outras coisas, ele propunha que os designers voltassem a sua atenção prioritariamente para a solução de problemas sociais e que abrissem mão do seu narcisismo autoral em prol do bem comum, abrindo mão também de seus direitos intelectuais sobre projetos (p. 198).

Denis (2000) também considera que

O livro de Schumacher exerceu um fascínio semelhante, só que em escala ainda mais ampla, pois se voltava não especificamente para o design mas para toda a questão da organização econômica e tecnológica do mundo moderno. Uma das suas teses mais importantes propunha o abandono da busca frenética pelo avanço tecnológico - característica, segundo ele, da visão de mundo ocidental - e a adoção de políticas que visassem aplicar melhor e distribuir de forma igualitária os benefícios da tecnologia já existente. Segundo Schumacher, a maioria das pessoas do mundo não precisava de tecnologia de ponta mas de uma “tecnologia intermediária”, termo que ele cunhou para se referir a esse processo de democratização do conhecimento aplicado. [...] A proposta de uma política tecnológica voltada para o uso de materiais e mão-de-obra locais, respeitando condições existentes de aplicação e dependendo de

baixos custos de investimento, logo ganhou adeptos no meio intelectual brasileiro, ainda mais porque contrastava com a política tecnocrática agressiva dos governos militares, que apostavam crescentemente em aviões, satélites e reatores nucleares como símbolo do progresso nacional (p. 199).

De fato essas obras mobilizaram diversos pesquisadores, universitários e profissionais de décadas atrás, envolvendo-os em projetos quase esquecidos atualmente, inclusive nos cursos universitários de Design (Denis, 2000:199). Assim, torna-se necessário recordar os conceitos de “Design para a Periferia” e de “Ecodesign”.

Para Bonsiepe (1983), formulador do Design para a Periferia, esse conceito corresponde ao seguinte:

Para compreender essa diferença categorial será preciso comparar as origens do desenho industrial no Centro com a situação nos países periféricos na década dos 60. / O “movimento do bom design”, no começo deste século, dispunha de um aparato produtivo cujas deformações e aberrações tentou corrigir, seja sobre o lema da racionalidade técnica, seja sob o da subjetividade artística. A primeira corrente o fez apelando para imperativos da padronização, aumento da produtividade e honestidade no uso de material; a segunda o fez buscando corrigir as aberrações resultantes da cegueira cultural do industrialismo. Ambas as correntes preocupavam-se com a qualidade do produto, verificável através de três indicadores: qualidade de uso ou qualidade funcional, qualidade estético-formal e qualidade de execução técnica. Essas preocupações são válidas ainda hoje. Entretanto as duas correntes constituíam um movimento terapêutico, um movimento para corrigir um determinado desenvolvimento, um movimento sobre uma base industrial já existente. Em relação a seus fins econômicos, orientavam-se à conquista de mercados, sobretudo internacionais. Mas - e isso é importante ressaltar - o problema de produção já estava resolvido. / Essa base para o desenho industrial se fazer mais visível nos EUA, nos anos 20, quando se atribuiu ao desenho industrial, explicitamente, o papel de instrumento de competição. Isso assinalou o fato de que a dificuldade não se apresentava na produção, mas na distribuição e no consumo (p. 5).

Com base nisso, esse autor apresenta seu fundamento mais importante. A saber:

Tocamos aqui a diferença essencial entre o desenho industrial central e periférico. Na Periferia, a situação se apresenta em termos contrários aos do Centro: o problema da produção não está resolvido - e muito menos as questões relacionadas ao consumo e à distribuição. Falta precisamente a infraestrutura industrial manufatureira diversificada. Além disso, a situação agrava-se de tal modo que, em alguns países latino-americanos, o desenho industrial entrou na indústria pela porta da comercialização (o *marketing* e a publicidade) e não pela da produção, o que seria desejável. Isto se reflete no conteúdo dos projetos (embalagens, invólucros, *stands* de exposição, marcas de empresas,

imagens de empresas) [...]. / Considerando a debilidade da infra-estrutura, a ênfase deveria ser dada ao fomento da capacidade produtiva, sem se perder de vista, certamente, o objetivo do processo, isto é, o para que (Bonsiepe, 1983:6).

Esse conceito é bem intencionado e curioso, já que foi orientado às necessidades latino-americanas, crendo que a industrialização seria o instrumento que solucionaria a pobreza da América Latina. No entanto, ela - a industrialização - foi o instrumento de exploração dos países periféricos pelos países centrais do capitalismo. Isso significa, entre outras possibilidades, que esse subgrupo da Macro-Tipologia do Design Industrial assume o acervo científico e tecnológico existente como patrimônio de todas as pessoas, ou seja: com uma perspectiva marxista. Desse modo, cabe lembrar o significado das noções de “centro” e “periferia” e de “tecnologia apropriada”.

Em relação ao “centro” e “periferia”, Young & Lustosa (2003) mencionam que

Em 1949, quando Raúl Prebisch lançou a tese centro-periferia, procurava explicações e soluções para os problemas de desenvolvimento da América Latina, em bases alternativas àquelas da teoria econômica ortodoxa. Em seu pensamento, a América Latina fazia parte de um sistema de relações econômicas internacionais que funcionava como uma espécie de constelação, na qual os países industrializados estariam no centro e a América Latina ficava na passiva periferia. / [...] O centro era produtor de manufaturas historicamente responsável pelo desenvolvimento tecnológico, cabendo à periferia fornecer matérias-primas, dado suas dotações de recursos naturais. / [...] A semelhança da estrutura de demanda entre centro e periferia está ligada ao excedente - conceito-chave para entender a análise de Prebisch. O excedente é gerado pelos ganhos de produtividade, advindos do progresso tecnológico, mas não são distribuídos igualmente entre todos e sim apropriados pelas camadas mais ricas da população, que também são os donos dos meios de produção. Além do mais, o excedente possui papel fundamental na dinâmica do sistema, pois ele faz parte da acumulação de capital que gera investimentos, produção e emprego, aumentando a produtividade (p. 203).

De acordo com a perspectiva desses autores, o resultado disso é o seguinte:

[...] passou-se a dar maior importância a dois aspectos que antes não eram debatidos. O primeiro é que, frustrando as expectativas originais, o crescimento econômico acentuou ainda mais as disparidades de renda e riqueza entre as classes sociais na América Latina - as camadas mais abastadas da sociedade prosperaram mais que a maior parte da população, que possuía baixos rendimentos, sem a participação igualitária dos frutos do crescimento. Surgiu, portanto, a necessidade de diferenciar crescimento econômico e desenvolvimento econômico - esse último voltado para análise de mudanças estruturais que transcendem a questão do crescimento, como o tema das

condições sociais. O segundo é que a simples transferência de tecnologia não gera conhecimento e capacitação para o desenvolvimento tecnológico posterior e autônomo. Essa última questão tornou-se alvo específico de estudos nas áreas de economia da inovação e da tecnologia (p. 207).

Já sobre a noção de “tecnologia apropriada”, Dagnino *et al.* (2004) circunscrevem-na em um contexto mais amplo, conforme segue:

A Índia do final do século XIX é reconhecida como o berço do que veio a se chamar no Ocidente de TA [Tecnologia Alternativa]. O pensamento dos reformadores daquela sociedade estava voltado para a reabilitação e o desenvolvimento das tecnologias tradicionais, praticadas em suas aldeias, como estratégia de luta contra o domínio britânico. Entre 1924 e 1927, Gandhi dedicou-se a construir programas, visando à popularização da fiação manual realizada em uma roca de fiar reconhecida como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado, a Charkha, como forma de lutar contra a injustiça social e o sistema de castas que perpetuava na Índia. Isso despertou a consciência política de milhões de habitantes das vilas daquele país sobre a necessidade da autodeterminação do povo e da renovação da indústria nativa hindu [...]. / [...] Em função de suas características de maior intensidade de mão-de-obra, uso intensivo de insumos naturais, simplicidade de implantação e manutenção, respeito à cultura e à capacitação locais, a TA seria capaz de evitar os prejuízos sociais (e ambientais) derivados da adoção das TCs e, adicionalmente, diminuir a dependência em relação aos fornecedores usuais de tecnologia para os países periféricos (p. 20/23).

O Design para a Periferia foi uma das correntes mais humanizadas do Design, e entre os seus resultados práticos, um dos mais significativos encontra-se o processo informal de aprendizagem comunitária que se estabelece ao longo da elaboração das suas soluções, as quais são “negociadas” passo-à-passo entre o designer e a comunidade. Um outro, igualmente importante, é que seus temas de trabalho dificilmente eram fúteis. No Projeto Juramento (Moraes, 2006:122), por exemplo, conduzido pelo Centro de Tecnologia de Minas Gerais - CETEC entre 1970 e 1980, uma das demandas era a concepção e a implementação de um sistema de distribuição de água para uma pequena localidade rural destituída de recursos para adquirir canos e conectores industrializados em PVC para adução d’água. A solução desse problema de projeto foi um sistema de varas de bambus conectadas com tiras de borracha de câmara de pneu, implementada na pequena localidade por um mutirão comunitário.

Todavia, causa espanto que projetos de Design para a Periferia atualmente sejam tão pouco conhecidos quanto exercitados, sobretudo entre os designers formados a partir da década de 1990, coincidindo o esvaziamento desses projetos com a implantação da globalização econômica. Evidentemente, esse tipo de Design não é útil para concepção de

produtos da economia capitalista de mercado, e menos ainda para serem comercializado em “shopping centers”. Pelo contrário, ele serve para equacionar problemas sociais através de artefatos materializados com ferramental simples e matérias-primas abundantes e disponíveis no próprio local da sua intervenção, resultando em soluções com uma estética enriquecida de expedientes orientados à inclusão social, parcimônia no uso de materiais e ferramentas, além de uma evidente autonomia política construída com as comunidades beneficiadas.

Apesar de tudo, Denis (2000) lembra que,

[...] com o ocaso da ditadura militar e o reconhecimento gradativo do fracasso da proposta modernista para a transformação da sociedade brasileira, começou a ganhar destaque uma preocupação mais explícita com a ideia de um “design social”, mas permanecem incipientes as experiências nesse sentido (p. 198).

Por outro lado, a corrente de pensamento e de práticas do “Ecodesign” tem uma outra origem. Segundo Manzini & Vezzoli (2008),

[...] *ecodesign* é um daqueles termos que, mesmo dando a ideia do que seja, está muito longe de apresentar uma definição precisa do seu significado. No caso específico, sua indeterminação nasce exatamente de ter em si, amplificados, os vastos campos semânticos articulados (aos seus elementos formadores) que, por sua vez, estão cercados da indeterminação dos dois termos que o compõe (ecologia e *design*) (p. 17).

Isso está parcialmente correto, parecendo corresponder mais a uma visão de Design Industrial que tenta se redimir dos desastrosos efeitos que causou incorporando algum cuidado ecológico em sua ação projetual. Assim, é justo lembrar que Ecodesign se deve mais aos avanços da Biologia e ao amadurecimento da Ecologia, que de alguma imprecisão semântica associada ao Design. Na verdade os excessos da Macro-Tipologia do Desenvolvimento enquanto Crescimento e Progresso, protagonista central da Revolução Tecnológica Industrial e da Revolução Tecnológica Científico-tecnológica, e ordenador do Design Industrial, é que gerou a demanda do Ecodesign. Portanto, Ecodesign é uma contestação dos impactos negativos resultantes da industrialização da Idade Moderna radicalizado no início da Idade Contemporânea sobre a natureza e a sociedade, ainda que de modo pacífico em relação a essas causas, efeitos e seus responsáveis.

Para fundamentar esta perspectiva, encontra-se em Pena-Vega (2003) o seguinte:

O “biologismo” tradicional considerou o ser vivo como uma espécie de sistema fechado, isto é, um sistema que evolui no interior da natureza e se limita a extrair dela a energia e a matéria, dependendo dela somente para sua alimentação e necessidades físicas. Na realidade, os sistemas vivos são sistemas abertos, o que significa que mantêm uma troca contínua de energia, de matéria e de informação com o seu meio para permanecer vivo. Em outras palavras, como acertadamente demonstrou Schrodinger, um dos pioneiros da revolução biológica, o ser humano não se alimenta somente de energia, mas também de entropia negativa, isto é, de organização complexa de informação. De acordo com essa teoria, hoje podemos afirmar que o ecossistema é co-organizador e co-programador do sistema vivo que nele se encontra integrado. / Esta última ideia constitui uma evolução significativa, do ponto de vista paradigmático da “nova” ciência ecológica, que não considera mais a relação ecossistêmica como uma relação externa entre duas entidades fechadas, mas, acima de tudo, como uma relação integrativa entre dois sistemas abertos, na qual cada um é parte do outro constituindo uma totalidade. Dito nas palavras de Capra, “embora possamos distinguir as partes em todo sistema vivo, a natureza do todo é sempre diferente da simples soma das suas partes”. Edgar Morin interpreta este raciocínio da seguinte maneira: “Quanto mais um sistema vivo é autônomo, mais é dependente do ecossistema; de fato, a autonomia supõe a complexidade, a qual, por sua vez, supõe uma grande riqueza de relações com o meio-ambiente, isto é, depende de inter-relações, as quais constituem exatamente as dependências que são as condições de relativa independência” (p. 32/33).

Como se observa, essas ideias implicam uma mudança qualitativa dos estatutos das ciências, onde os avanços da Biologia, Ecologia, Química e da Física, entre outras, possibilitaram novas perspectivas científicas e tecnológicas, as quais lentamente atingiram o campo do Design. Ou seja: a concepção, a produção, o lançamento e as explosões das bombas atômicas de 1945 custou muito caro tanto às vidas que sucumbiram estupidamente em Hiroshima e Nagasaki quanto à hegemonia do Positivismo e do capitalismo no mundo, pois uma parcela considerável de cientistas que não se rendeu ao poder e aos lucros pessoais utilizou os melhores conhecimentos científicos disponíveis - como os da Termodinâmica, por exemplo - para produzir novidades importantes orientadas aos interesses da vida de um modo geral. Esse, sim, é o berço do Ecodesign, o qual se instituiu lenta e marginalmente.

Do ponto de vista do campo do Design, também vem desses avanços científicos e tecnológicos um renovado respeito pelas culturas e pelos povos, promovendo os primeiros e tateantes “insights” de Victor Papanek (1995). Esse tipo de pensamento e prática sensibilizou uma parcela da comunidade acadêmica do Design, pois, ao relacioná-lo com outras expressões culturais e ecológicas, constituiu-se numa necessária e até então ausente questão de ética. Assim, é oportuno acessar Papanek (1995) no original, tal como segue:

A Ecologia e o equilíbrio são os esteios básicos de toda a vida humana na Terra; não pode haver vida nem culturas humanas sem ela. O design preocupa-se com o desenvolvimento de produtos, utensílios, máquinas, artefactos e outros dispositivos, e essa actividade exerce uma influência profunda e direta sobre a ecologia. A resposta do design deve ser positiva e unificadora; deve ser a ponte entre as necessidades humanas, a cultura e a ecologia. / É fácil demonstrá-lo. A criação e o fabrico de qualquer produto - tanto durante o seu período de uso activo como na sua posterior existência - inserem-se em pelo menos seis ciclos distintos, cada um dos quais com potencial de causar danos à natureza (p. 31).

O autor apresenta, então, os seis passos de um roteiro para concepção de “produtos responsáveis” (Papanek, 1995:31), tais como: a) a escolha dos materiais; b) os processos de fabricação; c) o tipo de embalagem; d) o produto acabado; e) o tipo de transporte do produto; e f) o descarte do produto, depois de usado. Finalmente, esse autor situa um aspecto freqüentemente negligenciado nos projetos de Design Industrial ou nas discussões a esse respeito, o qual dialeticamente está implícito nos projetos de Design para a Periferia e é declarado nos projetos de Ecodesign, ou seja: a dimensão mais sublime do Design. De acordo com Papanek (1995),

Podemos analisar minuciosamente a história dos objectos criados. Ao fazê-lo, precisamos ter consciência das distorções quando olhamos para algo através de um espelho retrovisor. Encontraremos muito que nos encanta na sua elegância e simplicidade específica: um batedor de chá, cortado de um tronco único de bambu, para usar no ritual da cerimônia do chá (*cha-no-yu*) no Japão; um balde para água feito de ripas de vidoeiro, para uma sauna finlandesa; um barco *Viking*; um mobiliário construído pelos *Shakers* na América, durante os séculos XVIII e XIX; uma taça de arroz chinesa da dinastia *T'ang*. / Podemos tentar pôr o mecanismo para funcionar no presente, pois somos culpados do pecado do “presentinho”. Vivendo em países excessivamente desenvolvidos, com gostos subdesenvolvidos, superamo-nos na ornamentação, na ostentação visual e no excesso. O nosso sentido natural de ordem e simplicidade deixa-nos bastante impressionados com o que é austero, ainda que exibamos o que é ostentatório. Para extrairmos a essência destes objectos, temos de os examinar inseridos na matriz cultural e social a partir da qual se desenvolveram. Quando o fazemos, verificamos que todos eles estão, de alguma forma, relacionados com valores espirituais (p. 56/57).

Como era de esperar, os conceitos e práticas do Design para a Periferia e do Ecodesign provocaram reações entre os postulantes do Design Industrial, os quais, surpreendidos, defenderam o mundo restrito dos negócios capitalistas. Uma dessas reações data de 1991, partindo de um destacado profissional que dirigiu a Escola de Ulm, contribuindo decisivamente na consolidação do Design Industrial no mundo. A saber:

Nos últimos tempos, especialmente em Itália, tem sido teorizada com frequência uma contraposição entre dois tipos de *design*: por um lado, o “design frio”, endereçado à produção industrial e destinado ao consumo de massa; por outro, o “design quente”, feito por poucos, com poucos meios destinados à fruição artístico-cultural de alguns poucos sujeitos sociais. É mais que evidente o juízo de valor implícito na utilização das noções de quente e frio: por um lado, um design “desumano”, enquanto frio; por outro, um design “humano”, enquanto quente. [...] Bem vistas as coisas, todo o design pré-industrial era um design quente, ou seja, feito artesanalmente por poucos e destinado a poucos. / [...] Recordemos a velha questão da arte aplicada, que esteve no centro do debate, já analisado, sobre as relações arte-indústria que consagrou homens da envergadura de W. Morris, W. Lethaby, F. L. Wright, A. Loos, P. Behrens, H. Malthesius e H. van de Velde. É um facto que, na história das idéias, alguns argumentos reaparecem com exasperante (e por vezes necessário) carácter cíclico. Seja-nos, porém, permitida a opinião de que não se trata de um facto glorioso, especialmente quando se verifica que os argumentos são discutidos nos mesmos termos, mas com resultados menos persuasivos que no passado (Maldonado, 1991:83/84).

Assim, esse autor considera que esta discussão se complica na medida em que

[...] se verifica que os defensores de um presumível design quente avançam, do seu canto, com uma pretensão de absoluta hegemonia em relação a qualquer outra visão que não seja a sua. Em particular, em relação ao design que eles estigmatizam como frio. Ao lado da primeira, avançam com uma segunda pretensão: a de serem os depositários da única abordagem correcta no âmbito do ensino do design industrial. Na sua opinião, esse ensino deveria ser ministrado em pequenas comunidades de natureza informal, a funcionar à semelhança das tradicionais: lugares de formação e de produção artístico-artesanais, sob orientação iluminada (ou iluminante) de um ou de alguns poucos “mestres”. Na prática voltam a propor o regresso, não isento de nostalgia, a uma espécie de oficina “Arts and Crafts”, na pegada de “Morris, Marshall, Faulkner and Co”, de vitoriana memória. Tal concepção, talvez plausível para a pretendida finalidade elitista do design (quente) - design de poucos para poucos - não o é, de forma alguma, para as exigências formativas do design industrial em geral, exigências que brotam, como se sabe, da natureza altamente tecnológica de numerosos sectores da produção industrial moderna e do destino para o consumo de massa dos seus produtos (p. 85).

A fricção entre os campos do Design Industrial, o Design para a Periferia e o Ecodesign quase sempre foi tensa, sobretudo pela parte do Design Industrial, consumindo muito tempo e energia. Mas esses atritos não se restringiram apenas ao campo do Design, pois se tratava, na verdade, de uma questão mais ampla e profunda de mudança de paradigma. Assim, a História, tão experiente no trato de questões humanas mais ampliadas, entendeu que esse momento foi o da implantação da globalização econômica, que renovou o fôlego do

Positivismo / Capitalismo / Desenvolvimento Econômico / Design Industrial de um modo impressionante e brutal, estimulando o outro lado a empreender uma espécie de interseção do Design para a Periferia com o Ecodesign nos anos seguintes, o qual segue tratado no próximo tópico.

Tal como se pode inferir, o Design Industrial se fortaleceu e segue seu périplo espalhando-se na cultura da Gestão do Design das grandes organizações globalizadas, na cultura da Qualidade Total dos produtos e processos industriais, com uma miopia irresponsável dos problemas socioambientais que produz em larguíssima escala no mundo contemporâneo. Esse período registra, portanto, a transição da Sétima Revolução Tecnológica (ou “Revolução Tecnológica Industrial”) à Oitava Revolução Tecnológica (ou “Revolução Tecnológica Termonuclear”, ou “Científico-Tecnológica”), assim como indica a coexistência desse modelo com outras Macro-Tipologias do Design e do Desenvolvimento, tais como as que partem do Ecodesenvolvimento até alcançarem o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

d) Design para a Sustentabilidade e Design Local

A qualidade do design depende da amplitude da mente e do espírito do designer.

Masuteru Aoba

Os designers são participantes da vida dos outros.

Jan Kuypers

Muitos pesquisadores e profissionais entendem o Ecodesign e o Design para a Sustentabilidade como termos distintos que partilham um mesmo significado (UNESCO / PNUMA, 2002:22; UCP, 2004:04; Domingues *et al.*, 2005-2006:06; Gelli, 2009:75). No entanto, embora eles se assemelhem nos respectivos princípios, eles não são sinônimos e diferem em suas práticas, sobretudo quando a questão da alta tecnologia dos processos de produção industrial está envolvida.

Como foi visto há pouco, o Design para Periferia e Ecodesign foram correntes de pensamento e práticas de contestação em relação ao Design Industrial, as quais promoveram ao campo maior equilíbrio entre as variáveis políticas, econômicas e ecológicas dos projetos, bem como respeitaram a grande diversidade cultural do planeta. Entretanto, não havia como saber à época que eles eram tipos de Design em busca de um novo paradigma para se

assentarem, o que explica a razão dos seus simpatizantes aderirem-lhe espontaneamente, por questão de afinidade política. No caso do “Design para a Sustentabilidade”, seu processo de construção foi diferente, resultando do amadurecimento científico e tecnológico realizado através de debates em fóruns e congressos promovidos pelo ICSID³⁰ - “Council of Societies of Industrial Design” ao longo de anos (Manu, 1995:09).

A metodologia utilizada pelo ICSID para esta empreitada envolveu a elaboração de um marco teórico e a divulgação deste para diversos países. Este marco teórico foi organizado na forma de uma obra bibliográfica, conhecida como “Revista da aldeia humana” (Manu, 1995), e serviu de base para os debates do Congresso do ICSID de 1997, realizado em Toronto com o tema “A Aldeia Humana” - uma corruptela do conceito de “Aldeia Global”, de Marshall MacLuhan (idem). Esse evento reuniu mais de dois mil participantes de todos os continentes, e seus debates e deliberações foram posteriormente disponibilizados à comunidade internacional do Design, a qual, ao seu modo, contribuiu no refinamento do conceito de “Design para a Sustentabilidade”. Em 2002, o ICSID publicou este recém construído conceito no seu portal eletrônico, substituindo o conceito de Design Industrial formulado por Tomas Maldonado décadas antes.

Vale destacar que o contraste entre os conceitos de Design para Periferia e Ecodesign em relação ao Design para a Sustentabilidade é considerável, ainda que resquícios dos primeiros sejam identificáveis neste último. Por outro lado, um contraste ainda maior sobressai da comparação do conceito de Design Industrial com o de Design para a Sustentabilidade, seguindo-se, portanto, a respectiva exposição dos mesmos. Em relação ao Design Industrial, Maldonado formulou o seguinte conceito:

O Design Industrial é uma atividade criativa cujo objetivo é determinar as qualidades formais de objetos produzidos pela indústria. Essas qualidades formais incluem as características externas, mas principalmente aquelas relações funcionais e estruturais que convertem um sistema numa unidade coerente; seja do ponto de vista do produtor; seja do ponto de vista do usuário. O Design Industrial estende-se para abarcar todos aqueles aspectos do ambiente humano que são condicionados pela produção industrial (Manu, 1995:64).

Em relação ao Design para a Sustentabilidade, sua definição é a seguinte:

³⁰ Disponível em <www.icsid.org/about/about/articles31.htm>, acessado em <junho de 2008>.

Design é uma atividade criativa, cujo objetivo é estabelecer qualidades múltiplas a objetos, processos, serviços e seu sistema em todo ciclo de vida. Todavia, design é o fator central de humanização inovativa de tecnologias, o fator crucial da substituição cultural e econômica. / [...] Design procura descobrir e investigar relações estruturais, organizacionais, funcionais, expressivas e econômicas, com o intuito de: / - Aumentar a sustentabilidade global e proteção ambiental (ética global); / - Prover benefícios e liberdade a toda comunidade humana, individual e coletiva, usuários finais, produtores e protagonistas de mercado (ética social); e / - Fornecer produtos, serviços e sistemas, com aquelas formas que são expressivas (semiótica) e coerentes com sua complexidade (estética). / [...] Por isso, o designer refere-se a um indivíduo que pratica uma profissão intelectual, e não simplesmente um comércio ou um serviço de empresas.³¹

Tal como se pode aferir, o Design para a Sustentabilidade além de ter sido construído democraticamente, também incorporou preocupações que antes não eram requeridas ao Design, pois conforme a vida em sociedade se tornou mais complexa na Idade Contemporânea, também as Ciências, as Tecnologias, o Design e o Desenvolvimento assumiram novas acepções e responsabilidades, tendo de enfrentar, finalmente, as demandas e os desafios característicos desse novo tempo. Trata-se, portanto, de uma ampla mudança de paradigma, que tenta empurrar o binômio Design Industrial / Desenvolvimento Econômico no sentido do binômio Design para a Sustentabilidade / Desenvolvimento Sustentável.

Esse processo de mudança dos estatutos do Design tem sido longo e lento, tramitando na direção de algo mais democrático em termos políticos, mais incluyente em termos sociais e culturais, e mais prudente em termos econômicos e ambientais, ainda que não disponha de uma teoria que balize em profundidade suas teses e práticas. Exatamente por isso, os seus trabalhos de pesquisa e projetos acabam refletindo objetivos, metodologias e resultados distintos. Desse modo, encontra-se em Arbuckle, por exemplo, a seguinte perspectiva:

O que estamos procurando são os tipos de comunidades e de empresas onde a vida valha a pena; os tipos de empreendimentos onde as pessoas tornaram-se libertadoras, transformadoras, alegres e criativas, exemplificando a capacidade para criar e participar, de modo que possam produzir maneiras equilibradas de viver, como criatura e como criadores, integrando nossa ecossfera e nossa tecnosfera [...] (Manu, 1995:26).

Já em Manzini & Vezzoli (2008), maior destaque é dado às questões ligadas a sustentabilidade dos produtos industrializados em grande escala, envolvendo um nível tecnológico proibitivo às micro e pequenas empresas e às comunidades destituídas de recursos

³¹ Disponível em <www.icsid.org>, acessado em <junho de 2008>.

para investir em produções sofisticadas. Ainda assim, é oportuno examinar a contribuição desses autores, tal como segue:

Propor o desenvolvimento do *design* para a sustentabilidade significa, portanto, promover a capacidade do sistema produtivo de responder à procura social de bem-estar utilizando uma quantidade de recursos ambientais drasticamente inferior aos níveis atualmente praticados. Isto requer gerir de maneira coordenada todos os instrumentos de que se possa dispor (produtos, serviços e comunicações) e dar unidade e clareza às próprias propostas. / [...] *Life Cycle Design* e *design* para a sustentabilidade são duas atividades absolutamente complementares para o desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis: sem o carácter estratégico do segundo, o primeiro, por sua vez, não poderia sair dos limites do *redesign* dos produtos existentes; sem o primeiro, por sua vez, o *design para a sustentabilidade* não teria fundamentação concreta em que se basear (p. 23/24).

Cabe considerar, então, que Arbuckle opera com uma abordagem socioambiental em relação a Sustentabilidade, enquanto que Manzini & Vezzoli (2008) afirma seu compromisso com a abordagem ambiental. Ambas as abordagens são necessárias no presente, mas a perspectiva socioambiental, além de possuir uma episteme mais avançada, tenta sanar uma das grandes dívidas contraídas pelo capitalismo ao longo da sua existência, cujas conseqüências são sentidas por todos. Trata-se do importante reconhecimento das dimensões política, cultural, social e espacial da Sustentabilidade, equiparando-as com a dimensão econômica, quase sempre priorizada nas pesquisas e projetos mais conservadores. Também é preciso notar que a percepção da tecnologia adotada nos trabalhos com abordagem socioambiental, no âmbito do Design para a Sustentabilidade, não se restringem apenas às industriais ou pós-industriais - como as tecnologias digitais ou biotecnológicas, por exemplo - , tal como segue refletido por Giddens (1997):

A primeira fase da globalização foi claramente dirigida, em princípio, pela expansão do Ocidente e pelas instituições que tiveram sua origem no Ocidente. / [...] Contudo, ao contrário de outras formas de conquista cultural ou militar, a desincorporação mediante sistemas abstratos é intrinsecamente descentralizada, pois corta a conexão orgânica com o lugar de onde a tradição dependia. Embora ainda dominada pelo poder ocidental, hoje em dia a globalização não pode mais ser qualificada como uma questão de imperialismo unilateral. Em consequência disso, a fase atual da globalização não deve ser confundida com a fase precedente, cujas estruturas atuam no sentido de cada vez mais subverter. / Por isso, a sociedade pós-industrial é a primeira *sociedade global*. Até uma época relativamente recente, grande parte do mundo permaneceu em um estado quase segmentário, em que ainda persistiam numerosos e grandes enclaves do tradicionalismo. Nessas áreas - também em

algumas regiões e contextos dos países mais industrialmente desenvolvidos - , a comunidade local continuou a ser forte. Nas últimas décadas, particularmente influenciadas pelo desenvolvimento da comunicação eletrônica global instantânea, estas circunstâncias se alteraram de maneira radical. Um mundo em que ninguém é “forasteiro” , é um mundo em que as tradições preexistentes não podem mais evitar o contato, não somente com os outros - mas também com muitos - modos de vida alternativos. Justamente por isso, é um mundo em que o “outro” não pode mais ser tratado como inerte. A questão não é somente que o “outro” responda, mas que a interrogação mútua seja possível (p. 118/119).

Assim, causa estranhamento para muitos que o Design para a Sustentabilidade esteja sendo apropriado tanto por grandes indústrias, com uma evidente e fraca noção da Sustentabilidade (Flores, 2007; Lisboa, 2008), quanto por comunidades mais tradicionais em suas produções artesanais (Simões *et al.*, 2009). Em relação a isso, as reações partem tanto dos postulantes do capitalismo global como dos seus críticos, gerando polarizados pontos de vista. Os primeiros consideram que o capitalismo global está se aperfeiçoando ao incorporar qualquer coisa que melhore as negativas imagens das suas organizações, tal como apontou Hawken *et al.* (1999) ao propor uma nova “revolução industrial”, a qual operaria a partir de “distritos ecoindustriais”. Uma década mais tarde, Gelli (2009) parece reafirmar esta mesma hipótese, considerando o seguinte:

A nova realidade traz um enorme desafio criativo ao capitalismo. A lógica do lucro a qualquer preço, do paradigma econômico do ganha-perde, em que 10% da população desfrutam das benesses do sistema e 90% vivem em condições desfavoráveis, estão com os dias contados. / Com isso, a sobrevivência das marcas vai depender, basicamente, da competência de ocuparem um novo espaço na sociedade, na cabeça e no coração das pessoas, e esse será o sentimento mais concreto do termo “sustentabilidade” no âmbito do mercado. / Muito mais do que aspectos ligados às questões ambientais, a nova ecologia dos negócios vai ter de dar conta de um novo contrato de interdependência entre todos os *stakeholders* envolvidos. Não será mais possível para as empresas prosperar sem considerar seu impacto socioambiental. Elas terão de, de fato, responsabilizar-se por toda cadeia de sua atuação e, assim, investir uma boa parte de sua inteligência e esforços para que, no “final do dia”, sua existência como organismo seja relevante e contribua para a “saúde” do todo (p. 72).

Ainda que seja menos pior que essas grandes organizações persigam metas orientadas por uma noção fraca da Sustentabilidade, ao invés de continuarem cristalizadas em paradigmas superados, resulta dessa dicotomia a desconfiança de pesquisadores e profissionais dedicados aos propósitos do empoderamento comunitário (Baquero, 2007), os quais, com razão, são avessos ao capitalismo global e seus “produtos sustentáveis”. Afinal,

essas grandes organizações se firmaram e se tornaram poderosas operando lucros sempre crescentes e vertiginosos, dos quais muito pouco foi distribuído aos que trabalharam para constituí-los, quanto mais para promover algum Desenvolvimento Sustentável das localidades onde estão ou estiveram instaladas. Segundo os pesquisadores e profissionais mais incrédulos quanto a Sustentabilidade praticada pelo capitalismo global, nada mudou após essas grandes organizações terem inaugurado seus “institutos de responsabilidade socioambiental” a partir dos anos de 1990³², dedicando-lhes 5% do seu lucro, restando, portanto, 95% para os seus acionistas. De fato, esse dado oferece um bom argumento aos mais críticos, pois os problemas socioambientais gerados por essas organizações não são passíveis de serem equacionados com as operações socioambientais patrocinadas com 5% dos seus lucros.

Considerações dessa natureza estimularam o empreendimento de uma série de atividades com uma noção forte da Sustentabilidade, as quais resultaram, nas últimas décadas, em diversas propostas científicas e tecnológicas alternativas à destrutiva economia de mercado capitalista. Entre elas constam a autogestionária Economia Solidária (Cattani, 2003:16; Sachs, 2003:75; Barbosa, 2007:89), a equilibrada Ecosocioeconomia (Vieira, 2009:38), a civilizada Economia da Dádiva (Godbout, 1999:232), a democrática Tecnologia Social (Passoni, 2007) ou a consequente Agroecologia (Altieri, 1998), também conhecida por Agricultura Sustentável, apenas para mencionar alguns exemplos.

Sobre essa última, cabe registrar, inclusive, a seguinte citação de Altieri (1998):

Em que pese os inúmeros projetos de desenvolvimento internacional patrocinados pelo Estado, a miséria, a escassez de alimentos, a desnutrição, o declínio nas condições de saúde e a degradação ambiental continuam sendo problemas no mundo em desenvolvimento. Em muitas regiões, a modernização da agricultura, com a utilização de tecnologias intensivas em insumos, aconteceu sem a distribuição da terra. Os benefícios dessas medidas - geralmente chamadas de “Revolução Verde” - foram extremamente desiguais em termos de distribuição, como os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos. A Revolução Verde também contribuiu para disseminar problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade (Redclift e Goodman, 1991). / A crise agrícola-ecológica existente, hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável (p. 15).

³² Ver os seguintes exemplos: <www.cocacola.com.br/release_detalhe.asp?release=210&Categoria=34>, acessado em <março de 2010>; <www.unilever.com.br/sustainability/?gclid=CJLEq-jzvKECFciA5Qodbj>, acessado em <abril de 2010>; e <www.walmart.com.br/sustentabilidade/>, acessado em <abril de 2010>.

Difícilmente haverá uma noção de consenso sobre a Sustentabilidade, sobretudo entre os que transitam do capitalismo a ela e aqueles que a tratam como um novo paradigma de fato. Esse antagonismo também ocorre no campo do Design, tendo de um lado os agentes do mercado globalizado e, noutro, os articuladores de um desenvolvimento alternativo e comunitário. Entre esses polarizados embates, nem sempre velados e civilizados, decorrem esforços interessantes, entre os quais várias apostas mais avançadas estão em fase de teste, distanciando-se das premissas do Desenvolvimento Sustentável para alinhar-se desde o Desenvolvimento Local até o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

As primeiras experiências desse tipo foram empreendidas em localidades de Portugal, Espanha e Itália, dentre outros países contemplados pelo Programa LEADER da União Européia, com o intuito de dinamizar a economia e preservar a cultura de localidades rurais em descompasso com o ideário desse bloco político e econômico (OETR, 2007; OETR, 2008). Assim, essas localidades tiveram suas características culturais realçadas em projetos de Desenvolvimento Local e, pouco mais à frente, em projetos de Desenvolvimento Territorial, onde o Design foi acionado para dar expressão e visualidade para alguns desses territórios, seus produtos e serviços (OETR, 2007:61).

Na América Latina também estão sendo feitas experiências desse tipo, onde o Chile, Peru, Bolívia e Colômbia devem ser citados como bons exemplos³³. No caso brasileiro, a proposta do “Design Local” (Moraes, 2006) integra esse esforço, tal como se observa abaixo:

[...] o design brasileiro começa a se distanciar da prática da mimese e das referências provenientes do exterior e aponta (fruto, na verdade, do seu percurso e do seu amadurecimento) em direção a uma referência própria como modelo possível. Começa, então, a partir dos anos oitenta, a surgir, através do multiculturalismo e mestiçagem local, novas referências projetuais que, de forma correta, coloca em evidência e reflete a vasta gama de elementos da cultura híbrida e das nuances do nosso país. / O multiculturalismo brasileiro posiciona-se, desta vez, como um novo e possível modelo para o desenvolvimento do design local. Esse modelo que se apresentou incipiente e imperfeito por toda a década de oitenta, vem se harmonizar com o modelo de globalização que é estabelecido por todos os anos da década de noventa como último estágio de um percurso rumo à segunda modernidade [...]. Esta nova realidade exige também dos designers a consideração do tríplice aspecto: design, cultura e território. Exige de igual forma que seja seriamente contemplada a questão ambiental no projeto, o excesso de produtos disponíveis no mercado e também o problema desenfreado do consumo e da produção (design para a sustentabilidade) (p. 192/193).

³³ Para saber mais, ver os projetos do RIMISP - “Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural”, disponível em <www.rimisp.org/inicio/index.php>, acessado em <maio de 2010>.

Assim, ainda para esse autor,

O verdadeiro desafio na resolução do teorema design brasileiro é aquele de transformar o excesso de informação cultural oriunda de forte miscigenação [...] em um modelo em equilíbrio. Isto é, o desafio de conferir harmonia estética e estésica aos bens de uma cultura material provenientes de uma cultura múltipla (p. 256).

A bem da verdade, essa proposta foi publicada anteriormente no “Manifesto da Razão Local - A multiculturalidade como novo cenário para o Design” (Moraes, 2004), na forma de um artigo na obra “Territórios em Movimento - Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva” (Lages *et al.*, 2004), quando o Design Local foi apresentado. Esta obra do SEBRAE Nacional apresenta uma discussão generosa sobre os temas “Territórios” e “Territorialidades” (Albagli, 2004:25), incluindo a questão do “Desenvolvimento Territorial” (Flores, 2004:159), onde o Design Local foi considerado um instrumento estratégico adequado para conceber produtos com identidade cultural, orientado aos interesses das micro e pequenas empresas.

Todavia, assim como ocorreu com o Desenvolvimento Local, que avançou até se constituir no Desenvolvimento Territorial, a proposta do Design Local também atravessa um processo de transformação, a ponto de alguns autores proporem um tipo de Design relacionado com o Território de um modo mais direto e explícito. Com esse perfil, foi publicada a obra de Krucken (2009), onde consta o seguinte:

A valorização de recursos e produtos locais é um tema muito rico e complexo, pois esses produtos envolvem simultaneamente dimensões físicas e cognitivas. É necessário perceber as qualidades do contexto local - o território e a maneira como cada produto é concebido e fabricado - para compreender as relações que se formam em torno da produção e do consumo dos produtos. / A perspectiva do design vem justamente ajudar nessa complexa tarefa de mediar produção e consumo, tradição e inovação, qualidades locais e relações globais. / Os produtos são manifestações culturais fortemente relacionadas com o território e a comunidade que a gerou. Esses são resultados de uma rede, tecida ao longo do tempo, que envolve recursos da biodiversidade, modos tradicionais de produção, costumes e também hábitos de consumo. A condição de produto ligado ao território e à sociedade nos quais surgiu é representada no conceito de *terroir* [...]. / Para que os consumidores (muitas vezes situados em localidades distantes do território de origem dos produtos) reconheçam essas qualidades, é necessário comunicá-las com eficiência, por meio de marcas, embalagens e outras interfaces. Essa tarefa de “tradução” ou “mediação” envolve muita sensibilidade e responsabilidade e é extremamente importante

pois consiste no desenvolvimento de uma interface de entendimento comum para os produtores e consumidores (p. 17).

Com tal perspectiva, essa autora apresenta um roteiro para elaboração de projetos desse tipo de Design (Krucken, 2009:98), envolvendo o seguinte: a) reconhecer as qualidades do produto do território; b) ativar as competências; c) comunicar o produto e o território; d) proteger a identidade local e o patrimônio material e imaterial; e) apoiar a produção local; f) promover sistemas sustentáveis de produção e de consumo; g) desenvolver novos produtos e serviços que respeitem a vocação e valorizem o território; e h) consolidar redes no território. Além disso, Krucken (2009:84-94) oferece três casos ilustrativos, tal como seguem resumidos.

O licor italiano “limoncello”, das Regiões da Costa Amalfitana, Costa Sorrentina e Ilha de Capri, é produzido com uma variedade endógena de limão (*Citrus neapolitanum*) através de um saber fazer local que remonta ao século XVII. Trata-se de um produto elaborado por uma rede de trezentos e cinquenta pequenos agricultores organizados em uma cooperativa, os quais contam com o apoio de outras entidades públicas e privadas. Gozando de reconhecimento internacional, esse produto envolve um Sistema Produtivo Local e possui a certificação especial de uma “Denominação de Origem Controlada”, que atesta a procedência geográfica e a tipicidade do trabalho e da organização dos trabalhadores aí implicados. O resultado sócio-econômico deste empreendimento foi estimado em vinte milhões de euros por ano, assim como ativou um complexo de turismo nessas Regiões.

A produção de óleo de lavanda da Região de Provença contribui para tornar a França ainda mais conhecida no mundo, tanto pelos seus belos campos de cultivo, que também servem de atrativo para o turismo local, quanto pela importância sócio-econômica da Região. Partindo de uma produção tradicional do século XVIII, seu Sistema Produtivo Local empreende produtos e subprodutos impregnados da História e cultura locais, resultando na comercialização de 20% da produção mundial de óleo de lavanda. Após uma fase de declínio nos anos de 1970 e 1980, foi elaborado um plano que visava dobrar a produção em cinco anos, consumindo mais de onze milhões de euros em 1994.

O guaraná (*Paulinia cupana*) cultivado pela etnia Satéré Mawé da Amazônia, é produzido de um modo que tanto preserva a cultura dessa comunidade tradicional quanto o seu ecossistema. Ele é cultivado em uma área de oitocentos mil hectares por sete mil pessoas, as quais vivem em setenta vilas. Em 2002 elas produziam seis toneladas e meia de pó de guaraná e, de acordo com a Fundação Nacional do Índio, 50% desta produção foi exportada às

redes de Economia Solidária, mais especificamente aos sistemas europeus de Comércio Justo e Solidário. A organização deste sistema coube ao Conselho Geral da Tribo Satéré Mawé e a Associação de Consultoria e Pesquisa Indianista da Amazônia - ACOPIAMA, e a transformação desse guaraná de alta qualidade em xaropes, bebidas e doces, e a respectiva comercialização desses produtos, estão ao encargo da Cooperativa CTM Altromercato, da Itália.

Para Krucken (2009), estes exemplos configuram uma tipologia de Design onde a contemporaneidade, a complexidade e a sustentabilidade são pilares basilares, os quais se expressam através de inovadores sistemas de produção e sofisticados sistemas de consumo. Todavia, dos dois primeiros casos apresentados fica a impressão que as questões empresariais sobressaíram em relação às demais, deixando em segundo plano os detalhes das questões culturais, sociais e espaciais. No terceiro caso a questão identitária foi sugerida, ainda que o “jogo de atores” e os prováveis conflitos de interesses envolvidos neste caso não tenham sido mencionados.

Por mais incrível que possa parecer, as pesquisas e projetos de Design com enfoque nos territórios e respectivas territorialidades - ou sociabilidades - ainda são recentes, mesmo considerando que a singularidade geográfica e cultural dos povos do mundo estejam muito valorizadas nas últimas décadas. No entanto, ainda que incipiente, esse enfoque consegue afastar um pouco da exagerada importância atribuída aos “objetos” para se deter também nos “sujeitos”. Por outro lado, é preciso reconhecer, esse enfoque impõe um delicado desafio aos designers, que, via de regra, não dispõem de formação suficiente em ciências humanas e sociais para interpretar a cultura material e imaterial dos diversos grupos sociais que possam demandar-lhes projetos desse tipo.

Seja como for, operar este tipo de Design requer cuidados especiais em relação à visão de mundo e aos valores atribuídos às “coisas” e à “vida” pelos grupos sociais atendidos. Em última análise, os possíveis sentidos da participação dos beneficiados nesses projetos demandam especial atenção. O grupo de pesquisas ACUNAR da Universidade Nacional da Colômbia (Naranjo Castillo, 2007), por exemplo, tem trabalhado esta questão, e considera o seguinte:

Estamos, pues, frente a un salto cualitativo del diseño, del cual vamos a ser partícipes y autores en la historia, y asistimos a la pérdida del centro de interés del diseño; el objeto, y a la recuperación de su centro original: el hombre, en todas sus dimensiones y con las consecuencias que ello acarrea, como es la desaparición de la tecnología por la tecnología, el objeto por el objeto e,

igualmente, el diseño por el diseño. La construcción de las nuevas dimensiones del diseño, asumido como herramienta social y disciplina participativa, es el reto que debe ser abordado, entonces, en los próximos años. / [...] Las dinámicas generadas en los últimos años como consecuencia del proceso de globalización trajeron consigo la revaloración del concepto de territorio y su resignificación como medio de diferenciación, en un mundo en que las regiones y las diferentes escalas - sea Latinoamérica, Comunidad Andina de Naciones (CAN), Mercosur, G3 o la pampa (Camiño del Gaucho), Región Andina, Municipios de Oriente de la Gobernación de Cundinamarca, Localidad de Suba) se ven obligadas a reconocerse en las diversas dimensiones que el concepto de territorio implica, con el fin de potenciar su desarrollo a escala humana (p. 119).

De acordo com a perspectiva deste grupo,

El desarrollo por el desarrollo fortalecido en las últimas décadas del siglo XX ha sido reevaluado por la crisis económica que generó esta dinámica, que abre una brecha cada día más amplia entre muy ricos, pobres y más pobres. / El repensarse de las comunidades en su dimensión territorial permite que se proyecten a sí mismas en su dimensión productiva como entes corporativos que compiten en los mercados y se caracterizan y diferencian con la Marca Región. La diversificación, la especialización de saberes, la implementación y adaptación de nuevas tecnologías, el autoreconocimiento identitario y, dentro de este último, el reconocimiento de la diferencia y del otro como herramientas de aproximación a las dinámicas socioeconómicas, todo ello permite a la comunidad instalar y construir el concepto de producto, aproximarse a las dinámicas de mercado y de desarrollo de nuevos productos y formatos, y caracterizar claramente lo que los diferencia y los identifica, fortaleciendo de esta manera su participación en los mercados (p. 120).

Thackara (2008) parece concordar com tal entendimento. Para esse autor,

O pensamento tradicional do design se concentra na forma e na estrutura. Os problemas são “decompostos” em passos menores, priorizados em listas. Ações e *inputs* são descritos em um esquema ou plano, e outras pessoas os produzem ou implementam. / Trata-se de uma abordagem de cima para baixo e de fora para dentro. Ela não funciona bem atualmente porque os sistemas complexos, especialmente os centrados no ser humano, não se limitam a esperar que nós os reprojtemos. Um tipo de design baseado em sentir e reagir funciona melhor: os resultados desejados são descritos, mas não o detalhamento dos meios para chegar a esses resultados. / [...] Essa abordagem implica o desenvolvimento da compreensão e a sensibilidade à morfologia dos sistemas, sua dinâmica, sua “inteligência”, como eles funcionam e o que os estimula. Isso significa que precisamos pensar o design mais em termos de orientação do que de estrutura (p. 262/263).

Por sua vez, Gelli (2009) indica que o processo de criação coletiva é o elemento inovador do Design Contemporâneo, bem como cita o que segue para explicar esse fenômeno:

O projeto de uma identidade visual para uma cooperativa de erveiros do mercado “Ver o Peso” de Belém, chamada “Ver as Ervas”, me parece um exemplo fantástico de como, por meio de um processo participativo, o design pode contribuir para catalisar os desejos, vocações e potenciais da comunidade envolvida. Além disso, esse exemplo mostra como esse processo pode transformar profundamente a maneira de como as pessoas da comunidade vêm a si próprias e, por consequência, como se inserem no mercado e na sociedade. / A aposta no “desenhar com” em contraposição ao “desenhar para” garantiu um profundo envolvimento dos cooperados no desenvolvimento do projeto, o que garantiu uma ampliação significativa nos resultados (p. 82/83).

Uma referência interessante sobre essa questão da participação dos beneficiários do projeto na concepção dele mesmo encontra-se em Manzini (2008), onde consta o que segue:

[...] devemos estabelecer uma nova ideia de produtos e serviços paralela à ideia atualmente dominante de *produtos e serviços* como *sistemas desabilitantes*. Se hoje a ideia mais amplamente difundida é a de que produtos e serviços são projetados considerando o usuário apenas como uma expressão de problemas (problemas que, para serem resolvidos, requerem uma mínima participação de sua parte), esta nova ideia deve, ao contrário, partir do que o usuário sabe, pode e deseja fazer. Em outras palavras, produtos e serviços devem ser concebidos como *sistemas habilitantes*, que colaboram na obtenção do resultado desejado pelo usuário, oferecendo a ele os meios para empregar suas próprias capacidades nesse processo [...] (p. 59).

Enfim, o percurso do Design ao longo da História tem sido tortuoso e vem protagonizando as diversas Macro-Tipologias propostas e já testadas, cada uma com a sua própria orientação filosófica, política, econômica, social, cultural, ambiental e espacial. Evidentemente, é preciso ter em mente que eger uma dessas Macro-Tipologias equivale a optar por uma visão de mundo diferente das demais, com a qual se desenhará o mundo e seus objetos e serviços com determinados objetivos e valores. No caso da Macro-Tipologia hegemônica do Design Industrial, por exemplo, importam os negócios e o acúmulo de capital concentrado em poucas pessoas de um mundo densamente habitado, mesmo que disso decorra o extermínio de culturas, exclusão social e crises ambientais crescentes e galopantes (Kazazian, 2005:25). Ao Design para a Sustentabilidade interessa uma outra realidade, mais equilibrada em suas dimensões, ainda que gradativamente esteja se tornando refém de grandes indústrias que buscam empregar tecnologias produtivas “eco-eficientes” (Manzini & Vezzoli,

2008:84). Por fim, alavancado pelo Design Local (Moraes, 2006), vem emergindo uma nova Macro-Tipologia que reafirma a Teoria da Complexidade e o Desenvolvimento Sustentável, articulando o Design, os Territórios e as Territorialidades (Naranjo Castillo, 2007; Thackara, 2008; Manzini, 2008; Krucken, 2009). Entre as possibilidades revisadas em relação a esta macro-tipologia em construção, a aposta mais interessante para o interesse de micro-territórios rurais é aquela abrigada pelo Desenvolvimento Territorial Sustentável, situada, portanto, no presente momento da Idade Contemporânea, e mais especificamente na Revolução Tecnológica Científico-tecnológica.

Nessa direção, a verificação de como se comportam as experiências de “Design para a Sustentabilidade” de micro-territórios, ou a denominação que essa emergente tipologia do Design Contemporâneo vier receber da comunidade acadêmica do Design, é oportuno o enquadramento teórico das Marcas em relação às Macro-Tipologias do Design, deixado claro os seus respectivos valores e significados específicos. Essa abordagem contribui para interpretar o universo simbólico das organizações de cada tempo histórico, as quais foram modeladas por determinados paradigmas. Deste modo, fica compreensível as possibilidades existentes nos campos do Design e das Marcas, ao reconhecer as respectivas orientações filosóficas, políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais e espaciais implícitas em cada tipo de Desenvolvimento.

CAPÍTULO III

MACRO-TIPOLOGIAS DAS MARCAS

Introdução

Duas especificidades mais comuns do Design mereceram denominações próprias. A primeira é o Design de Produtos, que tanto abrange aqueles objetos elaborados artesanalmente quanto os que são produzidos através de séries industriais. A outra é o Design Gráfico, que elabora mensagens visuais destinadas tanto às grandes organizações quanto à pequenos grupos, com soluções que podem ser constituídas artesanal, industrial ou digitalmente. Todavia, o Design Gráfico é uma atividade moderna e contemporânea que tem origem na Comunicação Visual, tal como Hollis (2000) considera. A saber:

A comunicação visual, em seu sentido mais amplo, tem uma longa história. Quando o homem primitivo, ao sair à caça, distinguia na lama a pegada de algum animal, o que ele via ali era um sinal gráfico. / O olho do seu espírito avistava nas pegadas o próprio animal. / As representações gráficas podem ser sinais, como as letras do alfabeto, ou formar parte de outro sistema de signos, como as sinalizações nas estradas. Quando reunidas, as marcas gráficas - como as linhas de um desenho ou os pontos de uma fotografia - formam imagens. O design gráfico é a arte de criar ou escolher tais marcas, combinando-as numa superfície qualquer para transmitir uma ideia. / Um signo não é uma imagem. As imagens gráficas são mais que ilustrações descritivas de coisas vistas ou imaginadas. São signos cujo contexto lhes dá um sentido especial e cuja disposição pode conferir-lhes um novo significado (p. 01).

Villas-Boas (2007) complementa essa definição com o seguinte:

O design gráfico é necessariamente uma prática comunicativa que denota sofisticação do universo comunicativo no qual se insere. Essa sofisticação não se refere, logicamente, aos fatores técnicos utilizados para a consecução dos projetos (como demonstra o Construtivismo russo) nem à natureza dos elementos estético-funcionais utilizados (como bem exemplificam os projetos de Peter Saville para o grupo *New Order*, nos anos 1980, na Inglaterra). Essa sofisticação se relaciona ao desdobramento histórico de uma dada formação social que leva à exigência de intermediações para que a comunicação consiga alcançar seu(s) público(s) e, principalmente, relaciona-se à recorrência necessária de um aparato simbólico que codifique os objetivos traçados para a eficiência do projeto enquanto prática comunicativa (p. 45/46).

Desse modo, esse autor infere que

A interface entre design gráfico e comunicação é direta [...]. / Seja em jornalismo ou em publicidade - as duas habilitações profissionais mais tradicionais da comunicação social - , o design gráfico se insere pelo fato de que a apresentação visual tem papel essencial (e cada vez mais preponderante) em qualquer meio [...] que tenha como função primordial a comunicação. Aqui cabe a velha máxima de que qualquer elemento [...] significa alguma coisa - até mesmo o não-elemento, representado pelo espaço em branco (p. 49).

Nessa direção, Villas-Boas indica as seguintes e mais recorrentes áreas de atuação do Design Gráfico: a) Design de Sinalização Corporativa, ou do sistema que torna os grandes espaços públicos melhor transitáveis (como aeroportos, estádios e hospitais, entre outros); b) Design Editorial, ou do sistema de planejamento gráfico-visual de livros, revistas, catálogos e jornais, entre outras possibilidades; c) Design Promocional, ou do sistema de concepção de cartazes, *folders* e embalagens, entre outras possibilidades de comunicação de massa; d) Design de Interface ou de Hipermissão, ou do sistema de uso “amigável” de equipamentos eletrônicos, onde as “telas” e comandos dos programas de computadores são ordenados para facilitar a utilização dos seus usuários; e a última e mais importante para o interesse do presente trabalho de pesquisa, e) Design de Identidade, dedicado aos “[...] sistemas de identidade visual para empresas, órgãos públicos e outras instituições, tanto no que concerne à projeção dos elementos gráficos de identidade (símbolo, logotipo, marca, etc) quanto à de suas aplicações de modo coordenado” (p. 53).

Contudo, Villas-Boas (2007) vai mais longe ao considerar que o Design Gráfico, em sua interdisciplinaridade peculiar também à Comunicação Social, Arquitetura e Artes Plásticas, é melhor quando transgredir os atuais “[...] limites restritos da academia” (p. 50), pois, segundo esse autor, essa

[...] atividade está diretamente ligada à quebra de cânones: o design gráfico nasceu como veículo de expressão das vanguardas artísticas do primeiro terço do século 20, na sua busca pelo rompimento do estatuto social da arte, tal como ele se constituiu a partir da primeira Revolução Industrial (século 18) e se aprofundou com a segunda (século 19). Quando as vanguardas avançam o projeto modernista, o design gráfico emerge como um veículo de expressão imediata de um novo paradigma artístico - que busca restituir o veículo entre a arte e a produção, rompido pela antinomia *arte* e *técnica* trazida pela modernidade e aprofundada pela industrialização. / [...] Os projetos não-canônicos contemporâneos - cuja realização tem efetivamente estado ligada aos recursos propiciados pela informatização - se inserem nesta experiência

histórica. Encaixam-se na permanente via inversa de resistência aos cânones e à massificação (p. 103/104).

Vários autores partilham dessa compreensão em favor de um Design ampliado historicamente - e não apenas o Design Gráfico - , desobrigando-se do “calabouço cultural” imposto pela hegemonia da Idade Moderna e seus resquícios na Idade Contemporânea. Entre os que postulam esse Design ampliado, valiosas reflexões podem ser encontradas em Lobach (2001), Kopp (2004), Branzi (2006), Moraes (2006), Souza (2008) e Fernández & Bonsiepe (2008), além de dois outros autores que requerem especial atenção. O primeiro deles é Gomes (1996), que recupera a noção do “desenhismo” e o seu percurso (p. 45), investigando-o desde o início da Idade Média até a emergência do Design Industrial, incluindo aí a necessária menção ao intermediário “Desenho Industrial”. Nesse resgate, Gomes (1996) recorda o seguinte:

Ficamos sabendo também que quando D. João VI elevou o Rio de Janeiro à capital do Reino, estava nos seus planos a criação de uma escola de ciências, artes e ofícios e que, para isso, fez vir da França, em 1816, uma missão constituída por pintores, escultores e arquitetos que fundariam uma Academia de Belas-Artes. / [...] No Rio de Janeiro, além da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, dirigida pela Missão Francesa, funcionava também, em 1820, a Escola Real de Artes, dirigida pelo pintor português Henrique José da Silva. Em 1826, Jean Baptiste Debret, o autor do desenho básico da presente bandeira brasileira, instalou a Academia Imperial de Belas-Artes. / Os pioneiros do movimento *Arts & Crafts* e do *Art-Nouveau* no Brasil foram os artistas Eliseu Visconti, Belmiro de Almeida Teodoro Braga e Carlos Oswald, no início do século XX. Depois da Semana de Arte Moderna de 1922, o desenho moderno brasileiro vai ter como representantes Gregori Wachavchik e Regina Gomide. Em 1937 Lúcio Costa à frente da Escola Nacional de Belas Artes, abre novas perspectivas para renovação da prática e do ensino da arte, desenho e arquitetura, e surgem, nas décadas de 30 e 40, as experiências com artefatos e mobiliários de Joaquim Tenreiro, Lina Bo Bardi e Zanine Caldas. / Fora do eixo Rio - São Paulo, a renovação modernista ocorreu gradativamente pela década de 1940 até 1955, em torno de núcleos de ensino como o Ateliê Coletivo do Recife e o Gráfico Amador, ambos em Pernambuco, a Escola de Belas-Artes de Minas Gerais e a da Bahia, e o Grupo de Gravura de Pelotas no Rio Grande do Sul. No final da década de 40 tivemos a fundação do Museu de Arte de São Paulo (1948) e do Museu de Arte Moderna do Rio do Janeiro (1949), e São Paulo passa a fazer parte do currículo internacional das artes-plásticas com a criação da Bienal. / Max Bill, com o seu trabalho premiado na Primeira Bienal de São Paulo, causou impacto e tudo indica que, daí, sugeriram as fagulhas para acender o lume de movimentos concretistas paulistas e neoconcretistas cariocas encabeçado por Ligia Clark e Helio Oiticica (p. 85).

Esse autor prossegue, complementando o seguinte:

O trabalho e as ideias desses artistas brasileiros, junto com a plena implantação da indústria de produtos e de consumo; as atividades educacionais da arte e do desenho promovidas no MAM-RIO e pelo Instituto de Arte Contemporânea do MASP; e a ida de alguns brasileiros, como o renomado desenhador-gráfico Alexandre Wollner, para a HfG/Ulm, foram fundamentais na criação, em dezembro de 1962, do primeiro curso superior voltado para a nova indústria no Brasil: a Escola Superior de Desenho Industrial, ou simplesmente ESDI. E foi de um dos ex-alunos da ESDI que surgiu um dos conceitos de desenho moderno brasileiro, ampliando as conotações do Desenho (p. 86).

Por sua vez, o outro autor destacado é Cardoso (2005), que publicou a obra “O Design Brasileiro antes do Design” com a autoridade de um estudioso do Design com formação e pós-graduações em História, praticamente reiterando a perspectiva de Gomes (1996). Sobre essa questão, Cardoso (2005) declara que

Perdura na consciência nacional o mito de que o design brasileiro teve sua gênese por volta de 1960. Como todo mito, trata-se de uma falsidade histórica patente. Como todo bom mito de origem, trata-se também de uma verdade profunda, para além dos limites de nossas vãs metodologias. O que ocorreu, sem dúvida alguma, foi uma ruptura. Para uns, um novo ponto de partida; para outros um desvio de rumo. / [...] Alguns considerarão equivocada a aplicação do termo “designer” a qualquer situação anterior ao período heróico dessa gênese. Sem dúvida, há uma certa dose de anacronismo em descrever como “designer” alguém que provavelmente não reconheceria o sentido da palavra e talvez nem soubesse pronunciar-la. No entanto, os percalços lingüísticos sofridos ao longo dos anos por termos como “design”, “desenho industrial”, “programação visual”, “comunicação visual” e tantos outros não são de maior interesse para o presente livro. Para quem se inquieta com tais definições, vale lembrar que o termo “desenho industrial” está em uso corrente no Brasil pelo menos desde a década de 1850, quando a disciplina correspondente a esse nome passou a ser ministrada no curso noturno da Academia Imperial de Belas Artes. É evidente que naquela época não se entendia por “desenho industrial” aquilo que atualmente se designa assim, mas a antiguidade dessa batalha serve como aviso para quem chega com muitas certezas à discussão (p. 07).

Evidentemente, a revelação desses últimos dados não se restringe a repertoriar a construção do Design no Brasil. Mais que isto, presta-se ao exame dos cânones do Design a partir de uma revisão teórica ampliada das possibilidades do Design ao longo da História. Assim, como se pode deduzir, a orientação desses últimos autores contraria o capitalismo enquanto referência cultural e geográfica hegemônica para os povos do mundo. Com este viés, segue um painel de Macro-Tipologias das Marcas, entre as quais constam: a) Marcas da Pré-História; b) Marcas da Idade Antiga; c) Marcas da Idade Média; d) Marcas da Idade Moderna; e e) Marcas da Idade Contemporânea.

a) Marcas da Pré-História

O homem se distingue de outros animais por sua capacidade de utilizar sinais sonoros, visuais e gestuais, como signos de comunicação e, também, signo da imaginação, por meio dos quais consegue fazer com que sua mente evoque, no presente, coisas que estão ausentes para os seus sentidos.

Sandra Maria Ribeiro de Souza

Embora não tenham sido encontrados muitos registros de Marcas da Pré-História nas bibliografias referentes ao Design, o que foi acessado é razoavelmente impreciso, muitas vezes distante do significado mais conhecido de Marca. Vale lembrar, entretanto, que a Pré-História cobre desde o surgimento do ser humano, por volta de 10.000 anos a.C., até os acontecimentos datados entre 4.000 e 3.500 anos a.C. (Cotrim, 2000:10). Desse modo, Costa (2008) dá uma oportuna contribuição inicial, esclarecendo que

Em primeira abordagem uma marca é [...] um signo duplo. É signo verbal - o nome - porque as marcas devem circular com as pessoas e entre elas. [...] A marca é, em si mesma, um valor de troca, de intercâmbio. E é preciso que seja, tanto sob o aspecto comercial como comunicacional. Por isso marca é, antes de tudo, um *signo lingüístico* e assim deve ser, necessariamente, para que todos possamos designá-la, verbalizá-la, escrevê-la e interiorizá-la (p. 18).

Já em Miranda (2002), encontra-se a seguinte referência:

As primeiras marcas humanas encontradas na África têm mais de 200 mil anos. Do período Paleolítico ao Neolítico (35.000 a.C. a 4.000 a.C.), os primeiros africanos e europeus deixaram pinturas em caverna, incluindo as famosas cavernas Lascaux, no sul da França. O preto era feito com carvão e uma grande variedade de tons quentes, desde amarelos claros até os marrons avermelhados, feitos com óxido de ferro vermelho e amarelo. Essa palheta de pigmento era preparada com gordura como veículo. Imagens de animais eram desenhadas e pintadas nas paredes desses antigos canais fluviais subterrâneos, utilizados como refúgio pelos homens e mulheres pré-históricos. Talvez os pigmentos tenham sido passados nas paredes com os dedos, ou com um pincel feito com pêlos ou capim (p. 05).

Para esse autor,

Este não foi o começo da arte como a conhecemos hoje. Foi o início da comunicação visual, já que esses primeiros desenhos visavam à sobrevivência e foram criados com fins utilitários e ritualísticos. Eram as marcas que

implicavam uma habilidade precoce de criação de símbolos. / [...] As imagens, independentemente de terem mantido ou não a sua origem pictórica, acabaram se transformando em símbolos para os sons da linguagem falada. / [...] As figuras foram sendo cada vez mais abreviadas e expressas, com um mínimo de linhas no final do período paleolítico. Alguns petroglifos e pictogramas estavam tão reduzidos a ponto de parecerem letras (p. 06).

Outros autores concordam com isso, tal como segue na ilustração abaixo:



Imagem 02: Evolução da letra “Alef” - a primeira do alfabeto hebraico - , que significa “touro” e deu origem à letra grega “alfa” e à letra latina “A” (Scliar-Cabral, 2007:32).

A bem da verdade, as marcas desse tempo se confundem com os caracteres dos alfabetos mais antigos, configurando-se mais em signos que marcas propriamente ditas. De qualquer modo, elas correspondem a um expressivo patrimônio cultural da humanidade, o qual foi constituído lentamente e serviu de base às Marcas da Idade Antiga.

b) Marcas da Idade Antiga

Estendendo-se desde o Império Egípcio em torno de 3.200 a.C., a Idade Antiga se desdobra até a queda do Império Romano em 476 d.C. (Vicentino, 2006). As Marcas desse tempo foram elaboradas através da Arte e do Artesanato e, segundo Costa (2008:25), elas “[...] nasceram no contexto comercial. Embora pareça paradoxal, não nasceram com os produtos, objetos de intercâmbio e de consumo. Nasceram com suas embalagens”. Para esse autor, a função de significar dessas marcas unia-se a de identificar seus proprietários (idem), por isso ele considera que essas eram “marcas de identidade” (p. 30).

Miranda (2002) partilha desse entendimento, afirmando que,

Há muito tempo, os mercados usam marcas e recursos visuais para diferenciar seus produtos dos produtos alheios. Um oleiro identificava seus potes imprimindo a marca de seu polegar no barro molhado, no fundo do pote, ou fazendo sua marca - um peixe, uma estrela ou uma cruz, por exemplo. / [...] Sem dúvida, um certo orgulho teve relevância no caso, mas um bom oleiro também esperava que seus clientes procurassem por sua marca pessoal e comprassem seus potes, preferindo-os aos de outros oleiros [...]. / Durante

séculos, as marcas e logotipos foram usados principalmente em escala local. As exceções eram as marcas usadas por reis, imperadores e governos (p. 7/8).

Costa (2008:29) interpreta, então, que a “história das marcas” se refere ao ato de “marcar por incisão ou por pressão superfícies como pedra, barro fresco ou pele de animais”. Exemplos dessas marcas podem ser observados abaixo:



Imagem 03: Signos da tumba do Faraó Sahuré d'Abusir, de Memphis (Costa, 2008:30).

Existem vários casos de Marcas da Idade Antiga, porém um dos mais expressivos reporta-se às ânforas da Antiguidade, sobre as quais Costa (2008) menciona o seguinte:

Em uma tumba egípcia do século XIV a.C. há um relevo onde estão representados os armazenistas do faraó transportando ânforas sem alças dentro de uma rede, levando outras com alças; ao redor dessas figuras hieróglifos explicam que uma das ânforas contém mel, outra vinho, azeite, incenso etc. Heródoto, que viajou pelo Egito por volta da segunda metade do século V a.C. disse ter observado que se faziam, da Grécia e da Fenícia, contínuos embarques de ânforas para o Egito e que os egípcios também as utilizavam, fazendo passar cordas por suas alças para transportá-las. / Foi possível classificar as ânforas de Corinto, as procedentes de Roma, as de Pompéia e as de outros lugares, por sua forma (p. 40).

Numa parcela dessas ânforas havia marcas de identificação, ou selos, denominados “[...] (*tituli picti*), os quais serviam para informar sua cronologia e exibir os nomes dos cônsules da época em que foi engarrafado o vinho ou o azeite” (Costa, 2008:42). Um desses casos é o das ânforas egípcias com o selo de Nefertiti, tal como segue:

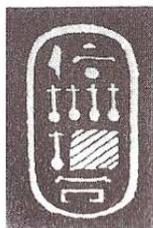


Imagem 04: Selo da rainha Nefertiti utilizado no século XIV a.C. (Costa, 2008:45).

Uma outra categoria de marcas desse tempo estava nas moedas cunhadas de várias localidades. Um desses casos é o da moeda egípcia de Quiós, do século XIV a.C., onde foi registrado o signo de uma ânfora, entre outros, tal como se pode observar:



Imagem 05: Moeda egípcia de Quiós (Costa, 2008:45).

Esses últimos exemplos demonstram que já havia nesse período um comércio internacional, o qual operava a partir de produtores e comerciantes. Esse fenômeno ocorreu no Egito, Roma, Pérsia, Grécia, Espanha e em outros lugares. Segue, então, um exemplo de marcas da Mesopotâmia, datado de 250 d.C.:



Imagem 06: Marcas líticas do palácio de Hatra, da Mesopotâmia do Norte (Costa, 2008:31).

Todavia, há em Costa (2008) uma advertência importante. A saber:

As marcas mais antigas existiam, pois, há muito tempo, e no princípio eram produzidas pelos construtores egípcios, que lavravam as pedras para as

construções dos templos. Na verdade, as construções realizadas com pedras foram gravadas desde o princípio com signos e símbolos com caracteres de marca. / A época em que deixaram de utilizar simples blocos de rocha foi quando se iniciou a arquitetura propriamente dita. Começa então o artesanato dos construtores e, com eles, a assinatura, o sinal ou marca de identidade. / [...] No início foram encontradas nos templos e outras construções simples marcas indicativas de situação que serviam para posicionar as pedras e também para encaixá-las umas nas outras e, portanto, essas marcas de tipo técnico não tinham intenção de comunicar a identidade do autor. Eram, na verdade, “sinais” para o trabalho. / Esses sinais funcionais e sem nenhum significado além da referência técnica precederam as chamadas marcas “de oficina”, progressivamente mais complexas em suas formas e com maior número de elementos (grafemas) que, mais tarde, durante a era medieval, foram se aperfeiçoando. De acordo com a tradição dos construtores da Antiguidade, cada oficina tinha seus símbolos, figuras e signos próprios, muitos deles de forma semelhante aos monogramas (p. 30/32).

De fato, foi nesse momento que a cultura gráfica da Idade Antiga começa a ser sucedida pela cultura gráfica da Idade Média, onde o ideário das marcas mais antigas estava impregnado de elementos do imaginário coletivo dos povos e nas mentes dos indivíduos.

c) Marcas da Idade Média

Para Vicentino (2006:111), a Idade Média compreende desde a queda do Império Romano, em 476 d.C., até a tomada de Constantinopla, em 1.453 d.C. Esse autor também a classifica em Alta Idade Média, referindo-se aos acontecimentos compreendidos entre os séculos V e X, e Baixa Idade Média, onde foram reunidos fatos do século X ao século XV. Desse modo, a cultura das marcas continuou seu processo ao longo da Alta Idade Média, produzindo poucas novidades em relação às Marcas da Idade Antiga. No entanto, as Marcas da Baixa Idade Média são inovadoras, tal como seguem demonstradas com o seguinte esquema: c.1) Brasões de Heráldica; c.2) Marcas de Criadores de Gado; e c.3) Marcas de Corporações de Ofícios.

c.1) Brasões de Heráldica

No entendimento de Tostes (1983:13), a “[...] Heráldica é a arte e a ciência que determina, produz e estuda os brasões, interpreta as origens e o significado simbólico e social da família, grupo, nação ou instituição”. A origem da Heráldica está no século XIII, embora haja um Período Pré-heráldico. Sobre isso, esse autor infere que,

Em todas as épocas, os guerreiros usaram formas decorativas e cores em seus escudos procurando se distinguir uns dos outros. Os gregos, os romanos e alguns impérios do Oriente utilizavam essas formas ornamentais. / Não só nos escudos, mas também nos anéis e peças sigilares, os povos da Antiguidade já se faziam representar através dos seus símbolos. No entanto, esses símbolos nunca foram usados de forma hereditária, sistemática e sujeita a regras (p. 14).

Mais que isso, Tostes (1983) entende que

O feudalismo se baseou num relacionamento mútuo de honra e lealdade entre Senhores e seus vassallos. / Dois tipos de proprietários surgiram nessa época, o *allodium*, que possuía terras próprias, e o *feudum*, que recebia por empréstimo um pedaço de terra que pertencia ao Rei, o qual devia cultivar e proteger. Com o passar do tempo, esses feudatários deixaram de cumprir seus deveres perante o Rei e adquiriram poder e hereditariedade no domínio das terras. Essa forma de governo se espalhou pela Europa Ocidental e tomou características próprias em cada região. / A ascensão dos Senhores Feudais à nobreza fortaleceu a instituição da Cavalaria e mudou o comportamento social do homem medieval. Paralelo ao aparecimento da Cavalaria, a Igreja, através da penetração marcante que teve, levou os homens a lutarem, dentro e fora da Europa, por ideais de conquistas religiosas. Expedições ao mundo árabe foram organizadas com a finalidade de reconquistar as Terras Santas. / [...] Para a Heráldica, elas têm sua importância através da Ordem da Cavalaria (p. 14/15).

Tornar-se “cavaleiro” demandava muito tempo, começando esse processo aos sete anos, quando o candidato era tirado de casa e encaminhado à corte (Tostes, 1983:16). Aos quatorze anos ele ascendia à posição de escudeiro numa cerimônia religiosa que envolvia o recebimento de uma espada, e aos dezoito acompanhava seu Senhor à guerra, podendo participar de “torneios” para dar-lhe visibilidade na corte (idem). Finalmente, aos vinte e um anos ele se tornava “Cavaleiro”, numa cerimônia importante “[...] trajado de branco, simbolizando a pureza; de vermelho, o sangue que derramava de seu Deus e seu Senhor; e de preto, representando a morte que deveria enfrentar” (p. 15).

Foi nas violentas batalhas e na vida cortesã da Idade Média do século XIII que surgiu a Heráldica como um sistema de identidade visual complexo e original (Tostes, 1983; Grixalba, 2006; Costa, 2008). Nesse sistema, elmos, armaduras e escudos, bem como seus formatos, cores e composições gráficas distinguiam visualmente as diversas ordens militares, os nobres ou as autoridades religiosas (Grixalba, 2006:338). Além disso, a Heráldica também serviu para representar outras entidades, como as cidades autônomas ou os estados soberanos (idem), tal como segue exemplificado:



Imagem 07: Brasão heráldico da Espanha medieval (Grixalba, 2006:41).

Contudo, Costa (2008:50) menciona que esses brasões inicialmente tinham a função de identificar pessoas distintas, propriedades ou posses, e só depois foram aplicados em móveis, tapetes e outros objetos dirigidos ao consumo das populações analfabetas, dificultando o reconhecimento da procedência e autoria de tais artesanatos. Para esse autor, uma nova utilização das marcas foi inaugurada por esse motivo, emergindo daí a “[...] função sócio-profissional, ou hierárquica” (p. 51) das marcas. Todavia, também figuram nesse tempo os primeiros falsificadores. Sobre eles, Costa (2008) faz o seguinte registro:

Na primeira parte do século I a.C., a Bélgica era o feudo das falsificações da olaria romana. / [...] No *Museu de Contrefaçom*, de Paris, podem ser vistas duas dessas marcas mais antigas conhecidas. / [...] perto de Arles foram encontradas três ânforas galas cujos tampões estão marcados com “caracteres de escrita” que não correspondem a nenhum alfabeto conhecido, mas que se parecem com os da marca *Lassius*. Estão visivelmente destinados a enganar o cliente sobre a qualidade e a origem dos vinhos. Presume-se que essas falsificações tenham sido feitas por vinicultores da região de Narbona, que tentavam fazer passar a sua produção pela de vinhos do sul da Itália, muito apreciados (p. 47).

De todo modo, o sistema heráldico ainda persiste no Brasil da atualidade, podendo ser observado no brasão do país e nos brasões dos estados e municípios³⁴, nos brasões das forças militares e quartéis³⁵ e nos brasões de universidades³⁶, tanto quanto nos escudos de equipes profissionais de futebol³⁷, sendo que, no caso desses últimos, não há uma utilização bem fundamentada dos regimentos desse sistema.

³⁴ Disponível em <www.brasilrepublica.com/brasao.htm>, acessado em <fevereiro de 2010>.

³⁵ Disponível em <www.pm.sc.gov.br/website/redir.php?site=40&act=1&id=974&url=974>, acessado em <fevereiro de 2010>.

³⁶ Disponível em <www.identidade.ufsc.br/manual_idvisual.php>, acessado em <fevereiro de 2010>.

³⁷ Disponível em <www.flamengo.com.br/site/principal/index.php>, acessado em <março de 2010>.

c.2) Marcas de criadores de gado

Essas marcas surgiram na Idade Média e também existem atualmente, sobretudo quando se reporta aos rebanhos com número reduzido de cabeças de gado. Trata-se de um sistema que utiliza uma técnica apropriável em qualquer local, requerendo apenas uma forja de metal simples e fogo. Um caso exemplar dessas marcas segue abaixo, e se refere a quatro marcas de distintos criadores equatorianos de gado dos anos de 1585 e 1594.



Imagem 08: Marcas equatorianas de criadores de gado (Costa, 2008:39).

A economia de material e de processo produtivo proporcionado por este sistema é grande, de modo que vale observar um dos instrumentos de gravação dessas marcas, denominado “cunho marcador”.

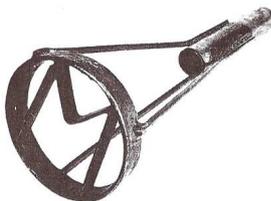


Imagem 09: Exemplo de matriz de marcação de gado (Costa, 2008:38).

c.3) Marcas de Corporações de Ofícios

No final da Baixa Idade Média havia marcas utilizadas como assinatura e o mundo europeu avançava para o Mercantilismo. Desse modo, muitos artesão, artífices e artistas utilizavam dessas marcas para identificar suas habilidades profissionais e a autoria dos próprios trabalhos. Um caso significativo corresponde à marca do famoso pintor, escultor, poeta e arquiteto florentino Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni, que viveu entre 1475 e 1564, tal como se observa a seguir:



Imagem 10: Marca de Michelangelo Buonarroti (Costa, 2008:57).

Das marcas da Idade Média, Costa (2008) considera mais atraentes “[...] as dos ‘mestres’ construtores” (p. 32), as quais ainda são encontradas em preservadas catedrais históricas da Europa desse tempo, principalmente “[...] nos pontos de força da construção” (idem), e mais especificamente “[...] nas chaves de abóbadas” (p. 33). De fato, essas marcas têm uma construção gráfica que as diferencia das demais do período, através da sua geometria, onde “[...] linhas grossas representam a marca, e as finas a trama de fundo que permite um número infinito de combinações” (p. 05), tal como está no exemplo abaixo:

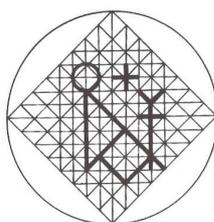


Imagem 11: Marca de “construtores bizantinos” do final da Idade Média (Costa, 2008:35).

Sobre esses “construtores”, Costa (2008) revela um aspecto interessante da cultura das Marcas da Idade Média, já em trânsito para a Idade Moderna. A saber:

A arquitetura constituía na época a “arte real” e os seus segredos eram transmitidos somente àqueles que eram considerados dignos deles. A partir daí surgiu a ideia de uma *obra* suprema: a construção, por meio de um trabalho tenaz e incessante, de um *templo ideal* cada vez mais perfeito, imenso, universal, infinito. Além disso, toda a classe de pensadores mais ou menos contrários à ortodoxia, sobretudo os alquimistas, haviam buscado refúgio entre os construtores, o que explica a presença de curiosas figuras simbólicas nos portais de numerosos edifícios religiosos. / A Grã-Bretanha, assim como outros países europeus, possuía congregações de pedreiros, franco-maçons (*freemasons*), agrupações ricas e potentes compartilhadas pelos soberanos e cujos membros eram admitidos na corporação depois de uma iniciação; tinham de guardar o segredo desses ritos e deveriam respeitar um certo número de regras designadas com o nome de *Landmarks* (literalmente, marcas ou limites de propriedades). Até finais do século XVI, um período turbulento, houve uma

queda sensível nas grandes construções e nas corporações, conscientes de estarem enfraquecendo, admitiram membros em seu meio que não eram homens de ofícios: eram “maçons aceitos”, em sua maioria personagens influentes destinados a realçar o prestígio e a imagem da Ordem. Esses novos irmãos tiveram um papel preponderante; introduziram seus símbolos e modificaram profundamente o ritual de iniciação. Os trabalhadores de pedra já não tinham mais que um grau: o de companheiro, já que os aprendizes não faziam parte de corporação e o mestre era simplesmente o companheiro encarregado da direção de uma pedreira (p. 34/35).

Dessa maneira, “[...] a marca da corporação ou a marca coletiva era exigida em todos os objetos” (Costa, 2008:53) e embora estivessem submetidas a uma rígida regulamentação, essas marcas e as respectivas corporações dispunham de monopólios, pois, segundo esse autor, a “concorrência era proibida na época” (idem). Assim, a Marca do final da Idade Média é considerada “[...] uma espécie de selo ou estampilha do autor, de caráter público, destinada a confirmar a observância do produto à exigência regulamentar, bem como [...] servia para demonstrar que cada corporação respeitava os direitos das demais, [...] sobretudo nas discórdias entre corporações, normalmente sérias” (idem).

d) Marcas da Idade Moderna

Desde a Revolução Francesa a marca deixou de ser uma coisa, um signo, para se converter em um fenômeno. Não só um fenômeno socioeconômico, político e cultural, mas também legal, formal, semiótico, etc.

Joan Costa

A Idade Moderna foi um período que deu grande importância e notoriedade ao fenômeno das marcas. Começando no Renascimento, por volta do Século XV, refluíu até a Revolução Francesa, no Século XVIII (Vicentino, 2006:176). Nesse sentido, alguns dos elementos mais destacados desse tempo estão ligados à pujança cultural, industrial e comercial das cidades-Estado, a invenção da gráfica com tipos móveis e a difusão da leitura e do conhecimento na Europa, entre outros fatos tão ou mais importantes. Vicentino (2006), por exemplo, se refere à emergente Idade Moderna do seguinte modo:

Ao contrário da teologia, as ciências não avançaram muito no mundo medieval, especialmente durante a Alta Idade Média. Enquanto as civilizações saracena e bizantina, apoiadas no legado greco-oriental, desenvolviam amplos estudos de astronomia, matemática, física e medicina, a sociedade européia,

influenciada pelo cristianismo, mergulhava em profundo misticismo. A Igreja repudiava qualquer manifestação de pensamento que colocasse em risco as convicções religiosas, impondo, dessa forma, barreiras à indagação científica. / [...] O renascimento comercial e urbano, porém, abriu novas perspectivas para a ciência. Com a expansão do comércio Mediterrâneo, restabeleceram-se os contatos com o mundo árabe, e a Europa cristã teve contato com a medicina, a astronomia, a matemática, podendo a partir daí resgatar conhecimentos da Antiguidade Clássica. No século XIII, prosperavam as universidades e toda a Europa empenhou-se em adquirir conhecimentos, tendência que a Igreja já não podia sufocar (p. 167).

Cabe considerar, portanto, que a Idade Antiga deu ao mundo as marcas em pedra, a Idade Média as marcas das corporações e, por sua vez, a Idade Moderna deu origem às marcas comerciais, pautadas no Mercantilismo que então começava a vigorar (Costa, 2008:63). Essas últimas são as marcas das indústrias modernas, as quais se consolidaram ao longo da Idade Moderna sob forte influência das inovações técnicas do período, onde duas dessas correspondem à invenção da tipografia³⁸, na transição da Idade Média à Idade Moderna, e do surgimento da litografia³⁹ por volta de 1796 (p. 63), atendendo inicialmente ao mercado de livros, de marcas e de outras peças gráficas, como cartazes publicitários. Nessa direção, Burke (2003) oferece dados instigantes sobre o que foi a produção tipográfica e os respectivos negócios desse tempo, tal como segue:

No século XV, mais livros foram impressos em Veneza do que em qualquer outra cidade da Europa (aproximadamente 4.500 títulos, o que chega a algo como 2 milhões de cópias). / [...] No século XVI, Veneza manteve sua posição como principal centro editorial da Europa, com aproximadamente 500 casas impressoras, chegando a 18 milhões de cópias. / [...] No século XVII, a República Holandesa substituiu Veneza como ilha de relativa tolerância da diversidade religiosa e também como principal centro e mercado da informação [...]. A exportação de material impresso em latim, francês, inglês, alemão e outras línguas contribuía de maneira importante para a prosperidade da nova nação (pp. 147/148).

Segue, então, um exemplo de marca de uma sociedade de impressores da Veneza de 1481, elaborada com elementos gráficos geométricos, possivelmente inspirada nas marcas dos “construtores” da Idade Média:

³⁸ Para Lupton (2006:13), os “[...] tipos móveis, inventados por Johannes Gutenberg na Alemanha no início do século XV, revolucionaram a escrita no Ocidente. Ao contrário dos escribas, que fabricavam livros e documentos à mão, a impressão com tipos permitia a produção em massa”.

³⁹ De acordo com Ambrose & Harris (2009:15), a litografia é um “[...] processo de impressão que utiliza a repulsão entre o óleo e a água para entintar uma chapa com um desenho. O termo litografia significa ‘escrever sobre pedra’ e a técnica foi descoberta por Alois Senefelder [...] em Praga. Seu princípio funcional é a base do processo de impressão offset que possibilitou a impressão em quatro cores em uma escala industrial”.

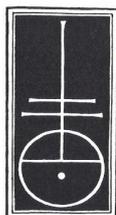


Imagem 12: Marca de autoria atribuída a Nicola Jenson (Miranda, 2008:57).

Com o mercado consumidor de livros aquecido, assim como o de outros objetos, novos ofícios foram demandados pela sociedade, dando origem a alguns tipos de marcas que se destacam na Idade Moderna, tal como seguem descritas: d.1) Ex Libris; d.2) Marcas de Contrastarias; e d.3) Marcas da Industrialização Mecanizada.

d.1) Ex Libris

Os “Ex Libris” são marcas específicas do universo editorial da Idade Moderna. Segundo Oliveira (1992), elas surgiram da necessidade dos admiradores dos livros “[...] assinalarem, de modo artístico, a posse de seus livros que, até então, tinham suas páginas maculadas com carimbos”. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Houaiss & Villar, 2001) se alinha com essa explicação, indicando que os Ex-Libris são vinhetas desenhadas ou gravadas que os bibliófilos colam geralmente na contracapa de um livro, na qual consta o nome deles para indicar posse (p. 1285).

Segue abaixo, então, um exemplo de Ex Libris datado de 1872:



Imagem 13: Ex Libris de Josep M. Sert i Badia, desenhado por M. Bultó em 1872 (Associaçó Catalana D'Exlibristes, 1989:05).

Embora os Ex Libris tenham sua fase áurea do meio para o final da Idade Moderna, sua origem se situa na parcela final da Idade Média, quando a Igreja ainda censurava as

iniciativas intelectuais contrárias aos seus dogmas e interesses, entendendo que os admiradores dos livros e dos conhecimentos laicos eram seus adversários. Por isso, podem ser encontrados Ex-Libres que precedem a Idade Moderna, com uma inquestionável influência da cultura dos Brasões de Heráldica. Esses Ex Libris mais remotos eram reproduzidos a partir de técnicas de gravação anteriores aos sistemas de impressão desenvolvidos para seriações industriais, os quais foram inventados bem antes da Revolução Industrial (Costa, 2006:29), tal como a tipografia e mais adiante a litografia. Nesse sentido, Lupton (2006:13) tem razão quando afirma que a “história da tipografia” possui forte vínculo com as técnicas que a precederam, refletindo, em última análise, numa “[...] tensão contínua entre a mão e a máquina, o orgânico e geométrico, o corpo humano e o sistema abstrato” (idem), pois ao “[...] contrário dos escribas, que fabricavam documentos e livros à mão, a impressão com tipos permitia a produção em massa” (p. 13).

Entretanto, a cultura dos Ex Libris também se mantém no presente e dois casos merecem menção. O primeiro dá o testemunho de que essa cultura gráfica do tempo das monarquias se espalhou pelo mundo, resultando em sincretismos artístico-culturais interessantes. Um bom exemplo disso é o de um naturalista que trabalhou no Brasil e se encantou com a cultura autóctone a ponto de inseri-la em seu Ex Libris. No entanto, essa cultura gráfica era algo proveniente da aristocracia européia. De qualquer modo, segue o exemplo para observação do sincretismo mencionado:



Imagem 14: Ex Libris de Emil August Goldi, datado de 1908⁴⁰.

O segundo caso, ainda mais curioso, se reporta ao fato de que no presente há um público expressivo interessado em Ex Libris, organizados em associações e outras entidades nacionais e internacionais que congregam os profissionais gráficos que elaboram Ex Libris contemporâneos, pesquisadores dos campos da Comunicação, História ou Artes, entre outros

⁴⁰ Disponível em <www.bookplate.info/Bookplate/brazil.htm>, acessado em <abril de 2010>.

admiradores, com baixíssima penetração de Designers nesses espaços. Desse modo, a interlocução dos interessados em Ex Libris contemporâneos ocorre através das seguintes instituições: “International Federation of Ex libris Societies - FISAE”⁴¹, Istanbul Ex Libris Society⁴² e Deutsche Exlibris Gesellschaft e.V. - DEG⁴³, para ficar em alguns exemplos.

d.2) Marcas de Contrastarias

Um outro tipo de Marcas da Idade Moderna é o das Marcas de Contrastarias, ou Marcas de Contrastes e Ourives, tal como preferem os portugueses (Vidal, 1974a e 1974b). Essas marcas são originárias da Idade Média, e não estão nas obras de referência do Design. Mas, de acordo com Vidal (1974a),

Anteriormente a 1886, data da fundação das actuais constrastarias, dependentes da Casa da Moeda, as funções de contrastes eram exercidas por membros da Corporação dos Ourives escolhidos entre os mais competentes e conceituados. Competia-lhes verificar o toque das obras apresentadas pelos fabricantes e apor-lhes a marca de garantia, cobrando por esse serviço determinado emolumento. / [...] As marcas de contrastes, assim como as dos ourives, para poderem ser legalmente usadas, deviam registrar-se previamente nas câmaras municipais. / Independentemente desse registro obrigatório, as marcas dos fabricantes também podiam ser registradas na respectiva corporação - denominada de Confraria de Santo Elói - e, ainda, nos arquivos dos contrastes locais, para possível identificação das obras submetidas ao seu exame, às quais só aplicavam a marca de garantia quando estas acusassem o devido toque. Tais marcas, evidentemente, deveriam possuir características especiais de símbolo, indicativo do contraste, da localidade, da espécie e do toque, que permitissem o fácil reconhecimento das ligas e das procedências dos trabalhos (p. IX).

Como se observa, trata-se de um sistema gráfico para aferir e garantir a qualidade de produtos de prata, ouro ou outros metais valiosos, os quais eram passíveis de serem fraudados com o uso de ligas de metais nobres com teor abaixo do devido, requerendo, portanto, a mediação de autoridades para coibir tais infrações. Curiosamente, esses ourives e mestres prateiros existiam antes da Casa da Moeda portuguesa organizar seu sistema de contrastes em 1886. Sobre isso há, em Valadares (1968), o seguinte relato:

[...] os primeiros ourives que vieram ao Brasil eram de origem portuguesa. A metrópole regorgitava deles. Em 1551, só em Lisboa havia 430. / Desde 1495

⁴¹ Disponível em <www.fisae.org/index.html>, acessado em <março de 2010>.

⁴² Disponível em <www.aed.org.tr/English/Default.aspx>, acessado em <março de 2010>.

⁴³ Disponível em www.exlibris-gesellschaft.de/, acessado em <março de 2010>.

que o mestre prateiro Pablo Belvis, acompanhado de quatro oficiais, havia se transferido para São Domingos. No México, os ourives estavam entre os primeiros artesãos europeus vindos para a conquista. Em Lima, a irmandade dos prateiros, dedicada a Santo Elói e à Nossa Senhora da Misericórdia, fundada em 1597, tinha associados distribuídos em nada menos de 80 oficinas. No entanto, quando os ourives portugueses começaram a afluir para a América, não se limitaram ao Brasil. Os especialistas argentinos referem-se a uma invasão lusitana, no domínio da prataria, na primeira metade do século XVII. Também foram para o Chile. Mais tarde, em Buenos Aires, seu número de tal forma se elevou que, devido à concorrência, os mestres de origem espanhola e os naturais da terra chegaram a pedir sua expulsão em 1757 (p. 212).

Com a abundância de metais nobres das Américas, o grande número desses profissionais e a falta de regulamentação para produção de artefatos luxuosos, uma quantidade elevada de fraudes e litígios ocorreu nesse setor ao longo da economia moderna. Mesmo assim, somente na Idade Contemporânea essas produções e fraudes originaram o sistema gráfico de Contrastarias que segue, o qual vigorou entre 1938 até 1984, sendo substituído por novas normas mais adiante:

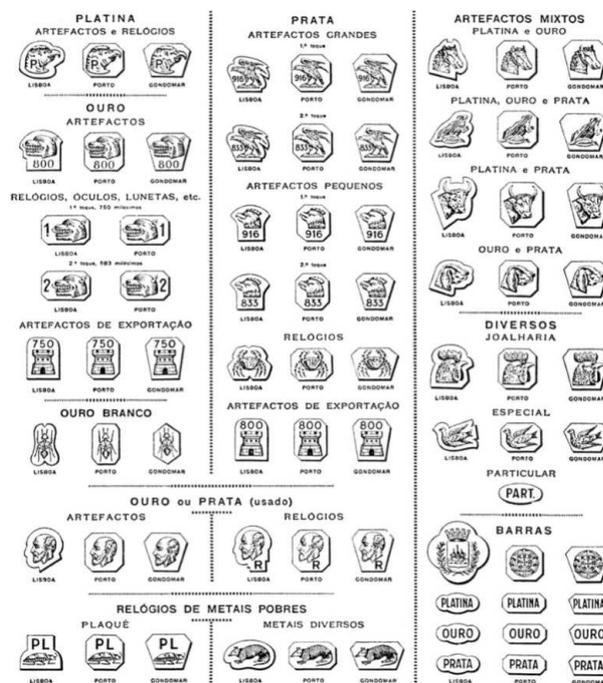


Imagem 15: Sistema de Marcas de Contrastarias de Portugal⁴⁴.

Cabe mencionar ainda, que os sistemas de marcas de contrastarias dos países da Europa sofreram recentes alterações, por força da unificação europeia, onde cada um desses

⁴⁴ Disponível em <www.ourivesariaportuguesa.info/marcas.html>, acessado em <abril de 2010>.

países curiosamente manteve características próprias, configurando um conjunto de Sistemas de Marcas de Contrastarias e um importante acréscimo para o universo das marcas e para o campo do Design.

d.3) Marcas da Industrialização Mecanizada

Para Costa (2008), foi “proclamada a liberdade do comércio e da indústria” no século XVII sem que houvesse os necessários regimentos para tal, resultando em “[...] muitos abusos e roubos de marcas alheias” (p. 64), os quais quase sempre ficavam impunes. Mesmo assim, esse autor entende que as marcas passaram a ter um novo atributo a partir desse período. A saber:

Surge o liberalismo econômico. Com ele as corporações foram desmanteladas juntamente com os signos distintivos das marcas obrigatórias que haviam sido instauradas na Idade Média. / [...] Na época das corporações, a marca era um instrumento de política econômica do Estado e sua incumbência principal era identificar a origem dos produtos e garantir sua qualidade. / [...] A marca, então, precisava ser obrigatória; isto era também do interesse dos consumidores, pois se sentiam levados em consideração. / Assim, os dois objetivos dos sistemas socialistas - política econômica do Estado e proteção dos consumidores - não eram alheios, nem incompatíveis. / No campo liberal o direito das marcas é totalmente diferente. A marca não era mais que uma garantia da procedência do produto, mas para o patrimônio do comerciante a marca é um ativo que lhe permite atrair e conservar a clientela. Desta forma, com a Revolução Industrial, a marca passa a ser facultativa e o seu titular, por ser o único responsável, faz dela o uso que deseja (p. 64/65).

Assim, muitas das corporações da Idade Média de algum modo se tornam empresas na Idade Moderna, e algumas conseguiram se fortalecer e se constituíram em grandes empresas da Idade Contemporânea. Um caso ilustrativo é o da indústria francesa “Canson”⁴⁵, fabricante de papéis especiais para uso artístico, fundada em 1557, tal como segue:



Imagem 16: Evolução gráfica da Marca Canson⁴⁶.

⁴⁵ Disponível em <www.canson-infinity.com/pt/history.asp>, acessado em <maio de 2010>.

A evolução gráfica da Marca Canson demonstra que a Idade Moderna foi mesmo um momento distinto da História, o qual responde pelas recém inauguradas Repúblicas a partir da Revolução Francesa, incrementadas pela Revolução Industrial. Um número surpreendente de indústrias passou a operar após essas revolucionárias transformações políticas, econômicas e sociais, assim como o universo das marcas também foi alterado. Desse modo, as marcas se tornaram cada vez mais estratégicas para os negócios das empresas públicas e privadas, constituindo-se no momento de transição da Idade Moderna à Idade Contemporânea.

e) Marcas da Idade Contemporânea

Entre as Marcas Contemporâneas, grande parcela nada mais é que um exercício extremado da cultura da Alta Idade Moderna, seja no âmbito do capitalismo ou do capitalismo global, onde foi renovado o viés liberal e neoliberal no “mundo do trabalho”. Todavia, esse também foi um tempo de contestação política, de onde emergem alternativas que fazem parte do processo de amadurecimento dos projetos que combinam questões políticas com elementos econômicos, sociais e ambientais no seu equacionamento, valendo-se, evidentemente, das novas tecnologias digitais que vem desconstruindo superadas noções de reprodução padronizada dos sistemas produtivos industriais. Nesse sentido, novidades científicas e tecnológicas contribuíram na emergência de democráticas, criativas e inovadoras soluções, as quais são distintas das Marcas das Idades anteriores. Assim, segue a revisão dos seguintes tipos de Marcas Contemporâneas: e.1) Sistemas de Identidade Corporativa; e.2) Marcas Ecológicas e Marcas da Sustentabilidade; e e.3) Marcas Territoriais.

e.1) Sistemas de Identidade Corporativa

As marcas não são apenas vulneráveis ao capricho do público, também gastam muito tempo, energia e dinheiro a lutar entre si. A concorrência entre elas é homicida.

Wally Olins

Os Sistemas de Identidade Corporativa resultaram da busca por maior atratividade das marcas em relação aos consumidores. Sua origem se vincula às experiências empresariais da Idade Moderna, as quais foram radicalizadas e estimuladas pela profissionalização do Design e a especialização do Design de Marcas, as quais estavam passíveis agora de serem

⁴⁶ Disponível em <<http://mundodasmarcas.blogspot.com/>>, acessado em <maio de 2010>.

reproduzidas industrialmente pelo Sistema de Impressão Offset (Ribeiro, 1987; Craig, 1980) e, mais diante, pelo inovador Sistema de Tecnologias Digitais de impressão gráfica ou virtualização de imagens (Newark, 2009:116).

Nesse sentido, um exemplo inicial desse processo histórico pode ser observado no caso da destacada empresa alemã AEG (Olins, 2003), tal como segue:



Imagem 17: Evolução gráfica da Marca AEG (Hollis, 2000:25).

Assim, as indústrias contemporâneas foram aperfeiçoando suas marcas e tiveram maior expressão após a inauguração da Escola Bauhaus, em 1919 (Drostes, 1994). A própria marca dessa Escola passou por um processo de revisão e atualização bem radical, resultando nas formas geométricas que seguem:



Imagem 18: Transformação da Marca Bauhaus (Hollis, 2000:52).

Evidentemente, a “atualização” da marca da Bauhaus denota a mudança de valor empreendida no interior da entidade, a qual veiculou visualmente e indicou ao seu público o que se poderia esperar dessa organização, ou seja: uma cultura contemporânea ligada ao emergente Design Industrial. Esse exemplo demonstra como as empresas passaram a usar o poder da imagem para se comunicar com o mercado consumidor de massa (Frascara, 2006:30), inclusive por intermédio das suas novas marcas ou de marcas remodeladas (redesign). Contudo, de acordo com Denis (2000) e Costa (2006), esse momento ainda é o do consórcio do Design - inclusive o de Marcas - com a Publicidade, e um caso interessante da aplicação disso pode ser verificado com a marca da indústria suíça Nestlé, tal como segue:



Imagem 19: Evolução da Marca Nestlé (Strunk, 2007:153).

No Brasil, que começou a se industrializar apenas por volta de 1930, um caso emblemático apresenta sucessivas versões de uma marca, onde determinados refinamentos gráficos tornaram cada vez mais sintético o signo identitário e a mensagem visual da marca da Editora Abril. A saber:



Imagem 20: Evolução da Marca Editora Abril (Strunk, 2007:153).

No entanto, o momento mais radical do Design das Marcas Contemporâneas ocorreu com a Escola de Ulm, inaugurada por volta de 1950 na Alemanha espoliada pelos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial. Com isso, foi crescente o número de organizações que acionaram o Marketing, o Design e a Publicidade como fórmula de inserção competitiva dos seus produtos e serviços na economia capitalista de mercado (Denis, 2000:186), onde imagens planejadas para organizações públicas e privadas foram meticulosamente projetadas sob a coordenação de profissionais de diferentes áreas e disciplinas (Costa, 2006:80). Assim, as marcas passaram a ter um novo estatus, pois potencializaram consideravelmente os negócios e os resultados econômicos das organizações que conseguiam arcar com o alto investimento em equipes multidisciplinares e as dispendiosas implementações desses projetos, resultando em rentáveis campanhas.

Esse tipo de projeto ficou conhecido como Sistema de Identidade Corporativa (Costa, 2000:80), Sistema de Identidade Visual (Strunck, 2007:67) ou Programa de Identidade Visual (Peón, 2003:14), e se tornou estratégico para o posicionamento das organizações atuantes no mercado cada vez mais competitivo dos grandes negócios (Chamma, 2007:74). Segue, então, um exemplo de um Sistema de Identidade Corporativa da última década:



Imagem 21: Alguns itens do Sistema de Identidade Corporativa da “OI”⁴⁷.

Com a entrada em vigor da globalização econômica, por volta dos anos de 1990, foram radicalizadas ainda mais as Marcas da Idade Contemporânea, assim como os Sistemas de Identidade Visual, surgindo daí um novo fenômeno do ambiente mais competitivo da economia de mercado capitalista: as “Marcas País”, empreendidas através da parceria de entidades públicas e privadas. Sobre isso, é revelador o entendimento de Olins (2003):

A Espanha orquestrou e promoveu cuidadosamente sua entrada na família européia. / [...] O símbolo do sol, da autoria de Miró, foi um identificador para um programa promocional maciço ligado à mudança nacional e à modernização. A publicidade institucional e turística em escala nacional e regional, o sucesso obtido na criação de escolas de gestão internacionais, o crescimento, a privatização e globalização de empresas espanholas como a Repsol, a Telefônica e a Unión Fenosa, a reconstrução e embelezamento de grandes cidades como Barcelona e Bilbao, os filmes de Almodóvar e seus contemporâneos, auto-irônicos, tragicômicos, abordando a sexualidade de forma explícita, a descentralização política, os Jogos Olímpicos de Barcelona e a Exposição Internacional de Sevilha em 1992, todos esses acontecimentos sublinharam e exemplificaram a mudança, e ajudaram a mudar as percepções (p. 171).

O autor prossegue, inferindo que

Este programa de actividades, baseado nas iniciativas individuais, reabilitou e revitalizou a Espanha, quer aos seus próprios olhos quer aos olhos do mundo. A Espanha encontra-se entre os melhores exemplos de uma gestão moderna e bem-sucedida da marca nacional, porque continua a construir sobre aquilo que verdadeiramente existe: incorpora, absorve e abrange uma grande variedade de actividades, para formar e projectar um todo multifacetado mas coerente, entrecruzado e que se apóia mutuamente. / Mas a Espanha não é o único exemplo. [...] outros programas nacionais de marca estão a ser planeados e discutidos, embora os governos estejam compreensivelmente relutantes em conduzir discussões abertas sobre um tópico que é de explicação tão complexa, que não ganha votos e pode rapidamente cair no ridículo (p. 173).

⁴⁷ Disponível em <www.slideshare.net/srbudu/manual-de-marca-da-oi>, acessado em <maio de 2010>.

Assim, seguem os exemplos de “Marcas Nação” da Espanha e da Austrália:



Imagem 22: Marcas País da era da globalização econômica⁴⁸.

No Brasil, essa estratégia de autopromoção do país para o mundo globalizado também foi adotada em torno do ano 2000, quando o Ministério do Turismo⁴⁹ e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior promoveram a elaboração da “Marca Brasil” através de concurso público, coordenado pela Associação de Designers Gráficos - ADG⁵⁰. Inicialmente, a Marca Brasil tinha a finalidade de “vender” os destinos turísticos do país, assim como os produtos e serviços brasileiros relacionados com esses destinos turísticos. Como se nota, essas marcas são manifestações governamentais que tentam tirar proveito da globalização econômica por intermédio de empresas privadas. Contudo, Olins (2003) adverte que elaborar uma marca com envergadura nacional é algo desafiador, tanto em termos de projeto quanto na sua gestão. Para esse autor,

A gestão de um programa de gestão de marca num país nesse século necessitará de altos níveis de competência política, administrativa e técnica. Se for demasiado evidente, será considerada incômoda, autoritária e por isso desagradável numa democracia. Se for muito discreta, nem sequer será vista ou ouvida. Se colocar ênfase nas percepções à custa da realidade, causará primeiro desdém e depois indiferença. Não pode surgir do ar: tem de ser retirada da realidade, mas terá de ser interessante, reconhecível, coerente e atractiva. As marcas nacionais com mais sucesso não são simplesmente inventadas, baseiam-se numa atitude e na atualidade que condensam e promovem. Neste sentido, são orgânicas e desenvolvem-se a si próprias. Mas precisam de orientação se quiserem materializar o seu próprio potencial. / Em países com uma tradição autoritária haverá uma tendência para impor soluções a partir de cima e obrigar, ou pelo menos pressionar, as instituições não-governamentais para que sigam a política definida. / A essência dos novos programas de marca deverá destinar-se a captar o espírito de uma época e de um lugar, de modo que indivíduos e organizações compreendam isto e adiram espontaneamente. [...] a identidade emergirá por meio de uma multiplicidade de mensagens separadas

⁴⁸ Disponível em <www.go-to-idee.com.br/agenda/vermais/brand-brasil-2010>, acessado em <junho de 2010>.

⁴⁹ Disponível em <www.braziltour.com/marcabrasil/marcabrasil.htm>, acessado em <junho de 2010>.

⁵⁰ Disponível em <www.adg.org.br/>, acessado em <junho de 2010>.

por alguns elementos unificadores, e não apenas por alguns acontecimentos (Olins, 2003:176).

Enfim, o estágio mais avançado das Marcas Contemporâneas do capitalismo global situa-se na cultura do “Branding” (Aaker, 1998; Olins, 2003; Tybout & Calkins, 2006; Semprini, 2006; Costa, 2006). Isso é: no gerenciamento das marcas e dos valores que elas representam para as grandes organizações, através da aferição do grau de fidelidade dos consumidores e do volume de consumo de massa dos seus produtos e serviços. Trata-se, evidentemente, do estado-da-arte de um design multidisciplinar ou interdisciplinar que serve para alavancar os negócios da Macro-Tipologia do Desenvolvimento enquanto “crescimento” e “progresso”, ou simplesmente Desenvolvimento Econômico, potencializado pela Macro-Tipologia do Design Industrial.

e.2) Marcas Ecológicas e Marcas da Sustentabilidade

Espremidas entre os embates ideológicos dos países protagonistas da Guerra Fria, emergem as contemporâneas Marcas Ecológicas e depois as Marcas da Sustentabilidade. As primeiras resultam de grandes manifestações populares ocorridas no mundo a partir da década de 1950, em oposição ao mundo capitalista. Uma dessas Marcas, muito difundida, foi utilizada por diversos grupos e movimentos sociais em suas causas, inclusive a ecológica. A saber:



Imagem 23: Marca de campanha pelo desarmamento nuclear de 1958 (Hollis, 2000:194).

Para Hollis (2000), esse foi um tempo de horror, medo e reações populares contra o capitalismo e suas práticas, tendo como estopim a Guerra do Vietnã, a Revolução Cubana entre outros conflitos, os quais deram origem ao Maio de 1968 dos universitários franceses, aos psicodélicos e alternativos da Califórnia dos anos de 1970, entre outras tantas manifestações que requeriam mudanças. Todavia, a marca exposta acima foi mais de contestação política que propriamente um signo da luta ecológica, que também nasceu nesse

momento. Segue, então, uma outra marca; esta, sim, específica da causa ecológica amplamente massificada:

GREENPEACE

Imagem 24: Marca de entidade ecologista, de 1971⁵¹.

Contudo, entre as décadas de 1970 e 1990, após muita militância, várias entidades ecológicas se transformam em organizações ambientais, de onde, mais à frente, muitas passaram a operar pela causa socioambiental, mais avançada que a causa ambiental. Nessa fase, os princípios do Desenvolvimento Sustentável já estavam colocados, e postos em prática através de interessantes experiências. Todavia, é necessário diferir as organizações que atuam a partir do discurso ambiental daquelas que operam a partir do paradigma socioambiental.

Entre as organizações ambientais que trabalham com uma noção fraca da sustentabilidade, o caso da “Natura” e da sua linha de “produtos sustentáveis” é interessante. Trata-se de uma indústria que opera em larga escala de produção, onde inclusive são utilizadas matérias-primas extraídas da Floresta Amazônica por cooperativas de comunidades tradicionais. Esta organização oferece produtos à economia capitalista de mercado nacional e internacional⁵², aferindo em 2005 um faturamento de R\$ 3,2 bilhões (Ganem & Santos, 2006:94). Segue, então, a marca “Natura” e a sua linha de produtos sustentáveis “Eko”:



Imagem 25: Produtos elaborados com frutos da Floresta Amazônica⁵³.

⁵¹ Disponível em <www.greenpeace.org/brasil>, acessado em <junho de 2010>.

⁵² Disponível em <www.naturaekos.com.br/pt/naturaekos/cadeia-sustentavel>, acessado em <junho de 2010>.

⁵³ Disponível em <www2.natura.net/Web/Br/Products/src/index.asp?categoryCode=8>, acessado em <junho de 2010>.

Por outro lado, existem as entidades que lidam com uma noção forte da sustentabilidade, firmadas com o paradigma socioambiental. Em sua grande maioria são organizações não-governamentais, com um importante trabalho orientado para o benefício da Agricultura Familiar e outras categorias da Sociobiodiversidade (MDS / MDA / MMA, 2008). Em relação a isso, segue um oportuno trecho da obra de Altieri (1998):

A urgente necessidade de combater a miséria rural e regenerar a base de recursos das pequenas propriedades tem estimulado diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs), nos países em desenvolvimento, a buscar ativamente novas estratégias de desenvolvimento e manejo de recursos na agricultura. O trabalho das ONGs está inspirado na crença de que a pesquisa e o desenvolvimento agrícola devem operar baseados em uma abordagem “de baixo para cima”, utilizando os recursos já disponíveis: a população local, suas necessidades e aspirações, seu conhecimento agrícola e recursos autóctones. Acredita-se que as estratégias baseadas na participação, capacidades e recursos locais aumentam a produtividade enquanto conservam a base dos recursos. O conhecimento local dos agricultores sobre o ambiente, plantas, solos e processos ecológicos possui uma grande importância nesse novo paradigma agroecológico (p. 33).

Nesse sentido, avanços significativos foram empreendidos, influenciados pela elaboração de marcas para o empoderamento de povos e grupos sociais praticamente desassistidos até então, tal como ocorreu no caso da Rede Cearense de Turismo Comunitário⁵⁴, apenas para citar um exemplo. Essas marcas estão vinculadas aos processos de promoção do Desenvolvimento Sustentável ou, mais adiante, do Desenvolvimento Local Sustentável, os quais quase sempre figuram como objetivos de médio ou longo prazo desses projetos. É preciso considerar, também, que um esforço expressivo foi empreendido pelo Governo Federal em 2008 para preservar a Sociobiodiversidade (MDS / MDA / MMA, 2008), onde as comunidades e povos tradicionais foram agrupados na categoria dos Agricultores Familiares para fortalecer as parcelas mais fragilizadas da população brasileira por falta de políticas públicas mais adequadas a elas até então. Além disso, muitos indivíduos desses grupos sobrevivem do exercício diário da “multifuncionalidade” (Cazella *et al.*, 2009:47), na qual a Agricultura Familiar, o artesanato e outras possibilidades se mesclam como alternativa de produção de alimentos e geração de renda. Evidentemente, tais grupos não se enquadram nos grandes negócios públicos ou privados caricatos do Desenvolvimento Econômico, do Design Industrial ou das Marcas da cultura hegemônica da atualidade.

⁵⁴ Disponível em <www.tucum.org/oktiva.net/2313/secao/18723>, acessado em <junho de 2010>.

Um exemplo consolidado com a abordagem socioambiental, é de autoria do Projeto Imaginário Pernambucano, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Segundo o depoimento do Reitor desta Universidade,

“Ao percorrer milhares de quilômetros ao longo de mais de cinco anos de existência, o Projeto Imaginário Pernambucano leva a Universidade ao interior do Estado, permitindo que centenas de pessoas, ao ter acesso e ao desenvolver conhecimentos adaptados às suas realidades, possam se inserir no mercado de trabalho, ampliando a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida. O Projeto valoriza as nossas raízes culturais, reconhecendo sua importância econômica e histórica para o resgate da cidadania e das culturas tradicionais, notadamente os quilombolas e os indígenas” (Amaro Henrique Pessôas Lins *apud* Andrade, 2006:12).

De fato, isto indica uma orientação de projeto bastante ausente nos processos de pesquisa, extensão e aprendizagem de muitos cursos de design do país. Esta lacuna deixada pelas universidades públicas corresponde a uma das causas para existir tantas comunidades tradicionais desassistidas no país, contribuindo, em alguma medida, para mantê-las no quadro de pobreza e miséria em que se encontram por tantas décadas e até séculos. Contudo, quando a abordagem socioambiental é praticada, suas soluções incluem aspectos relacionados com a inclusão social, afirmação cultural, geração de renda e distinção do local focalizado, resultando, inclusive, em corajosos e vulneráveis embriões de Desenvolvimento Local Sustentável, tal como ocorreu na comunidade remanescente do Quilombo “Conceição das Crioulas”, situado na periferia do município pernambucano de Salgueiro. Assim, seguem duas imagens de alguns indivíduos dessa comunidade e o seu respectivo artesanato:



Imagens 26 e 27: Indivíduos remanescentes do Quilombo “Conceição das Crioulas” e seu artesanato de bonecas de palha de Catolé (Andrade, 2006:32).

Essa Comunidade empreendeu uma Marca Coletiva⁵⁵, a qual contribui na divulgação da sua identidade cultural tanto quanto possibilita comercializar seu artesanato de um modo mais profissional e adequado em relação às exigências do mercado consumidor na atualidade. Segue, então, a sua marca:



Imagem 28: Marca Coletiva “Conceição das Crioulas” (Andrade, 2006:32).

Um outro caso de Design para a Sustentabilidade e promoção de um embrião de Desenvolvimento Local Sustentável, se refere à demanda catarinense dos “Cipozeiros de Garuva” (Simões *et al.*, 2009:79). Trata-se da construção de uma marca coletiva de modo participativo e comunitário, onde os beneficiários do projeto propuseram os possíveis nomes para o seu logotipo e fizeram o desenho do símbolo da própria Marca Coletiva, através do intercuro comunitário de “Oficinas de Criatividade”. Para esses autores, essas atividades implicam numa metodologia projetual original, onde a participação popular resultou em co-criação da solução final da Marca Coletiva, produzida a partir do diálogo técnico e científico interdisciplinar entre os pesquisadores envolvidos nesse projeto e o exercício transdisciplinar desses pesquisadores com a comunidade dos “Cipozeiros” (p. 78). Cabe registrar que esse projeto integrava uma iniciativa maior, correspondendo a uma das Pesquisas Participantes de um projeto governamental de promoção de Desenvolvimento Local Sustentável para o Estado de Santa Catarina, onde o Design para a Sustentabilidade foi articulado com a Engenharia Mecânica e Ambiental, a Etnobotânica e a Socioeconomia Solidária. Seguem, então, duas imagens do processo participativo de co-criação dessa Marca Coletiva:

⁵⁵ Segundo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, o órgão do Governo Federal responsável pelo registro de marcas e patentes no Brasil, a marca coletiva identifica “produtos ou serviços provenientes de membros de um determinado grupo ou entidade”. Disponível em <www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/marca/index.htm-new-version#8>, acessado em <junho de 2010>.



Co-criação do nome da Marca Coletiva



Co-criação do símbolo da Marca Coletiva

Imagens 29 e 30: Co-criação da Marca Coletiva dos Cipozeiros de Garuva.
(Simões *et al.*, 2009:84)

Em seguida, observa-se o resultado final da Marca Coletiva dos Cipozeiros de Garuva:



Imagem 31: Marca Coletiva dos Cipozeiros de Garuva (Simões *et al.*, 2009:87).

Os dois últimos exemplos demonstram o quanto essas marcas são diferentes das marcas empresariais, mesmo em relação àquelas organizações que declaram compromisso com a sustentabilidade. Afinal, uma entidade que industrializa uma linha de produtos sustentáveis entre tantas outras não-sustentáveis não pode ser equiparada àquelas que operam integralmente pelos princípios socioambientais. Aqui não se trata de negar o mérito das organizações que começam a trilhar o caminho da sustentabilidade, alterando o próprio “status” de indústria da economia capitalista de mercado, mas de discernir que o enquadramento mais adequado para uma organização com tal perfil é o de empresa capitalista em fase de aperfeiçoamento, com a pretensão de se tornar uma organização avançada e sustentável de fato em algum lugar do futuro. Isso as difere das entidades que têm na Sustentabilidade um princípio, e não uma meta, desfazendo a confusão conceitual que essas grandes empresas estão produzindo sobre a sociedade com suas equivocadas e mal intencionadas publicidades.

É nesse sentido que as Marcas Territoriais superam as Marcas Sustentáveis, tanto conceitualmente quanto nas respectivas práticas.

e.3) Marcas Territoriais

As Marcas Territoriais surgiram com os projetos de Desenvolvimento Territorial, e correspondem ao exercício de uma ciência, tecnologia e inovação social vertiginosamente contemporânea. Nos casos oriundos do Desenvolvimento Territorial Sustentável elas são ainda mais avançadas e incluem as preocupações socioambientais, divergindo frontalmente dos paradigmas pautados nos excessos produtivos, exclusão social, descaso cultural ou espacial, assim como não se alinha aos projetos de poder controlados pelas políticas estruturadas de cima para baixo para manter os territórios sob o comando de grupos conservadores. Contudo, ainda não há muito material científico disponível que relate o processo de construção das Marcas Territoriais, assim como também não foram encontradas as análises de seus resultados. Ainda assim, algumas delas foram mencionadas em documentos recentes relativos a relatórios de pesquisas científicas ou de projetos técnicos, os quais são relacionados com processos de desenvolvimento ainda em curso.

Um desses casos é o da Marca Territorial “Terras de Sicó”, que se refere a um território da Região Central de Portugal, para o qual Marca e Território são gestados pela Associação Terras de Sicó⁵⁶. Essa Associação iniciou suas atividades em 1995, estimulada pelo Programa Leader e atualmente congrega empreendedores de algumas cooperativas e outros pequenos empreendedores, tais como: COPRORABAÇAL - Cooperativa de Produtores do Queijo Rabaçal DOP⁵⁷; Maria Silvina Santos Marques - Queijaria Artesanal Camponês da Sicó; Licínia Maria Simões Neves; Queijaria Juromelo; Vinisicó - Associação de Vitivinicultores da ADSICÓ; Associação de Olivicultores da Serra de Sicó; Associação de Apicultores da Serra de Sicó; Coprorabaçal - Cooperativa de Produtores do Queijo Rabaçal DOP; além dos produtores das ervas necessárias para dar sabor ao queijo regional, os hotéis, bares, restaurantes e museus desse território. Esse Sistema Agroalimentar Localizado, baseado no queijo tradicional de leite de ovelha, se insere em um Sistema Produtivo Local onde há espaço para o turismo e o artesanato. Além disso, dispõe de uma entidade privada que trata do controle de qualidade da Cesta de Bens e Serviços Territoriais “Terrá de Sicó”, que se chama “Sicóqualidade”.

Segue, então, a sua respectiva Marca Territorial:

⁵⁶ Disponível em <www.terrasdesico.pt/associacao.php>, acessado em <junho de 2010>.

⁵⁷ “DOP” é uma sigla que significa “Denominação de Origem Protegida”, conforme consta no Portal do Vinho Português (Fonte: www.infovini.com/pagina.php?codNode=18090, *site* acessado em junho de 2010).



Imagem 32: Marca Territorial de Portugal⁵⁸.

Um outro caso interessante vem da Espanha. Trata-se da “Asociación de la Marca de Calidad Territorial Europea”, criada em 1998. Segundo seu portal eletrônico, essa entidade tem o seguinte perfil e propósito:

El Proyecto de la Marca de Calidad Territorial empezó a gestarse en 1998. Se buscaba una imagen común para las comarcas rurales que trabajan en un proceso de desarrollo contando con la participación de las instituciones públicas, empresas privadas y todos los colectivos sociales que ofrecen calidad en los productos y servicios, con los principios y valores del respecto medioambiental, la calidad social en su proceso de producción, con empresas y entidades comprometidas con el territorio, siendo solidarias, cooperando entre ellas y trabajando por la identidad. Una imagen común de comarcas con calidad rural que trabajarían en cooperación para conseguir un verdadero desarrollo rural sostenible, equilibrado e integrador de los territorios.⁵⁹

Entre outros aspectos, essa Associação congrega diversos territórios da Espanha que protagonizam projetos de Desenvolvimento Territorial Sustentável e suas respectivas cooperativas e associações, as quais se reúnem para integrar, coordenar e avaliar a evolução das suas atividades. Nesse sentido, essas operações correspondem a uma forma de “gestão democrática”, ou “concertação” (Andion, 2007:52), onde o Estado espanhol foi um dos atores sociais envolvidos e tinha o mesmo peso nas decisões que as demais entidades comunitárias ou os pequenos empreendedores, atuando, portanto, com uma adequada “conexão inter e transescalar” (Rebouças *et al.*, 2006).

Assim, a Marca “Calidad Rural” dá expressão visual aos trabalhos dessa Associação, a qual representa um conjunto de projetos de desenvolvimento de diversos territórios rurais da Espanha. Segue abaixo, então, a sua Marca Territorial:

⁵⁸ Disponível em <www.terrasdesico.pt/associacao.php>, acessado em <junho de 2010>.

⁵⁹ Disponível em <www.calidadterritorial.es/mct/index.htm>, acessado em <junho de 2010>.



Imagem 33: Marca Territorial “Calidad Rural”, da Espanha⁶⁰.

Um caso brasileiro interessante, é o da rede de articulação “Caatinga Cerrado - Comunidades Eco-produtivas”. Trata-se de um grupo de cooperativas e associações articuladas em rede e empreendimentos da Agricultura Familiar, onde se promove a comercialização de produtos da sociobiodiversidade dos biomas Caatinga e Cerrado. Nesse caso, o “recurso específico ativado” (Carrière & Cazella, 2006:33-34) como elemento aglutinador desses atores sociais foram esses dois biomas e as respectivas identidades culturais. De acordo com o seu portal eletrônico⁶¹, essa entidade possui o seguinte histórico:

A iniciativa tem sua origem no desafio de qualificar os empreendimentos da agricultura familiar para participarem em feiras nacionais e internacionais de comércio. No ano de 2006, após um seminário realizado em Fortaleza-CE com essa finalidade, um conjunto de 31 associações e cooperativas, juntamente com suas redes e com organizações governamentais e não-governamentais de apoio, encarou o desafio de participar coletivamente da ExpoSustentat América Latina (feira de produtos e serviços sustentáveis), representando a riqueza e a diversidade da Caatinga e do Cerrado através da Sala Nordeste & Cerrado. / Em 2007, reconhecendo que as feiras desempenham um importante papel na promoção comercial e no aperfeiçoamento dos produtos da agricultura familiar, foi realizada a 2ª edição da Sala Nordeste & Cerrado, dessa vez com a presença de 150 empreendimentos representados por 15 redes e articulações que, direta e indiretamente, beneficiavam 17.000 famílias de 14 estados do Brasil. / Já em 2008, o conjunto de representantes das instituições promotoras e apoiadoras da Sala Nordeste & Cerrado e 20 redes e articulações dos biomas Caatinga e Cerrado realizaram uma oficina de planejamento participativo para refletir e estabelecer acordos sobre o futuro do processo. Nesse encontro, riquíssimo em ideias e debates, decidiu-se que uma iniciativa mais ampla e permanente seria necessária e que a participação em feiras seria parte da estratégia de acesso a mercados e não um fim em si mesma. Foi então que, em 09 de maio, essas organizações criaram a Caatinga Cerrado - Comunidades Eco-Produtivas.

⁶⁰ Disponível em <www.calidadterritorial.es/mct/index.htm>, acessado em <junho de 2010>.

⁶¹ Disponível em <www.caatingacerrado.com.br/caatinga-cerrado-comunidades-eco-produtivas/>, acessado em <junho de 2010>.

Essa rede de articulação conta com o apoio institucional, técnico e financeiro de várias entidades, tais como o Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente, além de agências de cooperação internacional e outras entidades. Entre seus objetivos e linhas de ação consta o seguinte: a) em termos de articulação: promover o acesso dos empreendimentos a serviços, parcerias e recursos que potencializem os esforços de comercialização dos produtos da sociobiodiversidade; b) em termos de comunicação: gestão de informações e marketing para promover os produtos da sociobiodiversidade junto aos mercados; c) em termos de desenvolvimento de capacidades: aperfeiçoar a capacidade dos empreendimentos na comercialização dos produtos da sociobiodiversidade; e d) em termos de acesso aos mercados: implementar estratégias de comercialização que aumentem o acesso dos empreendimentos e das redes aos mercados.

Um dos elementos mais instigantes desse processo de desenvolvimento, é que ele parte da cultura desses biomas brasileiros, os quais não têm nada parecido no restante do mundo. Exatamente por esta razão, a sua Marca Territorial remete ao “gibão de couro”, ou uma típica roupa de uso corrente nesses biomas pelos condutores de gado, tal com segue exemplificada:



Imagem 34: Marca Territorial “Caatinga Cerrado- Comunidades Eco-produtivas”⁶².

Esse caso também envolve uma série de Cestas de Bens Territoriais, as quais apresentam produtos elaborados através de práticas agroecológicas de espécies endêmicas desses biomas, que foram transformadas em matérias-primas e produtos específicos da sociobiodiversidade brasileira. Entre essas Cestas de Bens Territoriais, destacam-se: a da ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, organização de trabalhadores rurais e mulheres quebradeiras de coco de babaçu que utilizam e preservam os babaçuais para melhorar a qualidade de vida no campo de famílias rurais⁶³; Carnaúba Viva,

⁶² Disponível em <www.caatingacerrado.com.br/caatinga-cerrado-comunidades-eco-produtivas/>, acessado em <junho de 2010>.

⁶³ Disponível em <www.assema.org.br>, acessado em <junho de 2010>.

organização do Rio Grande do Norte que ensina e promove a capoeira, elabora produtos artesanais, mantém uma biblioteca e oferece atividades de desenho, pintura, escultura, teatro e esportes⁶⁴; COOPERCUC - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá, fundada em 2004, que contabiliza atualmente cento e quarenta e um associados para fortalecer a Agricultura Familiar Agroecológica do sertão da Bahia⁶⁵; AMAVIDA - Associação Maranhense para Conservação da Natureza, com cem associados, desenvolvendo e aplicando técnicas sustentáveis para preservar a fauna, a flora e promover políticas públicas de valorização das comunidades atendidas e sua cultura local⁶⁶; COOPES - Cooperativa de Produção da Região do Piemonte de Diamantina, fundada em 2005 e filiada à UNICAFES - União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária em 2006, que produz carne e leite caprinos entre diversos outros produtos do sertão baiano⁶⁷; e a APAEB - Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, instituída para promover o desenvolvimento através da produção de tapetes de sisal, laticínios e curtume de caprinos e outras atividades socioeducativas, garantindo atualmente mais de quinhentos empregos diretos no interior da Bahia. Segue, então, um exemplo desses produtos:



Imagem 35: Geléia e doce de Umbu da rede “Caatinga Cerrado - Comundes Eco-Produtivas”⁶⁸.

Tal como foi demonstrado, existem bons exemplos que articulam a Macro-Tipologia de Desenvolvimento Territorial Sustentável com a Macro-Tipologia do Design Local, expressas visualmente através de Marcas Territoriais, produtos e serviços das suas respectivas Cestas de Bens e Serviços Territoriais. São casos instrutivos que envolvem ciências

⁶⁴ Disponível em <www.carnaubaviva.org.br/cultura>, acessado em <junho de 2010>.

⁶⁵ Disponível em <www.coopercuc.com.br/quem-somos/>, acessado em <junho de 2010>.

⁶⁶ Disponível em <www.amavida.org.br>, acessado em <junho de 2010>.

⁶⁷ Disponível em <www.coopes.org.br/historia>, acessado em <junho de 2010>.

⁶⁸ Disponível em <www.coopercuc.com.br/produtos/catalogo>, acessado em <junho de 2010>.

complexas, tecnologias sociais, Economia Solidária e Design Local na elaboração de produtos e serviços típicos e sustentáveis, empreendidos com ampla participação comunitária.

Desse modo, estes últimos exemplos encerram a revisão e a discussão sobre as Marcas Territoriais, assim como das outras que integram este tópico relativo à Macro-Tipologia das Marcas Contemporâneas.

Como se observa, os Capítulos I, II e III correspondem a Parte I do presente trabalho e oferecem um grande painel de referências a partir das Macro-Tipologias do Desenvolvimento, das Macro-Tipologias do Design e das Macro-Tipologias das Marcas. O exame desse painel indica que o capitalismo cometeu muitos equívocos políticos, econômicos, sociais, culturais, espaciais e ambientais. O Socialismo autoritário de Stalin também. Ambos erraram ao promover o crescimento econômico ao invés do desenvolvimento social, econômico e ambiental de um modo democrático e equilibrado. Com isso, todavia, esses sistemas consolidaram grandes centros-urbanos, sem o devido lastro do meio rural. Em relação a isso, chama a atenção o fato desses centros urbanos não estarem bem no presente. Resultantes de paradigmas superados, esses centros são arenas desumanas que testemunham diariamente o agravamento dos processos de conurbação metropolitana no Brasil e no mundo, crescentes e estressantes congestionamento dos sistemas de transporte, patológica e proposital falta de trabalho para todos, miséria para muitos, acelerada degradação ambiental e outras tantas mazelas bem estudadas pelos Urbanistas, como Ribeiro (2008), Maricato (2010) e Rolnik (2008), apenas para citar poucos exemplos.

Assim, o Desenvolvimento Territorial Sustentável é uma boa aposta e, ainda que não seja forte o suficiente para conter a voracidade do capitalismo global, aponta algumas possibilidades interessantes para a construção de soluções democráticas, economicamente sensatas, socialmente incluídas e ambientalmente prudentes. Constituído de bons elementos, como as equilibradas dimensões da sustentabilidade do Ecodesenvolvimento e o respeito pelas pessoas e os lugares do Desenvolvimento Local Sustentável, esta Macro-Tipologia do Desenvolvimento também compreende que os grupos sociais disputam as oportunidades em função dos próprios interesses nos territórios, quase sempre com uma percepção de curto prazo. Isso significa que é preciso enfrentar com inteligência, pedagogia e criatividade os conflitos dos atores sociais para se estabelecer a cooperação como pré-requisito da edificação coordenada de um futuro comum em longo prazo, ao mesmo tempo

que deve estimular a atuação de cada empreendimento no curto prazo. Para tanto, é preciso que o Estado não centralize as decisões e a condução dos processos de desenvolvimento, assim como os empreendimentos devem acatar os limites dos pactos estabelecidos pela coletividade como base fundamental das dinâmicas territoriais.

Por este caminho, a noção da escala de produção deve ser reduzida a patamares sustentáveis, evitando a produção e o consumo excessivo que caracteriza a economia capitalista de mercado (Schumacher, 1973), bem como o número de organizações deve ser equacionado de modo parcimonioso na forma de Sistemas Produtivos Locais ou Sistemas Agroalimentares Localizados que agreguem cooperativas que gerem trabalho e renda às comunidades, convertendo, desse modo, o desastroso “estado mínimo” neoliberal e erradicar a “competitividade espúria” (Lastres, 2006:21) que destrói a solidariedade que aglutina pessoas e sociedades, instalada na Idade Contemporânea por governos autoritários e antiquados, sempre tão perigosos aos indivíduos, comunidades, culturas e ao ambiente dos lugares.

Com essa perspectiva, a Geografia, a História, a Antropologia, a Sociologia, a Agroecologia, a Engenharia Ambiental, entre tantos outros campos do conhecimento, são alternativas indispensáveis para o equacionamento do presente de modo responsável em relação ao futuro das próximas gerações. Nesse sentido, é preciso fazer avançar o diálogo científico, ultrapassando o patamar da interdisciplinaridade até atingir um diálogo de saberes locais com o conhecimento científico e tecnológico, onde a transdisciplinaridade e a complexidade oferecem a plataforma necessária para esse tipo de atuação profissional, integrando a pesquisa, a extensão e os processos de aprendizagem coletivos e comunitários.

Nessa medida, o Design para Sustentabilidade não é suficiente para dar conta de tal desafio, demandando da comunidade internacional do Design o desafio intelectual de construir uma nova categoria de Design que consiga encarar de frente as causas e os efeitos dos excessos do presente, desvencilhando-se de vez da apropriação indevida de nobres contribuições pelo superado e equivocado Design Industrial e seu aparato paradigmático. Assim, na falta de uma nova e mais adequada categoria, que ainda não é a do Design Local (Moraes, 2006), firma-se no presente trabalho de pesquisa a perspectiva de um tipo novo de design, o qual vem sendo testado como um Design para a Complexidade Cultural e Espacial de Micro-Territórios, pautado numa evidente noção forte da Sustentabilidade, o qual vem sendo tratado no meu Grupo de Pesquisa como “Design Integral” nos últimos anos, necessariamente participativo, comunitário e co-autoral.

Com esse viés, a Macro-Tipologia da Idade Contemporânea das Marcas Territoriais é a mais indicada para contribuir nessa nova equação científica e tecnológica da sociedade, sobretudo em termos de planejamento e gestão para o Desenvolvimento Territorial Sustentável, potencializado pela inovação comunitária que o Design Integral estimula ao dar expressão visual às identidades culturais dos micro-territórios atendidos, bem como às suas Cestas de Bens e Serviços Territoriais, resultantes do trabalho associativo de Arranjos Produtivos Locais que podem dar suporte e coordenar vários Empreendimentos Econômicos Solidários (Gaiger, 2003).

PARTE II

FORMAÇÃO, CICLOS DE DESENVOLVIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA MARCA E DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS DE SÃO BONIFÁCIO

O micro-território de São Bonifácio e seu embrionário processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável; a geografia de São Bonifácio, sua formação e identidade cultural, seus fluxos e ciclos de desenvolvimento. As circunstâncias que oportunizaram a construção participativa e comunitária da Marca Territorial e da Cesta de Bens e Serviços Territoriais de São Bonifácio.

CAPÍTULO IV

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, IDENTIDADE CULTURAL E CICLOS DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO BONIFÁCIO

Introdução

Este Capítulo reúne dados para caracterizar o micro-território de São Bonifácio, distinguindo-o de outras localidades. Trata-se de informações geográficas que descrevem a respectiva hidrografia, fauna, flora, clima, vegetação e população. Além disso, também foi sistematizado um painel relativo à formação de São Bonifácio, sua identidade cultural e ciclos de desenvolvimento. Este conjunto de informações está organizado através dos seguintes tópicos: a) Caracterização geográfica de São Bonifácio; b) Formação e identidade cultural de São Bonifácio; e c) Os fluxos e os ciclos de desenvolvimento de São Bonifácio.

a) Caracterização geográfica de São Bonifácio

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Bonifácio - 2005 / 2008 (EPAGRI, 2005), entre as formas do município (Santos, 1994) constam: a) Hidrografia do Rio Capivari e dos afluentes Rio Sete, Paulo, Theiss, Moll, Poncho, Engano, Atafona I, Atafona II, Bloemer, Broecker, Ferro e outros; b) Biodiversidade da Mata Atlântica com intervalos de Mata de Araucária impactada, onde ainda existem ipês, baquaris, caxetas, paus-mandioca, vassourões, canelas, perobas, guaraparis, xaxins, bromélias, palmitos entre outras; c) Espécies animais, como antas, pumas (ou leões bairros), cutias, gralhas-azuis, papabanas, tatus, capivaras, abelhas, mandasaia, dentre outras; d) Clima subtropical úmido com precipitação média de 2.200 mm, e predominância do vento sul; e e) Temperaturas de verão variando de 23 a 30°C e a ocorrência de geadas no inverno.

O município também se destaca pelo fato de 55% da sua área compor o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Para a FATMA - Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina⁶⁹, esta é “[...] a maior área de conservação no Estado. Ocupa aproximadamente 1 % do território de Santa Catarina [...] e abrange nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes”.

⁶⁹ Disponível em <www.fatma.sc.gov.br>, acessado em <maio de 2008>.



Imagem 36: Mapa de localização do município de São Bonifácio.
(Autor: Glauco Ladik Antunes, 2007)

Com seus três mil, duzentos e dezoito habitantes distribuídos entre novecentas trinta e cinco famílias (EPAGRI, 2005), São Bonifácio contabiliza dois mil e trezentos indivíduos residentes em áreas externas à sede do município, bem como há uma pronunciada identidade cultural herdada de imigrantes da Região da Westfália (Dirksen, 1995:23) e a multifuncionalidade característica da Agricultura Familiar (Cazella *et al.*, 2009:47). A sede do município tem poucas ruas e sua paisagem é bastante arborizada, com vários rios e cachoeiras, tal como se pode observar nas imagens que seguem:



Imagem 37: Sede do município de São Bonifácio.
(Autor: Esdras Pio Antunes da Luz, 2008)



Imagem 38: Paisagem recorrente do município.
(Autor: Esdras Pio Antunes da Luz, 2008)

A demografia e a economia de São Bonifácio se enquadram na reflexão de Veiga (2003), a qual merece atenção e reflexão:

[...] a grande maioria dos municípios brasileiros têm essas características. Basta dizer que em 70% deles as densidades demográficas são inferiores a 40 hab./km², enquanto o parâmetro da OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - para que uma localidade seja considerada urbana é de 150 hab./km². Por esse critério, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes seriam considerados urbanos (p. 65).

Mais que um município com baixa densidade populacional, São Bonifácio possui características peculiares, proveniente da interação da cultura dos imigrantes com a sua paisagem.

b) Formação e identidade cultural de São Bonifácio

A origem de São Bonifácio foi profundamente marcada pela vinda de imigrantes da Westfália em 1864 (Schaden, 1940:09), uma Região situada no noroeste do que atualmente configura a Alemanha⁷⁰. Tais imigrantes estavam fugindo da Europa, pois no

[...] século XIX aconteceram na Europa muitas guerras e revoluções. Primeiro foram as napoleônicas, com todas as suas conseqüências, que duravam dezenas de anos. [...] Depois aconteceram as revoluções. A Revolução de 1848 provocou um clima de instabilidade e insegurança. [...] Em 1870 estourou a guerra franco-prussiana (Dirksen, 1995:19).

Os fatos decorrentes da Revolução Industrial também respondem por esse movimento imigratório, tal como se depreende abaixo:

⁷⁰ Disponível em <www.nrw.de/Nordrhein-Westfalen/index.php>, acessado em <maio de 2008>.

[...] era comum famílias ou mesmo levadas de famílias vizinhas da mesma comuna abandonarem suas propriedades fugindo da perseguição das autoridades fiscais e policiais, para embarcarem em portos dos Países Baixos (Holanda) à procura de uma nova existência na América. A legislação vigente proibia a emigração e, caso alguém partisse, perdia o direito de cidadania, isto é, deixava de ser alemão. / Os meeiros e rendeiros, por sua vez, pagavam caro pelo uso da terra. Os artesãos não tinham condições de concorrer com os produtos manufaturados das indústrias (Dirksen, 1995:19).

No caso da Alemanha, nota-se outros agravantes indicados por Raud (1999):

Durante o século XIX, a Alemanha foi um dos grandes países de emigração da Europa, devido ao processo de unificação nacional e de industrialização. As ondas anteriores a 1870 foram fruto da ausência de desenvolvimento. Emigravam filhos de camponeses, cujas propriedades tinham atingido a condição de minifúndio e não poderiam mais ser divididas; e artesãos, incapazes de encontrar ocupação nos estreitos mercados locais [...]. Com o desenvolvimento da grande indústria no último quartel do século, o novo modo de produção fez surgir um excedente populacional diferente: artesãos e trabalhadores da indústria doméstica arruinados pela concorrência das grandes fábricas, proletários lançados ao desemprego pelas crises da conjuntura, camponeses tornados redundantes pela revolução agrícola paralela. Na Itália ocorreu idêntico processo (p. 93).

O imigrante westfaliano deixou a Europa “[...] em navio à vela e levava em torno de 60 dias do porto de embarque, na Holanda ou Alemanha, até Florianópolis. [...] No Rio de Janeiro era feita a notificação de chegada e baldeava-se do ‘transatlântico’ para um navio costeiro brasileiro que levava o imigrante até Desterro” (Dirksen, 1995:27). Já em Florianópolis - que então se chamava Nossa Senhora do Desterro - , o imigrante era instalado na Colônia Teresópolis, fundada em 1859 (p. 37), distante “[...] 48 km da capital, sobre a estrada de Lages” (idem).

Entre as fontes bibliográficas acessadas com este tema, a que melhor descreve a região de origem, o povo e o imigrante da Westfália é Dirksen (1995), com os seguintes detalhes:

A região da Westfália era controlada pelo bispado de Münster e, como tal, permaneceu católica. A religião não era para os alemães, tanto católicos quanto luteranos, um verniz de superfície exterior, mas um conjunto de convicções de fé profunda baseada num sólido conhecimento da doutrina e numa prática assídua dos deveres religiosos. / Uma das regiões características da Alemanha é a Westfália, que se localiza no noroeste da Alemanha e faz fronteira com a Holanda. É uma terra completamente plana e uniforme. Um ditado regional diz que, quando alguém espera uma visita, já pode ver as

peças chegando a três dias de distância. O dialeto falado é o *Westfälisch Platt Deutsch*. A capital é a cidade de Münster. Por isso, os imigrantes falavam em *Münsterland* quando se referiam à terra natal. / Os westfalianos são conhecidos como pessoas de poucas palavras, perseverantes, amantes da liberdade, conservadores, e singular é sua vocação para o humor e a sátira. Além disso, são considerados enérgicos e conseqüentes (p. 23).

Esse autor complementa a descrição, afirmando que

Na época da imigração, a principal atividade econômica era a criação de gado e agricultura. Se não havia montanhas naturais, então se produzia o *Butterberg*, ou “morro de manteiga”, título atribuído àquela região por causa da grande produção de leite e seu derivado principal, a manteiga. Entre as festas tradicionais da região destacam-se: *Schutzfest*, a Festa dos Atiradores celebrada em quase todas as cidades; e a *Stopfelfest*, a Festa do Restolho, celebrada na cidade de Vechta após a colheita do trigo, no mês de agosto. Não havia na região de Munsterland, grandes centros urbanos. O que caracterizava a região era os inúmeros *Dorf*, ou pequenos povoados ou aldeias. Por volta de 1860, quando aconteceu o grande êxodo para o Brasil, ainda existia na Westfália muitos *Bauern*, fazendeiros, e também alguns *Adlingen*, nobres, com muitos agregados, rendeiros e meeiros. Havia também pequenos proprietários, que direta ou indiretamente dependiam dos *Bauern* e *Adlingen*. / Sendo uma região situada bem ao norte da Europa, o inverno era longo e rigoroso. Por causa do frio, o espaço da casa era dividido entre pessoas e animais, de que, na parte destinada às pessoas, o fogão ficava no centro para aquecer todo ambiente. Também as vestimentas e os agasalhos eram apropriados a esse clima, tal como o lenço branco na cabeça das senhoras, ou *Holzschue*, os tamancos de madeira e as botas (p. 24).

Estes traços continuaram na cultura dos westfalianos que vieram à Colônia de Teresópolis, e foi com eles que constituíram o cotidiano no “novo mundo”.

A Colônia de Teresópolis

Os municípios de São Bonifácio e Águas Mornas “[...] formavam a ‘Colônia de Teresópolis’, fundada em 1860 por 41 famílias [...]. Logo as terras da zona central da colônia estavam colonizadas, tornando necessário procurar outras áreas para instalação de novas famílias [...]” (Alarcon, 2007:41). Depois de chegar na Colônia, o imigrante trabalhou duro até formar a sua pequena propriedade, enfrentando a floresta praticamente intocada com ferramentas manuais. Contudo, eles sentiram a necessidade de ir mais longe. Assim, em “[...] Teresópolis [...] existia uma grande barraca, onde se abrigavam os imigrantes. Em atenção a esse edifício, aliás, a Vila de Teresópolis era até a pouco conhecida como ‘Die Brack’”

(Schaden, 1940:09). Nesse momento inicial de ocupação, “(...) as mulheres e crianças ficavam nessa barraca, e os homens partiam com os filhos crescidos à procura de um terreno apropriado, onde levantavam o primeiro rancho que, embora extremamente primitivo, satisfazia as necessidades do momento” (idem).

Evidentemente, esses “[...] primeiros colonos que se instalaram nas margens do rio Capivari eram camponeses que trabalhavam em regime familiar” (Alarcon, 2007:42). Schaden afirma que, quando tais colonos ““(...) localizavam terras boas, faziam uma roçada, erguiam um rancho na clareira e buscavam os familiares para começar a nova vida”” (Alarcon, 2007:42).

A identidade cultural de São Bonifácio

Uma primeira aproximação da questão identitária de São Bonifácio pode sugerir que se trata de uma cultura alemã. De fato a ideia é sedutora, mas “alemães” eram todos os imigrantes que falavam o idioma alemão entre os que vieram ao Brasil numa época anterior à unificação da Alemanha, em 1870 (Dirksen, 1995:19). Assim, entre os imigrantes “alemães” estavam suíços, holandeses, poloneses e outros, configurando um painel cultural germânico diversificado.

Antropólogos e historiadores se empenham na busca por uma definição mais adequada para o caso, dentre os quais Seiferth (2004:152) apresenta um debate que envolve dois conceitos: o primeiro se refere à noção de “cultura híbrida” e o outro à noção de cultura “teuto-brasileira”. Ambos remetem, no entanto, à “[...] uma concepção de identidade fundada na diferença cultural característica de sistemas interétnicos” (idem). Voigt (2008) também trabalhou nessa questão, defendendo que “*Teuto-brasileiro* é a designação genérica que se atribui aos grupos de descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, os espaços destinados pelo Governo brasileiro ou por empresários particulares para sua ocupação sistemática, sobretudo nos Estados do Sul” (p. 75).

De fato, esta discussão ainda demanda a atenção dos especialistas, embora se possa considerar que São Bonifácio não é um micro-território alemão, sendo mais sensato arriscar que se trata de um micro-território de indivíduos brasileiros com uma identidade cultural interétnica teuto-brasileira, dentre as quais se destacam especificidades da cultura da Westfália do século XIX e da cultura colonial de Santa Catarina ainda em formação.

As marcas patrimoniais desta identidade cultural ainda hoje são facilmente percebidas no espaço e no cotidiano de São Bonifácio, tais como em placas de ruas da sede do município

com nomes próprios em alemão, casas históricas construídas com tijolinhos e madeira em estilo enxaimel (IPHAN, 2006:143), tal como se pode verificar nas imagens abaixo.



Imagem 39: Casa histórica de São Bonifácio.
(Autor: Esdras Pio Antunes da Luz, 2009)



Imagem 40: Uma das placas de rua da sede de São Bonifácio.
(Autor: Esdras Pio Antunes da Luz, 2009)



Imagem 41: Desfile de trajes típicos da Westfália na
VIII Festa do Pão de Milho de São Bonifácio.
(Autora: Magaly Carvalho, 2008)



Imagem 42: Dona Ema, agricultora familiar agroecológica e oleira artesanal com ascendência nos imigrantes da Westfália.
(Autor: Esdras Pio Antunes da Luz)

Com tal identidade cultural e uma pequena infra-estrutura, o micro-território de São Bonifácio constituiu sua história, onde três ciclos de desenvolvimento se destacam.

c) Os fluxos e os ciclos de desenvolvimento de São Bonifácio

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Bonifácio / 2005 - 2008 (EPAGRI, 2005), existem os seguintes fluxos (Santos, 1994) no município: a) Rede pública de educação com uma escola estadual, seis escolas municipais, um pré-escolar e um supletivo; b) Hospital público; c) Rede de saneamento com cobertura apenas do “perímetro urbano”; d) Sistema de coleta seletiva de lixo com cobertura para todo o município; e) Biblioteca municipal; f) Museu Professor Francisco Schaden; g) Casa do Produto Colonial; h) Igrejas católica e Luterana; Instituições dos governos municipal e estadual; Delegacia de Polícia; i) Agência da Caixa; j) Agência do Banco do Brasil; l) Agência da CRESOL⁷¹; m) Sindicato de trabalhadores; n) Sindicato dos produtores; o) 2 usinas hidroelétricas (cooperativas); p) Agência da Oi / Brasiltelecom; q) Agência dos Correios; r) Estádio de futebol; e s) Centro Social de múltiplos usos.

Sabe-se, também, que a arrecadação do município foi de R\$ 3.163.805,31 em 2005 (EPAGRI, 2005). Além disso, em termos de infra-estrutura rodoviária, São Bonifácio possui ligação asfáltica da sede do município até a SC 282 (Florianópolis - Lages), concluída em meados de 2004.

Com tais fluxos, São Bonifácio se desenvolveu através de três ciclos distintos, conforme seguem resumidos.

⁷¹ Cooperativa dedicada à Agricultura Familiar, a qual oferece crédito com um custo financeiro menor que o da rede bancária convencional.

O primeiro ciclo de desenvolvimento: formação de propriedade e subsistência

Este ciclo foi marcado pela chegada dos imigrantes, em 1863, e corresponde ao momento de formação das primeiras propriedades e a subsequente luta pela sobrevivência das famílias aí instaladas. A produção possível era destinada à subsistência das famílias, com algum excedente destinado ao escambo. Foi um período longo, de modo que a comercialização de bens agrícolas só iniciou em 1950, com destaque para o produto “porco-banha”⁷² (Buss, 2006). Após esse momento inicial, o comércio foi assumido pela família “Roesner”, que dispunha de quatro armazéns estrategicamente localizados nas comunidades do Rio Sete, Santo Antonio, Santa Maria e sede de São Bonifácio. Nesse instante, São Bonifácio deixa de ser uma Vila, passando a ser um Distrito do município de Palhoça, quando esses armazéns regulavam o comércio local, a aquisição da produção local e os produtos externos.

O setor madeireiro era uma atividade secundária no período, e servia de alternativa para geração de renda. Todavia, as condições exuberantes da floresta nativa aliada à demanda da construção civil dos municípios de Florianópolis e Tubarão estimularam a implantação de várias madeireiras, bem como a venda de “volume de mato” dos colonos. Com a crise da produção de “porco-banha”, provocada com o surgimento do óleo de soja, o extrativismo da floresta resultou em um reduto de dominação política, econômica e social dos “Roesner”.

Assim, as atividades da Agricultura Familiar Colonial eram marginais, embora o cultivo de hortifrutigranjeiros fosse diversificado e o fumo proporcionasse uma alternativa de geração de renda às famílias com maior número de integrantes. Por outro lado, os cereais serviam ao consumo familiar, com destaque para o milho e seu pequeno excedente, o qual era vendido à bovinocultura colonial de corte e leite e à avicultura colonial (Simões & Carvalho, 2008).

O segundo ciclo: produção tecnificada

A produção de fumo de São Bonifácio iniciou em 1955, e seu ápice ocorreu na segunda metade dos anos 1970. Relatos de produtores indicam que a atividade interessou aos colonos com o aumento de produtividade advindo de novas técnicas e da assistência técnica. Por essa via, o modo integrado e moderno de produção estreitou as relações dos colonos com

⁷² Segundo relatos colhidos entre os moradores mais antigos de São Bonifácio, trata-se da banha de porco usada no preparo normal dos alimentos, a qual foi muito utilizada até surgirem os óleos de cozinha industrializados.

a agroindústria. Assim, em 1976 a ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina se instalou no local, determinando, com as fumageiras, a mudança do modo tradicional de produção. Tais serviços de extensão rural, assistência técnica pública e privada e a disponibilidade de crédito resultou em mudanças significativas no colonato.

A assistência técnica e extensão rural pública dos anos de 1970 e 1980 acabaram estabelecendo as novas modalidades de organização dos agricultores, entre as quais é preciso registrar a fundação da CMP - Comissão Municipal de Produtores, responsável pelo Grupo de Jovens "4S" e a respectiva formação de jovens lideranças de agricultores familiares nessa época. Mais a frente a CMP se transformou no CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o qual estruturou unidades demonstrativas com a aquisição de equipamentos e insumos. Ainda assim, na metade dos anos de 1970 ocorreu um declínio nas atividades das madeireiras, por pressão da nova legislação ambiental, assim como a produção de fumo diminuiu a partir de 1975.

De todo modo, entre os anos de 1980 e 1990 os colonos estavam se transformando em agricultores familiares ao apostarem no aperfeiçoamento das atividades agrícolas como alternativa econômica, estimulados pela extensão técnica estadual. A perspectiva era a da comercialização de produtos através da criação de uma cooperativa de agricultores, a qual venderia sua produção de leite à Usina de Beneficiamento Dovale, no município vizinho de Palhoça. Contudo, a iniciativa naufragou em função de problemas de logística e dos altos custos de produção. Desse modo, no final dos anos de 1980 os agricultores familiares fizeram outra tentativa coletiva, novamente animada pela extensão rural. Dessa vez chegaram a construir um laticínio comunitário, que também não teve êxito e deu origem à uma empresa privada conhecida como Laticínio Doerner.

Nessa fase do segundo ciclo de desenvolvimento, a representação dos agricultores familiares junto ao poder municipal já se dava através do CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o qual elaborou o "Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário" de 1980, respondendo pela montagem da equipe técnica municipal de agricultura com o incremento de patrulha agrícola mecanizada. Mais que isso, outros planos foram elaborados pelas Secretarias Municipais de Educação, de Saúde e de Obras, propiciando ao município serviços profissionais de nível superior. O resultado disso foi um aumento expressivo da produção de leite, estimulado pelas "linhas de produção" de fora do município, as quais eram atraídas para o município pelo serviço público. Garantiu-se, assim, o funcionamento do laticínio já instalado e a implantação de um novo laticínio em 1994, denominado Latelli.

Também é desse momento a inauguração da fábrica de embutidos Frigoserra, na comunidade do Rio Atafona I, assim como o surgimento dos primeiros empreendimentos do setor de turismo rural, como a Estância Hidromineral Berkenbroeck e a Pousada das Hortênsias. No entanto, os moradores mais antigos do local atribuem a esse momento processos de seleção com exclusão do público prioritário aos serviços oficiais de extensão rural, os quais não contemplaram os extratos sociais mais necessitados nas políticas de governo da época (Simões & Carvalho, 2008).

Nesse segundo ciclo a Agricultura Familiar também conseguiu se manter, apresentando, todavia, cadeias de produção e comercialização bem diferentes das anteriores. Neste sentido, o cultivo diversificado de hortifrutigranjeiros, por exemplo, extrapolaram os limites do município, escoando sua produção através de atravessadores para os municípios de São José, Florianópolis, Tubarão e Joinville. Também entram em cena os feirantes itinerantes e a venda direta da produção familiar, que também realizavam permuta da sua produção para obter produtos industrializados em outras localidades.

O principal produto dessas feiras era o queijo colonial, o qual não atendia às normas da Vigilância Sanitária. O fumo teve um pico no período, embora tenha reduzido o número de membros das famílias ligadas neste tipo de produção. Os cereais baixaram suas taxas de produção, com exceção do milho destinado às forrageiras para alimentação animal, através de ensilagem. A avicultura colonial se transformou, perdendo importância nos núcleos familiares, cedendo espaço à avicultura integrada. A bovinocultura leiteira se fortaleceu, causando forte impacto socioeconômico com a venda de leite para os laticínios locais. A apicultura também se fez presente, ainda que comercializasse sua produção em bruto aos entrepostos de mel. E a suinocultura perdeu posição, sobretudo em função da alteração dos padrões raciais, aumento dos custos de produção e falta de abatedouro legalizado no município.

Essa época também caracteriza o início dos debates sobre a saúde e a qualidade de vida dos agricultores familiares no município. Assim, o segundo ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio foi dominado política, econômica e socialmente pelas agroindústrias - principalmente os laticínios - , pelos comerciantes e o setor madeireiro local.

O terceiro ciclo: o processo embrionário de desenvolvimento territorial sustentável

O elemento que mais se destacou no último ciclo de desenvolvimento do município foi o Projeto PROPEM / Projeto Microbacias 2. Tal Projeto inaugurou um novo paradigma de

desenvolvimento em diversos municípios catarinenses, onde ações para estimular o aumento da renda de pequenos produtores foram combinadas com a promoção da sustentabilidade socioambiental. Técnicos do Estado e do Município relataram que as primeiras ações deste Projeto em São Bonifácio iniciaram com o zoneamento municipal em quatro microbacias, ou seja: a do Rio do Poncho, Rio Sete, Rio Santo Antonio e a do Rio Capivari. Em seguida o Projeto contratou um agrônomo como facilitador dos seus processos junto aos agricultores familiares. Ocorre, no entanto, que este profissional era natural do município e já tinha participado da implantação de projetos de Pastoreio Racional Voisin⁷³ em São Bonifácio, na condição de extensionista da UFSC - Universidade Federal e Santa Catarina. Um outro extensionista veio para São Bonifácio. Trata-se de um agrônomo do quadro funcional da EPAGRI, o qual foi transferido de uma outra localidade incumbido de coordenar o Projeto PRAPEM / Microbacias 2 em São Bonifácio. É preciso registrar que este último era pós-graduado em Agroecossistemas e que havia sido capacitado para implementar o Projeto no local.

Assim, os primeiros trabalhos desses extensionistas convergiram com os interesses dos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de São Bonifácio. Juntos, eles formaram a equipe informal que acertou os aspectos teórico-metodológicos utilizados neste último ciclo de desenvolvimento. No primeiro estágio foram acordados princípios e valores, assim como foram elaborados os planos e metas dos trabalhos a serem realizados, com a orientação do Desenvolvimento Local Sustentável que o Projeto PRAPEM / Microbacia 2 requeria.

Esta equipe passou a se reunir semanalmente, organizando uma agenda comum de trabalhos a partir de cada uma das respectivas instituições aí implicadas. Desse modo, a percepção da missão e o sentido de participação comunitária envolvida nesses trabalhos foi refinada, contribuindo na qualidade das relações entre os técnicos da equipe, da equipe com os agricultores familiares e de todos esses com os atores sociais externos ao município. Essa nova dinâmica social coincide com o início da construção intencional de capital social no local neste período, demonstrando que as metas do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Bonifácio / 2005-2008 (EPAGRI, 2005) não eram apenas técnicas, produtivas e econômicas.

⁷³ “Pastoreio Racional Voisin” é uma tecnologia francesa de manejo bovino que se caracteriza pela ecologia, economia e redução do trabalho no trato do gado, resultando na obtenção de leite e carne de qualidade superior e custos inferiores em relação ao manejo convencional.

Emergem, então, as demandas comunitárias de São Bonifácio, resultando numa lista longa e desafiadora, onde as seguintes questões foram apontadas pelos agricultores familiares: a) falta de solidariedade e cooperação entre os agricultores; b) baixa auto-estima na comunidade; c) renda insuficiente; d) ausência de linha de crédito adequada à realidade local; e) demanda socioeconômica por uma cadeia produtiva do município; entre outras. Para tentar sanar tais desafios, os técnicos municipais e estaduais e outros atores sociais formaram o “Grupo de Discussão do Pasto” na microbacia do Rio do Poncho, integrando-se aos agricultores familiares das comunidades do Rio Sete, do Rio Santo Antonio e da sede do município. Esta iniciativa foi fundamental na definição operacional do trabalho participativo deste novo ciclo de desenvolvimento, assim como importa destacar que as atividades ligadas à produção de leite / pasto correspondiam as de maior impacto socioeconômico no município com o leite e a carne bovina e, mais tarde, alguma carne e lã de ovinos.

Vencida a etapa de concepção teórico-metodológica das dinâmicas de trabalho e a formação do Grupo de Discussão do Pasto, a decorrência natural foi o surgimento de outras demandas comunitárias e a formação de novos grupos, tais como: a) o Grupo de Discussão da Árvore, interessado na legislação ambiental vigente e na implantação de um sistema agrosilvopastoril no local; b) o Grupo de Discussão do Design, ocupado com a comercialização de produtos coloniais e a criação de uma marca para São Bonifácio; c) o Grupo de Discussão das Atafonas, entretido na reativação das atafonas locais e o complexo produtivo do milho “amarelinho” (necessário para elaboração artesanal do pão de milho tradicional); d) o Grupo de Discussão do Crédito Rural, que tratou da implantação da agência de crédito solidário CRESOL⁷⁴ no município; entre outros.

Assim, com a ativação desses novos grupos foi necessária uma nova organização da equipe de trabalho, a qual precisava atender e gerenciar muitas novidades processuais e atividades técnicas. A solução para tanto foi a organização de uma equipe de trabalho composta de profissionais da EPAGRI, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e de um agrônomo de um laticínio local. Tal grupo se intitulou a “Equipe Local da Agricultura”, e atuou nos moldes de uma pequena agência de Desenvolvimento Local Sustentável, embora não dispusesse de recursos financeiros extras para tanto. A primeira ação dessa Equipe foi otimizar o algoritmo de trabalho de cada um dos seus profissionais em suas respectivas entidades, na tentativa de integrar tanto quanto possível as atividades da Equipe ao

⁷⁴ Disponível em <www.cresolcentral.com.br>, acessado em <julho de 2008>.

utilizar com eficiência os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis nessas entidades.



Imagem 43: Reunião do Grupo Local de Agricultura com o “Grupo de Discussão do Pasto”.
(Autor: José Giovanni Farias, 2006)

Em seguida foram estabelecidas outras parcerias igualmente informais, tanto com pesquisadores da UDESC quanto da UFSC. Assim, as reuniões de trabalho da Equipe Local de Agricultura passaram a contar com representantes dessas universidades, entre outros, como os da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR / São José, Banco do Brasil, Prefeituras vizinhas (como a de Santa Rosa de Lima, Anitápolis e Santo Amaro da Imperatriz), Sindicatos de Trabalhadores e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA. Se por um lado tal iniciativa deu a partida no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do município, por outro ampliou a carga de trabalho dos profissionais da Equipe Local de Agricultura, pois além das atribuições institucional de cada profissional, novas atividades foram demandadas e colocadas em prática. No entanto, embora fossem bem recebidas pelas autoridades municipal e estadual, é preciso enfatizar que as ações da Equipe Local de Agricultura e suas respectivas inovações sociais não foram institucionalmente formalizadas, possibilitando a inferência de que este foi um processo empreendido mais por pessoas que instituições.

Vários resultados concretos foram conquistados com esta experiência, entre os quais uma parcela segue listada: 1) Resgate da história e da culinária típica do local; 2) Revitalização da identidade cultural do município; 3) Estímulo à reativação das atafonas; 4) Incentivo à reanimação da cadeia produtiva do milho “amarelinho”; 5) Criação da Secretaria Municipal de Turismo; 6) Construção do portal turístico de São Bonifácio; 7) Construção da Marca Territorial; 8) Inauguração de uma agência da CRESOL, e mais de uma centena de contratos; 9) Planejamento, articulação e realização do 1º Seminário Regional de Produção de Leite, Carne e Lã a Base de Pasto; 10) Planejamento, articulação e realização do 1º Dia de

Campo Regional sobre Produção a Pasto e Desenvolvimento Local; 11) Planejamento, articulação e realização da VIII Festa Regional do Pão de Milho de São Bonifácio; 12) Planejamento, articulação e realização da Expofeira de Produtos Coloniais de São Bonifácio; 13) Planejamento, articulação e realização da Expofeira de Gado; 14) Planejamento, articulação e realização do II Seminário Regional sobre Desenvolvimento de Territórios Coloniais; 15) Produção e comercialização de alimentos orgânicos e de produtos coloniais na Ecofeira da UFSC; 16) Produção e comercialização de produtos coloniais no CEASA / Agricultura Familiar de Florianópolis; 17) Comercialização de alimentos orgânicos e de produtos coloniais na Ecofeira da UNISUL (no município de Palhoça); 18) Elaboração de pesquisas científicas pela UFSC e pela UDESC, com temas centrados neste último ciclo de desenvolvimento; 19) Plano Diretor Participativo de São Bonifácio, prevendo a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial Sustentável; dentre outros.

CAPÍTULO V

A CONSTRUÇÃO DA MARCA TERRITORIAL DE SÃO BONIFÁCIO

Introdução

O presente Capítulo relata a circunstância, o processo de construção e os resultados relacionados com a Marca Territorial de São Bonifácio. A apresentação de propostas e a versão escolhida pela comunidade de São Bonifácio para cumprir a função de Marca Territorial seguem acompanhadas das soluções gráficas complementares, relativas à Cesta de Bens e Serviços Territoriais desse micro-território. Deste modo, o Capítulo V foi organizado com os seguintes tópicos: a) Projeto PRAPEM / Microbacias 2; b) A construção e a Marca Territorial de São Bonifácio; e c) A Cesta de Bens e Serviços Territoriais de São Bonifácio.

a) O Projeto PRAPEM / Microbacias 2

Oficialmente este programa governamental se chamava “Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRAPEM / Microbacias 2”⁷⁵, e tinha o objetivo de contribuir na melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina através de ações de preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda e da melhoria das condições de moradia dos agricultores familiares. Para efetivar tais objetivos foi propiciada a participação dos beneficiários do Projeto na sua gestão e execução. O PRAPEM / Microbacias 2 focalizou oitocentos e setenta e nove microbacias hidrográficas de Santa Catarina, as quais cobrem 52% de todas as que existem no Estado. O Projeto Microbacias 2 - como era mais conhecido entre os técnicos da EPAGRI - foi dirigido prioritariamente aos agricultores familiares com renda mensal de até dois salários mínimos, além de outros trabalhadores rurais e populações indígenas, totalizando cento e cinco mil famílias atendidas e residentes no entorno das microbacias hidrográficas delimitadas no Projeto.

Em relação as suas metas, o Projeto operou em três frentes. A primeira tratou do manejo e conservação dos recursos naturais, com as seguintes ações: a) implantação de uma estrutura de gestão das microbacias hidrográficas focalizadas no Projeto, correspondendo a

⁷⁵ No menu do sítio eletrônico <www.microbacias.sc.gov.br/simep/> há acesso à “Biblioteca”, onde há uma série de documentos, inclusive os relatórios de diversas atividades do Projeto PRAPEM / Microbacias 2.

uma área de oito mil e quatrocentos km²; b) implantação de dois corredores ecológicos, abrangendo uma área de quatro mil e duzentos km²; c) implantação de sistemas de coleta de dejetos animais de dezesseis mil e quinhentas propriedades; d) manejo e conservação do solo e água de uma área com duzentos e cinquenta mil hectares, para beneficiar cinquenta mil famílias; e) implantação de mata ciliar em dois mil km; f) implantação do Programa de Educação Ambiental em mil escolas rurais, atingindo um universo de noventa e dois mil, oitocentos e cinquenta agricultores, professores e estudantes; e g) consolidação da Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Em relação à segunda frente, o PRAPEM se deteve nas seguintes ações: h) melhoria de renda, envolvendo a implantação de dois mil, trezentas e cinquenta ações de agregação de valor e um público beneficiário de cinquenta mil famílias; i) melhoria do sistema de produção de quarenta mil propriedades; e j) a implantação e aquisição de insumos e serviços. Na terceira e última frente do PRAPEM, a melhoria das habitações de agricultores familiares mereceu atenção, envolvendo as seguintes ações: l) implantação de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água para trinta mil famílias; m) destinação adequada de efluentes domésticos, beneficiando quatorze mil e quinhentas famílias; e n) reforma de moradias de quinze mil famílias.

Segundo os dados oficiais acessados no presente trabalho⁷⁶, o Projeto PRAPEM / Microbacias 2 custou U\$ 107,5 milhões, dos quais 59% foi financiado pelo BIRD e os 41% restantes correspondeu à contrapartida do Estado de Santa Catarina. Tal Projeto foi concebido pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural - SDR, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - ICEPA e a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA, e tinha prazo de execução fixado em seis anos, iniciando no ano de 2002.

Conforme denota o fluxograma do PRAPEM / Microbacias 2, disponível no portal eletrônico já indicado na última nota de rodapé, trata-se de um projeto complexo conceitual e operacionalmente, configurando um programa de promoção de Desenvolvimento Local Sustentável com abrangência estadual. Embora não tenha sido encontrado um documento oficial de avaliação final do Projeto, há bastante material disponível no seu portal eletrônico, inclusive relatórios de execução das suas diversas atividades. Todavia, para o interesse deste trabalho sobre a experiência de São Bonifácio, a atividade mais significativa foi o Projeto Farol de Pesquisa Participava.

⁷⁶ Disponível em <www.microbacias.sc.gov.br/simep/>, acessado em <agosto de 2008>.

O Projeto Farol de Pesquisa Participativa e o Projeto PEAP de São Bonifácio

Entre todas as atividades do Projeto PRAPEM / Microbacias 2, várias eram importantes, as uma, em especial, foi estratégica para o último ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio: o Curso de Capacitação em Pesquisas Participativas. A bem da verdade, este Curso foi um processo de capacitação que envolveu a construção, implementação e a execução de dez “Projetos Faróis de Pesquisa Participativa”, os quais foram identificados mais tarde como “Projetos de Pesquisa-extensão e Aprendizagem - PEAP’s”. Neste processo, experiências internacionais de Pesquisas Participativas foram apresentadas e discutidas, bem como os seus respectivos métodos, abordagens e resultados, para um público de cem pessoas. Entre esses havia pesquisadores, extensionistas, técnicos, agricultores familiares e alguns convidados externos. Assim, dez Projetos PEAP’s foram elaborados por dez equipes. Esses Projetos foram discutidos por todos os envolvidos no processo de capacitação e, posteriormente, cada um deles foi refinado pelos respectivos autores.

No caso do Projeto PEAP de São Bonifácio, cujo título era “Qualidade de vida na Microbacia de Rio do Poncho: as experiências inovadoras do grupo do pasto” (De Boef & Pinheiro, 2005:44), foi focalizada a melhoria da qualidade de vida de algumas comunidades que vivem e trabalham ao longo das microbacias hidrográficas que manejam pasto, gado e produzem leite, inclusive através de “Pastoreio Racional Voisin”. Assim, a implementação deste Projeto desencadeou uma interação entre diversos atores sociais e acabou extrapolando a proposta original, gerando novos grupos e temas de trabalho. Neste sentido, meses após o início do Projeto foi organizado e realizado um evento em São Bonifácio para um público de professores / pesquisadores, graduandos e pós-graduando da UDESC e da UFSC, pesquisadores e extensionistas da EPAGRI, agricultores familiares e diversas autoridades locais e estaduais, os quais entenderam que estava em curso um embrionário processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável do município em questão.

A relevância do processo de capacitação e os resultados alcançados pelos Projetos PEAP’s passaram por duas avaliações. Na primeira, foram consideradas as seguintes e “principais lições e perspectivas” (De Boef & Pinheiro, 2005:45): a) os projetos de pesquisas participativas que estão sendo desenvolvidos em diferentes regiões de Santa Catarina estão seguindo um processo conceitual e metodológico que serve de referência para estimular experiências semelhantes em outros territórios e contextos; b) os projetos PEAP’s têm demonstrado uma forte dependência de organização social local para iniciar os projetos de pesquisas participativas, assim como promover a formação de Associações de

Desenvolvimento nas Microbacias (ADM's) facilita muito as equipes regionais estabelecerem parcerias com as comunidades rurais; c) o processo de formação, ação e aprendizado têm naturalmente identificado os participantes mais comprometidos e motivados com os princípios da construção social de conhecimentos e da pesquisa participativa “com” as comunidades rurais; d) alguns participantes estão enfrentando resistências e críticas em relação a esta proposta nos seus respectivos ambientes institucionais, onde predomina a resistência à mudanças, para o que a estratégia tem sido o diálogo, paciência, dinâmica de grupo e atitudes de complementaridade (e não de conflito); e e) a maior dificuldade tem sido o estabelecimento de parcerias entre as instituições públicas e a sociedade civil organizada, particularmente ONGs e consultores autônomos.

Mais adiante, a título de avaliação final dos Projetos PEAP's (Karan, 2008), encontra-se o seguinte:

Finalizando, assumir a participação em processos de pesquisa e extensão ao mesmo tempo vem mostrando muitas potencialidades, particularmente para o trabalho em conjunto com as populações menos favorecidas do meio rural, assim como também evidencia muitos desafios. Desafios que se expressam tanto para os indivíduos, sejam pesquisadores, extensionistas, técnicos ou agricultores, como também às instituições, exigindo boa dose de transformações. A aprendizagem que proporciona não se limita a aspectos tecnológicos, estendendo-se para os valores de vida. Se não for assim, o que se pode fazer é o uso de um método para chegar em um produto, diferentemente da pesquisa, extensão e aprendizagem participativa que trata de um processo, que é social (pp. 46/47).

De fato, o Projeto PEAP de São Bonifácio foi um instrumento indispensável à realização da sua embrionária experiência de Desenvolvimento Territorial Sustentável, a qual envolveu a construção de uma Marca Territorial que suplantou os efeitos esperados das marcas convencionais.

b) A construção da Marca Territorial de São Bonifácio

A oportunidade para conhecer e cooperar com São Bonifácio surgiu de uma demanda provocada por Anselmo Cadorin, então Diretor de Marketing e Comunicação da EPAGRI em 2005. Era, na verdade, uma solicitação para proferir uma palestra sobre o Projeto Mafra (Pereira *et al.*, 2004) para comunidade de São Bonifácio. O Projeto Mafra foi elaborado no âmbito de um projeto de pesquisa realizado entre 2002 e 2003, onde uma solução inovadora

de design obteve resultados interessantes. Atuei na equipe deste Projeto coordenando os trabalhos de design de uma marca coletiva para algumas entidades de agricultores familiares e de uma família de embalagens para mel, frango caipira *in natura*, conservas de pepinos e bolachas com sabores variados. Tais produtos eram produzidos por 3 pequenas associações e por 1 grupo de senhoras empreendedoras do município catarinense de Mafra. O resultado final foi uma família integrada de embalagens que, reunidas, pareciam pertencer à uma mesma organização, tal como segue:



Imagem 44: Marca coletiva de “Mafra”, elaborada em 2003.
(Autores: Diego Poppi, George Rodrigues e Marcelo Storino)



Imagem 45: Frente e verso de rótulos de mel do Projeto Mafra.
(Autores: Diego Poppi, George Rodrigues e Marcelo Storino, 2003)



Imagem 46: Frente e verso do rótulo de conserva e pepinos.
(Autores: Diego Poppi, George Rodrigues e Marcelo Storino, 2003)

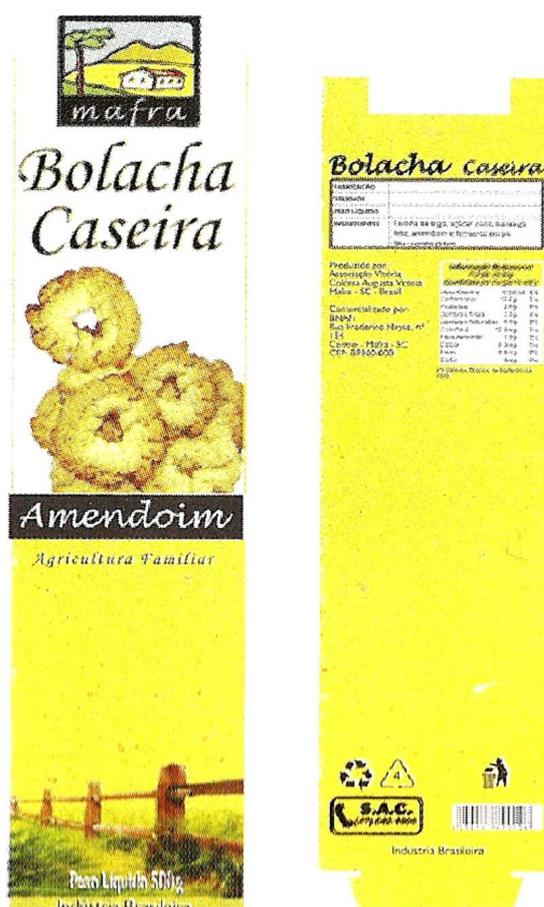


Imagem 47: Frente e verso de rótulo de bolacha de amendoim.
(Autores: Diego Poppi, George Rodrigues e Marcelo Storino, 2003)

Assim, realizada a palestra, a comunidade presente resolveu empreender a construção de uma Marca Territorial para São Bonifácio, a qual envolveria a comunidade beneficiária do projeto nesse processo.

A construção e a Marca Territorial de São Bonifácio

A repercussão da palestra sobre o Projeto Mafra e a vontade da comunidade em empreender algo novo para o município foi transformada em tema da disciplina de Prática Projetual em Design Gráfico V do Curso de Design da UDESC, no primeiro semestre letivo de 2006. Tal estratégia funcionou bem tanto para a comunidade, que não dispunha dos meios necessários para financiar um projeto deste tipo, quanto para os estudantes universitários, os quais puderam testar suas habilidades técnicas a partir de um tema de projeto socialmente inovador. No entanto, para tomar a decisão de combinar uma disciplina acadêmica com um projeto comunitário e participativo, considerei que já havia lecionado outras disciplinas para os mesmos estudantes, tal como Gestão do Design Gráfico II e Tópicos Especiais em Design Gráfico I, onde foram trabalhados os temas da Economia Solidária⁷⁷ e do Design para a Sustentabilidade, respectivamente. Mais que isso, esses estudantes estavam em final de graduação universitária, possuindo a maturidade necessária para empreender uma experiência acadêmica-projetual de tal envergadura.

Assim, os efeitos da palestra, da disciplina e da efervescência das reuniões participativas que a Equipe Local de Agricultura realizava na consecução de seus trabalhos ativaram um circuito social que contribuiu na formação de novos processos sócio-profissionais em São Bonifácio. Tal combinação de fatores inovadores suplantou a proposta inicial do Projeto PEAP e do “Grupo de Discussão do Pasto”, ensejando a formação de novos grupos de discussão, tal como ocorreu com o Design.

Nesse sentido, o recém formado Grupo de Discussão do Design protagonizou um processo participativo e comunitário que co-coordenou a elaboração da Marca Territorial de São Bonifácio. O processo de construção desta Marca partiu de um tema gerador que focalizou as atafonas - ou moinhos de pedra - , o milho “amarelinho” e o pão de milho tradicional de São Bonifácio. Mais adiante foram incluídos nesse rol os produtos coloniais que são consumidos com o pão de milho, indicados pelos agricultores familiares, tais como: pães de batata, de batata doce, de cará e de aipim; bolachas de sabores variados; mel de

⁷⁷ Integro o Fórum Catarinense de Economia Solidária desde 2002.

floradas diversas; geléias, doces e licores de frutas de época. Além desses, também entraram neste processo artesanatos de lã de ovelha, adubo orgânico para jardinagem, trilhas ecológicas e hospedagem oferecidas por pequenas pousadas rurais. Enfim, tais produtos e serviços coloniais acabaram configurando a “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” de São Bonifácio (Pecqueur, 2006:143).



Imagem 48: Atafona da Fazenda Santo Antônio.
(Fonte: Muller *et al.*, 2006:29).



Imagem 49: Milho a ser utilizado numa atafona de São Bonifácio.
(Fonte: Muller *et al.*, 2006:29).

Com o objetivo de equacionar esta demanda, foram montadas quatro equipes na disciplina de Prática Projetual em Design Gráfico V, as quais planejaram, desenvolveram e propuseram quatro alternativas de Marca Territorial para São Bonifácio. No final do primeiro semestre letivo de 2006, as propostas foram apresentadas à comunidade e três meses mais tarde foi anunciada a decisão e a escolha da comunidade. Esta experiência acadêmica-projetual demandou muitas reuniões de planejamento e a co-coordenação das ações de docência e das atividades da agenda de trabalhos da Equipe Local de Agricultura, tais como: 1) acordar as abordagens metodológicas, valores e objetivos do projeto de design; 2) pactuar

com os estudantes que caberia aos agricultores familiares de São Bonifácio a escolha de uma entre as demais marcas elaboradas, caso alguma fosse do interesse deles; 3) consensuar que a marca corresponderia a um patrimônio cultural imaterial e coletivo da comunidade de São Bonifácio; 4) apresentar os estudantes da UDESC aos agricultores familiares e outros atores sociais de São Bonifácio, em Florianópolis; 5) visitar algumas propriedades de agricultores familiares com os estudantes, em São Bonifácio; 6) receber o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, o Secretário Executivo do Projeto PRAPEM / Microbacias 2 e outros técnicos da Equipe Local de Agricultura de São Bonifácio na UDESC, para eles apresentarem o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Bonifácio 2005 / 2008 aos estudantes; 7) apresentar os projetos / propostas elaborados à comunidade de São Bonifácio; dentre outras mais genéricas.

Evidentemente, operar o Design de tal modo requer muito tempo dedicado as pessoas, as suas histórias, especificidades locais e aos trabalhos realizados no micro-território focalizado, requerendo habilidades políticas e sociais que vão além dos conhecimentos técnicos ensinados nas escolas de Design Industrial. Mais que isso, projetar participativamente e apresentar soluções de projetos para públicos difusos, tal como ocorreu em São Bonifácio em junho de 2006, quando estiveram presentes dezenas de agricultores familiares, agentes de desenvolvimento da prefeitura e do Estado, pesquisadores da UDESC e da UFSC e os universitários propositores de tais soluções, envolve gostar de pessoas e priorizar as relações mais saudáveis que for possível estabelecer com elas.

A Marca Territorial de São Bonifácio

As quatro propostas de Marca Territorial para São Bonifácio foram elaboradas, desenvolvidas e apresentadas pelas seguintes equipes de estudantes: a) Paulo Lima, Daniel Pezzini e Vivian Lobenwein; b) Bibiana Laurent e Marta Tie; c) Anelise Mitre e Oberdan Piantino; e d) Gilson Bugs e Roberto Modesto. A elaboração e desenvolvimento dos projetos / propostas utilizou uma metodologia projetual adaptada de Frascara (2000:78), com as seguintes etapas projetuais: a) “Primera definición do problema” e “Recolección de información sobre el cliente, el producto, competencia (si existe) y el publico”, as quais foram elaboradas e compartilhadas por todas as equipes; b) “Análisis, interpretación y organización de la iformación obtenida”, ou “Segunda definición del problema”, que foi equacionada respeitando a questão autoral de cada equipe; e c) as fases de “Determinación de objetivos”, “Especificaciones para la visualización” e “Desarrollo de anteproyecto”, que também acatou o

sigilo autoral de cada equipe. Assim, foram elaborados, desenvolvidos e apresentados os seguintes projetos / propostas para comunidade de São Bonifácio:



Imagem 50: Proposta 1 de Marca Territorial para São Bonifácio.
(Autores: Paulo Lima, Daniel Pezzini e Vvian Lobenwein, 2006)



Imagem 51: Proposta 2 de Marca Territorial para São Bonifácio.
(Autores: Bibiana Laurent, Carolina Scheidt e Marta Tie, 2006)



Imagem 52: Proposta 3 de Marca Territorial para São Bonifácio.
(Autores: Gilson Bugs e Roberto Modesto, 2006)

Além destas, mais uma foi apresentada, a qual foi escolhida pela comunidade como Marca Territorial de São Bonifácio, tal como segue:



Imagem 53: A Marca Territorial de São Bonifácio.
(Autores: Anelise Mitre e Oberdan Piantino, 2006)

Como se pode inferir, os elementos gráficos mais destacados da solução escolhida são:

- uma atafona estilizada com se fosse uma parte do céu, situada na parcela superior da Marca;
- relevo montanhoso desdobrado e arborizado, localizado na parte inferior da Marca;
- logotipo composto por uma família tipográfica germanizada, posicionado no centro-superior da Marca.

Tal composição transmite uma mensagem visual que captou sutilezas da estética de São Bonifácio, a qual revela elementos interessantes da identidade cultural deste micro-território. A atafona, por exemplo, foi trazida nos porões dos navios que trouxeram os imigrantes da Westfália ao Brasil, os quais fundaram a Vila de São Bonifácio se reinventando com as memórias de suas origens e as novidades experimentadas nesse “novo mundo”. Assim, se na Europa os westfalianos cultivaram o trigo, que é uma espécie adequada apenas aos locais muito frios, em São Bonifácio eles cultivaram o milho, que é apropriada para temperaturas mais amenas, como a de São Bonifácio, e que faz parte do patrimônio agrícola do índio brasileiro. Mais que isso, se na Europa as atafonas eram acionadas com uma provável força motriz de origem animal, já que a Região da Westfália era plana, em São Bonifácio os imigrantes utilizaram a força motriz de inúmeras quedas d’água do local, resultando, por fim, num sincretismo cultural notável.



Imagem 54: Mó, ou pedra, de uma atafona de São Bonifácio.
(Turozzi *et al.*, 2006)

O relevo de São Bonifácio evocado na Marca também possui significado, e curiosamente não se reporta à paisagem plana da Westfália, mas, sim, ao relevo montanhoso de São Bonifácio, o qual é arborizado com uma expressiva biodiversidade característica da sua área que compõe o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Por fim, a tipografia usada no logotipo da Marca Territorial de São Bonifácio também é expressiva. De um modo geral, esses caracteres em estilo gótico são bastante usados para comunicar visualmente a idéia de germanidade há muito tempo (Frascara, 2000:36). No entanto, no caso de São Bonifácio esta família tipográfica não corresponde ao velho clichê, pois a comunidade de São Bonifácio possui forte referência cultural na Westfália do século XIX, correspondendo, portanto, a um elemento da sua estética carregada de sentido em relação ao seu local de origem e História.

c) A Cesta de Bens e Serviços Territoriais de São Bonifácio

Concluída a etapa de construção participativa da Marca Territorial de São Bonifácio, uma nova oportunidade acadêmica-projetual teve início: a elaboração de embalagens para “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” (Pecqueur, 2006:143) de São Bonifácio. A nova experiência foi planejada por uma outra turma, a de estudantes da disciplina de Prática Projetual em Design Gráfico VI do Curso de Design da UDESC. Nesta oportunidade, transcorrida ao longo do segundo semestre letivo de 2006, foram elaboradas soluções de design para os rótulos e embalagens dos produtos artesanais e coloniais de São Bonifácio. Os produtos a serem embalados foram indicados pela comunidade e tinham os mesmos critérios participativos da experiência anterior. Assim, depois de elaborados e apresentados os projetos, a comunidade firmou os seguintes produtos artesanais e coloniais na sua Cesta de Bens Territoriais:



Imagem 55: Embalagem do pão de milho de São Bonifácio.
(Autores: Amanda Kumm, Giana Perazza, Marcela Keller e Rafael Carvalho, 2006)



Imagem 56: Embalagem dos outros pães de São Bonifácio.
 (Autores: Amanda Kumm, Giana Perazza, Marcela Keller e Rafael Carvalho, 2006)



Imagem 57: Embalagem do mel de São Bonifácio.
 (Autores: Alexandre Passold, Laura Pereira e Renato Machry, 2006)



Imagem 58: Embalagem das geléias de São Bonifácio.
 (Autores: Alexandre Passold, Laura Pereira e Renato Machry, 2006)



Imagem 59: Embalagem dos doces de São Bonifácio.
 (Autores: Alexandre Passold, Laura Pereira e Renato Machry, 2006)



Imagem 60: Embalagem das Bolachas de São Bonifácio.
(Autores: Leo Rodrigues, Mayara Macedo e Priscila Gobbi, 2006)

Todos estes produtos possuem também um “tag”⁷⁸ de identificação da localidade de São Bonifácio e do seu respectivo produtor, tal como se verifica abaixo:



Imagem 61: Tag - aberta e fechada - de identificação dos produtos da Cesta de Bens Territoriais de São Bonifácio.
(Autores: Leo Rodrigues, Mayara Macedo e Priscila Gobbi, 2006)

Todavia, também fazem parte da Cesta de Bens e Serviços Territoriais de São Bonifácio, por uma questão de oportunidade para a comunidade de São Bonifácio, duas situações de exceção no rol destes projetos gráficos: a) uma marca secundária da Cesta de Bens Territoriais de São Bonifácio, “tag” e rótulo para os artesanatos de lã de ovelha; e b) uma embalagem de adubo orgânico para jardinagem.



Imagem 62: Marca secundária do artesanato de lã de ovelha.
(Autoras: Amanda Schneider, Fernanda Sacavén e Soraia de Souza, 2006)

⁷⁸ Termo muito utilizado no campo do design que corresponde a “etiqueta de identificação”.



Imagem 63: Novelos de lã natural de ovelha de São Bonifácio.
(Autores: Leo Rodrigues, Mayara Macedo e Priscila Gobbi, 2006)

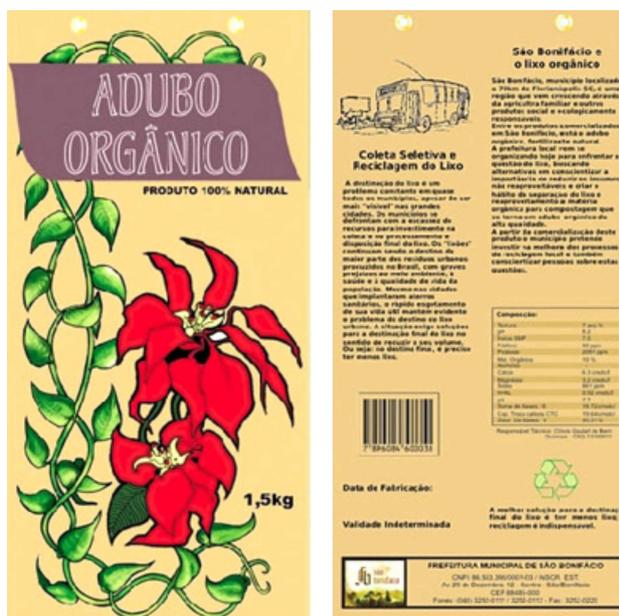


Imagem 64: Frente e verso de embalagem de adubo orgânico.
(Autores: Amanda Argollo, Caroline Daufemback, Fernanda Chiella e Renan Fontana, 2006)

Cabe lembrar, ainda, que a Cesta de Bens também contava com os seguintes Serviços Territoriais: hospedagem em pousadas rurais, passeios e trilhas ecológicas, restaurantes e cafés coloniais, além da comercialização dos produtos artesanais coloniais da Cesta de Bens Territoriais na Casa do Produto Colonial, que é uma cooperativa informal gerida por agricultoras familiares empreendedoras. Além disso, para algumas organizações de porte médio e grande de São Bonifácio, como lojas comerciais, madeireiras, laticínios ou frigoríficos, foi facultado o uso da Marca Territorial em suas embalagens e fachadas.

A título de conclusão da Parte II do presente trabalho, e mais especificamente dos Capítulos IV e V, importa demonstrar que a Marca Territorial, a Cesta de Bens e Serviços Territoriais e o Plano Diretor Participativo de São Bonifácio remontam uma estratégia maior, tal como segue:

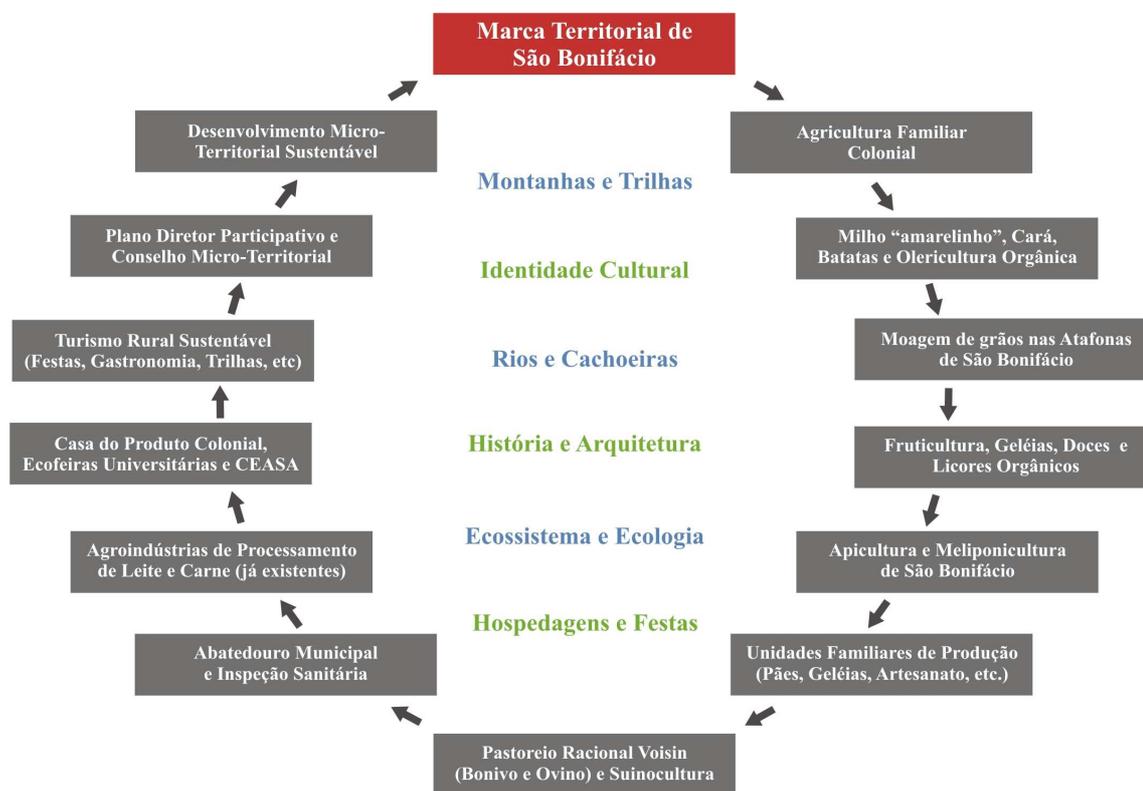


Imagem 65: Abrangência da Marca Territorial de São Bonifácio.
(Autor: Adaptado a partir de Turozi *et al.*, 2006).

Assim, tal estratégia corresponde ao processo embrionário de Desenvolvimento Territorial Sustentável de São Bonifácio, com a complexidade e a amplitude apresentada na figura acima.

PARTE III

OS EFEITOS DA MARCA TERRITORIAL DE SÃO BONIFÁCIO

A última Parte deste trabalho foi reservada à análise dos efeitos produzidos pela Marca Territorial de São Bonifácio, e a contribuição que o Design deu ao processo embrionário de Desenvolvimento Territorial Sustentável de São Bonifácio. Tal reflexão indica novas possibilidades em termos de autogestão comunitária, as quais podem ser potencializadas através de Marcas Territoriais como instrumento auxiliar na “concertação” de processos embrionários de Desenvolvimento Territorial Sustentável, em geral, e o de São Bonifácio, em particular.

CAPÍTULO VI

ANÁLISE DOS EFEITOS DA MARCA TERRITORIAL DE SÃO BONIFÁCIO

Introdução

Este capítulo analisa a importância da Marca Territorial de São Bonifácio, o seu valor para o empoderamento da comunidade focalizada e o quanto ela contribuiu na concertação do embrionário processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável do micro-território rural estudado. Para tanto, esta análise partiu das seguintes questões norteadoras: A Marca Territorial de São Bonifácio fortaleceu a identidade cultural da sua comunidade? O processo de construção desta Marca contribuiu no empoderamento comunitário de São Bonifácio? O embrionário processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável de São Bonifácio corresponde a uma estratégia harmoniosa entre o tradicional e o moderno?

A reflexão sobre isto possibilitou cobrir aspectos relevantes destas questões norteadoras, as quais foram organizadas do seguinte modo: a) Marca Territorial como instrumento de afirmação de identidade cultural; b) Marca Territorial e Design Integral como estratégia de empoderamento comunitário; e c) Marca Territorial, Design Integral e Desenvolvimento Territorial Sustentável como ponte entre a tradição e a contemporaneidade.

a) Marca Territorial como instrumento de afirmação de identidade cultural

Diferente de outros tipos conhecidos, a Marca Territorial possui características comunitárias inéditas. Mas ela não está contemplada no marco legal que regulamenta as classes, as propriedades e usos das marcas no Brasil. Na Lei n.º. 9279/1996, que trata dos aspectos jurídicos da Propriedade Industrial relativa às marcas, o que há de mais próximo de uma Marca Territorial é a classe das Marcas Coletivas. Portanto, segundo essa legislação, a Marca Territorial não existe. Por sua vez, as Marcas Coletivas tanto servem para distinguir as pessoas que se associam para atuar em algum setor da economia ou dar expressão à organização que controla as entidades que compõe um Arranjo Produtivo Local. De todo modo, a Marca Coletiva é um avanço significativo para o Brasil, pois ampliou as funções das marcas convencionais reconhecendo os indivíduos que se reúnem através de uma organização coletiva, caracterizando um objeto do Direito Difuso. Todavia, embora corresponda a uma inovação para o Brasil, ela é antiga na Europa entre as agremiações de trabalhadores da Idade

Média que se organizavam coletivamente para produzir mercadorias ou prestar serviços representados por marcas deste tipo.

Contudo, a Marca Coletiva não protege suficientemente as características mais destacadas de uma Marca Territorial, de modo que um outro dispositivo da Lei n.º. 9279/1996 oferece uma alternativa que envolve um novo tipo de organização produtiva e um novo tipo de proteção legal ao Brasil. Trata-se das Indicações Geográficas, as quais podem ser de duas espécies. A primeira é a “Indicação de Procedência”, que pode ser acionada quando há um nome geográfico conhecido pela produção, extração ou fabricação de um determinado produto ou prestação de serviço com valor agregado relacionado à sua origem. Neste caso, o registro de uma Indicação de Procedência garante a proteção legal para um produto ou serviço e a respectiva reputação relativa à sua origem geográfica específica. A outra espécie de Indicação Geográfica se chama “Denominação de Origem”, e só é concedida quando há um nome geográfico que designe um produto ou serviço com qualidades exclusivas do meio geográfico e dos fatores humanos e culturais que lhes constituam. Neste caso, o saber fazer da comunidade será protegido tanto quanto a especificidade geográfica do local em questão.

Tecnicamente, essas duas espécies não se expressam através de marcas, e sim de “Representações Gráficas”, as quais graficamente são muito parecidas com as marcas. No entanto, poucas organizações foram beneficiadas pela Lei n.º. 9279/1996 até o momento. De acordo com o INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial, existem seis Indicações Geográficas no Brasil⁷⁹, todas elas da espécie Indicação Geográfica, as quais são controladas por organizações capitalizadas que atuam setorialmente na economia. No caso das Denominações de Origem, o caso é mais sério: não há um único registro desde a promulgação desta Lei em 1996, denotando que o país está tendo alguma dificuldade em lidar com as questões culturais aí implicadas, embora o Brasil seja o país mais sociobiodiverso do planeta e pretendentes não faltam para tais registros. Ainda assim, o INPI possibilita que uma Marca Coletiva seja transformada em uma Indicação Geográfica, se a organização solicitante acatar e cumprir os critérios legais pré-estabelecidos na Lei n.º. 9279/1996.

No caso de São Bonifácio, a Marca Coletiva e a Indicação de Procedência não servem para proteger legalmente a sua Marca e suas especificidades. Ou seja: se a Marca Territorial de São Bonifácio fosse classificada como Marca Coletiva, o esquema comunitário que lhe dá legitimidade cultural e lastro social ficaria aquém das suas possibilidades, já que não se trata apenas de exprimir as atividades produtivas coletivas de um micro-território rural. Mais que

⁷⁹ Disponível em <www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/indicacao/igs-registradas-no-brasil/indicacoes-geograficas-concedidas/>, acessado em <junho de 2010>.

isso, a Marca de São Bonifácio também não se restringe aos limites geográficos do seu micro-território, assim como também não cobre apenas um setor da economia. Pelo contrário, São Bonifácio elabora diversos tipos de alimentos, sendo que alguns são tradicionais, manufatura objetos de artesanatos, industrializa adubo orgânico, presta serviços de hospedagem colonial e turismo ecológico, entre outras possibilidades que ainda poderão surgir. Assim, a Marca Territorial de São Bonifácio também não deve ser caracterizada como uma Marca Coletiva de um Arranjo Produtivo Local, Sistema Produtivo Local ou Sistema Agroalimentar Localizado. No caso de São Bonifácio, a Cesta de Bens e Serviços Territoriais é mesmo o tipo mais adequado de aglomeração de micro-empresendedores informais.

A bem da verdade, a Marca Territorial de São Bonifácio expressa um modo particular de vida, no qual são elaborados pães típicos a partir de um milho especial moído em atafona e assados em forno de lenha sobre folhas de uma planta conhecida por caeté. Este pão e tudo o que pode ser consumido com ele, incluindo aí a contemplação da paisagem e do espaço local, possui um significado cultural interétnico específico, constituindo-se em um item característico da sociobiodiversidade catarinense, em particular, e da riquíssima sociobiodiversidade brasileira, em geral. Deste modo, seria mais sensato considerar que a Marca Territorial de São Bonifácio é uma Representação Gráfica de uma Denominação de Origem, e não uma Marca. Todavia, a lógica que fundamenta e regula as Indicações Geográficas não reconhece os micro-empresendimentos informais como o de São Bonifácio, ainda que a informalidade seja uma característica da Agricultura Familiar e que esta Agricultura seja tão estratégica à população brasileira.

Apesar de tudo, a Marca Territorial de São Bonifácio foi útil para mobilizar socialmente a comunidade em torno de um projeto de desenvolvimento, dando expressão visual inclusive à sua aglomeração de micro-empresendados informais da Agricultura Familiar. Vale lembrar que os agricultores familiares recebem do Estado um direito especial que é necessário para eles conseguirem uma modesta e necessária aposentadoria por tempo de trabalho na velhice, o qual cessa para aqueles que constituírem micro ou pequenas empresas. Além disso, por serem artesanais, elaborados em pequenas quantidades e em diversos endereços, os produtos de São Bonifácio não geram excedentes suficientes para subsidiar os onerosos processos de concessão e registro de uma Indicação de Procedência, quanto mais para um pioneiro registro de uma Denominação de Origem.

Diante de tal lacuna da legislação brasileira, situada entre a classe das Marcas Coletivas e a das Representações Gráficas das Indicações Geográficas, a Marca Territorial corresponde a uma tipologia adequada para o caso de São Bonifácio, mesmo que não haja um

dispositivo legal para protegê-la, até porque ela manifesta a vitalidade de um micro-território rural que se auto-organizou socialmente, economicamente e politicamente, reinventando-se para superar os desafios do complexo mundo contemporâneo, a partir da própria identidade cultural.

Embora as Marcas Territoriais configurem uma alternativa para o equacionamento de milhares de localidades rurais em relação aos espaços urbanos e vice-versa, sobretudo no Brasil que ainda possui muita ruralidade, os acordos internacionais que regulam as questões legais das Marcas e das Representações Gráficas das Indicações Geográficas também não legitimaram juridicamente esse tipo de Marca. Mas, tal como foi visto no final do Capítulo III deste trabalho, elas existem e sua ocorrência vem se expandindo nos últimos anos. Infelizmente, tais acordos internacionais acabam ratificando tipologias com o espírito da economia capitalista de mercado, privilegiando atividades industriais e organizações juridicamente constituídas, ainda que exista um universo expressivo de localidades rurais e um potencial imenso para o empreendimento de embrionários processos de desenvolvimento comunitário autogestionário, aos quais a construção de Marcas Territoriais tem contribuição a oferecer em termos de reafirmação das respectivas identidades culturais de cada território. Afinal, a experiência de São Bonifácio e de outros micro-territórios devem ser replicadas, com o devido respeito às particularidades de cada caso.

b) Marca Territorial e Design Integral como estratégia de empoderamento comunitário

A Marca Territorial de São Bonifácio produziu resultados positivos, os quais são pouco conhecidos até o momento no Brasil. Ela não serviu apenas para dar expressão visual à produtos e serviços de um lugar. O que houve de fundamental na experiência de São Bonifácio foi o protagonismo horizontal dos atores sociais envolvidos no seu processo. Agricultores familiares, agentes públicos de desenvolvimento, empresários, comerciantes, estudantes e professores universitários aceitaram a oportunidade para afirmar os respectivos interesses pessoais de um modo coordenado, resultando em um planejamento territorial integrado. Tal planejamento constitui uma política pública - e não de governo - informal, que estendeu à comunidade desse micro-território a possibilidade de resolver qual será o futuro próximo de São Bonifácio.

Construída através de um processo participativo e comunitário de concertação do desenvolvimento de todos e do lugar, tal política pública informal foi conduzida democraticamente com uma lógica diferente da economia capitalista de mercado. De fato, a

Economia Solidária fez a diferença, acolhendo todas as pessoas que quiseram participar e construir horizontalmente este processo de desenvolvimento. Todavia, inicialmente a ideia de cooperativismo não foi bem recebida pela maioria dos atores sociais envolvidos no processo, por causa de fracassadas tentativas de cooperativismo do segundo ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio. Assim, a proposta de um empreendimento de cooperativismo no início do terceiro ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio não entusiasmou a comunidade, de imediato. A superação desses traumas ocorreu com o trabalho paciente da Equipe Local de Agricultura, que contou com a idoneidade de técnicos que vivem e trabalham em São Bonifácio há décadas. A confiança dos participantes estimulou a formação intencional de capital social solidário, conduzindo os trabalhos dos Grupos de Discussão numa mesma direção, a qual culminou em 2008 numa viagem de visita a uma cooperativa consolidada da Região oeste de Santa Catarina. Sensibilizados com o que viram, deflagraram-se os primeiros acordos coletivos da cooperativa de Economia Solidária que se encarregaria de comercializar a Cesta de Bens Territoriais de São Bonifácio fora do micro-território. Também acertaram que os agricultores associados da cooperativa continuariam elaborando artesanalmente os itens da Cesta de Bens de São Bonifácio, e que tais produções informais continuariam sendo elaboradas nas respectivas pequenas propriedades de cada um. A justificativa para tanto era preservar a identidade cultural e a tradição do micro-território, além de garantir o recebimento do direito que legislação faculta aos agricultores familiares em termos de aposentadoria por tempo de trabalho. No entanto, a comercialização da Cesta de Bens em São Bonifácio continuou ao encargo da Casa do Produto Colonial, assim como foi resolvido que os empresários mais consolidados de São Bonifácio poderiam usar a Marca Territorial em suas embalagens. Por fim, também foi estimulada a comercialização da Cesta de Bens de São Bonifácio na Ecofeira da UFSC, na Ecofeira da UNISUL e no CEASA - Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina / Agricultura Familiar da Grande Florianópolis.

Esta estratégia foi importante para os agricultores familiares micro-empresendedores acessarem diretamente os consumidores, estabelecendo uma relação entre o espaço rural e o urbano que ampliou a percepção da qualidade dos produtos e serviços de São Bonifácio, para ambos os lados. Entre outros resultados, as dinâmicas de produção e comercialização dos itens da Cesta de Bens e da prestação de Serviços Territoriais de São Bonifácio revelou iniciativas interessantes em termos de empoderamento comunitário. A mais emblemática delas emergiu do Grupo de Discussão de Alimentos Orgânicos, que foi formado espontaneamente por sete famílias de agricultores familiares de São Bonifácio e por uma de um município vizinho. Esse Grupo inaugurou a produção coletiva de alimentos orgânicos de

São Bonifácio⁸⁰, comercializando-a cooperativamente na Ecofeira da UFSC. Tal iniciativa envolveu um nível de sinergia que corresponde a uma das primeiras atividades autogestionárias de São Bonifácio, caracterizando uma dinâmica clara de Economia Solidária. Entre outros efeitos, tal iniciativa envolveu a compra coletiva de um caminhão para escoar os alimentos de São Bonifácio à Florianópolis, através de um contrato de financiamento firmado com a CRESOL. Vale lembrar, que um contrato como este não seria celebrado na rede bancária pública ou privada, por falta de garantia dos recursos demandados. Como se pode deduzir, foi uma atitude arrojada que deu exemplo e estímulo para formação de outros grupos de micro-empresendedores informais de São Bonifácio.

Assim, as iniciativas virtuosas do terceiro ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio indicam que há uma via alternativa para o planejamento e a gestão de micro-territórios rurais, onde a construção de Marcas Territoriais estimula as pessoas a saírem da condição de individualidade competitiva para operarem coletiva e cooperativamente. Para tanto, o profissional de Design precisa saber elaborar participativamente mensagens gráficas e visuais e, ao mesmo tempo, mediar os antagonismos que surgirem entre os atores sociais envolvidos em cada caso. Este não é um trabalho simples, implicando no conhecimento de tecnologias que possibilitam o trabalho técnico tanto quanto o domínio de conhecimentos de humanidades que facultam o trato interpessoal e comunitário. Bem mais que um desafio interdisciplinar, onde pesquisadores e agentes públicos de desenvolvimento podem sistematizar os conhecimentos resultantes de práticas compartilhadas, este tipo de trabalho requer a transdisciplinaridade, oportunizando uma construção social do conhecimento que sintetize as possibilidades científicas e tecnológicas com o saber prático e tradicional da comunidade em questão. Neste sentido, o trabalho do designer deixa de ser feito “para um cliente” - que na maioria das vezes é um empresário - , para ser elaborado “com uma comunidade”, tornando-se algo mais que econômico e solidário, envolvendo aspectos identitários e culturais, políticos e emancipatórios, ecológicos e outros.

Tudo isso se agrava na medida em que não há cobertura jurídica para as Marcas Territoriais, financiamento a fundo perdido para mobilização de comunidades de agricultores familiares interessadas neste tipo de trabalho, receita de bolo para estimular o capital social solidário desses micro-empresendedores informais da Agricultura Familiar, além das autoridades municipais, que, via de regra, desconhecem o potencial comunitário das

⁸⁰ A Dona Ema é a agricultora familiar agroecológica mais antiga de São Bonifácio, mas até o momento de formação do Grupo de Discussão dos Alimentos Orgânicos produzia individualmente.

aglomerações de micro-empresendimentos informais organizados através de uma Marca Territorial e sua Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Contudo, é preciso reconhecer, este novo tipo de Design requer um outro tipo de formação humana e capacitação técnica, os quais devem ser assumidos pelo Estado e as instituições públicas de ensino superior de Design. Se não for assim, o Positivismo / Capitalismo / Desenvolvimento Econômico / Design Industrial continuará desintegrando a valiosíssima sociobiodiversidade brasileira presentes nas comunidades rurais e suas identidades culturais específicas, para privilegiar a conturbada, excludente e colapsada cultura urbano-industrial entravada no planeta desde a Revolução Industrial. Neste sentido, as Marcas Territoriais podem fazer parte de uma estratégia que valoriza a solidariedade comunitária, as decisões coletivas e os trabalhos coordenados e integrados, além de contar com a contribuição de uma Macro-Tipologia de Design que assimilou os predicados do Design para Sustentabilidade e do Design Local e foi além, ao se comprometer exclusivamente com a Economia Solidária. Afinal, o Design Integral emergiu em 2002 a partir de um grupo de pesquisadores de Florianópolis com a pretensão de auxiliar no equacionamento dos desafios do complexo mundo contemporâneo, o qual requer soluções contemporâneas, complexas, comunitárias e autogestionárias para superar os seus principais dilemas.

c) Marca Territorial, Design Integral e Desenvolvimento Territorial Sustentável como ponte entre a tradição e a contemporaneidade

A bem da verdade, a experiência de São Bonifácio só faz sentido se for apreendida a partir de um amplo painel histórico, tal como foi feito no presente trabalho. Observa-se, assim, que no primeiro ciclo de desenvolvimento a comunidade de São Bonifácio ficou largada à própria sorte, e só sobreviveu com trabalho duro e excessivo. Nesse período, foi a solidariedade das famílias de imigrantes e a vontade de superar os traumas do campesinato atingido impiedosamente pelos aspectos mais negativos da Revolução Industrial que se constituiu na motivação necessária para a comunidade seguir adiante.

No segundo ciclo de desenvolvimento, a comunidade de São Bonifácio teve a atenção das autoridades catarinenses, que lhe prometeu uma vida melhor a ser conquistada com a produtividade da agricultura característica da Revolução Verde. No fim das contas, esse ciclo descaracterizou o colonato, acentuou o individualismo na comunidade e formou uma pequena elite local que concentrou poder político e econômico sem distribuir adequadamente os benefícios dos trabalhos realizados individualmente na comunidade. Assim, um dos efeitos

sociais mais evidentes desse ciclo pode ser medido com o sofrimento de tantas famílias que viram e vêem seus adolescentes migrarem em busca de trabalho, educação e lazer, deixando para trás a ameaça da Agricultura Familiar não ter sucessão nos próximos anos.

Assim, apostar em valores endógenos e na autogestão comunitária como estratégia do terceiro ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio significa muito para uma comunidade que já foi tão desrespeitada culturalmente. Neste sentido, a comunidade experimentou participar do planejamento e da gestão para o desenvolvimento de São Bonifácio, tornando-se co-responsável pelo futuro do município. Entre outros tentos, esta experiência demonstrou que é possível desarmar velhas fórmulas de insucesso promovidas pelo sonho inconquistável de aculamação de riquezas pessoais, quebra de códigos identitários importantes, perda progressiva e sistemática da solidariedade comunitária e da resiliência do meio ambiente. Por outro lado, a comunidade de São Bonifácio também pode aprender com os efeitos negativos deste embrionário processo de desenvolvimento. O aprendizado mais impactante foi a descontinuidade do terceiro ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio por uma série de fatos. Dois deles se referem ao encerramento do Projeto PRAPEM / Microbacias 2 em 2008, conforme era previsto desde o início do Projeto. Com isto, também encerrou o Projeto PEAP de São Bonifácio, que foi um importante componente do Projeto PRAPEM / Microbacias 2. Até o momento, o Governo de Santa Catarina está buscando um modo de continuar as ações iniciadas no âmbito do PRAPEM / Microbacias 2. Um outro fato que contribuiu para descontinuar a experiência de São Bonifácio decorreu das últimas eleições municipais. A nova gestão municipal não está interessada no terceiro ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio, preferindo operar com o ideário do segundo ciclo. Assim, os trabalhos que estavam em curso para constituir a cooperativa que comercializaria a Cesta de Bens e Serviços Territoriais fora de São Bonifácio foram interrompidos. Deste modo, a Marca Territorial e o processo embrionário de Desenvolvimento Territorial de São Bonifácio estão latentes no micro-território e poderão germinar assim que a condição político-partidária for favorável, já que os protagonistas do terceiro ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio perderam as últimas eleições por uma pequena diferença de votos, deixando sempre aberta uma perspectiva democrática e comunitária.

Apesar deste retrocesso, a experiência relatada neste trabalho apresenta elementos que merece o exame de profissionais de planejamento e gestão para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. O mais interessante deles é que esta experiência redime em alguma medida uma antiga dívida que o capitalismo contraiu e nunca honrou. A bem da verdade, a cultura dos imigrantes da Região da Westfália foi atingida pela Revolução Industrial duas vezes. A

primeira ocorreu na eclosão da Revolução na Europa, expulsando muitas pessoas da terra natal. A segunda ocorreu com a tardia industrialização do Brasil a partir de 1930, a qual alcançou São Bonifácio travestida de Revolução Verde por volta das décadas de 1970 e de 1980. Ambas perturbaram drasticamente o modo e o ritmo de vida do campesinato da Westfália e o colonato de São Bonifácio. Considerando que essa cultura amargou duas vezes a mesma causa, vitimada por um processo desumano e inconsequente de industrialização forçada, é justo que a comunidade de São Bonifácio finalmente tenha tido a oportunidade de tratar do próprio desenvolvimento no seu último ciclo, a partir da própria identidade cultural, ainda que por um brevíssimo espaço de tempo.

Como se pode inferir, bastou que a comunidade tivesse uma oportunidade para revelar as marcas da sua identidade cultural. Desse modo, o Desenvolvimento Territorial Sustentável, o Design Integral e a Marca Territorial de São Bonifácio abrem uma perspectiva comunitária e autogestionária para valorizar a natureza, os modos de vida particulares e todas as possibilidades produtivas que houver nos distintos micro-territórios. No caso de São Bonifácio, as atafonas da Idade Antiga e Média e o patrimônio indígena do milho apropriado pelos imigrantes ofereceram argumentos suficientes que foram utilizados como uma estratégia de revitalização de uma identidade cultural que resistiu à violência estrutural da Idade Moderna impetrada historicamente. Todavia, a Idade Contemporânea dispõe da História e pode pinçar das Idades anteriores o que quiser, combinando-as como lhe for mais conveniente, deixando de lado o que não serve mais para se concentrar em reinventar o que for necessário. Isto significa, entre tantas possibilidades, que as atafonas finalmente puderam dialogar com as tecnologias digitais contemporâneas, resultando numa formulação alternativa capaz de reunir os sonhos dos munícipes que guardam as tradições da comunidade na memória com os arrojados dos mais novos, tendo como horizonte, à frente, um universo rico em possibilidades para todos e para cada lugar. Afinal, trata-se de um exercício com a Teoria da Complexidade e a Teoria da Formação Socioespacial que resultou numa metodologia participativa de trabalho interessada no empoderamento de uma determinada comunidade, e que merece ser aprimorada e replicada em outras sociabilidades e territórios como instrumento de planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou e analisou o processo de construção e os efeitos da Marca Territorial de São Bonifácio, os quais integram um processo embrionário de Desenvolvimento Territorial Sustentável transcorrido entre 2005 e 2008. Animado com uma abordagem experimental que articulou a Teoria da Complexidade e a Teoria da Formação Socioespacial, este trabalho reviu as principais Macro-Tipologias do Desenvolvimento, do Design e das Marcas, objetivando verificar o que era mais adequado no momento para o empoderamento de uma comunidade de um micro-território de agricultores familiares com forte identidade cultural herdada de imigrantes “alemães” da Westfália. Trata-se de uma experiência que envolveu elementos inéditos no campo do Design, tal como esta Marca Territorial e uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Neste sentido, estes elementos foram utilizados como instrumentos estratégicos de mobilização social para envolver a comunidade no processo de desenvolvimento pautado pela Economia Solidária e dar mais e melhor visibilidade a São Bonifácio. Tudo isso indicou um caminho alternativo para os micro-territórios rurais reagirem aos efeitos negativos da economia capitalista de mercado valendo-se da solidariedade e cooperação para construir um tipo especial de capital social e assumir um novo rumo em termos de planejamento e gestão para o seu desenvolvimento.

Para tanto, três questões nortearam a investigação deste trabalho. A primeira indagou se a Marca Territorial de São Bonifácio fortaleceu a identidade cultural da sua comunidade. A seguinte observou se o processo de construção dessa Marca contribuiu no empoderamento comunitário de São Bonifácio. A última verificou se o embrionário processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável de São Bonifácio correspondia a uma estratégia harmoniosa entre o tradicional e o moderno.

Para responder tais questões, o presente trabalho foi estruturado em três partes. A primeira revisou as Macro-Tipologias mais expressivas do Desenvolvimento ao longo da História, destacando as virtudes e os problemas de cada uma delas. O segundo capítulo explorou as Macro-Tipologias mais significativas do Design ao longo do seu processo histórico de construção, apontando o que havia de melhor e o que há de problemático nessas tipologias. Em seguida, o terceiro capítulo reviu as Macro-Tipologias das Marcas ao longo da Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e da Idade Contemporânea. Assim, os capítulos que compõe a Parte I serviram de base teórica para situar a Marca Territorial de São Bonifácio em relação ao estado-da-arte das marcas, do design e do desenvolvimento.

A segunda parte do trabalho, composta dos Capítulos IV e V, buscou caracterizar a geografia, a identidade cultural, a formação e os ciclos de desenvolvimento de São Bonifácio, relatou o processo de construção da Marca Territorial de São Bonifácio, indicando as circunstâncias e os detalhes desse processo comunitário que culminou na Marca e na Cesta de Bens e Serviços Territoriais, as quais se somam a outras atividades - como o Plano Diretor Participativo do município - e formam o processo embrionário de Desenvolvimento Territorial Sustentável de São Bonifácio. Por último, analisou os efeitos da Marca Territorial de São Bonifácio, respondendo, assim, as questões norteadoras deste trabalho de pesquisa.

De um modo geral, o presente estudo observou um caso de formação de um embrião de Desenvolvimento Territorial Sustentável que se valeu de uma marca contemporânea para mobilizar a comunidade e envolvê-la na concepção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Entretanto, esta comunidade possui particularidades importantes, tais como a Agricultura Familiar e a herança cultural da Região da Westfália, além de se situar parcialmente na área de entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Assim, a experiência de desenvolvimento partiu da identidade cultural da comunidade para ser empreendida pautada nas premissas da Sustentabilidade. Dessas premissas, duas tiveram muita relevância: a primeira se refere ao protagonismo horizontal da comunidade e dos demais atores envolvidos no processo, caracterizando uma ampla iniciativa de Economia Solidária. A segunda corresponde à utilização da identidade cultural da comunidade como elemento que fundamentou as dinâmicas do embrionário processo de desenvolvimento observado, produzindo bons resultados em termos de empoderamento comunitário.

Contudo, o projeto governamental que oportunizou este processo de desenvolvimento encerrou suas atividades em 2008, conforme foi previsto desde o seu início. Em paralelo, a última eleição municipal de São Bonifácio substituiu o grupo que administrou este processo. Assim, essas ocorrências acabaram descontinuando o que foi chamado neste trabalho de terceiro ciclo de desenvolvimento de São Bonifácio, representando um retrocesso em termos de administração pública, concertação e empoderamento comunitário. Apesar disto, este trabalho ajuda a registrar uma experiência que beneficiou a comunidade de São Bonifácio e indicou um novo caminho para a comunidade acadêmica, mantendo no estado de latência uma via alternativa que pode ser retomada em São Bonifácio ou ser replicada em outras localidades sempre que as dinâmicas político-partidárias não impedirem nos micro-territórios o planejamento e a gestão do desenvolvimento do lugar e da sociedade, harmoniosamente. Afinal, tal como foi visto neste estudo, a qualidade do desenvolvimento também indica o grau

de cidadania e o nível de civilidade que cada lugar conquistou, não se restringindo apenas aos seus objetos materiais e edificações.

Por outro lado, do ponto de vista da investigação científica, a experiência de São Bonifácio estimula o empreendimento de novos estudos, os quais podem focalizar alguns temas que emergiram da reflexão realizada ao longo deste trabalho. O principal deles corresponde a um aspecto importante do processo embrionário de Desenvolvimento Territorial Sustentável de São Bonifácio, ou seja: a identidade cultural foi acionada como motor do desenvolvimento, e isto significa que, além das questões sociológicas que existem entre os atores sociais no exercício de governança local, que além das questões econômicas relativas às atividades produtivas de cada micro-território, questões antropológicas assumiram grande expressão na equação do desenvolvimento que pretendeu ser justo socialmente, solidário economicamente, prudente ambientalmente e democrático politicamente. Assim, é oportuno estudar mais e aperfeiçoar os instrumentos que permitirão eleger as manifestações mais expressivas da identidade cultural de cada micro-território observado. Isto deverá resultar no estudo da estética territorial de cada povo, correspondendo a uma contribuição importante para elaboração de Marcas Territoriais e Cestas de Bens e Serviços Territoriais, as quais convocam os antropólogos para auxiliar no exercício do Design Integral e do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento territorial. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2. Pp. 1-20, Abr./jun. 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. “Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social” in: SABOURIN, Eric & TEIXEIRA, Olívio Alberto (orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. Pp. 113-128.
- AB’SABER, Aziz Nacib. **Os Domínios da Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- ACAMPORA, Teresa & FONTE, Maria. “Produtos típicos, estratégias de desarrollo rural y conocimiento local” in: **Opera - Territorios con identidad cultural, perspectivas desde America Latina y la Unión Europea**, n. 7. 2007/2008. Pp. 191-212.
- ACHA, Juan. **Introducción a la teoria de los diseños**. Ciudad del Mexico: Trillas, 1988.
- ALARCON, Gisele Garcia. **Transformação da Paisagem em São Bonifácio - SC: a interface entre a percepção de agricultores familiares, as práticas de uso do solo e aspectos da Legislação Ambiental**. Dissertação de mestrado - Agroecossistemas / CCA / UFSC. Florianópolis, 2007.
- ALBAGLI, Sarita. “Território e Territorialidade” in: LAGES, Vinicius; BRAGA, Cristiano & MORELI, Gustavo (orgs.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004. Pp. 25-70.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- ANDION, Caroline. **Atuação da ONGs nas Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Meio Rural de Santa Catarina: Os casos da APACO, do Instituto Vianei de Educação Popular e da AGRECO**. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas / UFSC. Florianópolis, 2007.
- ANDRADE, Ana Maria Queirós (org.). **Imaginário Pernambucano: design, cultura, inclusão social e desenvolvimento sustentável**. Recife: UFPE, 2006.
- ANTUNES, Ricardo & ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade** v. 25, n. 87. Pp. 335-351, Mai./ago. 2004.
- ARIÉS, Phillippe. “Por uma história da vida privada” in: CHARTIER, Roger (org.). **História da Vida Privada - 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ASSOCIACIÓ CATALANA D’EXLIBRISTES. **Ex Libres - Portaveu da La’Associació Catalana D’Exlibristes**, ano 1, n°. 1. Pp. 5. 1989.
- BAQUERO, Marcello. “As múltiplas faces da desigualdade: capital social e empoderamento na América Latina” in: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, 2007. Pp. 304-322.

- BARBOSA, Rosângela Nair de. **A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony & LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Interações v. 1, n. 2**. Pp. 7-12. Mar. 2001.
- BLAETH, Guilherme & ABUHAB, Patrícia. **De Olho na Vida: reflexões para um consumo ético**. Florianópolis: Instituto Harmonia na Terra, 2006.
- BONSIEPE, Guy. **A “Tecnologia” da Tecnologia**. São Paulo: Edgar Blucher, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales, v. 31**. 1980. Pp. 2-3.
- BRAGA, Cristiano Lima; LAGARES, Lea & LAGES, Vinícius (orgs.). **Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. Brasília: SEBRAE, 2005.
- BRANZI, Andrea. “O Brasil como modelo do mundo” in: MORAES, Dijon De. **Análise do Design Brasileiro: entre a mimese e mestiçagem**. São Paulo: Edgard Blucher, 2006. Pp. 3-17.
- BROWN, Lester Russel. **Eco-Economia: construindo uma economia para Terra**. Salvador: UMA, 2003.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- BURDEK, Bernhard E. **História, Teoria e Prática do Design de Produtos**. São Paulo: Edgar Blucher, 2006.
- BURDEK, Bernhard E. **Diseño. Historia, Teoría y Práctica del Diseño Industrial**. 2 ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.
- BURDEK, Bernhardt E. **Diseño. Historia, Teoría y Práctica del Diseño Industrial**. Barcelona: Gustavo Gili, 1994.
- BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BUSS, Anselmo. **São Bonifácio - SC: Aspectos de sua história**. 3 ed. Florianópolis: Ed. do Autor, 2006.
- CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix / Amana-Key, 2002.
- CARDOSO, Rafael. **O Design Brasileiro Antes do Design: aspectos da história gráfica, 1870-1960**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- CARRIÈRE, Jean-Paul & CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de Desenvolvimento Territorial. **Eisforia, n. especial**. Pp. 23-47. Jan./jun. 2006.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CAZELLA, Ademir Antônio; BONNAL, Philippe & MALUF, Renato Sergio Jamil (orgs.). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CERDAN, Claire. “Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável” in: **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14. Florianópolis, 2009. Pp. 277-299.

CERDAN, Claire & SAUTIER, Denis. “Construção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Sistemas de produção de queijo em Sergipe” in: SABOURIN, Eric & TEIXEIRA, Olívio Alberto (orgs.). **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. Pp. 131-142.

CEZAR, Frederico Gonçalves & ABRANTES, Paulo César Coelho. “Princípio da Precaução: considerações epistemológicas sobre o princípio e sua relação com o processo de análise de risco” in: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 20, n. 2. Pp. 225-262. Mai./ago., 2003.

CHAMMA, Norberto. **Marcas e Sinalização: práticas em design corporativo**. São Paulo: SENAC, 2007.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum / Relatório Brundtland**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, Joan. **A Imagem da Marca: um fenômeno social**. São Paulo: Rosari, 2008.

COURLET, Claude. “Os Sistemas Produtivos Locais: da definição ao modelo” in: **Eisforia**, n. especial. Jan./jun. 2006. Pp. 49-79.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CRAIG, James. **Produção Gráfica: para planejador gráfico, editor, diretor de arte, produtor, estudante**. São Paulo: Mosaico / EdUSP, 1980.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel & NOVAES, Henrique Tahan. “Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social” in: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DE BOEF, Valter Simon & PINHEIRO, Sérgio Leite Guimarães. Construção social de conhecimentos: uma experiência de formação, ação e aprendizado promovendo pesquisas participativas ‘com’ comunidades rurais em Santa Catarina. **Esfória** 1, n. 1 (jan./jun 2003), 2005. Pp. 33-47.

DENIS, Rafael Cardoso. **Uma Introdução à História do Design**. São Paulo: Edgard Blucher, 2000.

DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada Ecológica e Sustentabilidade Humana**. São Paulo: Gaia, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos & VIANA, Virgílio M. **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC / NAUPAUB CEC, 1999.

DIRKSEN, Valberto. **Viver em São Martinho: A colonização alemã no Vale do Capivari**. Florianópolis: Ed. do autor, 1995.

DOMINGUES, Ana Sabino; BÉRTHOLO, Joana; SILVA, Joana & CORREIA, Sara Souza. **Ecodesign - Processos de impressão ecológicos e econômicos**. Lisboa: Escola de Belas Artes, 2005 - 2006.

DORNELES, Carolina Mello; SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida & ANTUNES, Douglas Ladik. “Um ensaio sobre as dificuldades no panorama nacional para a difusão de materiais com requisito sócio-ambientais” in: **Design em Foco** v. 2, n. 2. Pp. 29-44, Jul./dez., 2005.

- DROSTE, Magdalena. **Bauhaus 1919-1933**. Berlim: Tasken, 1994.
- EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável 2005 / 2008 - Município de São Bonifácio**. São Bonifácio: EPAGRI, 2005.
- FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu / FAPESP, 2007.
- FERNANDEZ, Oscar S. Lorenzo. **Reflexões sobre Tecnologia, Inovação, Informação e Globalização**. São Paulo: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 2007.
- FERNÁNDEZ, Silvia & BONSIPE, Guy (orgs.). **Historia del Diseño em América Latina y el Caribe: Industrialización y comunicación visual para la autonomía**. São Paulo: Blucher, 2008.
- FLORES, Murilo Xavier. **Da solidariedade Social ao Individualismo: Um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha**. Tese de doutorado - Sociologia Política / UFSC. Florianópolis, 2007.
- FLORES, Murilo Xavier. “La identidad cultural del territorio como base de una estrategia de desarrollo sostenible” in: **Revista Opera 2007-2008 - Territorios con identidad cultural, perspectivas desde America Latina y Unión Europea**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2007.
- FLORES, Murilo Xavier. “Desenvolvimento Territorial Rural: uma proposta e estudo para apoio à formulação de políticas públicas” in: LAGES, Vinicius; BRAGA, Cristiano & MORELI, Gustavo (orgs.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004. Pp. 159-178.
- FRASCARA, Jorge. **El Poder de la Imagen: Reflexiones sobre comunicación visual**. Buenos Aires: Infinito, 2006.
- FRASCARA, Jorge. **Diseño Gráfico y Comunicación**. 7 ed. Buenos Aires: Infinito, 2000.
- FRASCARA, Jorge. **Diseño Gráfico Para La Gente: comunicaciones de masa y cambio social**. 2ª ed. Buenos Aires: Infinito, 2000a.
- FRIEDMANN, John. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras: Celta, 1996.
- ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. São Paulo: Global, 1984.
- GADOTTI, Moacir. “Carta da Terra” in: **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.). **Sentidos e Experiências Solidárias no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio. “Empreendimentos econômicos solidários” in: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- GANEM, Carlos & SANTOS, Eliane Menezes dos. **Brasil Inovador: o desafio empreendedor - 40 histórias de sucesso de empresas que investem em inovação**. Brasília: IEL - NC, 2006.
- GAVIN, Ambrose & HARRIS, Paul. **Dicionário Visual de Design Gráfico**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

- GELLI, Fred. “Design voltado a meio ambiente e sustentabilidade” in: CONSOLO, Cecília (org.). **Anatomia do Design: uma análise do design gráfico brasileiro**. São Paulo: Blucher, 2009. Pp. 72-85.
- GEROLAMO, Mateus Cecílio; CARPINETTI, Luiz César Ribeiro; FLESCHUTZ, Timo & SELIGER, Günther. “*Clusters* e redes de cooperação de pequenas e médias empresas: observatório europeu, caso alemão e contribuições ao caso brasileiro” in: **Gestão & Produção v. 2, n. 15**. Pp. 351-365. 2008.
- GIDDENS, Anthony. “A vida em uma sociedade pós-tradicional” in: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony & LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997. Pp. 73-133.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODBOLT, Jacques. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GOLUB, Philip S. Saturação das metrópoles. **Le Monde Diplomatique Brasil, ano 3, n. 32**. Mar. 2010. P. 67.
- GOMES, Luiz Vidal Negreiros. **Desenhismo - Artes do desenho**. Santa Maria: UFSM, 1996.
- GRIXALBA, Carlos. **Enciclopédia de Heráldica**. Madrid: LIBSA, 2006.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory & LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial**. São Paulo: Cultrix / Amana-Key, 1999.
- HOBBSAWN, Erik John. **A Era das Revoluções, 1789-1848**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- HOBSON, John Atkinson. **The Evolution of Modern Capitalism: a study of machine production**. Londres: George Allen & Unwin, 1949.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para Sistematizar Experiências**. 2 ed. Brasília: MMA, 2006.
- HOLLIS, Richard. **Design Gráfico: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006 - Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann & LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. “A questão ambiental no esquema centro-periferia” in: **Economia, v. 4, n. 2**. Pp. 201-221. Jul./dez., 2003.
- KARAM, Karen & FREITAS, Luis Antônio do Santos de. **Relatório Final / Pesquisa, Extensão e Aprendizagem Participativa - PEAP: subsídios teórico-metodológicos**. Florianópolis: PRAPEM / Microbacias 2, 2008.
- KAZAZIAN, Thierry. **Haverá a Idade das Coisas Leves: design e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005.
- KOPP, Rudinei. **Design Gráfico Cambiante**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISP, 2004.

- KUHN, Thomas Samuel. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- LAGES, Vinicius; BRAGA, Cristiano & MORELI, Gustavo (orgs.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.
- LANDES, David S. **Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LASTRES, Helena Maria Martins & CASSIOLATO, José Eduardo. **Estratégias para o Desenvolvimento: um enfoque sobre os Arranjos Produtivos Locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo & CAMPOS, Renato. “Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais: vantagens do enfoque” in: LASTRES, Helena Maria Martins & CASSIOLATO, José Eduardo (orgs.). **Estratégias para o Desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006. Pp. 13-28.
- LEMOES, Cristina; ALBAGLI, Sarita & SZAPIRO, Marina. “Políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil: evolução recente e desafios locais” in: LASTRES, Helena Maria Martins & CASSIOLATO, José Eduardo (orgs.). **Estratégias para o Desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006. Pp. 249-265.
- LISBOA, Armando de Melo. “A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico” in: **Otra Economia**, v. 2, n. 3. 2008. Pp 7-26.
- LIMA, Gustavo F. da Costa. “O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável” in: **Política & Trabalho** n. 13. Set. 1997. Pp. 201-222.
- LOBACH, Bernd. **Design Industrial: bases para a configuração de produtos industriais**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.
- LUPTON, Ellen. **Pensar com Tipos: guia para designers, escritores, editores e estudantes**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- MALDONADO, Tomás. **Design Industrial**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- MALUF, Renato; MENEZES, Francisco & VALENTE, Flávio L. “Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil” in: **Cadernos de Debate**, v. IV. 1996. Pp. 66-88.
- MANU, Alexander (org.). **Revista da Aldeia Humana**. Florianópolis: SENAI / LBDI, 1995.
- MANZINI, Ezio. **Design para Inovação Social e Sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.
- MANZINI, Ezio & VEZZOLI, Carlo. **O Desenvolvimento de Produtos Sustentáveis**. 1 reimp. São Paulo: EdUSP, 2008.
- MANZINI, Ezio & VEZZOLI, Carlo. **O Desenvolvimento de Produtos Sustentáveis**. São Paulo: Edusp, 2002.
- MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2009-2010 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Brasília: Mapa / SPA, 2009.

- MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**, v. 3, n. 5. Pp. 51-59. Set. / 2002.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 7 ed. São Paulo: Nova Stella, 1987.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**. Brasília, 2005.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário / MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Relatório do Seminário Nacional “Cadeias dos produtos da sociobiodiversidade: Agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”**. Brasília: Governo do Brasil, 2008.
- MEADOWS, Dennis L.; MEADOWS, Donella H.; RANDERS, Jorgen & BEHRENS, William W. **Limites do Crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- MIRANDA, Oswaldo. **Marcas Fortes**. São Paulo: Escala, 2002.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- MORAES, Dijon. **Análise do Design Brasileiro: entre mimese e mestiçagem**. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.
- MORALES, Luis Rodriguez. **El Diseño Preindustrial, una visión histórica**. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana / Azcapotzalco, 1995.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- MORIN, Edgar & KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORIN, Edgar. **O Método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- MORRIS, William. “A arte e seus produtores” in: **As Artes Menores e Outros Ensaios**. Lisboa: Antígona, 2003. Pp. 109-128.
- MULLER, Barbra; SILVA, Daniel Scotti da; ALVES, Marta da Cruz; DECKER, Paulo Rogério & DURAN, Tatiana Silva. “Atafona Santo Antônio - Visita à Família Buss” in: ANTUNES, Douglas Ladik (org.). **Caderno de Artigos: as atafonas como elementos de valorização cultural de São Bonifácio (SC) - uma visão de possíveis oportunidades para contribuir com desenvolvimento local sustentável e solidário**. Relatório de projeto de ensino, CEART / UDESC. Florianópolis, 2006.
- MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- NARANJO CASTILLO, Eduardo. “El territorio y los nuevos escenarios del diseño” in: **Diseño y Territorio**. Bogotá: Programa ACUNAR / Facultad de Artes / Universidade Nacional de Colombia, 2007. Pp. 113-125.

- NASCIMENTO, Décio Estevão do. **Desenvolvimento Regional e Redes de Difusão de Tecnologia**. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional (Santa Cruz do Sul, Rio Grande Sul, Brasil). Pp. 1-31, Set./out. 2004.
- NASCIMENTO, Décio Estevão do & SOUZA, Marília de. “Valorização do Terroir - Uma Estratégia de Desenvolvimento Local” in: LAGES, Vinicius; BRAGA, Cristiano Lima & MORELLI, Gustavo (orgs.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004. Pp. 181-191.
- NEWARK, Quentin. **O que é Design Gráfico**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- NEIRA ALVA, Eduardo. **Metrópoles (In)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- NIEMEYER, Lucy. **Design no Brasil: origens e instalação**. 2 ed. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.
- OETR - Observatório Europeu dos Territórios Rurais. **Uma Seleção das Melhores Práticas do Leader +**. Bruxelas: Comissão Europeia da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2008.
- OETR - Observatório Europeu dos Territórios Rurais. **Uma Seleção das Melhores Práticas do Leader +**. Bruxelas: Comissão Europeia da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2007.
- OLINS, Wally. **A Marca**. Lisboa: Verbo, 2003.
- OLIVEIRA, Jorge (org.). Catálogo da **1ª Exposição Sul Brasileira de Ex Libris**. Câmara Municipal: Caçador, 1992.
- OUTHWAIT, William & BOTTOMRE, Tom (orgs.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PACKARD, Vance. **Estratégias do Dispersão**. São Paulo: IBRASA, 1965.
- PALLET, Catherine & PALLET, Dominique. “Os selos oficiais de qualidade dos alimentos na França e na Europa” in: LAGES, Vinicius; LAGARES, Lea & BRAGA, Cristiano Lima (orgs.). **Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. Brasília: SEBRAE, 2005.
- PASSONI, Irma Rossetto (org.). **Conhecimento e Cidadania 2 - Tecnologia Social e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2007.
- PAPANÉK, Victor. **Arquitetura e Design: ecologia e ética**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- PECQUEUR, Bernard. “Qualidade e Desenvolvimento Territorial: a hipótese da Cesta de Bens e de Serviços Territorializados” in: **Eisforia, n. especial**. Jan./jun. 2006. Pp. 135-153.
- PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Eisforia 4, n.º. especial** (jan./jun. 2006), 2006. Pp. 81-103.
- PENA-VEJA, Alfredo. **O Despertar Ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- PEÓN, Maria Luísa. **Sistemas de Identidade Visual**. 3 ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2003.
- PEREIRA, Danilo; MERINO, Eugênio; PEREIRA, Lia Krucken & ALTMAN, Rubens. **Valorização de Produtos da Agricultura Familiar através do Design**. Florianópolis: SAR / Instituto CEPA / FUNCITEC, 2004.
- PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada - 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PRUGH, Thomas; FLAVIN, Christopher Flavin & SAWIN, Janet. “Mudando a Economia do Petróleo” in: **Estado do Mundo, 2005: estado do consumo e o consumo sustentável**. Salvador: UMA, 2005.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

RAUD, Cécile. **Indústria, Território e Meio Ambiente: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis: UFSC / FURB, 1999.

REBOUÇAS, Gabriel Nunesmaia; FILARDI, Ana Carla Leão & VIEIRA, Paulo Henrique Freire. “Gestão Integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina” in: **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 2. Jul./dez., 2006. Pp. 83-104.

REQUIER-DESJARDINS, Denis; BOUCHER, François & CERDAN, Claire. “Globalização, vantagens competitivas e sistemas agroindustriais localizados em zonas rurais de países latino-americanos” in: **Eisforia**, n. especial. Jan./jun. 2006. Pp. 107-134.

RIBEIRO JORGE, Rogério. O papel do território como estratégia de desenvolvimento de regiões rurais. **Centro de Ciências Administrativas**, v. 9, n. 2. Pp. 205-214. Dez. 2003.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves (orgs.). **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan / FASE, 2007.

RIBEIRO, Milton. **Planejamento Visual Gráfico**. Brasília: Linha, 1987.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei: legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel / FAPESC, 2003.

ROSA, Lucelina Rosseti & FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. “As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*” in: SPOSETO, Maria Encarnação Beltrão & WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Pp. 187-204.

ROSA, Victor Hugo da Silva. **Energia Elétrica Renovável em Pequenas Comunidades no Brasil: Em busca de um modelo sustentável**. Tese de doutorado - Centro de Desenvolvimento Sustentável / UnB. Brasília, 2007.

RUGIU, Antônio Santoni. **Nostalgia do Mestre Artesão**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SABOURIN, Eric. **Camponeses no Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social pelo Trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SACHS, Ignacy. “Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania” in: **Direitos Humanos no Século XXI**. PINHEIRO, Paulo Sérgio & GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs). Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais / Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1. 1998. Pp. 155-157.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento - crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Tipologia para análise do desenvolvimento local, integrado e sustentável - DLIS. **Revista do Centro e Ciências Administrativas**, v.8, n. 2. Fortaleza, 2002. Pp. 119-124. Dez., 2002.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTILLI, Juliana. “As indicações geográficas e as territorialidades específicas das populações tradicionais, povos indígenas e quilombolas” in: BRAGA, Cristiano Lima *et al.* (orgs.). **Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. Brasília: SEBRAE, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2002.

SANTOS, Milton. O território e o dinheiro. **GEOgraphia** v. 1, n. 1. Pp. 1-13. 1999.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54. Pp. 81-97. Jun. 1977.

SANTOS, Nilce Ribeiro dos; PEDRINI, Dalila Maria & PRIM, Lorena de Fátima. “Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense” in: GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.). **Sentidos e Experiências Solidárias no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SCARPIN, Jorge Eduardo & SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Administração Pública**, v. 41, n. 5. Rio de Janeiro. Pp. 1-17. Set./out. 2007.

SCHADEN, Francisco S. C. Notas sobre a localidade de São Bonifácio. **Separata do IX Congresso Brasileiro de Geografia**. Florianópolis, 1940.

SEARA, Ilda. **Teoria do Design**. Porto: Porto, 1997.

SEIFERTH, Giralda. A idéia de cultura Teuto-Brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, a. 10, n. 22. Pp. 149-197. Jul./dez. 2004.

SEMPRINI, Andréa. **A Marca Pós-Moderna: poder e fragilidade da marca na sociedade contemporânea**. São Paulo: Estação Letras, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMMEL, George. “A sociabilidade” in: **Questões Fundamentais de Sociologia: indivíduos e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida; ANTUNES, Douglas Ladik & TONICELO, Roberta Helena dos Santos. “Pesquisa Participante em Design - O Caso do Artesanato de Cipó Imbé de Garuva” in: MARTINS, Pedro (org.). **Territórios & sociabilidades: temas e práticas interdisciplinares**. Florianópolis: PEST, 2009. Pp. 73-97.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida Simões & CARVALHO, Ricardo de Souza. **Formas, Fluxos e Desenvolvimento Micro-Territorial Sustentável em São Bonifácio (SC)**. Artigo - MPPT / FAED / UDESC. Florianópolis, 2008. 09 pp.

- SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINCLAIR-CABRAL, Leonor. Processos metonímicos na evolução do alfabeto. **Abralin**, v. 6, n. 2. Pp. 23-39. Jul./dez. 2007.
- SCHUMACHER, E. F. **O Negócio é Ser Pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas**. São Paulo: Círculo do Livro, 1973.
- SMA / SP - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo: SMA, 1997.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- SOUZA, Sandra Maria Ribeiro de. “Imagem gráfica e elementos da gramática visual” in: CORRÊA, Tupã Gomes & FREITAS, Sidinéia Gomes (orgs.). **Comunicação, marketing e cultura: sentidos da administração, do trabalho e do consumo**. São Paulo: ECA/USP 1999. Pp. 123-138.
- SOUZA, Pedro Luiz Pereira de. **Notas para uma História do Design**. 4 ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2008.
- STRUNK, Gilberto Luiz Teixeira Leite. **Como Criar Identidades Visuais para Marcas de Sucesso: um guia sobre o marketing das marcas e como representar seus valores**. 3 ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2007.
- THACKARA, John. **Plano B: o design e as alternativas viáveis em um mundo complexo**. São Paulo: Saraiva / Versar, 2008.
- TYBOUT, Alice M. & CALKINS, Tim. **Branding: fundamentos, estratégias e alavancagem de marcas: implementação, modelagem e checklists: experiências de líderes de mercado**. São Paulo: Atlas, 2006.
- TOSTES, Vera Bottrel. **Princípios da Heráldica**. Petrópolis: Museu Imperial / Fundação MUDS, 1983.
- TUROZI, Alexandre Santos; NADELLI, Flavio; STRELOW, Marcos; CASTILHO, Marta Tié de & BITTENCOURT, Thiago. “Atafona: oportunidades para a cultura local - visita à família Dero” in: ANTUNES, Douglas Ladik (org.). **Caderno de Artigos: as atafonas como elementos de valorização cultural de São Bonifácio (SC) - Uma visão de possíveis oportunidades para contribuir com o desenvolvimento local sustentável e solidário**. Relatório de projeto de ensino, CEART / UDESC. Florianópolis, 2006.
- UCP - UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. **Ecodesign - Uma abordagem para o meio escolar**. São João da Madeira: Escola Superior de Biotecnologia / UCP, 2004.
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura / PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Kit de Formação para o Consumo Sustentável - O guia**. Paris: UNESCO / PNUMA, 2002.
- VALADARES, José Gisella. **As Artes Plásticas no Brasil: ourivesaria**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1968.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- VELARDE, Irene; MAGGIO, Andrea & OTERO, Jeremias (orgs.). **Sistemas Agroalimentarios Localizados en Argentina**. Buenos Aires: INTA, 2008.

- VICENTINO, Claudio. **História Geral: ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2006.
- VIDAL, Manoel Gonçalves. **Mascas de Contrastes e Ourives Portugueses. Volume I - Século XV a 1887**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1974.
- VIDAL, Manoel Gonçalves. **Mascas de Contrastes e Ourives Portugueses. Volume II - 1887 a 1950**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1974.
- VIEIRA, Paulo Henrique Freire. “Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável” in: **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14. Florianópolis, 2009. Pp. 27-75.
- VIEIRA, Paulo Freire. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Esforia 4, n. especial** (jan./jun. 2006), 2006. Pp. 249-309.
- VIEIRA, Paulo Henrique Freire. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: SECCO / APED, 2005.
- VIEIRA, Paulo Henrique Freire & WEBER, Jacques (orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.
- VILLAS-BOAS, André. **O que é [e que nunca foi] Design Gráfico**. 6 ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2007.
- VOIGT, André Fabiano. O teuto-brasileiro: a história de um conceito. **Espaço Plural**, a. IX, nº. 19. Pp. 75-81. jul./dez. 2008.
- VOLK, Annick & KRUMHAUER, Julia. **DDR Design - Design da RDA / 1949 -1989**. Colonia: Taschen, 2004.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)